

**Jorge Carvalho Arroiteia**



**Território, povoamento e sociedade:  
estudo monográfico**

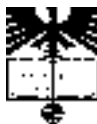


**Monte Redondo**



UNIVERSIDADE de AVEIRO

Unidade de investigação: construção do conhecimento pedagógico nos sistemas de formação



**UNIVERSIDADE de AVEIRO**

Série

UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PEDAGÓGICO  
NOS SISTEMAS DE FORMAÇÃO

Coordenador

JOSÉ TAVARES

Título

TERRITÓRIO, POVOAMENTO E SOCIEDADE:  
ESTUDO MONOGRÁFICO(MONTE REDONDO)

Autor

JORGE CARVALHO ARROTEIA

Artes Gráficas e Serviços de PréPress

GABINETE DE IMAGEM DA FUNDAÇÃO JOÃO JACINTO DE MAGALHÃES

Impressão

TIPAVE, INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE AVEIRO

Edição

UNIVERSIDADE DE AVEIRO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SANTIAGO  
3810-193 AVEIRO — PORTUGAL

1.ª edição

NOVEMBRO DE 2000

2.ª edição

MAIO DE 2004

Tiragem

500 EXEMPLARES

ISBN

972-789-119-5

Catálogo recomendada

---

Arroteia, Jorge de Carvalho, 1947

Território, povoamento e sociedade : estudo monográfico (Monte Redondo) / Jorge  
Carvalho Arroteia. — 2.ª ed. — Aveiro : Universidade, 2004. — 226 p. — (Unidade de  
investigação : construção do conhecimento pedagógico nos sistemas de formação)

ISBN 972-789-119-5

Monte Redondo (Portugal)

CDU 908

*Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida ou transmitida, no todo ou em parte, por  
qualquer processo, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros, sem prévia autorização do Editor.*

---

JORGE CARVALHO ARROTEIA

**Território, povoamento e sociedade:  
estudo monográfico  
(Monte Redondo)**

**Unidade de Investigação: Construção do Conhecimento Pedagógico  
nos Sistemas de Formação — Universidade de Aveiro**

**2.<sup>a</sup> edição**

**2004**



*“Encantado jardim da minha infância,  
aonde a minh’alma aprendeu  
a música do Longe e o ritmo da distância  
que a tua voz marítima lhe deu;  
místico órgão cujo além se esfuma  
no além do Oceano, e aonde a maresia  
ameiga e dissolve em bruma  
e em penumbras de nave, a luz do dia.”*

Afonso Lopes Vieira — *Antologia poética*



# Índice Geral

<b>Prefácio</b> .....	9
<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo 1.</b> — O contexto geográfico .....	23
1.1. Traços geográficos .....	25
1.2. Esboço geológico .....	31
<b>Capítulo 2.</b> — Os primórdios da ocupação humana .....	39
2.1. Vestígios e testemunhos .....	41
2.2. Leitura da toponímia local .....	44
<b>Capítulo 3.</b> — Apontamentos de História local .....	57
3.1. Na dependência do “burgo” de Leiria .....	59
3.2. Monte Redondo na época medieval .....	67
3.3. Traços do povoamento moderno e contemporâneo .....	72
<b>Capítulo 4.</b> — Notícia antiga sobre a população e a sua distribuição .....	83
4.1. Enquadramento demográfico .....	85
4.2. Retrospectiva sobre a população de Monte Redondo .....	90
<b>Capítulo 5.</b> — A evolução demográfica .....	105
5.1. O conhecimento da população: de 1864 aos nossos dias .....	107
5.2. Os factores naturais de variação .....	118
5.3. Composição e estrutura da população .....	122
5.4. Aspectos do fenómeno emigratório .....	129
<b>Capítulo 6.</b> — Relance sobre as actividades da população .....	135
6.1. As actividades tradicionais .....	137
6.2. A indústria e os factores de industrialização .....	145
6.3. A caminho da terciarização .....	153
<b>Capítulo 7.</b> — A “centralidade” de Monte Redondo e os factores de crescimento da “vila” .....	157
7.1. Povoamento e acessibilidades .....	159
7.2. Os bens e os serviços .....	162
<b>Nota final</b> .....	173
<b>Bibliografia</b> .....	179
<b>Índices</b> .....	189
<b>Anexos</b> .....	193
<b>Fotografias</b> .....	199





## Prefácio

*Ali, lembranças contentes  
n' alma se representaram  
e minhas cousas ausentes  
se fizeram tão presentes  
como se nunca passaram*

Luís de Camões — *Super Flumina...*





O ensaio que ora apresentamos segue o modelo dos estudos que podem ser realizados com base no conhecimento do território, do povoamento humano (entendido como o processo de ocupação do espaço, pelo homem), dos seus factores condicionantes e da sociedade que habita áreas circunscritas do espaço geográfico.

Pretende, na sua essência, caracterizar não só cada um dos aspectos acima referidos, mas também, conhecer a sua interdependência, relação e contributo, no devir da evolução social e cultural responsável pelas mudanças sociais que hoje experimentamos.

Partindo de uma permissa que defende, *“o clima e a geografia são factores no desenvolvimento cultural”* (Horton e Hunt; 1981; 62) considera, igualmente, que a evolução social é o resultado *“de um conjunto de estágios através dos quais todas as sociedades passam de simples a complexas e de homogêneas a heterogêneas”* (idem; ibidem; 63).

Embora difícil de caracterizar, sobretudo em épocas mais remotas, a evolução social e a mudança que hoje experimentamos resulta da acção de um conjunto de factores, não só geográficos ou naturais, mas também humanos, materiais e culturais, que têm afectado o indivíduo, os grupos e as comunidades.

Note-se, que a separação proposta por Max Weber no seu tratado de sociologia geral, levou-o a distinguir: “*comunidade (Gemeinschaft)*” e “*sociedade*”. Na primeira, “*o fundamento do grupo é um sentimento de pertencimento experimentado pelos participantes, cuja motivação pode ser afetiva ou tradicional*”. Pelo contrário, se “*este processo de integração leva a uma sociedade (Gesellschaft), isto se deve ao fato de que a motivação das acções sociais se constitui de considerações ou ligações de interesses, ou leva a um acerto de interesses*” (Aron; 1982; 511).

De acordo com Rocher (1979.II; 169), a “*comunidade de lugar, que se forma pela vizinhança e que se encontra na aldeia ou meio rural*” serve de referência ao nosso estudo. A sua evolução no tempo com o desenvolvimento de uma “*organização social do tipo societário*” que “*substitui progressivamente a antiga comunidade medieval, de tipo comunitário, rural, artesanal, corporativo, hierárquico e religioso*” (idem; ibidem; 173), leva-nos a aceitar que esta evolução deu lugar à sociedade actual, complexa, heterogénea e hierarquizada, revelando “*uma divisão do trabalho cada vez mais elaborado*” (idem; ibidem; 183).

O alargamento do período de instrução e a redução do analfabetismo; a participação democrática na vida local; a redução dos núcleos familiares e a alteração dos seus valores tradicionais; a quebra dos sentimentos de religiosidade; a mobilidade geográfica e social responsável pelo enfraquecimento dos “*sistemas hierárquicos*”, parecem ser alguns dos aspectos que confirmam o sentido da mudança operado na nossa sociedade, antes ainda do desenvolvimento e da expansão dos meios multi-média a quem se devem muitas outras e profundas mutações societais que hoje estamos a experimentar.

Foi na procura de algumas destas inquietações que nos abalançámos no estudo de uma colectividade humana identificada pelo peso de uma intensa actividade rural e industrialização incipiente, mas modernamente afectada pela terciarização. E embora tratando-se de um estudo de âmbito local, parece-nos revelador das relações existentes entre o ambiente geográfico e os factores: demográfico (expresso no volume e densidade da população), económico (traduzido no potencial da economia local) e cultural (realçado pela “*capacidade de adaptação às realidades económicas, por intermédio de normas e valores apropriados da cultura*” — cf.: Rocher; 1981.IV; 126).

Circunscrito à terra e às gentes do antigo “*casal*” de Monte Redondo este ensaio apresenta nos seus traços gerais as características de uma monografia da cariz geográfico. Por isso começa por abordar os aspectos físicos e humanos que estiveram na origem do povoamento, do passado histórico, da demografia e das actividades económicas dominantes na freguesia do mesmo nome. Contudo, mais do que um simples estudo de natureza descritiva e monográfica, este texto procura identificar os aspectos que têm acelerado a evolução social, a adaptação humana e a diversidade de respostas a novos contextos civilizacionais na procura dos traços universais que “*são encontrados em todas as sociedades que se industrializam*” (Horton e Hunt; 1981; 67).

Uma vez realizado, recordamos que ele teve para nós outro significado: o conhecimento dos traços fundamentais das nossas raízes e o apreço pelo esforço das gentes laboriosas que com a sua dedicação e esforço têm pugnado pelo crescimento e dignificação desta colectividade.

Neste sentido justifica-se, portanto:

- evocar a memória de todos os que ao longo dos séculos aqui habitaram e souberam preservar e construir o património que hoje consideramos como nosso;
- recordar os que embora aqui nascidos e criados foram obrigados, por razões económicas ou outras, a emigrar para terras longínquas e aí residem ou já repousam eternamente.

Embora enfrentando as dificuldades comuns à realização de um estudo desta natureza reconhecemos algumas das suas limitações. Destacam-se, por um lado, a necessidade de se aprofundarem algumas das fontes de natureza histórica consultadas, disponíveis em arquivos nacionais, mas nem sempre fáceis de manusear; por outro, a necessidade de se completarem os elementos ora recolhidos com novos dados relacionados com os aspectos de natureza etnográfica, sócio-cultural e religiosa desta área.

Mesmo assim e pensando com o nosso labor vir a contribuir para o melhor conhecimento das dinâmicas, interna e externa, responsáveis pelo evoluir das sociedades tradicionais a caminho da sua modernidade, recordamos que este trabalho foi elaborado com grande dedicação e entusiasmo. E embora aliciente no seu aprofundamento, tornou-se moroso no tratamento e na abordagem de alguns temas (sobretudo os mais relacionados com a síntese histórica e a evolução das actividades económicas) e complexo na sua conceptualização e síntese. Revestindo na sua essência as características de um “estudo de caso” de âmbito local, procura acentuar a acção de dois factores importantes: o território e o povoamento, na formação da própria sociedade.

Ainda que não sendo *“ateniense nem grego, mas cidadão do mundo”* (Sócrates) e tendo deste uma visão holística dos fenómenos sociais e da sua extensão no tempo, pareceu-nos que os resultados da nossa pesquisa poderiam interessar não só aos cientistas sociais igualmente sensibilizados como nós para temas desta natureza mas, também, a um público mais vasto. Entre estes, contam-se os que partilham dos mesmos interesses e raízes.

Para estes: antepassados, fregueses actuais e vindouros vai o nosso respeito e gratidão num gesto solidário e de comunhão com os que já partiram ou que nos acompanham. Destes, permitam-nos que evoque os familiares directos: pais (José Jorge Brás Arroiteia e Felismina da Cruz Carvalho) e irmãs (Maria do Céu, Maria Julieta

e Maria Judite), que nos deram a oportunidade de ir mais além e de trilhar os caminhos que a instrução universitária regateava aos menos audazes e, sobretudo, aos deserdados.

Saudamos igualmente os que nos acompanham no dia a dia da nossa existência: a Isabel Marina, o Nuno Filipe e a Mariana Isabel, que nos deixam prosseguir e nos incentivam, mesmo que com prejuízo da vida familiar, a continuar as tarefas de docência e de investigação universitárias em cujo percurso se inscreve esta pesquisa.

Entre outros cabe ainda uma palavra de especial agradecimento: ao Sr. Pe. David Pedrosa Gaspar, pelas longas conversas e reflexões sobre a história desta terra e das suas gentes, pela permissão na consulta de algumas notas do seu arquivo pessoal e pelas dúvidas que nos esclareceu; ao Professor Doutor Mário Moutinho, pelas reflexões que partilhou e ao ex-Presidente da Junta de Freguesia, Sr. João Moital, por nos ter permitido utilizar os resultados da pesquisa sobre as actividades económicas.

A todos os demais que nos facultaram, no sorriso do seu testemunho ou na riqueza dos seus arquivos, em particular ao Sr. Pe. Joaquim de Jesus João (Pároco da freguesia) e aos amigos que gentilmente acederam trocar impressões sobre um tema que aparentemente só a nós interessava, vai o nosso: muito obrigado!

Por fim, o nosso reconhecimento ao "Museu do Casal de Monte Redondo" por nos ter facultado documentos do seu arquivo e ao Coordenador da Unidade de Investigação: "Construção do Conhecimento Pedagógico nos Sistemas de Formação" (Universidade de Aveiro), por ter patrocinado esta publicação relacionada com o ensino da disciplina de "História e Geografia de Portugal".

# Introdução

*“As regras do método estão para a ciência como as regras do direito e dos costumes para a conduta.”*

Emile Durkheim — *A divisão do trabalho social*





O objectivo deste trabalho consiste na análise das relações entre as condições naturais ou geográficas, o povoamento e a sociedade nos seus traços fundamentais e nos aspectos particulares da sua evolução e mudança.

Não pretendendo ser um ensaio apenas, de natureza sociológica, orientado para o conhecimento da sociedade rural e das suas relações com a *“estrutura social”* dominante procura, outrossim, abordar um dos problemas cruciais em ciências sociais, o da relação entre o homem e o espaço habitado e o estudo das *“consequências que resultam, para as sociedades rurais, da dependência do meio”* (cf.: Mendras; 1977.I; 432).

Mais ainda, procura o conhecimento dos *“factores materiais”* (ou estruturais) que estiveram na origem do desenvolvimento económico, social e cultural da comunidade de Monte Redondo, na sua transição de uma *“sociedade de subsistência”* (relativamente estável e dominada por uma cultura fortemente tradicional), para a *“sociedade de consumo de massa”* (dominada pelo peso do sector terciário nos empregos e na indústria: serviços, comunicações, administração — cf.: Rocher; 1981.IV; 132).

Compreende-se, desta forma, que à descrição e explicação geográficas, se associem a compreensão, a interpretação e a explicação dos fenómenos sociais, aspectos que completam o processo anterior e dão a este estudo e à *“acção social”* que a Sociologia *“quer compreender interpretando, e cujo desenvolvimento quer explicar, socialmente”* (Aron; 1982; 509), uma feição de cariz diferente.

Embora acreditando na importância dos fenómenos naturais na explicação da realidade social — permissa desenvolvida pela chamada *“escola geográfica em sociologia”* (cf.: Gurvitch; 1979; 66) que teve em Ratzel, Brunhes, Huntington os principais seguidores — entendemos que a análise dos *“factos sociais”*, como *“fenómenos sociais totais”* (Marcel Mauss), só podem ser conhecidos se considerados em todas as suas escalas, níveis de profundidade e aspectos, cuja hierarquia se modifica em função dos tipos de sociedade e das suas estruturas (idem; ibidem; 17).

Esta perspectiva está presente desde o início da nossa investigação que procura realçar, através do conhecimento da base geográfica e demográfica da sociedade e do conhecimento da sua *“morfologia social”* (Gurvitch; 1979), os aspectos mais relevantes que contribuíram para a sua transformação e evolução recentes. Tarefa difícil esta que nos propomos realizar tendo em conta a nossa participação e vivência de algumas das etapas decisivas dessas manifestações e da dificuldade de apreensão dessa realidade social no seu conjunto e em todos os seus níveis de profundidade.

Porque acreditamos que as sociedades seguem dinanismos distintos e fases diferenciadas apostamos, à semelhança do que preconiza Claude Rivière (1982; 423), na leitura da mudança social como um processo histórico, colectivo e estrutural, merecedor da nossa maior atenção. Para tanto, torna-se necessário recorrer a métodos de investigação adequados, que permitem a elaboração de uma monografia,

entendida como um estudo detalhado do espaço permitindo uma melhor compreensão das relações “entre o meio físico dominante e as actividades humanas” (Baud et al.; 1997; 322) e às fontes (históricas, geográficas e sociais) mais convenientes.

Atendamos ao seu valor e significado.

A procura da memória de um povo e, sobretudo, a busca das suas raízes, constitui-se como uma tarefa particularmente difícil de ultrapassar sobretudo quando escasseiam os testemunhos relacionados com o seu passado mais remoto ou a sua história longínqua. Daí, a necessidade de se procurar em vestígios arqueológicos e em documentos de natureza histórica, as marcas que nos ajudem a compreender as formas elementares relativas à fixação e à ocupação humana do território, às actividades de subsistência e às relações, nem sempre pacíficas entre os povos que por aqui passaram e permitiram o povoamento desta terra e o crescimento dos núcleos humanos ora disseminados.

Embora nem sempre fáceis de conseguir devido à inexistência ou à sua perda o recurso a documentos escritos permite confirmar alguns factos históricos e ajudar a entender a sua evolução. Recorde-se, que muitos deles são comprovados por marcas da presença humana e pela marcha dos fenómenos histórico-sociais que assinalam a evolução próxima da nossa sociedade. Mesmo assim, as lacunas que frequentemente se revelam na consulta de certos documentos escritos pode induzir interpretações distintas sobre o passado e sobre o significado de alguns dos fenómenos sociais que dele fazem parte.

Estas circunstâncias podem vir a pôr em causa o contexto, a causalidade, a natureza e as consequências de alguns eventos, mesmo dos mais relevantes deturpando, por isso, o seu verdadeiro interesse e significado.

Na certeza de que somos confrontados com algumas destas dificuldades sempre que nos debruçamos sobre os acontecimentos mais remotos, consideramos do maior interesse o recurso a fontes escritas e orais, que nos permitem aprofundar o conhecimento dos aspectos essenciais da vida das sociedades, sobretudo das mais antigas, no seu habitat natural, nas suas relações com o espaço e na sua evolução no tempo. Tal significa que preocupados com o conhecimento do homem e da sua inserção na sociedade do seu tempo, devemos ter sempre presente as influências do meio e as transformações aqui operadas por via natural ou já através da acção humana e das suas civilizações.

Porque habitamos espaços — embora física e socialmente delimitados, mas sempre espaços de relação — a leitura e, sobretudo, a interpretação de uma determinada realidade social assenta, portanto, na procura de vestígios arqueológicos, de testemunhos monumentais, de documentos escritos e de outras fontes, materiais e orais, que nos permitam conhecer e reconstituir os factos históricos na sua essência e

nas suas relações recíprocas. É que só o aprofundamento dessas relações e o manuseamento das mais diversas fontes nos permitem (re)construir a complexa, multifacetada e sempre dinâmica síntese histórica.

Vem tal a propósito da dificuldade que temos em seguir as etapas mais significativas relacionadas com a antiguidade e a ocupação humana primitiva, o povoamento e as actividades de subsistência, a vida económica, social e cultural que caracterizam, desde os tempos mais remotos, as terras e o “casal” de Monte Redondo. O mesmo podemos dizer relativamente ao seu termo próximo, pelo que o entendimento de alguns dos fenómenos que marcaram a vida e a evolução deste território e sociedade tem de ser feito por analogia, tomando por base a marcha conhecida dos fenómenos históricos e sociais referentes à região mais alargada onde este território se insere.

Pela sua proximidade e importância na organização territorial, social e económica da região litoral destaca-se a importância do antigo burgo de Leiria, cidade que após a Reconquista assumiu (conjuntamente com outras praças fortes do centro-litoral), um papel preponderante no povoamento e no desenvolvimento de toda a área situada entre o Lis e o Mondego.

Para além da influência desta cidade, o povoamento desta área situada a norte do rio Lis deve ser apreciado conjuntamente com a evolução e o crescimento de outras povoações e casais próximos, tais como Monte Real e Souto da Carpalhosa, ou mais distantes, como Pombal ou mesmo Soure e Louriçal. A eles faremos referência sempre que as circunstâncias o exigirem.

Entre as fontes mais utilizadas, recordamos as seguintes:

*“O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria”*, texto inédito de autor desconhecido escrito entre os finais do século XVI e o começo do século seguinte e publicado em primeira edição em Braga, em 1868 e em Leiria no ano de 1898 (2.<sup>a</sup> ed.). A consulta deste documento é essencial para a compreensão não só da história do “Bispado de Leiria”, mas também do povoamento de toda a sua diocese.

Embora as informações referentes à freguesia de Monte Redondo não sejam muito abundantes, os dados recolhidos acerca das paróquias vizinhas e da história de Leiria e do seu termo, ajudam-nos a compreender alguns dos marcos mais determinantes da sua evolução histórica e dos factores condicionantes da vida social e económica desta área.

De grande interesse é o texto da *“Conferência sobre Monte Redondo nas Comemoração solenes dos 400 anos da criação da paróquia (1589-1989)”*, preparada pelo Rev.º Dr. Luciano Cristino por altura desta efeméride e que completa os *“Apontamentos de história local”* sobre Monte Redondo, publicados no semanário *“A Voz do*

*Domingo*, em 1971 e 1972, pelo mesmo autor. Aquele texto distingue-se não só pela riqueza do seu conteúdo mas, também, pela forma sistematizada como apresenta os dados da pesquisa histórica que lhe subjaz com a indicação das datas, dos acontecimentos e dos documentos principais que permitem reconstruir os factos mais relevantes da cronologia e da vida desta povoação.

Circunscrevendo-se à época medieval, o estudo do Doutor Saúl António Gomes, acerca dos *“Documentos medievais sobre Monte Redondo”* (1986) permite-nos conhecer as raízes históricas mais antigas desta povoação, dos seus moradores e das suas actividades. Em boa hora publicado pelo Museu de Monte Redondo na sua colecção, *“Cadernos Património”*, trata-se de um documento absolutamente imprescindível para o conhecimento do povoamento desta terra e dos seus logradouros.

Completa a relação destes documentos o estudo do Dr. Afonso Zúquete (1943) dedicado a: *“Leiria — subsídios para a História da sua Diocese”*. Aí recolhemos diversas indicações úteis sobre os factos, as pessoas e os acontecimentos marcantes da evolução da Diocese de Leiria e do povoamento do seu território.

Para além dos documentos já citados, tornou-se igualmente obrigatório a consulta de diversos dicionários corográficos que reúnem informações sobre esta e outras povoações do continente. Referimo-nos em particular ao *“Portugal: antigo e moderno”*, de Pinho Leal (1874) e ao *“Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular”*, de Américo Costa (1943).

Uma referência às fontes locais que consultámos. Entre elas os *“Registos Paroquiais”* (1911 a 1999) de Monte Redondo permitiram-nos retirar indicações precisas sobre a evolução e a marcha da população local que os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) não facilitavam. Além destas tivemos acesso a um conjunto de documentos provenientes da investigação realizada pelo *“Museu do Casal de Monte Redondo”*, em articulação com grupos de estudantes da *“Universidade de Lisboa”* e da *“Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias”*.

Estes trabalhos de investigação, realizados sob orientação do Professor Mário Moutinho, compreendem os *“Estudos inéditos”*, na sua maior parte constituídos por relatórios provenientes de levantamentos directos e o *“Fundo de Documentação Local”*, relacionado com o *“casal”* de Monte Redondo e as suas actividades económicas.

Muitas outras obras citadas na bibliografia mereciam um referência particular. Embora não querendo discriminá-las as citações que fazemos de muitas delas atestam a sua importância e significado na realização deste estudo que abarcando diversas facetas da vida de uma *“comunidade rural”* (cf.: Arroteia; 1998), centra a sua atenção sobre um espaço humanizado, habitado há vários séculos e onde ainda hoje se vislumbram, na maneira de *“utilizar a natureza e de organizar o espaço”*, as influências *“do património hereditário e constantemente acrescido, a que é costume chamar ‘civilização’”* (Ribeiro; 1970; 80).

Como veremos nas páginas seguintes, diversos testemunhos permitem reconstituir algumas das etapas mais significativas deste longo "processo civilizatório" (Darcy Ribeiro) que assinala o estágio de desenvolvimento actual desta comunidade. Muitas dessas marcas ficaram assinaladas em vestígios materiais que identificam estádios concretos desta evolução humana; outras, fazem parte do património oral e tradicional que gerações sucessivas têm procurado transmitir aos seus descendentes.

Embora cabendo no âmbito de outro estudo a recolha deste "imaginário" que faz parte da "consciência colectiva" (E. Durkheim) da nossa sociedade não pode ser esquecida na sua acção como factor determinante da paisagem geográfica e humana que serviu de mote a esta pesquisa.

Uma última nota sobre os documentos consultados. De acordo com a natureza das fontes, estão transcritos na sua forma original ou já adaptados pelos respectivos autores.



# Capítulo 1.

## O contexto geográfico

*“O meio — quadro complexo de condições variadas de clima, solo, associações vegetais, posição, situação, relevo — actua sobre os grupos humanos; estes respondem, reagindo, adaptando-se activamente a estas condições, determinando-se por uma ou várias das possibilidades que o meio oferece.”*

Fernandes Martins — *Geografia e História*





## 1. 1. Traços geográficos

Situadas geograficamente na área de transição entre a Beira Litoral e a Alta-Estremadura, as terras do “casal” de Monte Redondo — designação que utilizamos para referir o território ocupado genericamente pela freguesia do mesmo nome — ocupam parte dos terrenos de maior fertilidade banhados pelo rio Lis e pelos seus afluentes da margem direita, estendendo-se para norte pela zona das Gândaras.

Localiza-se este território próximo dos 32.º de latitude Norte e dos 0.º 20' de longitude Oeste, numa área plana que raramente excede a meia centena de metros de altitude (Figura 1). Contudo a pequena elevação, ou monte, que deu o nome à freguesia constitui um dos vértices da grande base de triangulação geodésica, formando o lado da “Triangulação Primordial: Buarcos — Monte Redondo”, estando o terceiro vértice desta triangulação situado na serra de Sicó. A sua construção data de 1802 e a cota superior deste marco assinala os 90 metros de altitude.

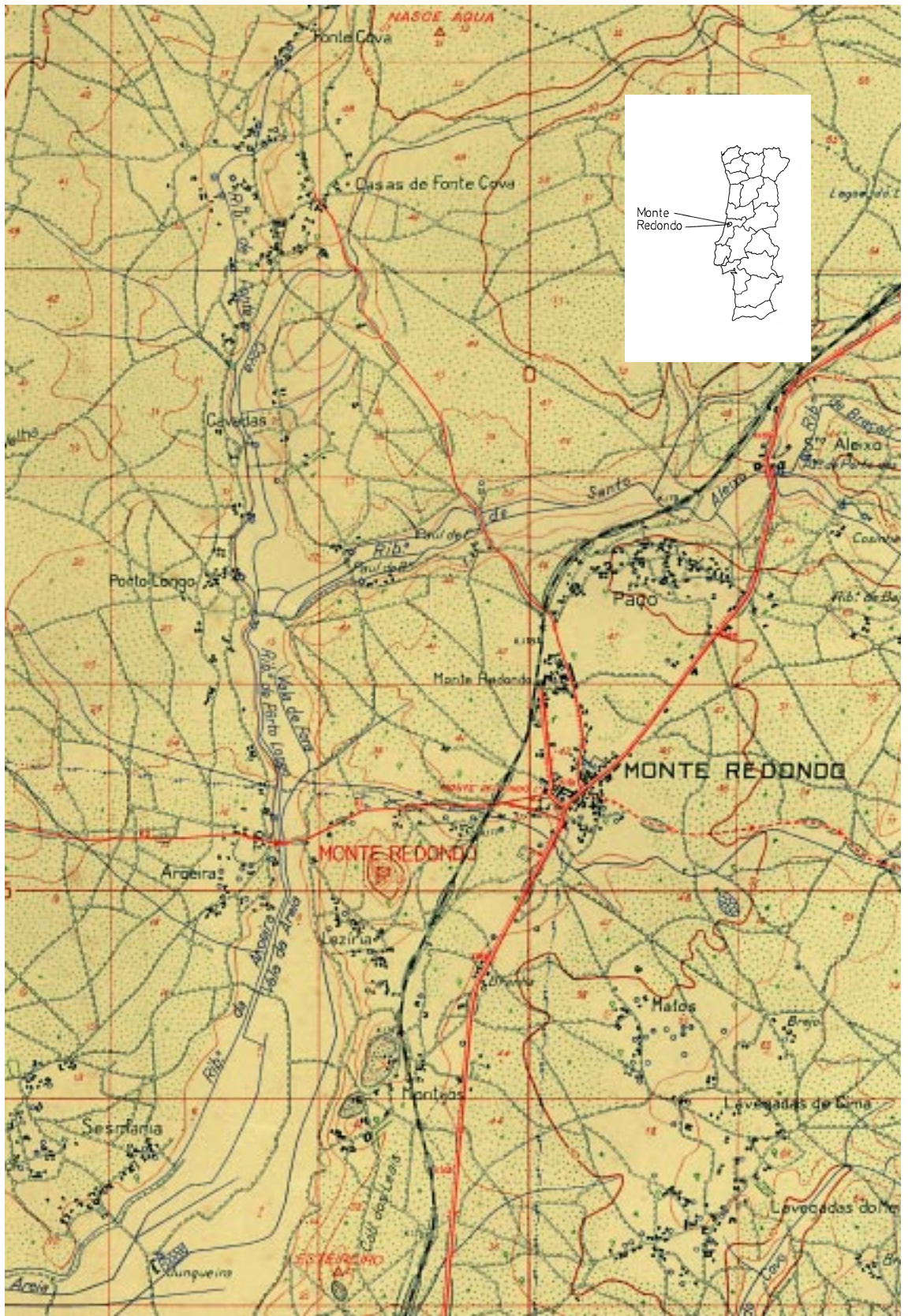
O marco geodésico aí instalado é de 1.ª ordem, da mesma categoria do seu congénere da Melriça, situado entre Abrantes e Vila de Rei, esta última povoação considerada o “centro geodésico” de Portugal (informação do Instituto Geográfico e Cadastral).

Confina, a Norte, com as freguesias da Guia e da Ilha (antiga, Mata Mourisca); a Oriente, com as freguesias da Bajouca e do Souto da Carpalhosa; a Sul, com as freguesias do Souto da Carpalhosa, da Carreira e de Monte Real e a Poente, com a freguesia do Coimbrão. Na actualidade este território enquadra-se nesta vasta área litoral dominada pela cobertura vegetal que tem como principal expoente o pinheiro marítimo designada para efeitos estatísticos por “Pinhal Litoral” (NUTIII).

A leitura da carta militar (1/25.000 — folha 273, 1947) referente à ocupação humana predominante enquadra-se no exemplo descrito por Orlando Ribeiro no seu artigo inserto no “*Dicionário de História de Portugal*” (dirigido por Joel Serrão; 1989) sendo característico do que designou por “*aldeia estremenha*”.

Consideradas como “*qualquer ajuntamento de casas que não seja vila nem cidade, isto é, sem funções administrativas e de coordenação, como um aglomerado rural ou piscatório*”, as aldeias estremenhas apresentam, geralmente, “*contornos indefinidos*” e “*dissociam-se a partir de um núcleo, quer porque, com o progresso das arroteias, a segurança no isolamento e o individualismo agrário, cada família prefere a proximidade das suas leiras, quer porque, com o aumento da população e a atracção de um centro social (igreja, lojas, largo da fonte), se vai condensando a população que vivia esparsa*” (Serrão; 1989.I; 88-89).

Foi esta a imagem que registámos através do levantamento funcional (habitação, comércio, indústria e serviços) elaborado em 1967 (Figura 2) e que serve de referência a este estudo.



Em nosso entender foi nessa década que Monte Redondo mantendo ainda as características típicas de “aldeia” — tal como foram acima descritas e, simultaneamente, as de uma comunidade rural tradicional — se alteraram por via das transformações que mudaram parcialmente a povoação e a sociedade local. Como grande impulsionadora dessas transformações conta-se a emigração que ao promover a mobilidade dos seus habitantes, foi a grande responsável por essa mudança, iniciada já pela industrialização, que se veio a acentuar nos anos seguintes.

À data, a comunidade local alicerçava-se na permanência de um conjunto de “crenças” e de “*sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade*”, a que Durkheim (I; 1977; 98), chamou “*consciência colectiva ou comum*”, fundando-se em laços de profunda solidariedade.

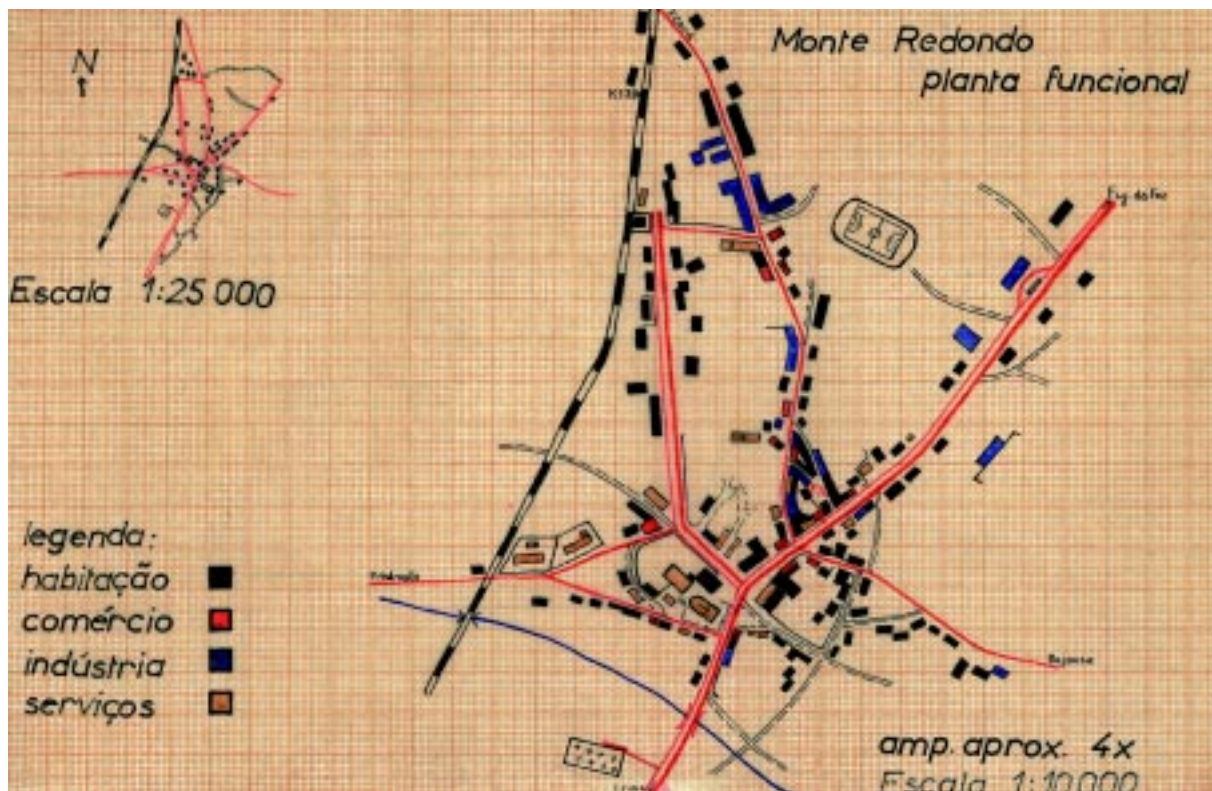
De acordo com o mesmo autor (idem; ibidem; 130), esta “*solidariedade social*”, resultante “*do facto de um certo número de estados de consciência serem comuns a todos os membros da mesma sociedade*” permitia uma forte “*coesão social*” entre os seus habitantes. Um exemplo característico de “*solidariedade mecânica*” (Durkheim. I e II; 1977) baseada em valores e crenças comuns, dominadas pelo forte sentimento de religiosidade de grande parte dos habitantes e numa actividade humana assente, fundamentalmente em trabalhos de natureza rural, com particular destaque para a agricultura de subsistência.

Embora apresentando uma parcela já significativa da sua população ocupada na indústria predominante de serração de madeiras, no comércio e mesmo nos serviços dominados pelo pequeno comércio de retalho (a que se associavam a feira e o mercado, cuja área de atracção se estendia além dos limites da própria freguesia) ou já por uma actividade cultural digna de realce mas muito ligada à vida da paróquia não encontramos, contrariamente ao que hoje se verifica, uma “*divisão de trabalho*” acentuada, a “*mobilidade*” e a “*inovação*”, reveladoras da “*solidariedade orgânica*” (idem; ibidem) que hoje identifica as sociedades em transformação.

Complementarmente a esta situação notamos que as relações entre a aldeia-mãe e a constelação de lugares próximos testemunhavam, em todos os seus aspectos, uma relação muito estreita e uma forte “*densidade moral*” (idem; ibidem) dominada pelas hierarquias sociais e de poder concentradas, especialmente no “*nó*” principal desta rede isto é, na sede da freguesia.

Como se pode ver através da consulta da “*Carta Geológica de Portugal*” (Folha 23-A: Pombal), o território do “*casal*” de Monte Redondo estende-se pela zona arenosa adjacente à bacia hidrográfica do rio Lis, onde predominam as areias de duna e outros

**Figura 1:** Monte Redondo: carta militar (folha n.º 273)



**Figura 2:** Monte Redondo — planta funcional — 1967 (Escala reduzida).

sedimentos quaternários recentes que rodeiam, em toda a sua extensão, os vales dos cursos de água que lhe estão associados. Localiza-se, assim, entre a bacia sedimentar do Lis e as Gândaras que cobrem as suas margens e se estendem para norte, através da antiga “*Charneca da Barranha*”, em direcção ao rio Mondego.

Nesta faixa litoral, encontramos marcas que assinalam a formação recente da linha de costa e a presença marinha que andou associada à evolução das dunas litorais e à formação de diversas lagoas. Entre estas, destacam-se a lagoa da Ervideira, ainda navegável, e outras já cobertas de sedimentos, como é o caso da Lagoa dos Linhos (a norte do Pinhal do Urso), da Lagoa da Guia ou mesmo da Lagoa de Monte Redondo. Estes exemplos indiciam a evolução recente do cordão sedimentar litoral por acção dos ventos e das correntes marítimas que afectaram toda a costa, a norte e a sul do rio Mondego, mais propriamente entre o Lis e o Vouga.

Difícil de caracterizar geograficamente esta área litoral estabelece, no dizer de O. Ribeiro (1995; 164), a ligação entre a Beira litoral, região “*sub-plana, abrangendo os extensos campos do Vouga, do Mondego, do Liz e os maiores areas da beira-mar*” e a

Estremadura. Já para Amorim Girão (1941; 396-398) esta *“região deprimida da secção inferior”* do Lis, onde se situa a cidade de Leiria faz parte dessa *“zona de transição para a Estremadura”* na qual, segundo o mesmo autor (idem; ibidem; 405), se *“estremavam os territórios submetidos a Mouros e a Cristãos”*.

Parecendo completar as duas descrições, Fernandes Martins (1949; 5), escreve o seguinte: *“A Beira-Litoral e o extremo norte da Estremadura, situadas na faixa meso-cénozóica ocidental, largamente abertas aos ventos marítimos, caracterizam-se como regiões de relevo pouco acentuado, como vastas superfícies planas na proximidade do mar, com colinas ligeiramente onduladas ou montanhas pouco acentuadas no interior”*. Eis a topografia dominante nesta área.

As características anteriores estão reconhecidas em descrições mais antigas, como a de Severim de Faria, que na sua *“Geografia”* manuscrita, a fls. 41 (in: Vasconcelos.III; 1942; 395), descreve a Estremadura como sendo uma *“terra montuosa”*, onde *“tirando algũas varjens e paues ao longo do Tejo, principalmente da Golegam até Santarém... , e parte do território de Alcobça, tudo o mais são montes, outeiros, e valles”*.

Estas particularidades estão presentes nos traços geográficos que identificam o território circundante do *“casal”* de Monte Redondo e influenciaram decisivamente os modos de vida e as actividades da sua população. De igual modo realçam nos traços das antigas civilizações rurais ainda existentes e na história do seu povoamento, a influência dos factores que condicionaram a evolução da terra portuguesa e a sua colonização.

Como sabemos estes aspectos encontram-se ligados quer à formação do Reino, quer à vida de relação que tem estado na origem do crescimento dos pequenos aglomerados e das urbes de maior dimensão existentes no nosso país, sendo comuns a outras regiões. E a procura da sua individualidade torna-se difícil de se basear em critérios relacionados exclusivamente com os traços físicos do território devido à sua posição geográfica, na transição entre a Beira Litoral e a Alta Estremadura.

Tal facto levou F. Martins (1949; 5) a afirmar: *“é justamente porque as características geológicas, hipsométricas e morfológicas não referem nem explicam esta progressiva diferenciação, que invocamos o clima como factor desta transição que se revela e se acentua através da mudança insensível da vegetação espontânea e cultivada”*.

O mesmo entendimento tem Santa-Rita (1982; 44), que considera ser igualmente o clima o factor determinante desta diferenciação. Por isso escreve: *“Na Estremadura, a proximidade do mar reduz o período de seca, que anda à volta de três meses e mantém durante todo o ano elevada humidade relativa.”* A seguir diz ainda: *“A vegetação constitui um sinal evidente da transição para nordeste: 38% das espécies vegetais são oriundas da Europa central e ocidental e 42% pertencem à flora mediterrânica. A zona do milho começa a bem dizer aqui: no Verão, o verde dos milheirais e hortejos contrasta com*

*os restos amarelados dos cereais de praga e acentua, de Leiria para norte, um traço geográfico importante”.*

Precisando: o clima desta área é do tipo temperado marítimo, sendo que as temperaturas médias extremas registadas em Janeiro na estação climatológica da Marinha Grande andam próximo dos 10.ºC (período de 1931-1960), e em Julho, próximo dos 20.ºC.

Quanto às precipitações, fazendo fé nos dados recolhidos no posto udométrico de Leiria (período de 1932-60), superam os 950mm/anuais, sendo repartidas ao longo do ano mas com maior incidência nos finais do Outono e no Inverno.

De acordo com as mesmas fontes (cf.: Serviço Meteorológico Nacional; 1970; fasc.13), a humidade relativa andarà próximo dos 80%. Por sua vez o regime dos ventos é predominantemente de Noroeste, eventualmente também de Oeste e do Norte, como sucede em todo o litoral português. Já os ventos mais chuvosos sopram geralmente de Sudoeste e do Sul.

Os dados acima referidos confirmam uma antiga descrição de Oliveira Martins (in: Nemésio; 1978; 23) relativa a esta área: *“O litoral do centro entre o Mondego e o Tejo é a parte mais benigna do País. Aí o ar temperado pelas brisas marítimas mantém um grau de humidade (68 a 85%), e as chuvas, regulares sem serem copiosas (700 a 800 mm anuais, e 20 a 30 no Estio), uma rega, que fertilizam os terrenos sem os tornar gordos como os do Norte. Nem o calor (15.º a 16.º) tisa de Verão as vegetações, nem o frio do Inverno as atrofia. Por tudo isto, a população abunda...”*

Estes traços climáticos ajudam a entender outras características. Entre elas realçamos a policultura intensiva e o povoamento de tipo disperso constituído por diversos lugares como é comum nas áreas de maior densidade e antiguidade de ocupação humana. Integrando-se neste tipo de paisagem, encontramos vestígios da antiga casa rural construída em adobe (cf.: Moutinho; 1979; 91) e seguindo uma planta rectangular, com o seu pátio interior para recolha das alfaiais agrícolas e animais e caiada de branco, cujos traços a aproximam da antiga casa do sul.

## 1.2. Esboço geológico

A apreciação dos traços referentes ao povoamento e, sobretudo, ao desenvolvimento das actividades económicas responsáveis pela vida económica local, sugere uma análise mais detalhada da história geológica de toda a região litoral. Só assim se compreendem a existência de algumas actividades mais antigas e a manutenção de outras, relacionadas com as indústrias extractivas, que contribuíram decisivamente para animar a vida desta freguesia.

Vejamos alguns traços fundamentais (Figura 3).

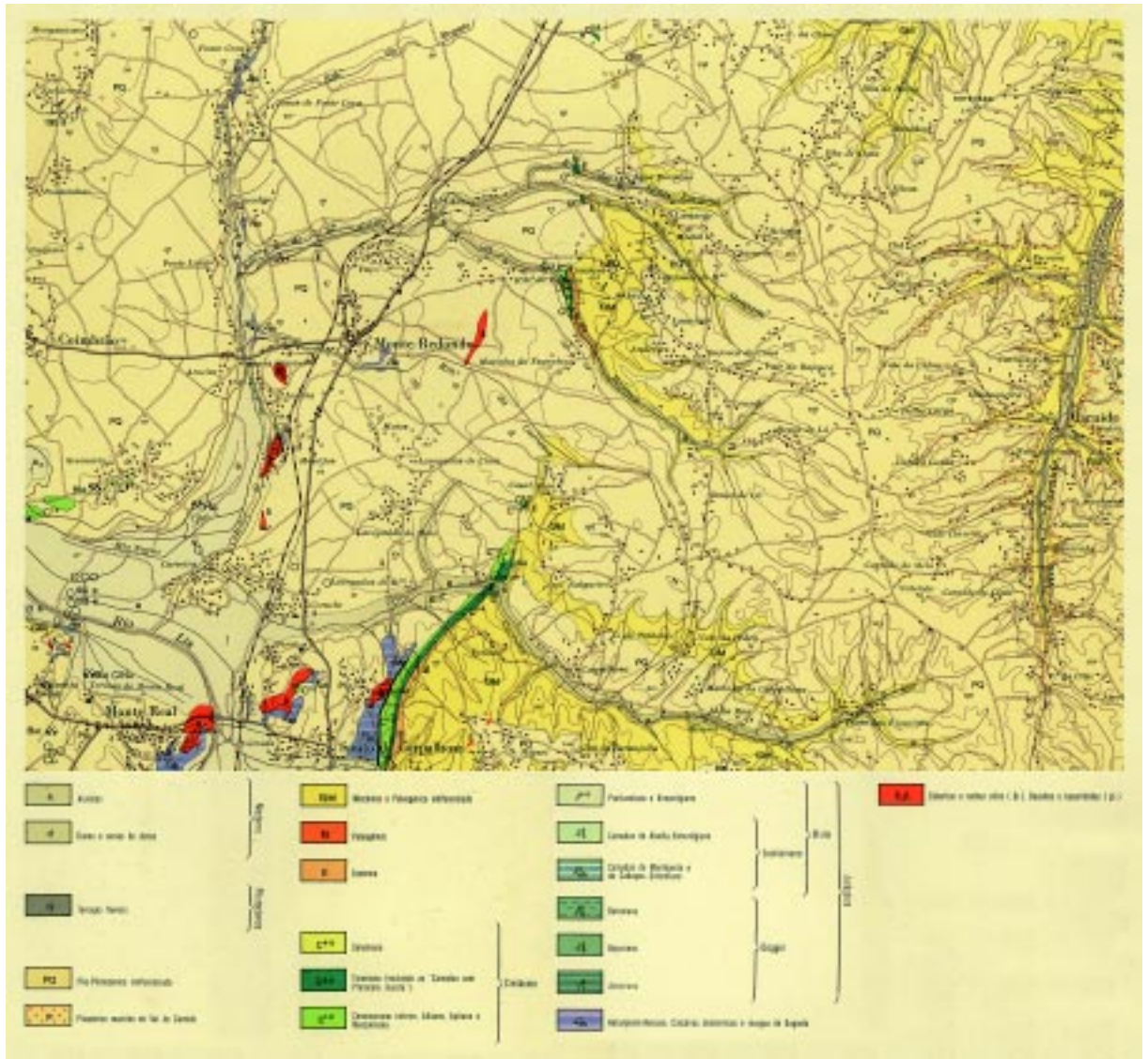
Ocupando uma área essencialmente dominada por rochas de natureza sedimentar, entrecortadas por outras formações geológicas como acontece com o Cabeço de Monte Redondo, encontramos subjacentes a esta cobertura diferentes formações rochosas que comprovam uma história geológica muito rica e ela própria marcada por perturbações várias. Assim, as formações mais antigas dominantes na área setentrional do “Pinhal Litoral”, onde se situa Monte Redondo, dão-nos conta de um passado geológico remoto quando, em clima árido, se terá começado a desenvolver um golfo litoral que se estendia das imediações actuais do Sado até ao Vouga (cf.: Teixeira; 1966; 139).

Este golfo permitiu a deposição de diversos sedimentos responsáveis pela formação de margas e de calcários, alguns com intercalações de gesso, com uma idade aproximada de 180 Milhões de anos, correspondentes ao Jurássico Inferior (Jurássico: um dos sistemas da Era Mesozóica). Alguns destes afloramentos podem ser encontrados nos arredores de Monte Redondo (em Fonte Cova e nas Cavadas), bem como próximo de Monte Real e do Souto da Carpalhosa, estando relacionados com os fenómenos de diapirismo local.

De realçar que o desenvolvimento do “*complexo argilo-salífero*” relacionado com a “*tectónica diapírica*” que aqui ocorre aflora em diversos locais, de Soure a Leiria, em Monte Redondo e em Monte Real e estende-se mais para sul, por S. Pedro de Muel, até Rio Maior. Próximo desta última povoação a exploração de sal-gema, mantida nos dias de hoje, é feita a partir da água retirada dos poços situados no fundo do vale (cf.: Teixeira, 1966; 135). Trata-se de um dos testemunhos do diapirismo que ocorre em toda esta zona do litoral.

Note-se que aquelas formações geológicas mais antigas correspondem aos terrenos do Mesozóico português (Era Mesozóica ou Era Secundária, sucede à Era Paleozóica e antecede a Era Cenozóica). Os seus depósitos ladeiam o grande Maciço Hercínico (de idade anterior), bem representado no interior do continente português e também na sua parte meridional. Este maciço é constituído por rochas de natureza magmática, especialmente por granitos e por rochas metamorizadas de tipo xistoso.





**Figura 3:** Esboço geológico

Os movimentos de transgressão marinha verificados durante o período Jurássico (entre os 180 Milhões de anos e os 135 Milhões de anos) foram, por sua vez, os responsáveis pelas formações sedimentares, sobretudo de natureza calcárea, que embora ligeiramente representados na freguesia de Monte Redondo cobrem largas faixas do interior, entre Tomar e Coimbra. Nalguns casos estas formações são

constituídas por *“depósitos de fácies salobra, acompanhados por leitos de carvão lignitoso (Cabo Mondego, Pombal, Porto de Mós, Leiria)”* (idem; ibidem; 144).

Já os movimentos marinhos registados no período seguinte, durante o Cretácico (Cretácico: último período e sistema da Era Mesozóica) ou seja, entre os 135 Milhões de anos e os 75 Milhões de anos, deram origem a novos sedimentos calcáreos representados principalmente no Souto da Carpalhosa, no Pinheiro e na Ribeira da Bajouca.

Estas formações geológicas surgem como testemunhos muito antigos constituídas antes do desenvolvimento da tectónica diapírica que marca a paisagem desta área do litoral. Por isso a topografia está dominada pela existência de um relevo pouco acentuado em que as elevações mais importantes andam justamente associadas a fenómenos de diapirismo relacionados com o desenvolvimento dos “vales tifónicos” comuns a esta área.

Carlos Teixeira (1966; 150) descreve assim estes acidentes: *“trata-se duma tectónica em que o papel principal pertence às rochas, essencialmente plásticas, do complexo hetangiano (margas, argilas salíferas, gesso, sal-gema, etc.. Comprimidas fortemente na profundidade, pelos terrenos assentes sobre elas, aquelas rochas tendem a movimentar-se no sentido das zonas de menor pressão, injectando-se através de fracturas e falhas, alargando-as e levantando os estratos”*.

Acrescenta ainda o mesmo autor (idem; ibidem): *“os vales tifónicos correspondem, por isso, a uma estrutura em anticlinal, cujo centro ou núcleo é formado pelo complexo margo-salífero, muito dobrado e erodido, e os bordos constituídos por calcáreos jurássicos e cretácicos fortemente inclinados para o exterior”*.

A concluir, precisa esta autor (idem; ibidem):

*“O fundo plano destes vales está, geralmente, coberto por terrenos detríticos modernos (pliocénico-quadernários); dele se destacam relevos quase sempre abruptos, dispersos de modo irregular, formados quer por calcáreos dolomíticos, compactos, pertencentes ao próprio complexo hetangiano subjacente, quer a domos ou filões de rochas doleríticas que ocuparam as fracturas iniciais da estrutura diapírica e facilitaram, talvez, a subida das massas plásticas. Os vales tifónicos relacionam-se, pois, com a acção de fenómenos tectónicos de natureza diapírica e do trabalho da erosão, que atacou mais facilmente os terrenos brandos, margosos do hetangiano, deixando em relevo os domos eruptivos e os calcáreos dolomíticos, assim como as rochas dos flancos”*.

No seu conjunto estes fenómenos ter-se-ão iniciado há cerca de 135 Milhões de anos, sendo que a datação do filão destas rochas eruptivas, existente na zona de Vermoil, foi datado em  $134 \pm 2$  Milhões de anos (Manuppella et al.; 1978; 44).

Precisando alguns aspectos da topografia local diremos que os afloramentos mais antigos de rochas sedimentares, de idade Terciária, representados por formações do Jurássico e do Cretácico, confirmam a existência dessa larga bacia de sedimentação representada pelos depósitos que cobrem as áreas circundantes de Redinha, de Pombal e de Vermoil e se prolongam mais para o interior pela serra do Sicó. Mas os traços mais salientes da morfologia são determinados pela existência dos referidos domos doleríticos e de rochas afins, responsáveis pelas maiores elevações que dominam a planície litoral entrecortada pela bacia hidrográfica do rio Lis. Destas elevações as mais importantes estão cobertas pelo castelo de Leiria ou estão relacionadas com os acidentes geográficos que deram os nomes às freguesias de Monte Real e de Monte Redondo.

Ainda a propósito destes acidentes, Manuppella, et al. (1978; 5) chamam a atenção para a sua relação com o *“diapiro de Monte Real, ... fortemente escavado pela erosão ante-pliocénica”*, que se prolonga para norte, em profundidade, *“até as proximidades da Lagoa dos Linhos”*. Este afloramento corresponde à presença de uma rocha eruptiva, constituída por *“gabros sub-ofíticos de quimismo atlântico”*, de estrutura *“compacta, granosa, de grão médio a grosso e de textura sub-ofítica grosseira”* (idem; ibidem; 44). Tais características conferem à rocha que aqui se extrai propriedades especiais de dureza, permitindo a sua utilização na pavimentação de estradas, no calcetamento de ruas e na balastragem das linhas de CF. Foi este tipo de utilização que alimentou, durante mais de meio século, a exploração das *“pedreiras”* de Monte Redondo (hoje abandonadas) após a destruição de um dos domos naturais e que alimentou uma parte significativa da população residente nos Montijos e à sua volta.

Relacionados com estas formações notam os mesmos autores (idem; ibidem; 20) a existência de diversos afloramentos representados por *“formações vermelhas”* de argilas, grés argilosos e conglomerados encontrados em Água Formosa, na Bajouca, no Pinheiro e no Souto da Carpalhosa e aproveitados pela indústria cerâmica local.

Ainda relacionados com a ocorrência deste diapirismo, encontramos depósitos mais antigos constituídos por *“margas e calcários dolomíticos do Infralias, com gesso”* (idem; ibidem; 42). Tratam-se de afloramentos do Hetangiano-Retiano (Jurássico inferior), responsáveis pelas jazidas de sal gema de que a *“Mina da Junqueira”* constitui um velho testemunho.

Resumindo, a paisagem que caracteriza esta área litoral onde se situa Monte Redondo, identifica-se pela *“existência de áreas tifónicas marcadas pelos cabeços de rocha que marcam o seu eixo”* (Custódio Morais; 1936; 8), circunstância que lhe confere uma certa singularidade.

A este respeito A. Girão (1941; 50), assinalou ainda o seguinte: *“particularidade notável da orla mesozóica e cenozóica é constituída pelos numerosos afloramentos de ofitos e dioritos que romperam através dos estratos, formando cúpulas ou cabeços por*

vezes bem salientes. Pelas suas boas condições estratégicas, foram estes cabeços de preferência escolhidos para nêles se erguerem fortificações militares, e daí o aplicar o nosso povo à rocha que os forma a designação curiosa de “pedra casteleira”. Citaremos, entre outros, o de Leiria, sobre que assenta o castelo medieval, o de Monte Redondo que deu o nome ao povoado, e o de S. Bartolomeu, junto da Nazaré, coroado por uma pequena ermida que serve de referência à navegação”.

Para melhor elucidação das características e da utilização das formações que formam o substracto geológico desta região apresentamos o Quadro I que sistematiza algumas dessas particularidades.

**Quadro I:** Características geológicas

Idade das Rochas	Natureza geológica	Características	Utilização	Localização
<b>Mesozóicos</b> (sedimentos depositados no fundo dos mares)	Cálcáreos, margas (mistura de calcáreo e argila), arenitos ou grés	Rochas permeáveis, fáceis de trabalhar. Solos geralmente pobres	Construções. Fabrico de cimento, de cal e vidros	Beira Litoral Estremadura, Algarve
<b>Cenozóicos</b> (depósitos Bacias Mondego de águas doces e salgadas)	Argilas, calcáreos, margas, calhaus rolados, arenitos, areias	Ter. férteis ou áridos (cons. a origem). As areias dão solos pobres. Fertilidade dos nateiros	Materiais de const. Matéria prima p/ ind. cerâmica	Lis, Tejo, Sado Algarve
<b>Quaternários</b> (acumulações recentes dos rios e do mar)	aluviões e areias	Esterilidade das areias (a não ser, sementeas de pinhal)	Fab. telha e de cimento	Orla marítima

in: Girão; 1941; 54 (adaptado)

Vejamos outros aspectos relacionados com a história geológica desta região. Posteriormente à ocorrência dos fenómenos a que temos vindo a fazer referência, a deposição de sedimentos nos períodos seguintes da Era Cenozóica ou Terciária (datada entre os 75 Milhões de anos e os 1,6 Milhões de anos), não aparece representada neste cenário. Em compensação são os depósitos sedimentares Quaternários, Plio-Plistocénicos (Pliocénico: sistema que representa a parte superior do Cenozóico superior; Plistocénico: sistema da Era Quaternária) indiferenciados, os que têm mais larga representação, a que se juntam os depósitos de aluvião existentes ao longo dos principais cursos de água.

Dos depósitos Plio-Plistocénicos (com idade inferior a 1,6 Milhões de anos), fazem parte alguns tufos calcáreos e, sobretudo, as formações arenosas de origem eólica que cobrem os terraços quaternários; as areias argilosas e as cascalheiras com elementos mal rolados; os arenitos com intercalações argilosas e muitas vezes com restos de vegetais fósseis, como sucede no Barracão; os arenitos e as areias de seixos bem rolados “relacionados com o episódio transgressivo do final do Pliocénico ou do Calabriano” (Manuppella, et al.; 1978; 8).

De acordo com os autores da carta geológica que nos serve de base (Manuppella et al.; 1978; 8), *“o complexo citado forma uma série de planaltos recortados pelos principais vales da região e cuja superfície corresponde ao topo do “depósito de acumulação”, subindo suavemente de W para E”* como se pode verificar através da topografia actual. Para C. Teixeira (1966; 157), esta topografia é o resultado da *“regressão antropozóica” ... “que não se realiza de uma só vez, mas se faz por avanços e recuos sucessivos, com paragens, de que restam depósitos e níveis de praia, dispostos em degrau até a linha de costa actual. Ao mesmo tempo, ao longo dos rios originam-se depósitos de terraço, às vezes extensos e espessos”*.

Em consequência destes movimentos encontramos ainda bem representados na topografia actual diversos níveis de praias marinhas, formadas durante a Era Antropozóica (ou Era Quaternária, a mais moderna Era geológica, iniciada com o aparecimento do homem). Particularmente representadas são as superfícies limitadas pelas cotas dos 130-200 metros que cobrem a parte interior da freguesia, e datadas do Calabriano-Vilafranquiano (Calabriano: andar correspondente à base da Era Antropozóica; Vilafranquiano: andar equivalente ao Calabriano).

Para além destas formações, com idade aproximada de 1,3 Milhões de anos, encontramos ainda os níveis correspondentes às praias marinhas de idade inferior: do Siciliano I (Siciliano: andar do Quaternário) — entre 1,3 Milhões de anos e os 0,65 Milhões de anos — representadas pelas cotas situadas entre os 80 e os 100 metros; do Siciliano II (entre 0,65 Milhões de anos e os 0,35 Milhões de anos), com cotas entre os 56 e os 60 metros.

Contudo, os níveis mais desenvolvidos são os das praias marinhas situadas entre os 30 e os 40 metros, correspondentes ao Tirreniano I (Tirreniano: andar do Quaternário) ou mesmo ao Tirreniano II, com cotas entre os 15 e os 20 metros, formados depois da glaciação do Riss (glaciação alpina quaternária). Esta antecedeu a última glaciação do Wurm (glaciação alpina quaternária), que ocorreu há menos de 0,1 Milhões de anos.

Os níveis acima referidos estão particularmente referenciados no mapa da Figura 4 onde se distingue, do litoral para o interior:

- o desenvolvimento de uma vasta área, de planície, com cotas inferiores aos 50 m de altitude, cortada de Norte a Sul pelos cursos de água tributários da bacia do Lis: Ribeira de Fonte Cova, Ribeira de Porto Longo e Ribeira da Aroeira (rio Negro). Fazem igualmente parte desta superfície, os vales da Ribeira de Santo Aleixo, a Norte e o vale da Ribeira da Carreira, a Sul;
- o desenvolvimento de uma superfície intermédia, com cotas entre os 50m e os 100m de altitude, que percorre longitudinalmente a parte interior da freguesia no seu contacto com as freguesias do Souto da Carpalhosa, da Bajouca e da Ilha;

- o desenvolvimento de uma superfície ainda mais interior, com cotas superiores aos 150m de altitude, que atravessando esta área no mesmo sentido longitudinal constitui-se como a espinha dorsal do relevo interior onde está escavado o vale da Ribeira de Carnide, que corre no sentido: Sul-Norte, e é tributária da bacia hidrográfica do rio Mondego.

Esta topografia, associada à existência de antigas superfícies de erosão, pode ser contemplada na parte interior da “Carta Militar” dos Serviços Cartográficos do Exército (folha n.º 273-Monte Redondo) em torno de St.º Ildefonso e de Estevães, respectivamente a 156m e a 137m de altitude. A leitura deste mapa confirma as observações acima referidas, nomeadamente a existência dos patamares topográficos e os vestígios de terraços fluviais a que anteriormente aludimos. Assim parte destas superfícies estarão associadas ao nível do mar mais elevado que ocorria ainda no “*Quaternário remoto, ou mesmo num Pliocénico tardio*” (Dinis; 1999; 153), o que obrigava que a foz do rio Lis se situasse então numa situação mais oriental e mais a norte do que a actual.

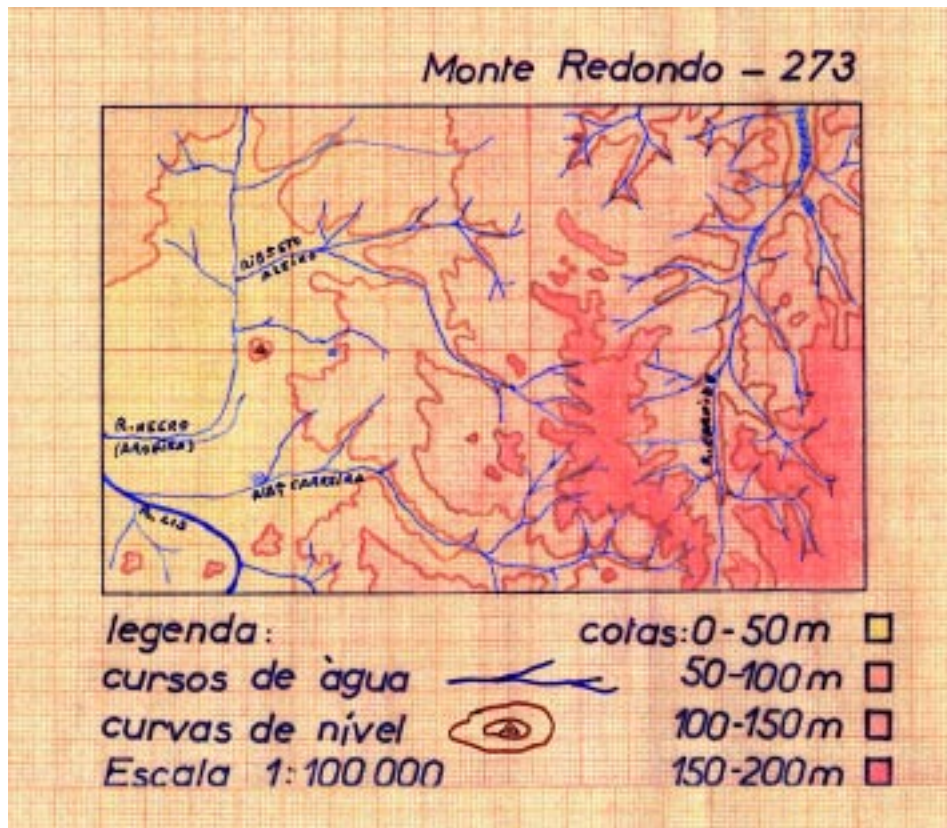
Estas observações poderiam ser reforçadas através da leitura dos perfis longitudinais dos cursos de água que atravessam este território e que confirmam o desenvolvimento e a extensão dos diversos patamares ou terraços que acabámos de descrever.

Note-se, que a fase de transgressão surgida nos tempos pós-glaciários, ou seja, depois da última glaciação do Wurm, está representada no litoral pelas praias marinhas com cotas da ordem dos 2 metros e correspondem à transgressão Flandriana (divisão do Quaternário, relacionada com a transgressão posterior à glaciação do Wurm). Esta transgressão ou seja, o avanço do mar sobre a superfície terrestre, é a responsável pela elevação gradual do nível das águas do mar, sendo testemunhada na actualidade pelo “*assoreamento progressivo das fozes dos nossos rios*” (Teixeira; 1966; 157) e pelas alterações da linha de costa ocorridas nas últimas centúrias.

Neste caso à acção transgressiva desenvolvida já no período pós-glaciário ou Holocénico (designação do Quaternário recente ou actual), deve juntar-se a acção da erosão talhada pelo mar nos relevos litorais, a sedimentação provocada pelas correntes marítimas, especialmente Norte-Sul e a sedimentação de areias de dunas responsáveis por algumas elevações do litoral. São estes os principais responsáveis pela topografia dominante nesta parte do nosso território.

Dos depósitos de aluvião existentes, bem representados ao longo do vale do rio Lis e do rio de Carnide, são abundantes as formações de areia, de lodos e de cascalheiras, muitas vezes com conchas marinhas. Por sua vez as areias de duna cobrem as áreas mais litorais do Pinhal do Urso, entre a Lagoa dos Linhos, o Carriço, Nasce-Água e o Grou e prolongam-se para poente em direcção ao Pedrógão e mais para sul por Vieira de Leiria e outras localidades do litoral.

A diferente natureza destes depósitos determina tipos de ocupação humana distintos. Com efeito, “enquanto as areias modernas nos dão um solo pobre e sêco onde vinga o pinheiro bravo, as do pliocénico, as antigas ‘gândaras’, vão sendo transformadas, ainda que com o labor do homem, nesses afamados campos de cultura que contribuem em muito para a riqueza da região de Alcobaça e Leiria” (Arala Pinto; 1938.I; 82). É o que vamos apreciar nas páginas seguintes.



**Figura 4:** Monte Redondo: rede hidrográfica e níveis de erosão

## Capítulo 2.

### Os primórdios da ocupação humana

*“O homem é um agente da fisionomia dos lugares, que a sua presença anima e as suas obras materiais carregam de nova expressão. Aos elementos naturais da paisagem: relevo, clima, vegetação espontânea, acrescenta-se uma acção humana que, através de elevadas densidades de população ou de longa permanência no decurso do tempo, introduziu nela transformações profundas e formas inteiramente originais”*

Orlando Ribeiro — *Ensaio de Geografia Humana*





## 2.1. Vestígios e testemunhos

A ausência de um inventário cuidado sobre os vestígios arqueológicos e de outros testemunhos históricos existentes nesta freguesia não nos permite identificar com rigor a antiguidade e os traços das diferentes civilizações que em épocas sucessivas terão ocupado este território. Contudo, os vestígios encontrados não muito distante de Monte Redondo, nas imediações de Monte Real, do Souto da Carpalhosa e nos arredores de Pombal, parecem sugerir uma ocupação humana anterior à “Idade dos Metais” nesta área litoral.

Vestígios de um povoamento neolítico sediado no termo norte de Leiria foram encontrados pelo Professor Manuel Heleno na “*gruta da Mata*”, ou “*gruta dos franceses*”, próximo de Monte Real, onde recolheu “*objectos de lousa, ornamentados de um só lado*”, o que levou a este Professor a afirmar de que se tratava de um “*ossuário neolítico*” com mais de meia centena de crâneos humanos (Alves; 1955; 24).

A este achado referem-se C. Morais (1936; 36) e Manuppella et al. (1978; 56), na notícia explicativa da carta geológica de Pombal, assinalando a importância deste e doutros achados relativos a indústrias pré-históricas nesta região litoral. Entre esses testemunhos destacam-se os vestígios de civilizações do Neolítico (Neolítico: divisão dos tempos pré-históricos, caracterizada pela indústria de pedra polida) e do Calcolítico, encontrados na Redinha — Pombal (Manuppella et al.; 1978; 56), e os “monumentos megalíticos” da Arroiteia, do alto da Feteira e do Alto da Carrasqueira.

Importa assinalar que no sopé do Cabeço de Monte Redondo, na sua vertente sul, encontramos restos de enormes blocos de rocha que embora deslocados pela força humana nos fazem lembrar, pela sua localização e posição face ao solo, monumentos funerários ou de carácter simbólico e religioso. É o que nos leva a supor ao apreciar os restos da cadeira da Moura e outros monumentos rochosos bastante danificados (para utilização da pedra) que encontramos nas vertentes deste monte que poderão guardar na sua disposição e simbologia, uma funcionalidade de interesse arqueológico ainda desconhecida. A ser verdadeira esta interpretação justificava-se a constituição de um “Parque Natural” que salvaguardasse o valor patrimonial (geológico e simbólico) do Cabeço, conjuntamente com as espécies vegetais e a fauna originárias desta terra e hoje em dia ameaçadas por outras utilizações e pelas ‘queimadas’ destinadas a abrir clareiras na luxuriante vegetação que cobre este maciço.

O contexto regional em que se insere estes achados confirma a observação de O. Ribeiro (1967; 123) sobre a antiguidade da ocupação humana nas áreas costeiras, a saber: “*o litoral exerceu também, desde sempre, forte atracção sobre as populações. Não é por acaso que se encontram, em restos das mais antigas praias quaternárias, os primeiros seixos frustemente trabalhados pelo homem.*”

Segundo Manuppella et al. (1978; 57) não se encontram na área da “carta geológica” de Pombal, vestígios da “época dos metais”. Por isso de data bem mais recente que os anteriores referem-se os achados arqueológicos encontrados próximo de Leiria e nos seus arredores, especialmente em S. Sebastião do Freixo (na estrada da Barreira). As peças aí encontradas parecem atestar uma importante ocupação romana confirmada pela existência de “um núcleo urbano importante ... e vários núcleos menores ou simples vivendas na periferia” (Cabral.l; 1993; 17), dispostas em torno deste centro.

Não nos surpreende por isso que dado o sistema de organização económico e social destes povos e as formas de exploração do solo, que compreendia diversas “parcelas, concedidas de forma precária a vários tipos de detentores”, os chamados “casales” (casais) e as “quintanae” (quintãs ou quintas) (Marques.l; 1976) tenham sido por sua vez divididas em glebas de menores dimensões.

A propósito da ocupação romana nesta área, descreve Pinho Leal (1874. IV; 80) “Em 1870, quando se andava construindo a estrada de Leiria para Figueira da Foz, descobriram uns trabalhadores junto à mesma estrada, n’um sítio denominado a costa de Martin Gil, a 1 kilometro, pouco mais ou menos, da cidade, um mosaico romano muito regular e bem feito”. A este achado podemos juntar a presença de outros testemunhos encontrados em Monte Real, onde a descoberta de uma lápide ou árula romana em calcáreo, conjuntamente com medalhas de cobre e latão do tempo dos imperadores romanos Aurélio, Alexandre, Pio e Filipe, confirmam a romanização deste território.

De acordo com a descrição deste achado, exposta nestas nascentes termas este local seria já conhecido no período lusitano-romano, “em virtude da acção terapêutica das mesmas águas elas se encontravam divinizadas e nelas se julgava residir o espírito duma ninfa”. A referida legenda, subscrita pelo Professor Manuel Heleno, diz ainda que: “esta inscrição é consagrada ao espírito da “fonte” e foi mandada gravar, em cumprimento dum voto, por Frontínio Alvito. Curado pelas águas, Frontínio Alvito declara nela ter cumprido de bom grado o voto que tinha feito”.

Acerca da importância desta romanização e tendo em conta o espólio encontrado nas proximidades da bacia do rio Lis é de crer que para além das residências das classes dirigentes e dos seus assalariados, se tenham desenvolvido nesta região actividades diversas relacionadas com a agricultura e com a extracção de minerais que garantiam a sobrevivência da antiga “Colipo”, (referida já por Plínio), e assegurado o seu domínio sobre as áreas adjacentes.

Tal facto, parece estar comprovado pela existência da antiga estrada romana, que ligava Lisboa a Braga e que, de acordo com Mário Saa (1944; 52), depois de Santarém, seguia “à Portela de Tremês, a Abrãao, ao vale da Trave... a Porto de Mós, a São Jorge, à Calvaria, à Azóia, a Leiria; subia à calçada dos Machados direito ao Outeiro da Ranha, a Almagreira, ao Sobral, a Soure, a Vila-Nova-de-Anços, à Pereira, a Coimbra”.

Era a estrada de Sellium (Tomar). Note-se que o traçado desta via aproveitava a topografia do terreno não indo directamente a Pombal, devido ao acidentado do solo, mas sim em direcção a Soure dado haver por aqui melhores condições de circulação.

Os vestígios mais evidentes desta ocupação parecem referir-se ao século II A.C. depois deste povo ter invadido a Península Ibérica. E a notícia da sua fixação (ou apenas da passagem) no termo da freguesia de Monte Redondo, não estando globalmente confirmada, pode constituir-se como bastante provável tendo em consideração a tradição de algumas actividades económicas, a referência a alguns topónimos e a localização desses “sítios” na área da antigo Colipo e das termas de Monte Real. Entre os aspectos mais salientes dessa presença recordamos o peso da cultura cerealífera, a exploração do sal (Junqueira) e a tradição cerâmica.

Eventualmente podemos ainda pensar na utilização de diversos cais da bacia hidrográfica do rio Lis, então menos assoreado que na actualidade, que poderão ter servido de apoio ao tráfego marítimo orientado para a capital do império romano ou mesmo para algumas das suas possessões. A acrescentar a esta actividade não nos surpreende que esses ancoradouros, entre os quais se conta o de Porto Longo, tenham servido de local de embarque para outros produtos que não só os provenientes da exploração agrícola (cereais e vinho) e salineira. Entre eles podemos destacar o ferro do Braçal, a cerâmica oriunda dos fornos da Bajouca, os panos produzidos nos teares locais e certamente estampados no Pisão.

O desenvolvimento destas actividades nas áreas vizinhas parece comprovar a influência romana neste território e um tipo de organização social e de ocupação humana *“dirigida pelo ‘dominus’”* (cf.: Arala Pinto; 1938.l; 45) que *“derrubou muita floresta e desbravou muito terreno, vindo criar nas encostas e planícies, campos de cultura, ricos então de matéria orgânica e escolhidos nos pontos onde a irrigação natural seria mais fácil e de rendimento da terra mais lucrativo”*. Este trabalho terá prosseguido com os visigodos, com os árabes e com os outros povoadores que em datas posteriores aqui se fixaram.

Tendo em conta as características da organização administrativa imposta por esta antiga civilização mediterrânica e as formas de ocupação humana assentes na existência de uma rede de “villae” parece-nos adequado, tratando-se de uma área geográfica relativamente vasta, enquadrar a análise dos fenómenos do povoamento romano em torno de uma rede de nós e de centros de relação nos quais incluímos alguns lugares do termo de Monte Redondo. Como veremos mais além também a toponímia local parece revelar vários vestígios dessa ocupação.

Note-se que mesmo escasseando inúmeras referências à acção e à presença das diversas civilizações mediterrânicas que influenciaram este torrão litoral a norte do rio Lis, não deixamos de evocar as vicissitudes por que passaram os primeiros colonos na sua luta insana contra a natureza e a posse da terra. Tal veio a verificar-se não só em

relação a Leiria e ao seu termo imediato (segundo Vasconcelos; 1980.II; 350 — termo: *“arredores de povoação”*), como em relação às demais freguesias que, em tempo, fizeram parte da paróquia de Monte Redondo e dela se desmembraram para se constituírem como freguesias independentes: caso de Coimbrão e da Bajouca.

Comprova-o a descrição de C. Morais (1936; 36) que escreveu tratar-se de *“uma região plana, de solo pobre, onde quasi só o pinheiro medra, e à qual uma luta secular do homem tem conseguido dar-lhe uma fraca fertilidade, pois quasi só milho e batata produz, em anos em que não falta a chuva...”*. Por isso, tal como observou O. Ribeiro (1968; 110) em relação a outras áreas do mundo mediterrâneo, também aqui a acção do homem — considerado *“mais um elemento da fisionomia dos lugares, que a sua presença anima e, há milénios, vem penosamente modelando”* — contribuiu para reforçar a existência dos pequenos *“casais”* e dos núcleos de povoamento mais ancestrais existentes neste território.

## 2.2. Leitura da toponímia local

A natureza sedimentar deste território justifica a ausência de testemunhos arqueológicos significativos, facto que é comum às demais áreas de natureza arenosa que dificilmente conservam fragmentos evocativos da antiguidade e das formas de ocupação humana e de dominação social mais remotas. Por isso há que encontrar na toponímia local a ajuda que nos facilite essa interpretação. É a tarefa a que ora nos dedicamos tendo por base o levantamento da diversidade de topónimos encontrados nas proximidades do *“casal”* de Monte Redondo e que nos evocam aspectos e origens distintas da sua ocupação humana.

Tarefa bem complexa, a que nos propomos realizar...

Como sugere Moisés Espírito-Santo (1988; 255-256), *“descobrir a significação desses nomes é penetrar na lógica do ‘baptismo dos sítios’: quais os sítios nomeados e quem lhes atribuiu o nome; a funcionalidade desses nomes; a relação dialéctica entre os nomes, os sítios e as pessoas que neles moram, o critério da atribuição de um nome e não de outros, as resistências à evolução ou ao desaparecimento dos nomes antigos, etc.”*

Para além disso como demos a conhecer através das referências à história geológica, a área do nosso estudo dispõe de recursos minerais muito diferenciados, de que constam explorações de areias, argilas e caulinos, gesso e águas minerais, conjuntamente com solos dotados de alguma fertilidade. Não admira por isso que alguns vestígios arqueológicos, ainda insuficientemente explorados, apontem para uma presença humana muito antiga nesta parte do litoral português. Isso foi verificado próximo de Monte Real, onde foi possível encontrar restos de indústrias paleolíticas (cf.: Manupella et al.; 1978; 56) (Paleolítico: Divisão dos tempos pré-

-históricos, caracterizada pela indústria de pedra lascada), na Arroiteia e no sítio da Redinha (Pombal), onde foram encontrados instrumentos do Neolítico — divisão dos tempos pré-históricos, caracterizada pela indústria de pedra polida — e do Calcolítico (idem; ibidem).

Para além dos vestígios acima referidos o estudo da paisagem humanizada e dos sítios mais comuns parece comprovar que o termo de Monte Redondo terá sido povoado por povos mediterrânicos — eventualmente por fenícios — que desde a alta antiguidade visitavam a Península Ibérica e que *“ou a um momento ou a outro, a colonizaram”* (E. Santo; 1988; 273). Referências desta ocupação são evidentes na toponímia em redor que parece comprovar uma presença humana muito antiga, oriunda do Médio Oriente, e cujos efeitos se terão feito sentir durante os dois últimos milénios que antecederam a era actual.

Vejamos algumas manifestações dessa presença tendo por base o valioso estudo de M. E. Santo (1988) relativo às *“Origens orientais da religião popular portuguesa”*.

Sendo certo que, no dizer deste autor (idem; ibidem; XV), *“a toponímia se organiza por constelações de nomes”*, alguns dos topónimos locais fazem crer que a área do nosso estudo se situa numa região rica de vestígios de uma ocupação *“fenício-cananita”* (idem; ibidem; 273) responsável pela difusão do hebraico no actual território português, antes da difusão do latim.

Adianta o mesmo autor (idem; ibidem; 274) que a análise da microtoponímia desvenda, através do aprofundamento das constelações de nomes, sinais evidentes de que *“a língua hebraica ou uma língua semita com muitas afinidades com esta, foi a língua falada antes do latim em todo o território português do Algarve ao Minho”*. Tal terá facilitado, conjuntamente com a prática da mesma religião e a consolidação da mesma estrutura económica, atribuir *“ao mundo lusitano e galécio pré-romano o conceito moderno de nação”* (idem; ibidem; 274).

Assinala o mesmo autor (idem; ibidem) que tendo persistido durante *“dois ou mais milénios”*, essa língua foi falada pelo povo até à Alta Idade Média, o que justifica a persistência de nomes mais antigos antes da sua latinização.

Tendo presente o estudo daquele autor, ficamos a saber que o território do “casal” de Monte Redondo apresenta características naturais que terão favorecido o estabelecimento de um “clã” (Redondo?) próximo do local de culto privilegiado ou seja do “monte” onde deveriam ter lugar as práticas religiosas.

Transcreve-se de E. Santo (1988; 3), o seguinte:

*“A atracção pelas alturas é uma característica das religiões dos semitas, as quais se reconhecem facilmente por esse facto. Que a tribo fosse nómada ou seden-*

*tária, ela acreditava encontrar a divindade mais perto da solidão, nas falésias inacessíveis, no cimo dos montes ou, por contraste, nos vales fecundos, perto das fontes. Onde a natureza fosse sublime ou risonha, o semita julgava conveniente honrar a divindade, por dever antes de mais, mas também para que ela lhe garantisse o sucesso”.*

Note-se que nem só os montes mais elevados reuniam carácter sagrado. Como se disse os lugares de culto, os santuários, poderiam igualmente estar situados em vales, nestes casos devendo a sua origem à presença de um rio.

Tendo presente a topografia local verificamos existirem condições favoráveis para que essas práticas religiosas tivessem lugar quer no cimo do monte quer junto dos vales férteis que se estendem na sua base. Tomando como exemplo a constelação dos lugares formada por: Porto Longo, Fonte Cova (próximo de Nasce-Água) e Guia (ou a sua Lagoa), parece comprovar-se os traços mais remotos dessa ocupação humana que terá estado associada ao culto e às deusas da fertilidade; às fontes e aos vales fecundos tidos por *“terrenos consagrados”*, que serviam de *“asilo à divindade e aos homens”* (idem; ibidem; 3).

No dizer do mesmo autor, *“esse local era o próprio templo, um santuário a céu aberto”* (idem; ibidem) pelo que podemos associar a esta primeira constelação de topónimos a proximidade do *“lugar do dote”* (onde teriam lugar os casamentos) identificado pelo lugar das Morganiças.

Vestígios dessa presença hebraica ou cananita pode estar igualmente associada à localização da chamada cadeira da Moura (cujos vestígios repousam no Cabeço de Monte Redondo). Este monumento megalítico (por incúria humana, parcialmente destruído), pode ter servido como *“testemunho de um acontecimento memorável, contrato ou ocupação de um território pelas gentes da sua raça”* (idem; ibidem; 4).

A origem deste monumento e a sua função andam associadas às lendas sobre os tesouros enterrados em seu redor comprovando assim a antiguidade das manifestações religiosas nesta área. Note-se ainda que, no dizer deste autor (idem; ibidem; 223), *“os mouros dos mitos populares, que se referem geralmente à civilização pré-romana, identificam-se perfeitamente com os Fenícios. Os Romanos chamavam “mouros” aos Fenícios cartagineses”.*

Tomando por base o estudo de M. E. Santo (1988) e a presença destas manifestações de religiosidade traduzidas na identificação de diversas constelações de lugares de culto e outros que se encontram nesta área, parece comprovar-se a existência de uma coerência social e económica muito antiga no povoamento desta região litoral. Por outro lado, testemunha-se a acção dos diversos povos e civilizações orientais e mediterrânicas, nomeadamente fenícios e cananitas, que há cerca de três milhares de anos terão habitado este território.

Como demos a conhecer para além da acção destas civilizações encontramos diversos testemunhos lusitano-romanos que confirmam um povoamento muito antigo deste extremo norte do “Pinhal Litoral”. E embora os elementos disponíveis não nos permitam identificar os núcleos de fixação humana mais remotos ou a sua evolução no tempo sugerem-nos, mesmo assim, a existência de núcleos mais reduzidos de um povoamento que se terá alicerçado com a fixação desses colonos e com a chegada de novos moradores. Recorde-se que a situação da costa em tempos recuados foi bem diferente da actual e antes do assoreamento registado nos últimos milénios haveria um contacto mais directo entre o mar e alguns sítios localizados no interior.

Como descreve Dinis (1999; 153), “no Quaternário mais recente o rio Lis desaguava para Norte, junto dos depósitos do Osso da Baleia” correndo para aí através do “Fosso do Lis” até próximo de Monte Redondo e inflectindo depois para NW a norte desta localidade. Mais recentemente estas transformações são testemunhadas pelas deambulações da bacia do rio Lis, que no início da nacionalidade deveria desaguar junto das “Pedras do Pedrógam” (cf.: Arala Pinto; 1938.I; 163), possivelmente no local hoje conhecido pelas “Pedras”, a sul da antiga povoação piscatória.

Sendo que o leito actual “foi aberto artificialmente em 1701” (Dinis; 1999; 156), estas variações justificam-se pela acção dos ventos e das correntes marítimas litorais que se faziam sentir com igual intensidade entre “os esporões do cabo Mondego e da Nazaré (sítio)”. Estes “serviram de pontos de apoio à formação e progresso doutros cordões da mesma natureza, que, ligando-se entre si, vieram dar à costa uma impressionante regularidade...” (Girão; 1941; 105).

À semelhança do que se passou com a costa entre o Mondego e o Vouga, este fenómeno de sedimentação foi realizado lentamente, deixando a descoberto diversas gerações dunares: as mais antigas responsáveis pelas formações de maior altitude a afastadas da linha litoral; as mais recentes, formadas já pela intervenção do homem quando da florestação desta área incrementada em meados do século XIX. E a natureza destes terrenos está patente na toponímia que identifica um número significativo de palavras que sugerem uma presença remota do homem nestas terras de natureza inóspita, rude e agreste, como era o território situado a norte das Gândaras do Lis. No dizer de Fernandes Martins (1949; 5), aqui “a agricultura só é possível graças a um esforço tenaz”.

Também C. Morais (1936; 36) chama a esta grande extensão de areais situadas a norte da bacia do Lis, a “Gândara de Monte Redondo”, que se prolonga por Pereira de Sousa, até ao Mondego.

Tratando-se de áreas inicialmente estéreis a sua ocupação foi feita de forma lenta mas persistente, acompanhando o movimento geral da colonização do nosso território. Tal facto foi sobretudo notado no período posterior à Reconquista e poderá inserir-se no movimento geral de fixação das populações iniciado pelo poder régio



durante a primeira dinastia com o auxílio da Igreja e das ordens religiosas. No entanto antes desse esforço de colonização o território que hoje ocupamos fora já disputado por outros povos e civilizações, servindo de lugar a *“estabelecimentos efémeros dos povos primitivos”* (Vidal de la Blache; 1954; 240) ou mesmo a *“refúgios e abrigos de circunstância”*.

Embora tendo presente que alguns destes estabelecimentos mais primitivos, tenham tido um carácter efémero, a fixação de gerações sucessivas no mesmo lugar, com a concentração das suas actividades, o domínio e a organização do espaço envolvente acabam por realçar o significado geográfico desses núcleos de povoamento. E como observa este autor (idem; ibidem; 241), *“é nos países de velha civilização que a complexidade dos factos torna a observação mais difícil”*, já pela evolução e influência das diversas civilizações, já porque a acção do homem sobre o meio tem vindo a alterar profundamente as próprias condições naturais.

No seu tratado de Geografia Humana escreve este autor (1954; 239), *“a permanência dos estabelecimentos é proporcional ao património acumulado no local, aos melhoramentos realizados, às relações adquiridas”* donde, devemos procurar na toponímia local o significado dos diversos sítios de fixação humana, dos mais antigos e reveladores das diferentes condições geográficas aos mais recentes, resultantes da colonização actual.

Procedendo desta forma, apontamos alguns exemplos dos topónimos tendo presente, como observa E. Santo (1988; 257), que *“a lógica da nomeação dos sítios pelos rurais é o da unicidade, ou individualidade: pois que os locais não se confundem, assim os respectivos nomes são supostos inconfundíveis”*. Prossegue o mesmo autor (idem; ibidem; 259) defendendo que a toponímia portuguesa utiliza, sobretudo, *“etnónimos (nomes de etnias)”*, sendo que *“os sítios foram nomeados por aquilo que objectivamente eram, sem terem em conta valores estéticos”*. Daí que a proposta de interpretação da toponímia antiga por ele sugerida (idem; ibidem; 260-261), assenta na utilização de vários ‘sistemas’: o *“sistema verbal”*; o *“sistema local ou geográfico”*; o *“sistema histórico e legendário”* e a *“constelação local”*; todos eles inseparáveis uns dos outros e a funcionarem simultaneamente.

Embora correndo o risco de seguirmos muito próximo o chamado *“método literário”* ou seja, procurar a *“origem do topónimo a partir das regras da escrita e da semântica”* (E. Santo; 1988; 256), parece-nos que nalguns casos este método pode resultar; noutros, porém, ficam-nos muitas dúvidas. Mesmo assim, valendo-nos das recomendações deste autor e da classificação já proposta por Gomes (1986; 8), reconhecemos localmente a existência de diferentes topónimos: *“hidronímicos”*; *“fitotopónimos”*; *“topónimos de cariz agrícola”*; *“antropónimos”* e *“hagiotopónimos”*; que identificam lugares situados na área do nosso estudo, com características inóspitas e agrestes, embora cruzada por vales de grande fertilidade.

Para o efeito consultámos ainda alguns dicionários, nomeadamente o *“Grande Dicionário de Língua Portuguesa”* (Silva; 1949-1959) e outras fontes referidas no texto que nos confirmaram a origem de alguns vocábulos que identificam lugares e as “constelações” de lugares próximos do “casal” de Monte Redondo ou com ele directamente relacionados.

Seguindo a proposta de Gomes (1986; 8) começamos por destacar alguns dos topónimos, de *“cariz agrícola”*, que realçam as relações do homem com a terra identificando, em primeiro lugar, o topónimo de ‘Sismaria’ (ou ‘Sesmarias’, também conhecido localmente). Esta designação, aponta para a existência de um estabelecimento humano bem antigo e para uma forma de organização social associada a um *“processo de repartições dos terrenos próprios para a agricultura”* especialmente de cereais, trigo e cevada, cultivados nesta área (Silva; 1954).

Neste caso a origem das ‘Sesmarias’ (terras divididas por colonos: cf.: Serrão; 1989.V; 542-543), representadas ao longo da bacia do rio Lis, está relacionada com o povoamento de todo este vale e das terras de Ulmar. Correspondem ao processo desencadeado pelos primeiros monarcas portugueses após a fixação das fronteiras do reino e o desbravamento dos incultos muitos deles deixados pelos mouros.

Recorde-se que a *“Lei das Sesmarias”* (promulgada em Santarém a 28 de Maio de 1375), procurou *“fixar os trabalhadores rurais às respectivas terras, diminuir o número de herdades despovoadas e promover o amanho de matagais e de baldios”* (Serrão; 1989.V; 544). Assim, caso as terras não fossem devidamente aproveitadas, a sua expropriação era a sanção aplicada aos respectivos proprietários. Procurava-se, desta forma, responder à crise de mão-de-obra, ao despovoamento rural e à redução da produção agrícola que se fez sentir em Portugal durante a segunda metade do século XIV.

Ainda relacionada com a actividade agrícola, mas sugerindo um tipo de ocupação senhorial (talvez uma primitiva instalação), a designação de ‘Paço’ (recorde-se o nome antigo de, “Paço da Albarda”), faz supor a existência de uma casa nobre e sumptuosa onde se aposentavam os reis e a corte, *“onde se demoravam”* nas suas deslocações pelo reino (Silva; 1954). Poderia ter sido no entanto uma casa mais modesta mas do mesmo tipo, cujos vestígios não sabemos desvendar.

Sobre este assunto escreveu Vasconcelos (1980.II; 636): *“significa Paço na origem “paço pequeno”, e na toponímia ou isso mesmo, ou uma casa ou propriedade chamada Paço, menor que outra com igual topónimo”, sendo que: “os Paços, pelo contrário, correspondem exclusivamente a propriedades da casa real, e a casas de fidalgos e próceres, de eclesiásticos graduados, e de Ordens religiosas (monásticas e militares)”* (idem; ibidem; 637).

Também E. Santo (1988; 279) afirma que Paço significa: *‘palácio real’, parque real’*. Estas referências corroboram as afirmações de Gomes (1986; 28) de que este

topónimo seria uma *“reminiscência da antiga casa senhorial de Estevão Gomes”*, provavelmente descendente de um *“cavaleiro do rei”* que, *“na década de 1130 e posteriormente, se estabelecem em Leiria e encetam a colonização do seu alfoz”* (Gomes; 1986; 25).

Um outro topónimo, ‘Quinta’, remete-nos para a existência de uma propriedade com características rurais. Vasconcelos (1980.II; 342) nota que: *“quintas (em sentido especial) — é costume na Beira-Baixa (em alguns sítios, pelo menos) designar por quintas, no plural, as que ficam nas baixas de certas povoações, e próximas d’elas...”*

Discorrer sobre a possibilidade da existência de uma exploração antiga no ‘Paço’ ou na ‘Quinta’ e relacioná-la com a ocupação romana de Monte Real ou já com o burgo medieval de Leiria, mesmo antes de ser ocupada por cristãos ou mesmo pelos mouros, afigura-se-nos como uma possibilidade que pode ser corroborada através de outros testemunhos relativos a essa ocupação humana. Assim o entendemos quando verificamos o traçado dos limites do “casal” de Monte Redondo e a referência a nomes que parecem familiares de alguns dos nobres que viveram no burgo medieval de Leiria.

A apreciação da toponímia local sugere-nos ainda a influência do meio: *“quadro complexo de condições variadas de clima, solo, associações vegetais, posição, situação, relevo”* (cf.: Vidal de la Blache; 1954; Introdução), que ao actuar sobre os grupos humanos, leva estes a reagirem e adaptarem-se *“activamente a essas condições, determinando-se por uma ou várias das possibilidades que o meio oferece”* (idem; ibidem).

O desenvolvimento das actividades agrícolas parece justificar a existência de pequenos “oásis” de fertilidade no seio de terrenos mais estéreis. Poderão estar neste exemplo os casos de ‘Cavadas’ e de ‘Lavegadas’. Parece-nos provável que estes lugares estejam associados a arroteias que permitiram a abertura de áreas agricultáveis, através da cava (Silva; 1949), quer pela transformação dessas terras incultas em áreas de maior cultivo.

Será ainda o caso de ‘Grou’, *“pequena courela de terreno cultivável”* (Silva; 1949). Ou decorrerá esta designação por se verificar no local, durante o Inverno, a concentração de aves de arribação do género ‘Grus grus’? É uma justificação que não nos surpreende tendo em conta a relativa proximidade do Atlântico e a evolução da linha de costa litoral.

Como assinala Gomes (1986; 8), *“topónimos de cariz agrícola”* são ainda: ‘Casal’, ‘Granja’, ‘Lamarão’, ‘Lameiras’ e ‘Arroteia’, nomes de lugares próximos de Monte Redondo. A sua origem poderá estar associada ao povoamento medieval e à formação de novos “casais” que acompanharam a colonização dos campos do Lis e de Ulmar bem como das terras limítrofes conquistadas durante a Reconquista ou já depois durante a fase de desenvolvimento das actividades económicas e de colonização iniciada na Idade Média.

Para E. Santo o exemplo do 'Casal Novo' sugere-lhe o nome do "lugar de pasto", propriedade do "solar do chefe" situado bem próximo, na 'Lage'. E a proximidade de 'Relvinhas', como lugar da residência dos criados, parece confirmar esta descrição.

Mais simples de compreender é o significado dos nomes dos lugares que indiciam o carácter agreste e inculto destes terrenos, muitos dos quais incluídos no grupo dos "*fitotopónimos*" (Gomes; 1986; 8). Associando esta proposta à consulta de Silva (1949-1959) ficamos a saber o significado de algumas dessas designações, tais como 'Brenha', 'Bouça', 'Charneca', 'Mata' e 'Moital'. No seu conjunto estes nomes parecem assinalar a existência de matagais e de terrenos incultos, onde só cresce mato, moitas e outras espécies arbustivas rasteiras e de pequeno porte.

Note-se que o recurso de vocábulos antigos, como o de 'Brenha' e de 'Charneca', certamente de origem pré-romana (cf.: Machado; 1967), poderá significar uma formação bem mais remota destes lugares estando associada à ocupação de outros povos invasores que anteriormente aqui poderão ter permanecido.

Já o topónimo de 'Pinheiro' parece associado à "floresta de pinheiros" que cobrem toda a área adjacente ao 'Cabeço da Fraga', pertencente à freguesia do Souto da Carpalhosa. Para E. Santo a sua localização no seio da constelação dos lugares de origem cananita que identifica nesta área, 'Pinheiro' tem outro significado: o de fronteira com o território vizinho.

E 'Bouça', será um vocábulo minhoto, denotando o carácter bravo da vegetação ou seja, o "*local onde se cria mato para adubo por não ser próprio para cultura*" (Machado; 1967; 455) ou traduz a herança bem mais antiga de lugar com topónimo de origem hebraica (ou fenícia) que significa "*fortaleza*" e propriedade, conforme descreve E. Santo (1988; 367)?

Seguindo as orientações deste autor (idem; ibidem; XV), sendo que "*a toponímia se organiza por constelações de nomes*", se associarmos esta designação à que o mesmo nos sugere (idem; ibidem; 287) acerca do topónimo de 'Ilha' — como tratando-se de uma "*proeminência costeira, de acordo com o terreno*" — somos obrigados a pensar, como provável, a presença fenícia nesta área como se terá observado noutras terras do litoral situadas mais a norte.

Tal não nos surpreende tendo em conta a evolução da nossa costa ou o facto de podermos associar este topónimo, em constelação com o de 'Guia', muito próximo do lugar considerado. Neste caso seria a ermida de N.ª Sr.ª da Guia, que à data da sua construção teria sido erguida não muito distante da linha da costa, que parece confirmar a possibilidade desta funcionar como um referencial da navegação marítima.

É esta a interpretação que nos é dada por E. Santo (idem; ibidem; 38) que afirma: "*A senhora da Guia representa-se com uma estrela na mão e encontra-se sobre as falésias ou montes sobranceiros aos mares e aos rios.*"

Ainda a propósito desta toponímia, Vasconcelos (1980.II; 335) define como 'Ilha, como uma *"povoação pequena, avulsa, e apartada de outra, que se tem por principal"*. Não sabemos, nesta constelação de lugares qual seria, no entanto, a mais importante...

Embora correndo o risco de utilizar outros *"fitotopónimos"* (*"derivados de nomes de ervas e plantas"*; cf.: E. Santo; 1988; 256), a permanência de certas espécies vegetais concentradas em determinada área, sugerem-nos novas interpretações acerca da vegetação dominante. É o caso de 'Ervedeira' (nome de planta ericácea) .

Pela nossa parte entendemos que este topónimo está de acordo com a interpretação de Vasconcelos (1980.II; 60): *"o medronheiro, que em algumas terras se chama érvedo, do latim arbustus, d'onde vieram as palavras Ervedal, Ervedo, Ervedosa, Ervedeira; o medronho, além de servir para d'ele se fazer agua-ardente, é comestível"*. Esta interpretação é corroborada pelas observações de Arala Pinto (1938.I; 121) acerca da composição da lenhite encontrada no "Pinhal do Rei" e na qual se encontram vestígios abundantes desta última espécie.

Note-se ainda que entre os *"fitotopónimos"* referidos por Gomes (1986; 8), encontram-se os nomes de lugares de: 'Carrasqueira', 'Feteira', 'Junqueira', 'Loural', 'Salgueira' e 'Matos'. Em nosso entender e à semelhança do que assinalámos com o já referido lugar do 'Pinheiro', estas designações parecem estar associadas à existência e abundância de determinadas espécies vegetais nos locais que agora evocamos.

Outros nomes estão mais associados à topografia local ou à natureza do terreno. No primeiro caso podemos recordar o nome de 'Cabeço', ou seja um *"cume arredondado"*; e 'Montijos', que Silva (1949) descreve como sendo um *"montículo em forma de pirâmide"*.

A história geológica destes lugares é a mesma. Por isso observando a topografia local, não nos é fácil dissociar esses sítios da morfologia dominante que no dizer de Santa-Rita (1982; 44) se caracteriza por ser uma *"região original, polimorfa, de relevo ondulado"* o que constitui *"desde o mar ao Maciço Calcáreo Estremenho, uma das notas mais vivazes da terra portuguesa"*.

Como referimos, a natureza e a abundância de água em certos terrenos, muitas vezes favoráveis à criação de gado, associa-se à identificação de novos lugares. É o caso de 'Brejo', 'Paúl' e 'Lameiro', que identificam a natureza húmida e alagadiça — própria para a cultura do arroz — e a aptidão agrícola, devida à maior concentração em húmus, de alguns destes sítios. Eventualmente a designação de 'Lagoeiro', que corresponde à existência de *"charco de água pluviais depositadas e estagnadas em covas ou depressões naturais"* (Silva; 1954), pode ter idêntica interpretação.

Designação semelhante será a de 'Lezíria', que se aplica globalmente aos terrenos que marginam um curso de água *"e que ficam alagados quando das*

*enchantes*” (Silva; 1954). No caso vertente a situação deste lugar, na proximidade da ‘Aroeira’ (nome de árvore da família das anacardiáceas) e da ribeira do mesmo nome, merece bem tal designação.

Em relação a estes vocábulos a consulta de Machado (1967) leva-nos a crer que estes topónimos, de origem árabe ou por eles conhecidos, poderão estar relacionados com estes povos desde a sua passagem por este território. Tal facto é corroborado pela sua proximidade e pelo imaginário popular recriado em torno da ocupação moura do Cabeço, do vale de Porto Longo e de outros lugares próximos, palcos de lendas relacionadas com esta ocupação.

Dos *“antropónimos”* referidos por Gomes (1986; 8), ‘Estevães’ (de, Estevão Anes?) será um exemplo a reter relacionado, certamente, com as terras pertencentes a este fidalgo.

Já dos *“hagiotopónimos”*, nomes de santos, frequentes na Idade Média tais como St.º António, S. Bento, S. Miguel e St.º Aleixo, só o lugar de ‘Santo Aleixo’ é conhecido localmente, levando-nos a supor a sua origem medieval. Neste caso a sua fundação pode estar relacionado com a fundação de um casal ou associado a alguma ermida erecta em devoção deste santo (que segundo a tradição popular terá deambulado entre o lugar de St.º Aleixo e a Capela da Bajouca).

Outras topónimos fazem-nos supor novos fenómenos. Neste caso a designação de ‘Marinha’ (salina), parece-nos ligada quer à proximidade do mar, quer à exploração do sal. Note-se que em toda a zona litoral esta designação é muito frequente, quer a norte quer a sul do rio Lis onde encontramos, a sul: Marinha Grande e Marinha Pequena; a oriente de Monte Real, Marinha de João da Rua; a oriente de Monte Redondo, Marinha do Engenho. Já mais a norte, Marinha das Ondas e Marinha Baixa.

Acerca da localização destas povoações observa Custódio Morais (1936; 43) que todas elas se situam *“muito perto da curva de nível 75 do vale do Liz”*. Segundo este autor, *“a palavra marinha não significava, como hoje, o local onde se faz sal, mas a parte baixa, junto do mar ou do rio”*. E mais adiante, observa (idem; ibidem; 44): *“como a palavra marina é de origem latina, devíamos supor que as povoações existiam ou foram fundadas no tempo dos romanos, tempo em que um braço do mar chegava à actual curva de 75 metros de cota”*.

Embora aceitando as interpretações acima referidas, a observação das formações geológicas aqui dominantes obriga-nos a pensar que no caso da ‘Marinha do Engenho’ a designação actual tenha a ver com uma antiga exploração de sal, semelhante à que existe próximo de Rio Maior; às *“salinas em que se faz sal, o melhor do reino”* situadas em Brancas-Batalha (O Couseiro; 1868; 97) — e na Junqueira, todas elas relacionadas com os fenómenos diapíricos que marcam esta área. Neste caso a primeira designação (Marinha), justifica-se por que aí se terá explorado(?) sal gema; a

segunda (Engenho), por que essa exploração seria feita com o recurso de técnicas certamente introduzidas pelos romanos, quando da sua permanência nesta área, ou seja através de um engenho de água. Obras recentes levadas a cabo no 'Pisão' permitiram reconstruir uma dessas azenhas de água relacionada com a tradição mediterrânica.

A ser verdadeira esta interpretação a mesma articula-se com outros vestígios que apontamos para lugares próximos e que se associam à presença dos romanos neste território. Tal não nos surpreende, uma vez que, quando da ocupação da Península Ibérica por estes povos, os cereais, o vinho e o peixe salgado eram produtos largamente exportados para Roma podendo esse movimento ter sido feito, como já referimos, a partir de ancoradouros existentes na bacia do Lis e dos seus afluentes mais próximos.

Possivelmente de origem romana serão também os nomes de: 'Fontainhas' e de 'Bajouca'. No primeiro caso o topónimo 'Fontainhas' pode significar: "*lugares de pequenas fontes*" (Viterbo; 1865). Contudo, fazendo fé na interpretação de Alves (1955; 54): "*Fontainhas, plural de Fontainha, está em vez de Fontaninhas e provem do adjectivo-substantivado Fontana que no latim vulgar significa "fonte".* Terá ainda esta designação a ver com divindade "*Fontana*", da religião romana e a ocupação, por estes povos, desta faixa litoral?

Quanto à designação de 'Bajouca' (ou 'Beijouca', como surgia referida em mapas topográficos do século XIX), poderá derivar de "*Baioco*", ou seja, "*pequena moeda dos estado romanos, equivalente a um décimo do Júlio*" (Silva; 1950)?

A este respeito, o Rev. Dr. Luciano Cristino (1971-1972), com base na consulta do "*Dicionário Geográfico*" do Pe. Luís Cardoso (tomo II, de 1751) indica, a propósito do "*rio da Bajouca*", o seguinte: "*pequeno rio na Província da Estremadura, Bispado, Comarca e Termo da Cidade de Leiria, limites da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Monte Redondo; nasce no sítio da Bouça; conserva sempre o mesmo nome e com elle acaba no rio de Fonte Cova, aonde chamão Porto Longo. Não recolhe em toda a sua corrente que he breve, outras aguas; faz trabalhar alguns moinhos e tem duas pontes de pao de pouca fabrica onde chamão Paço*".

E quanto a 'Braçal', será derivado de Bragal: "*pano grosso atravessado de muitos cordões... de que se fazem toalhas e com ele se cobre a amassadura de farinha para levedar*" (Silva; 1950). Ou, pelo contrário, terá a ver com Barsel que significa ferro (cf.: E. Santo; 1988; 367)? A ser mais adequada esta designação, estaríamos em presença de uma exploração deste minério, conhecida destes povos e entretanto extinta. Esta origem justifica a presença de vestígios de escórias de ferro em alguns locais ao longo da Ribeira da Bajouca em local não muito distante da exploração das areias ferruginosas lavada a cabo na Marinha do Engenho.

Outras designações, nomeadamente a designação de 'Pisão', ou seja "*máquina em que, nas tecelagens, se aperta o pano, para o tornar mais consistente e tapado*" (Silva; 1955), podem levar a supor a existência de uma indústria de tecelagem associada à estampanaria, facto que não nos surpreende dada a existência de formações rochosas de natureza sedimentar, carregadas de óxido de ferro e que permitiriam acções de tinturaria.

Consideramos ainda, 'Graveto' (local onde se colhiam pedaços de lenha e de madeira — Silva; 1953) e 'Lage' (designação de pedra grande e achatada). Poderá no entanto resultar, Graveto, de "*Burgueto*", pequeno burgo? Ou será derivado de "*Burguete*", "*pequeno cerrado nas arribas, entre fragas*" (Silva; 1950)?

E 'Lage', terá a ver com o sítio onde se reuniam os antigos ansiãos para deliberarem sobre a aplicação da justiça? Ou será, na interpretação de E. Santo, o local onde se erguia o "solar do chefe"?

Acerca de outros topónimos, nomeadamente: 'Porto Longo' e 'Fonte Cova', parece que podem estar relacionados: o primeiro, 'Porto Longo', com a existência de um ancoradouro (ou seja de um 'passo', isto é, de um lugar onde é possível passar o rio) junto da foz da Ribeira da Bajouca; o segundo, 'Fonte Cova', com a presença de água e de uma nascente ou exurgência, do tipo de "olhos de água", aproveitada pela população que se fixou junto do "*rio chamado Nasce água que nasce junto do Pinhal da Universidade de Coimbra no termo de Montemor-o-Velho*" (cf.: "*Memórias Paroquiais*", de 1758). Igualmente podem estar associados a uma presença humana bem mais antiga, relacionada com o culto das divindades da fertilidade seguido pelos fenícios quando da sua fixação nesta área.

Como já foi assinalado a compreensão de um topónimo representa a integração desse lugar em espaços sociais mais vastos e a sua integração num território e comunidade. Além do mais, acarreta no dizer de E. Santo (1988; 255) "*determinar o tipo de relacionamento da comunidade com ele*". Esta uma tarefa nem sempre fácil de alcançar tendo presente as lacunas relacionadas com a falta de vestígios materiais que comprovem a presença não só dos povos de origem remota e outros que se terão fixado nas proximidades do monte "Rotundo" da época medieval ou já do "*Monte Arcado*" como igualmente foi conhecido e cuja designação foi alterada possivelmente "*para distinguir esta póvoa de outra chamada 'Monte Agudo, também do termo de Leiria*" ("*A Voz do Domingo*"; n.º 2010, de 10/1/1971).

Aquela designação está contida num "*Mapa da Província da Estremadura*" (que se apresenta na sua globalidade para ajudar a localizar muitas outras povoações referidas no texto), datado de 1762 (Figura 5).

Estes alguns dos nomes que identificam lugares nossos conhecidos. Muitos outros, porém, caíram no esquecimento ou só parcialmente podem ser reconhecidos



através dos “cadastros” de propriedade existentes em repartições oficiais ou mesmo em arquivos mais antigos. De qualquer modo importa assinalar que a evolução toponímica além de ter acompanhado a evolução da própria língua, foi afectada pelas alterações da linha litoral. Tendo esta variado ao longo dos últimos séculos, não nos permite reconstituir com toda a certeza os traços deste povoamento em terrenos de origem sedimentar, dominados por uma topografia plana e cobertos por grandes extensões de Charneca que serve de cenário aos lugares anteriormente citados.

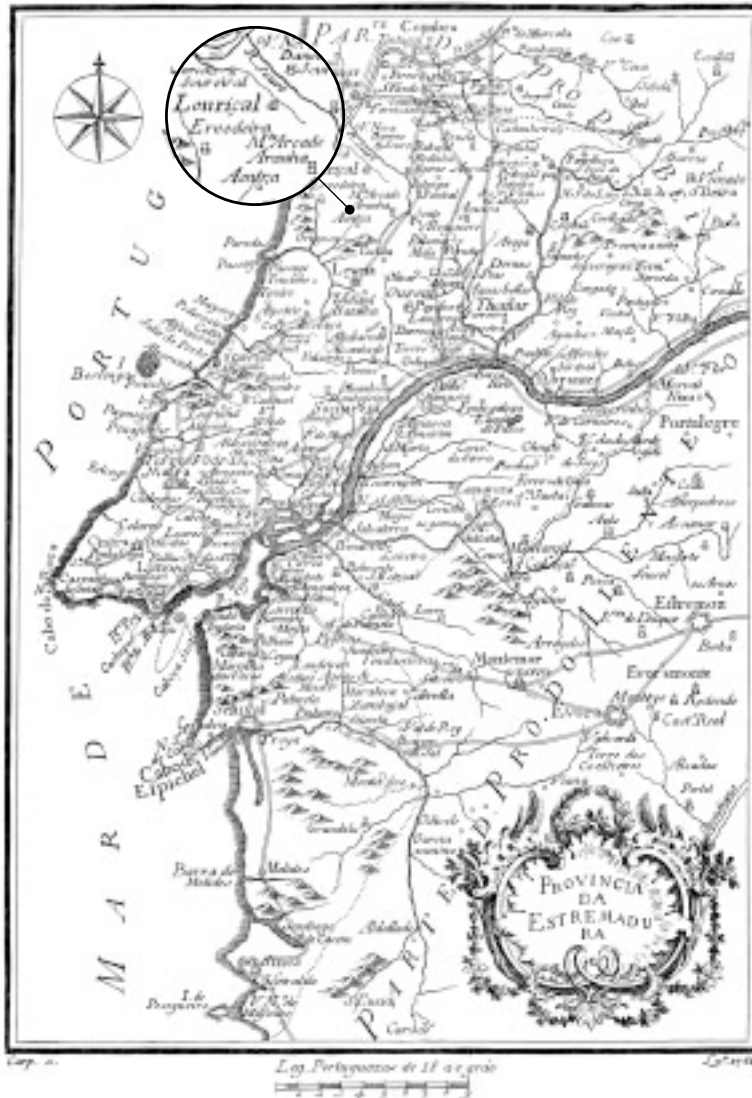


Figura 5: Província da Estremadura

## Capítulo 3.

### Apontamentos de História local

*“O êxito da pesquisa histórica depende, em grande medida, dos problemas suscitados e equacionados previamente.”*

Amado Mendes — *A História como ciência*



### 3.1. Na dependência do “burgo” de Leiria

Como observa Vidal de La Blache (1954; 242), *“é a cidade que rege as relações entre os rurais”*. Por isso entendemos que desde a fundação da nacionalidade a ocupação humana do território do “casal” de Monte Redondo, andou associada à evolução do burgo medievo de Leiria, que depois da Reconquista desempenhou um papel de relevo no processo de defesa, de povoamento e de colonização da zona centro — litoral do país. Daí, o devermos procurar em documentos relativos à evolução desta praça militar e do seu território adjacente, as informações relativas às etapas mais significativas desta ocupação e aos principais movimentos da população que acompanharam o alargamento dos domínios deste burgo a todo o território dominado pelas bacias hidrográficas dos rios, Lis e Lena.

Referindo-se à natureza plana do território para Oeste de Soure notou Cabral (1993.I; 15) que só havia amplos desertos, o que *“facilitava as incursões dos árabes até às proximidades de Coimbra”*. Esta ocorrência abona a favor não só da sua ameaça às demais praças fortes conquistadas e construídas pelos cristãos, mas também à sua longa permanência nesta zona do litoral. Daí que, o esforço defensivo e de povoamento desencadeado pelos primeiros monarcas, desde o início da Reconquista, se tenha consubstanciado na edificação de castelos, sobretudo em lugares estratégicos ou em áreas de menor ocupação humana e alargado a outros lugares do continente. Assim aconteceu com Leiria cujo castelo terá sido fundado, por D. Afonso Henriques, no Inverno de 1135 (idem; ibidem; 18).

Contudo a permanência “mourisca” manteve-se ainda durante séculos, alimentando uma rica tradição oral relacionada com a sua presença na área da freguesia de Monte Redondo, onde viveram princesas encantadas (?) que ocuparam tronos reais — a “cadeira da moura” — e onde enterraram (?) despojos de ouro consideráveis. E para além da tradição oral, são os testemunhos materiais revelados pela utilização de certos utensílios agrícolas, particularmente de cestaria: caso do côfo, das alcofas e dos baraços, feitos de junco e bracejo, por só se encontrarem nesta zona e no Sul de Portugal (cf.: Gomes; 1986; 14), que parecem indiciar uma longa reminiscência da ocupação árabe nestas paragens.

Tal facto pode ainda comprovar-se através da observação dos relatos da habitação tradicional. A este respeito, escreveu Gomes (1986; 15): *“assinale-se que se podem fazer certas correlações entre a casa térrea, embora alpendrada, da área de Monte Redondo, Coimbrão e Bajouca, com as casas do monte alentejano (planta rectangular; telhado de duas águas; contrafortes reforçando as paredes; chaminés de proporções consideráveis; materiais de construção semelhantes, — adobo, telha -; soluções decorativas semelhantes — o branco na caiação; uso de uma cor mais escura numa banda 0,50 m acima do chão)”*.

Assinale-se a propósito, a importância estratégica do castelo de Leiria que, de acordo com Marques (1976.l; 89), destinava-se *“para servir de poderosa base defensiva e ofensiva”*. Cobria uma área significativa do território e contava como pontos igualmente estratégicos e de defesa os castelos de Ourém e de Pombal. Assim, a fundação daquele castelo, *“em terra deserta e não habitada”* (O Couseiro; 1868; 3), bem como a sua doação ao Convento de Santa Cruz de Coimbra, correspondem ao esforço desencadeado pelo nosso primeiro monarca no sentido não só de fixar as fronteiras políticas depois das guerras que ia travando com os muçulmanos, mas ainda à necessidade de garantir uma colonização efectiva destes territórios conquistados ao invasor. Para tanto, desenvolveu esforços no sentido de fortalecer os dois principais núcleos religiosos: Coimbra e Alcobaça, a partir dos quais se destacou um esforço notável de povoamento das terras limítrofes.

Tal situação não foi demasiado fácil. Confirmam-no o facto de após a primeira ocupação destas terras, por D. Afonso Henriques, esta edificação ter sido novamente tomada por aqueles povos invasores obrigando a que, em 1145, o monarca português tenha reconquistado esta fortaleza e reconstruído a povoação arrasada pelas forças muçulmanas.

Dada a sua posição estratégica entre os dois núcleos de povoamento anteriormente assinalados, Leiria passou a desempenhar uma função relevante no que respeita ao desenvolvimento das actividades económicas e à organização e defesa do espaço circundante. Por isso afirma Saraiva (1978; 41) que o castelo de Leiria *“era um posto avançado na linha de combate”* que se estendia mais para o interior pela serra da Lousã e esbatia-se *“nas planícies da Beira Baixa, numa zona imprecisa e não dominada nem por Mouros nem por cristãos”*. Não admira por isso que, por se tratar de uma das regiões do interior com características mais rochosas, esta continue a ser menos propícia à fixação permanente da população.

Pelo seu significado, transcrevemos de *“O Couseiro”* (1868; 5), parte do texto daquela doação: *“Eu Affonso, rei dos portuguezes, filho do conde Henrique e da rainha Thereza, e neto do grande rei de Hespanha Affonso, para conseguir a remissão dos meus peccados, e dos meus parentes, faço esta firme carta de testamento, pela qual deixo ao mosteiro de Santa Cruz, sito nos arrabaldes de Coimbra, todo o ecclesiastico do castello que chamam de Leiria, o qual castello eu primeiro levantei desde os alicerces em terra despovoada; e tendo-o, por nossos peccados, os serracenos destruido, o edifiquei segunda vez”*.

Assinala Saraiva (1978; 61-62) que o testamento de D. Afonso Henriques contemplou, ainda, a distribuição de quantias significativas aos pobres desta área, de Ourém, de Leiria e de Pombal, facto que realça o interesse em assegurar meios de sobrevivência à população local e eventualmente aos desalojados e pedintes oriundos das zonas mais densamente povoadas do norte que não tendo aí encontrado os meios de subsistência, acompanharam o movimento de reconquista para sul e se fixaram nestas terras.

O interesse manifestado por aquele monarca em relação a Leiria, é um facto reconhecido pelo autor de “O Couseiro” (1868; 9) que escreveu: *“o dicto rei D. Affonso Henriques sempre tractou de engrandecer a sua villa de Leiria; e no ano de 1179 lhe deu foral”*. No entanto a cedência deste castelo e da sua igreja ao convento de Santa Cruz de Coimbra, bem como de todas as outras que *“no seu termo se forem edificando conforme a necessidade”* (idem; ibidem; 5), libertando-a de qualquer dependência ao bispo: *“e quero, que todo o ecclesiástico d’este castello seja livre e desobrigado de pagar ao bispo toda e qualquer pensão”*, confirma o interesse deste rei em prover as ordens religiosas de bens adequados à sua manutenção.

Por outro lado retirava ao Bispo Metropolitana de Braga — de que eram sufragâneos os bispados do Porto, Coimbra, Viseu, Tui, Orense, Mondonhedo, Lugo e Astorga — a jurisdição sobre estas terras enfraquecendo-lhe o seu poder temporal.

A este respeito, Zúquete (1943; 16) afirma: *“é de crer que a entrega de Leiria aos crúzios tenham resultado apreciáveis benefícios para o burgo nascente. Aqueles religiosos, especialmente nos primeiros séculos da sua existência em Portugal distinguiram-se notavelmente pelo seu zelo, virtudes monásticas, larga caridade e benéfica acção social e educativa”*.

Ainda, segundo o mesmo autor (idem; ibidem; 17), o facto de haver na igreja de Leiria um representante directo do Prior-mor de Santa Cruz, como seu Vigário Geral e Provisor, confirma que *“a terra o merecia, pagando em bons frutos quanto se lhe fizesse”*. Daí que o crescimento demográfico deste burgo e o alargamento progressivo da sua área de influência tenham justificado a criação de novas paróquias, nomeadamente as de S. Pedro, de St.º Estevão, de S. Martinho e de Santiago do Arrabalde, para além da paróquia de N.ª Sr.ª da Pena sediada no Castelo.

Vejamos alguns traços desta ocupação.

Dos limites do castelo de Leiria fazia parte, a norte, o território do “casal” de Monte Redondo, como se deduz da seguinte transcrição (Cabral; 1993.I; 25):

*“...Aprove-me também a mim, rei Afonso, e firmemente resolvi dar limites ao mesmo castelo de Leiria, num circuito, a começar no mar, da parte ocidental, e, da parte meridional pela veia de Alcobaça e a chegar à fonte de Soão. E daqui, para o sul, passa pela Ataija e vai à lomba que está no meio da Mendiga, e daqui às cimalthas de Alvados e às cimalthas da serra de Minde, chegando à fonte de Assentis, que está a oriente. E, da parte oriental, cortando pelo castelo Carrapatoso, pela estrada, e daqui ao porto de Ourém e às Antas, convergindo para norte. E da parte setentrional, cortando pelo rio de Litém como entra no Arunca, e daqui a Cortiçô e ao Sobreiro de Braamiro, e daí desce para ocidente e para o mar, pela lomba que está entre a estrada que vai do Louriçal pela Cornagã a Leiria e a outra estrada que vai à Cornagainhas, e daqui como vai à lagoa que se chama Ervedosa e atinge o mar”*.

Sobre os limites acima indicados, observa Luciano Cristino (1989; 3) ser esclarecedora a concordância de alguns topónimos já referidos com os limites indicados no documento de doação do Lourçal, nomeadamente em relação a Carnide, Fonte Cova e Lagoa da Ervideira. Afirma este autor que, face às dúvidas levantadas em relação a ‘Cornegã’ e a ‘Cornegainha’, se identificam “*com o actual lugar da Água Formosa, nas partes que pertencem, respectivamente, às freguesias da mata Mourisca (Cornagã) e Bajouca (Cornegainha)*”:

A ser assim está comprovada, embora com outras referências toponímicas, a antiguidade do povoamento do termo da Bajouca.

Por outro lado a consulta de um outro documento relativo aos limites do couto de Lourçal doado ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1166, descreve outros lugares igualmente muito antigos, tais como Carnide, Ervedeira e Fonte Cova. Transcrevemos de Eusébio (1997; 46) o seguinte: “*Et inde contra mare per cimalias de Carnedi quomodo discurrit aqua ad Carnedi inter Cornagaa et ipsum Carnedi, inde ad Fontem Couum, deinde ad lacunam Eruedosam quomodo intrat in pinarium usque ad mare*”.

Note-se que a ocupação humana desta zona marítima é referida numa das mais antigas descrições conhecidas, a narração do cruzado Osberno, em 1147, sobre a Conquista de Lisboa aos Mouros (cit. por: Vasconcelos; 1942.III; 678) descreve: “... Ao longo do continente ha, desde o Porto..., o castelo chamado de Santa Maria (Feira)... o rio Vouga, e mais adiante, sobre o Mondego, a cidade de Coimbra, além a qual fica o castelo de Soure; a seguir o de Montemor, depois o de Leiria, à margem dum rio que separa o bispado lisbonense do conimbricense, e adiante acha-se um bosque... Alcobaça e em volta do qual se estende um vasto ermo que vem até ao castelo de Sintra, distante de Lisboa, 8 milhas... cidade não muito distante da foz do Tejo”.

Não muito longe de Leiria, que se constituía como a fronteira do novo reino (cf.: Saraiva; 1978; 41), o nosso primeiro monarca criou ainda o convento de Seiça (no termo de Montemor-o-Velho) que teve bastante importância no povoamento do vale do Mondego e do território a sul deste rio. É uma situação que não nos surpreende uma vez que, uma vez vencidos, os moçárabes permaneceram no reino e apesar da sua conversão ao catolicismo o seu elevado número e a dispersão no território continuavam a ser uma ameaça à consolidação da monarquia portuguesa.

Tal facto foi devidamente assinalado em relação ao reguengo de Ulmar, “*outrora conquistado aos mouros*”, como assinala Arala Pinho (1938.I; 115) o que leva a concluir que, uma vez resgatado o território aos invasores e achando-se os portos de Pederneira e Salir “*em poder do Mosteiro de Alcobaça, os mouros só poderiam preparar as suas incursões vindo aportar à Foz do Lis e subindo o rio até à proximidade de Leiria*” (idem; ibidem; 114).

Alguns testemunhos da toponímia local indiciam a sua origem e a presença árabe em lugares próximos de Leiria. Aljubarrota, Alpedriz, Alvorninha, Alburitel,

Alvados, a sul; Almoinhas, Almagreira, Mata Mourisca, a norte, são nomes que nos evocam essa influência.

Parece igualmente decorrer desta presença a designação da Estremadura, onde estas localidades se situam. Assinala Vasconcelos (1942.III; 414), fazendo fé em escritos anteriores de Gama Barros, que: *“até ao séc. XIII, durante quasi todo o período da reconquista, a palavra estremadura designava os territorios onde já dominavam os christãos, mas fronteiros àquelles que estavam ainda sujeitos aos musulmanos”*.

Note-se que à época, estando em curso a afirmação do poder real e face à necessidade de se garantir uma ocupação permanente das terras que iam sendo arroteadas, não admira que os monarcas tenham querido garantir essa ocupação através da outorga de novos privilégios, sobretudo às povoações com maior peso administrativo e defensivo, como era o caso de Leiria. Entre essas medidas contam-se, durante a primeira dinastia, a concessão de forais concedidos por D. Afonso Henriques, por D. Sancho I e confirmados por D. Afonso II e por D. Manuel I a Leiria, bem como a presença de um *“Alcaide”* responsável pela sua defesa.

Tendo por base as afirmações de Marques (1976.I; 75) sobre as formas de exploração agrária em Portugal nos séculos XI e XII, acreditamos poder remontar a este período a constituição de um antigo ‘palatium’ (Paço em português), *“que também incluía a casa de morada, as casas dos trabalhadores, os estábulos, os celeiros e a igreja”*, muito próximo do lugar com esta designação situado a norte da povoação de Monte Redondo.

Será então, a povoação do Paço (outrora, ‘Paço da Albarda’) um testemunho da nobreza organizada depois da reconquista cristã ou um sinal, já antigo, da presença de um nobre (ou senhor) que tendo por base uma vila romana aí residia? (cf.: Saraiva; 1978; 39). Os estudos de Gomes (1986) confirmam, aliás, a proposta formulada por Oliveira Marques.

Retenhamos outros dados referentes ao povoamento medievo do termo norte da Leiria.

Como foi notado o povoamento desta sub-região litoral deve ser analisado conjuntamente com a fixação e o crescimento da população no concelho de Leiria, atraída pelas actividades agrícola, comercial e artesanal que no começo do século XIII deveriam contribuir para um elevado *“desenvolvimento económico e demográfico deste burgo e do seu termo”* (Rui de Azevedo. cit.: Cristino; 1989; 6). Tal facto é atestado pela existência *“de cinco igrejas paroquiais com sede na villa de Leiria e mais cinco igrejas paroquiais no norte do concelho”* (idem; ibidem). Entre estas incluía-se a Igreja do Souto da Carpalhosa.

Com efeito relata-nos o mesmo autor que logo no início do século XIII, em 1218 (ou anteriormente em 1180, como propõe este autor — Cristino; 1989; 9), ter sido



assinada a *“doação de uma propriedade que tinham no lugar do Souto”, feita por “um Pedro Mendes, Pedro Vieira e outros moradores ao prior e religiosos da Santa Cruz, para nele se fazerem igreja e cemitério”*.

Note-se que estes religiosos, *“os cônegos de Santo Agostinho...possuíam a famosa igreja de Santa Cruz de Coimbra, ricamente dotada”* (Oliveira Marques; 1976.I; 77). Com eles disputavam as novas heranças os Cistercienses de Alcobaca, chegados a Portugal em meados do século XII, *“foram durante muito tempo altamente favorecidos pela realza e sociedade”* (idem; ibidem) tornando-se, conjuntamente com os de Lorvão e S. João de Tarouca, nos *“mais ricos conventos da ordem de Cister”*.

Embora não havendo confirmação acerca da antiguidade da criação da freguesia do Souto e da sua extensão territorial, o estudo de Cristino (1989; 11) assinala que: *“a paróquia do Souto já estava criada desde os princípios do século XIII, o mais tardar, e abrangia uma grandíssima área correspondendo às actuais do Souto da Carpalhosa, Monte Redondo, Coimbrão e Bajouca, confrontando assim ao sul e oeste com o território paroquial de S. Tiago de Leiria (actuais paróquias de Ortigosa, Monte Real, Carvide e Vieira), a noroeste com o mar, a norte com o actual concelho de Pombal e a nascente com as antigas paróquias de Vermoil e Colmeias (actuais paróquias de Carnide, Meirinhas e Milagres)”*.

Quanto às terras vizinhas de Monte Real, em 1292, D. Diniz fez *“vila”* e deu foral a Monte Real, alterando-lhe o nome e concedendo-lhe jurisdição independente de Leiria. Certamente que estes privilégios terão tido em conta a fertilidade destas terras ocupadas em larga extensão pelo Campo de Ulmar, conhecido também por *“reguengo de Camarinho, isto é a região que vai do Mar ao que ainda hoje se designa por caminho de Monte da Bóca, que fica aproximadamente um quilómetro a montante dos Paços de Monte Real”* (Alves; 1955; 21) .

Por outro lado é de crer que dada a existência das águas medicinais conhecidas desde a época dos romanos, Monte Real tenha funcionado como centro de vilegiatura da corte durante as suas longas permanências no Castelo de Leiria ou mesmo no próprio local: *“lugar alegre com a visinhança do Rio Liz e ali existirem outras comodidades de caça”* (M. Heleno. in: Alves; 1955; 35) como se atesta pelas ruínas dos Paços de Monreal ou Paços da Rainha Santa, edificadas na parte alta, ou *“Vila”*, desta povoação.

Sobre este assunto, diz-nos Arala Pinto (1938.I; 119) que a origem destes Paços podem ter resultado do empenho directo da Rainha Santa Isabel *“para se acomodar com a sua comitiva para vigiar os trabalhos dos campos e receber as rendas”*.

O interesse do monarca por estas paragens é realçado por diversos relatos orais que nos chegam através de lendas, sendo confirmadas pela toponímia local. ‘Amor’ e ‘Segodim’ (Cégovim — *“Cégovindes”?*) podem ser testemunho das digressões amorosas de D. Dinis, por esta área (cf.: Alves; 1955; 41-42). Com efeito as referências

acerca de Leiria e ao povoamento das terras vizinhas são abundantes ao tempo de D. Dinis: *“o Rei que mais tempo viveu em Leiria e fez no Castelo mais notáveis obras, ampliando-o até aos actuais restos da barbacã e construindo a torre de menagem em 1324”* (Cabral; 1993.I; 19).

Da acção levada a cabo por este monarca nesta região destaca-se o desenvolvimento geral da agricultura, *“como pedra basilar da economia nacional”* (idem; ibidem; 53) e a distribuição das terras *“formando grupos de casais, ou aldeamentos, em que os moradores eram todos foreiros”*. Na sequência destas medidas de *“empreamento”*; *“a terra inculta e sem valor passa a ser mais apetecida”* (Arala Pinto; 1938.I; 102) e, trabalhada por maior número de colonos, produz maior riqueza.

Igualmente mandou enxugar vários paúis, entre os quais o *“Paul de Ulmar”* (designação que parece justificar a existência da ‘erva ulmeira’ ou ‘ulmária’) e semear o pinhal de Leiria para evitar que as areias cobrissem as terras aráveis (Vasconcelos; 1980.II; 68). A partir de então este pinhal passou a constituir-se como uma das principais manchas vegetais desta área e fonte de riqueza dos povos que aqui habitaram estando ainda hoje ligado à riqueza florestal do centro do país. De acordo com Arala Pinho (1938.I; 276), estas obras contribuíram para beneficiar *“a saúde pública”* como se conclui de uma carta do Mosteiro de Santa Cruz (1309) de Coimbra que nota: *“antes as gentes vijnham a grãdes doores e des aqui adeante veeram a saude”*. De igual modo melhoraram as condições de vida dos seus povoadores.

A este respeito escreveu ainda Arala Pinto (1938.I; 73-74):

*“D. Diniz tendo vivido em Leiria e Monte Real veio encontrar quasi toda a costa actual do distrito, e mesmo a maior parte da sua área poente, em poder dos Mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra e, para evitar certamente dissensões com o clero, apoderando-se de terrenos doados aos mosteiros, tomou para si os terrenos alagados do Ulmar, que se estendiam desde a Foz do Liz, numa e noutra margem, abrangendo uma área de cerca de 2.000 hectares até então incultos e despovoados. Manda-os dissecar a Fr. Martinho de Alcobaça, promove o seu povoamento e forma assim a sua propriedade que designa por Reguengo de Ulmar”*.

De acordo com o mesmo autor, (idem; ibidem; 62), *“a abertura das vallas de enxugo, e as terras depois de sangradas foram repartidas a colonos para as agricultarem”*.

Por outro lado observa ainda Arala Pinto (1938.I; 60) que as medidas de *“coutamento”* dos campos de Ulmar, conjuntamente com as outras medidas tomadas pelo Rei em prol da agricultura, contribuíram para a dispersão e para a sua disseminação *“por muitos lugares pequenos”*. Note-se que este *“reguengo”*, pertencente ao concelho de Leiria desde o tempo de Sancho II, abrangia as terras limítrofes de Monte Real e estendia-se desde a Barosa (nas proximidades de Leiria) até à foz do rio Lis. Dele apenas na sua margem direita faziam parte, *“nos limites de Monte Redondo e Coimbrão os campos do mesmo nome (Milhão, Caniceira, Galeota)”* (idem; ibidem; 62).

Por se tratar de uma zona facilmente inundada e insalubre, necessitando de obras frequentes de enxugo e de regularização sobretudo em épocas de maiores precipitações, acabou por merecer um tratamento especial por parte daquele monarca que, quando da concessão da *“Carta de foro ao Reguengo de Ulmar”*, em 1312 (Alves; 1955; 22), comprometeu-se a fazer-lhes *“onde fosse mister, pontes boas e aberturas”*. Convirá recordar que anteriormente a esta data e face às inundações desordenadas que atingiram este Reguengo, os Crúzios de Coimbra, em 1309, deixaram de *“receber dízimos a que tinham direito naquele paúl para compensar as despesas feitas pela fazenda real”* (Cabral; 1993.l; 54).

Relata-nos por outro lado Alves (1955; 22) que, posteriormente, o próprio Mestre de Aviz não só lhes manteve os direitos concedidos por aquela monarca, como *“ainda os beneficiou quando, ao reduzir o número de besteiros de Leiria, de 40 para 20, impôs a condição de os outros 20 se empregarem na abertura dos seus reguengos”*. Tal situação foi alterada ao tempo de D. Manuel que no foral de Leiria (1510), apesar de reconhecer a *“muita despesa”* (cf.: Cabral; 1993.l; 38) feita pelos priores de Santa Cruz na abertura deste paúl, obrigou os *“Reguengueiros de Ulmar”* ao pagamento do *“terço do Dízimo”* agravando, no dizer de Alves (Alves; 195; 23) esse contributo em relação aos demais reguengueiros e foreiros do concelho de Leiria.

Trata-se de uma realidade que não nos surpreende tendo em conta não só a fertilidade do vale do rio Lis, a juzante de Leiria, mas também a configuração do litoral que antes da fixação das dunas que hoje formam o pinhal da Mata do Urso (extensão para norte do pinhal de Leiria, ou *“Pinhal do Rei”*) apresentava contornos mais irregulares e um traçado mais a oriente da linha de costa actual.

De realçar que estas medidas tendentes à fixação das areias do litoral iniciada no começo do século XIII com o intuito *“de impedir o avanço das dunas sobre os campos cultivados e povoar o litoral”* (cf.: Marques; 1976.l; 82), prosseguem séculos mais tarde, em especial durante o século passado, com a florestação de todo o litoral português. Nessa centúria prosseguiram as obras de beneficiação dos estuários de alguns rios, nomeadamente do rio Lis e do rio Vouga, sob a responsabilidade do Eng.º Reinaldo Oudinot, a quem se deve a abertura da barra de Aveiro, em 1808, quando esta sufocava a vida económica da ria e de toda a região adjacente. Esta situação acabou por provocar a deslocação de algumas populações marítimas para outros locais da costa portuguesa, nomeadamente para a foz do rio Lis.

No que ao rio Lis diz respeito, essas obras terão sido realizadas por volta de 1800 com a construção de um molhe na sua margem esquerda para impedir o seu avanço mais para sul e a destruição dos palheiros dos pescadores, oriundos muitos deles daquela sub-região lagunar. Próximo da embocadura deste rio são frequentes as designações que referem uma ligação antiga com o mar: Vale do Boco, Caravela e Galeota, nas proximidades da Vieira de Leiria, são disso um bom exemplo.

### 3.2. Monte Redondo na época medieval

O valioso estudo de Gomes (1986; 20) sobre o passado medievo desta terra, permite-lhe concluir acerca de dois períodos temporais, distintos relacionados com a sua evolução histórica: *“o primeiro situa-se entre 1135 (ano da fundação cristã de Leiria) e 1279 (altura em que o lugar é dado ao Mosteiro de Alcobaça). O outro vai desde 1279 até 1450..., correspondendo à fase de exploração económica do local por parte do Mosteiro cisterciense”*.

Nota ainda este autor (idem; ibidem; 21) que estes períodos, *“não sendo exclusivos de Monte Redondo, tanto que fazem parte do espaço englobante da Estremadura portuguesa, acabam por moldá-lo de um modo evidente”*. Daí que se possa entender o povoamento deste “casal” como fazendo parte do processo de colonização de Leiria e do seu termo, consolidado durante o século XII e de que a fixação dos monges de Cister, nas terras de Alcobaça e em Seiça, por exemplo, constitui um bom testemunho.

A colonização deste território permitiu a sua posse definitiva pelo Rei e pela Igreja, enquanto progrediu para sul a delimitação da fronteira entre cristãos e muçulmanos com a conquista das cidades mais importantes de Santarém e de Lisboa. Em simultâneo com esta ocupação foram-se consolidando as linhas de defesa através da construção dos castelos de Porto de Mós e de Ourém bem como da organização dos respectivos municípios.

A chegada de novos moradores, alguns deles oriundos do norte, e o arroteamento destas terras por iniciativa régia, pelos cistercienses de Alcobaça e pelos frades Crúzios de Coimbra, assinalam um segundo ciclo na história destas terras correspondendo ao tempo em que *“a nobreza da corte adquire bens fundiários junto de Leiria e de que é bom exemplo o caso dos Aboins”* (Gomes; 1986; 22), familiares de João Peres de Alboim, nobre favorito de D. Afonso III *“que ocupou vários cargos continuamente”* (Marques; 1976.I; 172) assim como Estevão Eanes, que foi chanceler do rei durante 34 anos. É neste contexto que se insere, também, *“a presença de Pero Eanes de Portel e de sua mulher, Constança Mendes, que vemos serem eleitos testamenteiros por parte de Estevão Gomes das propriedades e bens que este tinha em Monte Redondo”* (Gomes; 1986; 22).

Em tal acto, registado no ano de 1278, pode ler-se a doação, por parte de Estevão Gomes, de Monte Redondo, de uma terça parte dos seus bens móveis e imóveis ao Mosteiro de Alcobaça, onde deveria ser enterrado o corpo e a doação de outros bens quer à igreja do Souto, quer à confraria de Leiria. *“In primo mando corpus meum ad monasterium de Alcobaciam cum tercia/ parte de toto habere meo mobilj et immobili”*, determina aquela donatário no seu testamento (idem; ibidem; 54).

Note-se que estas doações tiveram lugar no ano imediato ao falecimento de D. Afonso III e à subida ao trono de D. Dinis, em 1279, bem como ao esforço por ele desenvolvido no sentido de fundar novas povoações, à custa de reguengos ou propriedades régias como se verificou com Monte Real. Recorde-se que o “aforamento” das terras incultas consistiu, no dizer de Serrão (1989: 51), em “concessões de carácter enfitêutico que se fazem em Portugal, a partir dos princípios de século XIII”, ficando os referidos bens, “mediante pagamento de um censo, perpetuamente vinculados ao concessionário, que obtinha também o direito, por vezes condicionado, de os transaccionar...”

A análise de outros documentos medievais feita por Gomes (1986) permite ainda assinalar a transmissão destas terras a outros proprietários bem como reconhecer a antiguidade dos lugares mencionados naqueles textos medievos. Entre eles destacamos o Souto e as Várzeas.

Assinalamos alguns desses testemunhos:

- de 1283 (idem; ibidem; 59), refere uma carta “pela qual Pedro Eanes de Portel reconhece e doa ao Mosteiro de Alcobaça todos os bens que ele havia herdado, da parte de Estevão Gomes, e daqueles que havia de ter da parte da mulher deste, Elvira Domingues, nas Várzeas e em Monte Redondo”. Este donatário seria, ao tempo, Alcaide-Mor da cidade de Leiria.
- de 1283 (idem; ibidem; 65), transcreve a “carta pela qual Pedro Eanes (Anes) de Portel, e sua mulher Constança Mendes, reconhecem ser o Mosteiro de Alcobaça o legítimo proprietário de todos os bens, situados em Monte Redondo, deixados por Estevão Gomes.”
- de 1309 (idem; ibidem; 68), divulga “a notícia de uma carta de povoamento dada pelo abade de Alcobaça, D. Pedro, a quatro homens que vivessem em Monte Redondo, a título perpétuo”.
- de 1310 (idem; ibidem; 69), transcreve o “aforamento a João Domingues e a Iria Anes, sua mulher, da herança de Monte Redondo, a título perpétuo e pelo foro de 1/4 da produção, além da fogaça de 1 alqueire de trigo e um bom capão, por S. Miguel de Setembro”, obrigando-se os emprazantes a fazerem “cultura de pão, vinho, olivais e pomares”.

Descreve Serrão (1980; 54), a ocorrência, nesse ano, de um período de fome e “pestilência”, que pode associar-se ao esforço de povoamento deste casal.

Prosseguindo com a análise dos documentos medievais, assinala ainda Gomes (1986):

- datada de 1357 (idem; ibidem; 69-70), transcreve a “Carta de aforamento” em que o mosteiro de Alcobaça arrenda a João Domingues e a sua mulher, Iria Anes, de “hũa herança no noso logo que chamam monte Redondo...” obrigando-

do-se estes e os seus herdeiros a pagar, *“a quarta parte de todos los fruytos... hũu alqueire de trigo de fogaça e hũu+boom+capon de foro...”*

De realçar que esta doação ocorre, novamente, depois de um período de grande flagelo, a peste negra de 1348, podendo corresponder à resposta da ordem de Cister à *“ameaça dos ousados trabalhadores rurais e artesãos”* (Marques; 1976.l; 178) que se registaram num período de grandes transformações sociais e políticas — coincidentes com a morte de D. Afonso IV e a subida ao trono de D. Pedro I — da sociedade medieval portuguesa.

- de 1391 (idem; ibidem; 72), regista-se o *“arrendamento, em vinte anos, feito a Vasco Anes, morador no Souto, termo de Leira, de um casal em Monte Redondo, pertença do Mosteiro de Alcobaça, com a condição de que ele aí construisse uma casa nova”*.
- de 1410 (idem; ibidem; 74), assinala-se a *“carta onde se regista o julgamento de Domingos Martins Ceborrinho, morador em Monte Redondo, sobre uma herdade que ele trazia, no dito lugar, que era pertença do Mosteiro de Alcobaça e que ele afirmava ter comprado, há dezoito anos atrás, a Lourença Anes, mulher de Afonso Conqueiro, moradores no Souto da Carpalhosa”*.
- de 1417 (idem; ibidem; 76), lê-se a *“carta de aforamento feita pelo Mosteiro de Alcobaça a João Domingues, Afonso Domingues a João Domingues Ceborrinho, moradores em Monte Redondo, de uma herança que traziam nesse lugar que, em outro tempo, fora dada a Martim Peres da Serra, a sua mulher, Domingas Peres, a Domingos Giraldes e à mulher deste, Maria Peres, e ainda a Francisco Giraldes”*.
- de 1417 (idem; ibidem; 80), consulta-se a *“carta de confirmação do aforamento de um casal do Mosteiro de Alcobaça, em Monte Redondo, feita a João Domingues, Afonso Domingues e a João Domingues Ceborrinho, cujo casal se chamava Ceborrinho, e fora aforado, em 1357, a João Domingues e a Iria Gonçalves”*.

Pelo seu interesse transcrevemos, deste autor (Gomes; 1986; 27-29) parte dos *“documentos alcobacenses”* relativos aos limites do “casal” de Monte Redondo, abarcando uma área aproximada de 3627 ha. (cf.: Figura 6), estabelecidos na carta de confirmação do aforamento de um casal do Mosteiro de Alcobaça, em 1417:

*“(...) Auja hũa Erança e terra no dicto logo de monte Redondo, A quall(...) dezmom que parte de hũa parte per a estrada d albarda E asy como se uay ao porto que chamam de Pero esteues e doutra parte per a leuada da mouta de porto longo e uay sse meter n agua de fonte coua per o Rjo a fundu a uay se mortjera e como se uay per o montjgo grande como see demarcada e di se uay a estrada que uay da dicta bjlla como se uem a outejro que chamom do auer como se uem per hy ao outejro da hũa primentejra e como se uay ao uale de burgeto e torne a entrar na sobredicta estrada d albarda (...)”*

Alguns dos lugares descritos persistem na actualidade. Outros desapareceram ou alteraram a sua designação o que torna difícil estabelecer, com rigor, os limites deste povoamento, sobretudo na sua parte leste. Contudo a apreciação do traçado da rede hidrográfica e o das curvas de nível que bordejam os vales talhados por alguns destes cursos, nomeadamente pela Ribeira da Bajouca, pode ajudar a precisar os limites acima descritos.

O que acima transcrevemos permite corroborar a afirmação de Gomes (idem; ibidem; 26) de que o povoamento do “casal” de Monte Redondo, pertença inicialmente da aristocracia leiriense, foi sujeito a um processo de arroteamento incentivado pelo Mosteiro de Alcobaça no início do século XIV. Este processo conjuntamente com a fragmentação da propriedade então iniciada realça o crescimento populacional que se verificou desde a segunda metade de duzentos até meados do século seguinte.

Note-se que este movimento antecedeu a crise que assolou o país durante a segunda metade do século XIV, decorrente dos surtos frequentes da peste que, no dizer de Marques (1976.I; 156), “*dizimaram mais gente e enfraqueceram a resistência de várias gerações*” como anteriormente foi notado.

Importante será apreciar a descrição das propriedades existentes em Monte Redondo e arroladas em 1435, como pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça (Gomes; 1986; 33 e 85). Esta leitura poderá ajudar-nos a compreender a evolução do que “*era só um grande casal*” (idem; ibidem; 33) em parcelas mais pequenas e a precisar os limites do povoamento nesta área que coincidem, precariamente, com o território da futura freguesia de Monte Redondo.

Na versão original destes textos, constam os seguintes lugares:

- cabeçynha pequena.
- mata del Rej
- porto longo
- Rio da fonte coua
- mouta.
- porto de pedre stevêz
- estrada publica
- outeiro do auer
- cabeçinha de traz o monte
- arriba do burgueto
- estrada de pegojes
- estrada do ujeiro





Podemos entender como sinal da maior acessibilidade deste lugar em relação aos casais vizinhos o facto dos moradores da Ervideira, depois da construção da Igreja dedicada a N.ª Sr.ª da Piedade, no prazo de Monte Redondo, deixarem de ter a obrigatoriedade de se deslocarem à paróquia próxima de São Miguel ou seja, ao Coimbrão, em substituição da visita obrigatória àquela igreja.

Importará notar que este lugar, que Vasconcelos (cf.: Vasconcelos; 1942.III; 326), apelida de “Coimbrões”, deve provavelmente a sua designação ao facto de para aí terem sido encaminhados moradores oriundos dos campos de Coimbra (?) e para aqui deslocados para povoarem estas terras.

### **3.3. Traços do povoamento moderno e contemporâneo**

E posteriormente à época medieva como se terá processado o povoamento das terras do “casal” de Monte Redondo?

Como foi notado o esforço da realeza durante a primeira dinastia em povoar o reino e fixar as suas populações foi contrariado no final de trezentos pelas pestes frequentes e, posteriormente, pelo movimento das Descobertas e pela colonização dos novos mundos que se seguiu. Nestas circunstâncias é de crer que os povos de Monte Redondo e doutros casais próximos tenham sofrido as consequências sociais e económicas que assolaram a época feudal e igualmente tenham participado nessas expedições. Recorde-se que a sua localização em território dotado de boa acessibilidade física, próxima da cidade de Leiria e não muito distante de um porto marítimo com algum movimento, o porto de Paredes, facilitava esses contactos.

Por outro lado é de crer que o povoamento nesta área tenha continuado a desenvolver-se devido não só ao arroteamento de novas terras mas também às actividades de exploração florestal no “Pinhal do Rei”, onde eram recolhidas madeiras para a construção de embarcações utilizadas na empresa dos Descobrimentos.

Mesmo assim e apesar das crises já descritas o povoamento do reino alargou-se durante os séculos XV e XVI (mesmo durante o domínio Filipino) com a entrada de escravos e os esforços desenvolvidos pelos monarcas no sentido de fixar as populações às terras de origem. Recorde-se até que, durante os primeiros anos do reinado dos Filipes, as relações entre os dois povos, portugueses e espanhóis, mantiveram-se próximas registando-se a participação de portugueses nas armadas de Espanha e o acréscimo do movimento de comércio e da emigração, sobretudo nas regiões de fronteira, em direcção às cidades espanholas mais próximas.

Complementarmente ao esforço desenvolvido pelos monarcas no sentido de promoverem o povoamento do reino, foi o movimento religioso o responsável pela

constituição das novas paróquias do Bispado de Leiria. Tal facto foi concretizado através da sua desanexação das freguesias da cidade, mas reforçando o peso da Igreja através da criação da Diocese de Leiria, uma vez erecta em catedral a Igreja de Santa Maria (N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Pena), em 22 de Maio de 1545.

Na área que nos interessa este processo afectou profundamente a organização religiosa do território situado na margem direita do rio Lis, repartido entre o Bispado de Coimbra e as ordens religiosas de Santa Cruz de Coimbra e a de Cister de Alcobaça, através quer da criação de novas paróquias do Bispado de Leiria, quer do alargamento deste por incorporação de outras terras.

Retenhamos algumas notas.

Escreveu Vasconcelos (Vasconcelos; 1942.III; 404): *“Quando a diocese de Lisboa era ainda apenas arcebispado, criou-se na Estremadura, em 1545, a de Leiria, à custa da de Coimbra”*. A nova diocese foi *“desanexada da de Coimbra e libertada da jurisdição que, a vários títulos, nela exerciam o prior-mor de santa Cruz, o Bispo de Coimbra e o Arcebispo de Braga”*, sendo que esta ficou subordinada quanto ao *“direito metropolitico, ao Arcebispo de Lisboa”* (Zúquete; 1943; 24-25).

Transcreve-se de *“O Couseiro”* (1868; 159), a nota referente a este processo: *“presidindo na Egreja Catholica o Papa Paulo 3.º, que entrou no summo pontificado no anno de 1534, sendo rei d’este reino D. João 3.º, 11.º anno do seu pontificado, que era o de 1545 do nascimento de N.Senhor Jesus Christo, em os 22 de maio, a instancia do mesmo rei D. João, passou a bulla da creação d’este bispado, levantando em sé cathedral a egreja de N. Senhora da Pena, assignando-lhe a cidade e seu termo por districto, transferindo-lhe a jurisdição e direito do prior mór de Santa Cruz e do bispo de Coimbra, isentando de Braga, que era sua metrópole, e passando-o á de Lisboa”*.

Para Cristino (1989; 5) este gesto pode interpretar-se *“sem patriotismos exagerados, que além dos motivos de ordem religiosa e política, a região de Leiria pela sua projecção regional em todos os aspectos merecia ser especialmente honrada com a dupla distinção de diocese e cidade”*.

Como se depreende o movimento de criação de novas paróquias, tributárias dos Bispados enriqueceu o Bispado de Leiria, tendo desempenhado neste processo um papel de relevo o Bispo, D. Pedro Castilho, homem influente da corte e Vice-Rei que incentivou, enquanto Bispo de Leiria, este movimento.

Diz *“O Couseiro”* (idem; ibidem; 190) que este Bispo foi eleito no ano de 1582 quando era Bispo de Angra, *“por el-rei Filipe 1.º de Portugal”*, tendo renunciado ao Bispado, que governou durante 24 anos, por ter sido nomeado Inquisidor-geral. Para além de prelado do novo bispado, ao qual anexou em 1585 a *“Collegiada de Ourém”*, o mesmo documento diz (idem; ibidem) que *“foi cappellão mór, prior de Guimarães e vice-rei, muito annos, administrador do Crato e Alcobaça, muito temido e respeitado”*.

Depois da criação das novas paróquias e pelo final do século XVI, a Diocese de Leiria englobava duas partes distintas: o *“Bispado Velho, constituído pelas freguesias que tinham sido jurisdição do Prior-mor do Bispo de Coimbra e as que delas derivaram”* e o *“Bispado Novo, constituído pelas freguesias que ao Bispado foram anexadas em 1585, as vilas de Ourém, Porto de Mós, Aljubarrota e Alpedriz com seus têrmos”* (Zúquete; 1943; 29).

Segundo *“O Couseiro”* (1868; 157-158), do *“Bispado Velho”* de Leiria faziam parte as freguesias de N.<sup>a</sup> Senhora da Pena, de S. Pedro, de S. Thiago do Arrabalde, de Santo Estêvão, de S. Martinho, todas integradas na cidade; e as de Monte Real, da Maceira, da Batalha, do Reguengo e de Pataias, próximas do burgo de Leiria. Por sua vez Zúquete (1943; 29) assinala que *“a estas acresciam as freguesias desanexadas do Bispado de Coimbra e nas quais o Prior-mor tinha, apenas, uma terça dos dízimos: Caranguejeira, Colmeias, Espite, S. Simão de Litém, Souto da Carpalhosa e Vermoil”*.

Note-se que as freguesias do norte da diocese mantiveram alguns dos seus vínculos e obrigações a Santa Cruz. Assim, quando do desmembramento da freguesia do Souto da Carpalhosa, também as novas freguesias de Nossa Senhora da Piedade, de Monte Redondo e de S. Miguel, dos Coimbrões, mantiveram esta dependência, *“posto que n’ellas não tinha jurisdição o prior mór, mas sómente uma terça dos dizimos, e a jurisdição era do bispo de Coimbras”* (O Couseiro; 1868; 158).

Fazendo fé no estudo de E. Santo (1988; 46) sobre o culto a N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade, padroeira da freguesia (bem como o culto à Senhora do Pranto), como sendo *“especialmente cultuadas pelos militares das camadas populares”*, parece comprovar-se que as primeiras doações deste lugar estarão relacionadas com a ocupação militar do burgo medievo de Leiria e com a sua guarnição. Escreve o referido autor (idem; *ibidem*; 46) que tendo presente o culto a Nossa Senhora e a devoção local a São Sebastião estamos perante formas de *“judaização do catolicismo popular”* dado que o culto da Senhora da Piedade já existia *“três mil anos antes da nossa era”*.

Não estará assim esta devoção igualmente associada à colonização fenício-cananita da Península Ibérica? Havendo relação, tal facto abona a favor estabelecimento de um clã deste povo próximo do ofito conhecido, na época medieva, por *“monte Rotundu”* justificando, igualmente, as tradições locais relacionadas não só com os tesouros dos mouros enterrados nesta área — como o faziam os Cananeus e os Hebreus (idem; *ibidem*; 222) — mas também com a existência de movimento marítimo junto da lagoa da Ervideira, como algumas tradições orais o defendem.

Retomemos as notas da carácter histórico relacionadas com a criação das paróquias. É de crer que este movimento, coincidindo com a evolução da agricultura portuguesa entre meados dos séculos XV e XVI, tenha acompanhado o movimento de novas arroteias *“e a introdução de novas culturas, em especial do milho”* (Marques; 1976.I; 238). Este cereal, importado da América pelos castelhanos provocou, ainda no dizer do mesmo autor (idem; *ibidem*; 239), uma verdadeira *“revolução”* do milho que *“se fez*

*sentir sobre os hábitos conservadores dos campónios nortenhos, com seu impacte sobre a alimentação, as técnicas, a produtividade e as rendas”* (Marques; 1976.I; 239).

Observa (Vasconcelos; 1980.II; 80) que *“esta gramínea, ou Zea-Mays de Linneu, é oriunda da América Central, e julga-se que foi introduzida em Portugal no primeiro quartel do séc. XVI, isto é, entre 1515 e 1524”* em consequência do movimento dos descobrimentos portugueses. Cultivada primeiramente nos campos de Coimbra (cf.: Ribeiro; 1955; 150) cedo se espalhou por todo o país de tal forma que na *“primeira metade do século XVII, era o alimento mais corrente entre a gente do Minho e da maior parte da Beira”* substituindo os hábitos alimentares baseados na cultura da cevada, do centeio, do painço e do milho miúdo ou africano. Além do milho também a utilização de outros produtos derivados da cultura da oliveira, da vinha e do trigo, que faziam parte da *“triade”* mediterrânica, completam o leque das culturas dominantes.

Recorde-se que a facilidade de cultivo do milho americano, sobretudo em terras de regadio, reduziu os encargos de produção e permitiu colheitas mais abundantes o que acabou por provocar uma verdadeira revolução demográfica. Dela não é inseparável a evolução crescente da população portuguesa com reflexos evidentes na constituição das novas freguesias.

Relativamente a outras culturas locais, o arroz e a batata, refere Vasconcelos (1980.II; 83) que *“o arroz não está averiguado quando é que foi introduzido em Portugal: só se sabe que o desenvolvimento da sua produção data dos meados do séc. XVIII. Talvez se deva aos Arabes, como do nome até se pode suspeitar”,* sendo que *“a batata, com o nome veio da América, e apareceu na Europa pelos fins do séc. XVI”* (idem; ibidem; 85). Quanto à primeira cultura, ela foi fortemente praticada nos vales baixos do rio Lis e dos seus afluentes provocando, por conseguinte, maleitas frequentes que acentuavam a morbilidade da população.

A par das alterações registadas na agricultura devido à introdução desta nova cultura, verificamos que o povoamento deste território ganhou maior importância logo no início do século XVI, em 1512, com a criação da freguesia de Monte Real que foi desmembrada da paróquia de S. Tiago, de Leiria. Tal movimento prosseguiu, em 1589, quando o bispo de Leiria, D. Pedro Castilho, *“desmembrou da freguesia do Souto os logares de Monte-Redondo, Coimbrão, Ervedeira e uns casaes e moinhos, do mesmo Districto, e levantou freguesia em Monte Redondo”* (O Couseiro; 1868; 194).

De acordo com Cristino (1989; 14), a criação desta nova paróquia *“não viria diminuir os rendimentos do pároco do Souto, pois os fogos, entretanto recebidos, eram o dobro ou talvez mais dos que pretendiam separar-se”. A “integração dos lugares da actual paróquia da Ortigosa na do Souto”, terá acontecido por volta de 1574.*

Interessa assinalar que o pedido para a criação de uma nova paróquia em Monte Redondo havia sido feito anteriormente, em 1574, quando da apresentação de

uma primeira petição pelos povos de Monte Redondo, do Coimbrão e de Ervideira. Até então estes moradores eram obrigados a deslocarem-se à paróquia do Souto para participarem nos actos religiosos aos Domingos e dias santos de guarda. No entanto as dificuldades destas deslocações devido à distância a percorrer e às dificuldades sentidas, sobretudo no período dos rigores de Inverno quando se agravavam as condições de circulação através do campo, justificaram esse pedido.

Pelo seu interesse, transcrevemos de Cristino (1989; 17-18), o seguinte texto:

*“Em dia e mês para nós desconhecidos, mas certamente no próprio ano de 1589, António Fernandes, morador em Monte Redondo, Fernão Mouro, morador no Casal de Francisco Lopes Pimenta, também de Monte Redondo, Pero Anes, morador no Paço de Albarda, João Afonso, da Ervideira, Diogo Fernandes, do Coimbrão, e João Jorge da Bajouca apresentaram uma petição ao Bispo de Leiria, ... em seu nome e no dos mais vizinhos e moradores do Coimbrão de Baixo, Coimbrão de Riba, Ervedeira, Monte Redondo, com suas Ribeiras, Moinhos da Bajouca, Casal Novo, Ribeiro da Vinha, Pinheiro e Ribeira abaixo, para poderem edificar uma igreja no dito lugar [de Monte Redondo].”*

Os motivos que apresentaram para que lhes fosse deferido o seu requerimento, isto é para *“ficarem desobrigados da Igreja matriz”*, eram, a seu ver, suficientes: *“a grande distância que há de caminho à freguesia do Salvador do Souto, aonde eram fregueses”* e ainda pelo facto de *“ter rios de passar”*.

Deferida a referida pretensão só em Janeiro de 1590 é que terá sido dada autorização para a demarcação do terreno onde deveria ser edificada a nova Igreja (Cristino; 1989; 18). Anota o mesmo autor (idem; ibidem; 19-20), que a demarcação e a medição do “casal” que estava na posse de António Fernandes, foi feita em 31 de Dezembro de 1591.

Transcrevem-se as referidas estremas, na parte norte:

*“pela estrada que vai da Bajouca para o Porto de Pero Esteves e daí, vai pela vala velha, detrás da Moita, até entrar na água da Fonte Cova e daí, vai ao Porto Longo que está ao poente e daí, vai ao longo do paúl e vala que possui Francisco Lopes Pimenta, até ao casal da Cabecinha e daí, vai direito à estrada do Pinheiro e de Leiria, que está à parte do sul e daí, vai ter ao Outeiro que se chama das Ferrarias e daí, vai sempre pela estrada da Lagoa dos Pegos, que vai de Leiria para Buarcos, e torna a entestar na Portela do Paço da Albarda, onde principiara a demarcação”*.

Este texto confirma a descrição de “O Couseiro” (1868; 194) que esclarece que a construção da Igreja *“foi feita em terra que era prazo, da commenda d’Alcobaça, por ahi estar, n’ella, uma ermida de N. Senhora da Piedade”* (idem; ibidem; 194), sendo que, o dono do referido prazo foi um dos subscritores desta petição.

De acordo com o mesmo documento (idem; ibidem): *“o commendatário deu licença, e, por sua comissão, a demarcou o licenciado Jeronymo do Souto; e um António Fernandes e sua mulher, Lucrecia Cordeira, traziam a dicta terra, emprazada, e fizeram doação, livremente, do dicto chão, com a dicta licença do commendatário, e desistiram do direito que tinham, ou podiam ter, para apresentar cura por se fazer a igreja no seu chão”*

Acresce Cristino (1989; 23) que, *“em Monte Redondo, havia mais uma propriedade, constituída por um Paúl e um Casal, que estava aforada a Francisco Lopes Pimenta e sua mulher, Ambrósia Vieira, de Torres Novas”*. A demarcação da propriedade em que esteve presente o caseiro, Fernão Mouro, foi realizada em 2 de Janeiro de 1592. O referido tombo dá-nos indicações precisas não só sobre a extensão da dita propriedade e dos seus limites e ocupação do solo, mas também dos lugares conservados na toponímia local.

Diz o citado documento:

*“Parte o dito Paúl (do Norte) pela água do Porto Longo e do sul com o campo do Marquês de Vila Real e do levante com o casal da mesma comenda que traz António Fernandes de Monte Redondo e do poente com charnecas baldias. E logo foi medido o dito paúl pelos ditos medidores e acharam ter de largo, ao Porto Longo, pelo dito Porto, 100 varas (110 metros) de comprimento, do nascente ao sul [isto é, da parte nascente, de norte a sul], 2120 varas [2332 metros] [isto é, cerca de 26 hectares]. E daí para baixo, um pedaço de paúl grande que se não mediu por estar todo alagado que vai correndo até à Mata de El Rei e a lonjura do dito paúl é quanto diz o vale”*

Quanto ao casal, *“que está situado onde se chamava a Cabecinha que hoje se chama Montijo das Pedras, que está entre eles, que medido o que dele está roto tem ao longo do vale 280 varas [308 metros], e o roto do poente ao levante 160 varas [176 metros] [isto é, um pouco mais de 6 hectares]. E daí declarou o dito caseiro que o dito casal tem uma charneca baldia que parte pela maneira do Montijo de Baixo e com a sesmaria de Filipe Luis, os quais matos poderão levar de sementeira 3 moios e o que está roto do dito casal e da Cabecinha grande à cabecinha Pequena onde está a casa com os próprios valados e matos no dito casal estão feitas duas casas novas em que está o caseiro”*

A este respeito, parece-nos verosímil a interpretação de Cristino (1989; 16) acerca da localização da futura ermida que deveria servir os povos dos Coimbrões, da Ervideira e certamente que também, (embora não referidos), os da Bajouca. Registou aquele autor *“a dificuldade de consenso, por parte dos peticionários para a escolha de um sítio para a edificação da igreja paroquial”*. Dado que *“a construção de ermidas em lugares ermos era completamente proibida; e mesmo onde as houvesse, deveriam ser transferidas para os lugares onde houvesse ao menos dez vizinhos...”*, pesou certamente na escolha a localização de um lugar central (próximo ou no sítio onde já existia uma pequena ermida) acessível aos habitantes das povoações acima referidas.

Observa ainda este autor (idem; ibidem; 16-17) ter havido uma coincidência feliz neste processo que cumpriu as expectativas dos monteredondenses: o facto do abade comendatário de Alcobaça, D. Jorge de Ataíde, *“pessoa influente, conselheiro de estado, capelão-mor, esmoler, presidente da Mesa da Consciência e Ordens e vivia na corte de Madrid”*; ter provavelmente familiares na cidade do Lis e do Bispo de Leiria, D. Pedro Castilho, gozar da simpatia do monarca Filipe I, de quem obteve diversos privilégios, nomeadamente o alargamento da sua diocese.

Segundo pudemos apurar, Leiria pertencia a Santa Cruz de Coimbra e o seu termo norte interior, nomeadamente as Colmeias, S. Simão, Espite, Vermoil e Souto, pertenciam ao Priorado de Coimbra (cf.: O Couseiro; 1868; 16). No entanto entre este Priorado e os Monges Crúzios (ou Cónegos Regrantes de Santo Agostinho) terão havido largas disputas pela posse das terras do termo de Leiria, o mesmo vindo a acontecer depois da criação do *“Bispado Novo de Leiria”* entre este e o Cabido da Sé de Coimbra. O mesmo se poderá dizer acerca da delimitação entre a freguesia de Monte Redondo e a do Souto, ou seja entre a paróquia mãe e a nova paróquia de Monte Redondo.

Observa Cristino (1989; 24) que *“houve, pelo menos, cinco insistências feitas pelo próprio bispo nas visitas que fez às duas paróquias, para que os dois párocos procedessem à limitação: duas antes de 1600, nas visitas ao Souto, duas outras, também em visita ao Souto, respectivamente em Julho de 1600 e Dezembro de 1603; e uma outra vez, pelo menos, na própria visita à paróquia de Monte Redondo.”*

Pelo seu interesse transcreve-se o documento publicado no Suplemento Especial do *“Souto”*, de Julho de 1989 (dedicado aos 400 anos de Monte Redondo), o texto do *“Livro de Capítulos e Visitas” do ano 1600 a 1645* (fol. 2, n.º 4), relativo a este acontecimento:

*“Em as duas visitas passadas foi mandado ao padre cura desta igreja que com o de Monte Redondo e os oficiais de ambas estas igrejas fizessem a demarcação delas e pusessem marcos nos limites por onde cada uma partia, para que não houvesse dúvidas e cada um soubesse a igreja a que era obrigado para ouvir missa e os diversos ofícios e que até agora não cumpriu nem fez sobre isso diligência alguma, do que algumas pessoas se nos queixaram em visita, pelo que lhe mandamos que façam a dita demarcação com as pessoas agora declaradas na forma da visita em que lhes foi mandada, dentro de dois meses, de que mandará certidão ao nosso provisor sob pena de dois mil réis.”*

De acordo com a mesma fonte, o 2.º documento, datado de 11-2-1603, tem exarado à margem da página 11, o seguinte: *“Façam-se as demarcações das freguesias do Souto e de Monte Redondo.”*

Prossegue o referido texto:

*"Em três visitas passadas está mandado que o cura e oficiais desta igreja com o cura e oficiais da igreja de Monte Redondo fizessem demarcações delas e que pusessem marcos onde fossem necessários o que até agora não cumpriram sendo de tanta importância pelo que lhes mando cumpram em fazer a dita demarcação dentro do tempo e na forma que por mim foi mandado na visitaçõ deste ano na Igreja de Monte Redondo, sob pena de dez cruzados".*

A análise de diversos documentos leva o Rev.º Dr. Cristino (1989; 24) a afirmar que a construção da Igreja terá ocorrido entre 1592 e 1600, data em que surgem os primeiros assentos paroquiais. Assim, *"ou a paróquia entrou em funcionamento só em 1600, quando porventura se completou a igreja paroquial, ou ficou anexa à do Souto até esse mesmo ano."*

A data de 1702 registada na parte superior da porta de entrada voltada a poente, antes da remodelação do século passado, parece assinalar obras de beneficiação que possivelmente não terão alterado a configuração interna tal como está descrita no "O Couseiro" (1868; 195). Quanto ao seu aspecto exterior nada podemos acrescentar a não se a sua localização numa pequena elevação sobranceira ao 'Vale do Guiso', voltada para o 'monte Redondo' e dispendo de um pequeno largo fronteiro ainda hoje existente nas imediações deste templo.

E ao que podemos constatar pela leitura de "O Couseiro" (idem; ibidem), o termo de Monte Redondo à data da sua redacção, por volta de 1657, não seria muito povoado pois contava apenas com duas ermidas: uma de invocação a Santo Aleixo, *"que está n'uma matinha, ao Paço, muito pequena"* e *"outra na quinta de D. Diogo Pimentel, da invocação de N. Senhora das Mercês"*. Esta situação contrasta com a da vizinha freguesia do Souto da Carpalhosa que à mesma data contava com seis ermidas: Portela, Várzeas, Ortigosa, Riba d'Aves, Conqueiros, Chã da Laranjeira e Casal.

Como foi assinalado a constituição de novas freguesias progride durante o século XVII sendo que, em 1632 foi constituída a freguesia de Carvide, a partir do desmembramento da freguesia de Monte Real e poucos anos depois, em 1636, o Bispo de Leiria, D. Dinis Melo e Castro, autorizou a criação da freguesia do Coimbrão (anteriormente conhecida por São Miguel das Areias), a partir das terras pertencentes à freguesia de Monte Redondo.

A este respeito regista o autor de "O Couseiro" (1868; 210): *"no anno de 1636 o mesmo bispo desmembrou da freguezia de Monte Redondo, os Coimbrões, e levantou freguezia, da invocação de S. Miguel, por ahi estar uma ermida da mesma invocação"*. De realçar que no limite desta freguesia existia uma ermida, da invocação de S. Tiago na Ervideira, lugar onde havia *"uma lagoa que nunca secca; ... e no inverno innunda muito; cria ruivacos: está o mar d'ahi meia légua"* (idem; ibidem).



Sobre as redondezas, diz ainda o citado documento (idem; ibidem): *“N’esta freguezia está o pinhal do concelho, de que é administradora a camara d’esta cidade; é de boa madeira e rende bem ao concelho”*.

Note-se que a construção da Igreja de Monte Redondo e o arroteamento dos baldios e dos campos vizinhos veio a constituir-se como um foco de atracção de novos moradores. Mas não deixou de levantar novas questões desta vez entre os párocos e o Mosteiro de Alcobaça. Pelo seu interesse transcreve-se um documento cedido pelo Pe. David Gaspar, relativo ao “treslado” enviado ao Juízo de Ouvidoria das Cortes, no ano de 1759.

*“Apelante: Nicolau Cardoso Carvalho da cidade de Leiria*

*“Ao Rev.<sup>mo</sup> Dom Abade Esmolar Mor*

*Dizem como autores o Dom Abade Geral e mais religiosos do Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça contra o Capelão Manuel das Neves da cidade de Leiria pela via melhor de Direito:*

*“Este comprou e provará que o Mosteiro dos autores é direito senhorio de um prazo chamado de Monte Redondo, termo da cidade de Leiria de que fez emprazamento a Lançarote Vieira por escritura autorgada em ... (?) Maio de mil quinhentos e setenta e um com obrigação de lhes pagar de foro para sempre a quinzena de todos os frutos que produzirem em terras do dito foro e depois do falecimento do dito Lançarote Vieira, e sua mulher que se obrigam a romper e reduzir a cultura todo o dito prazo e em atenção a essa despesa se lhes fez de dízima somente durante a sua vida e da dita mulher.*

*Provará que sendo possuidor do dito prazo Dom Francisco Pimenta, descendente do dito enfiteuta primeiro Lançarote Vieira se reduziu por contrato feito com ele o dito foro da quinzena das fontes do dito prazo ao foro ... (?) cada ano e isto depois do dito mosteiro ter alcançado ... (?) contra o dito Dom Francisco”*

Estas as notas mais relevantes relacionadas com a criação da nova paróquia de Monte Redondo, no longínquo ano de 1589, bem como à criação de novas paróquias seguindo um processo de intensificação do povoamento litoral e de crescimento demográfico registado em todo o continente português. Este processo não se pode igualmente dissociar do movimento religioso que levou à criação do Bispado de Leiria, de Miranda, de Portalegre e de Elvas e que durante o século XVI se manteve constante.

Embora se tenham registado a criação de novas dioceses até ao século XVIII, esta situação alterou-se a partir do segundo quartel do século XIX com a ameaça de extinção de algumas das dioceses, nomeadamente da Diocese de Leiria. Assim, *“por sentença de D. Américo, de 4 de Setembro de 1882, aprovada por Carta Régia de 14 seguinte, foram extintos os Bispados de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, e os*

*isentos do Crato e Tomar” (Zúquete; 1943; 48). Por estas razões “a Diocese de Leiria foi anexada à de Coimbra, com 23 freguesias do concelho da sede e 2 do concelho de Pombal. As restantes passaram para o Patriarcado”.*

A entrada do novo Bispo, D. José Alves Correia da Silva, na diocese restaurada, data de 5 de Agosto de 1920.

Por esta data, a povoação de Monte Redondo dava os primeiros passos no sentido de uma industrialização primária baseada na exploração rochosa dos ofitos e na serração de madeiras. Esta constituiu, aliás, a principal marca da "revolução industrial" que, beneficiando da construção da linha de caminho de ferro do Oeste e, mais tardiamente, da electrificação rural, permitiu a constituição de um pequeno "parque industrial" bem conhecido pela natureza das suas exportações.

Com a desactivação de algumas dessas unidades de produção e o declínio da própria industrialização, a terciarização surge, hoje em dia, como um elemento impulsionador das actividades humanas e do povoamento local.

Vejamos agora os aspectos de natureza demográfica.



## Capítulo 4.

### **Notícia antiga sobre a população e a sua distribuição**

*“A repartição dos homens sobre a terra traz ao mesmo tempo a marca dos condicionamentos ecológicos e dos caracteres originais das civilizações.”*

Paul Claval — *Geografia do Homem*



## 4.1. Enquadramento demográfico

O conhecimento da população no território nacional, possível nos dias de hoje através da realização periódica dos recenseamentos da população, esbarra anteriormente ao século XIX pela ausência desses levantamentos com carácter regular ou pelas suas características. E só parcialmente nos permitem reconstituir os aspectos fundamentais da ocupação humana.

Mesmo assim entre os documentos mais antigos que nos permitem estimar o número de habitantes no território português conta-se o “*Numeramento de 1527-1532*”, mandado realizar por D. João III com o intuito de conhecer o número de moradores do reino. De acordo com Gonçalves (1976-77; 408) para além de pretender saber “*quantos moradores viviam em cada aglomerado populacional, grande ou pequeno*”, o monarca desejava igualmente saber as formas dessa distribuição: “*quantos habitavam o ‘corpo’ das cidades e vilas e quantos os arrabaldes; quantos também se disseminavam por quintas, casais e herdades*”.

Da carta circular expedida pelo Rei, em Coimbra, em 17 de Julho de 1527, transcrevemos, pela sua importância, o seguinte (Galego e Daveau; 1986; 12):

*“Corregedor Eu ell Rey vos emvyo muyto saudar por que follgarey de saber quantas çidades vyllas e lloguares ha em vossa correição e os nomes delles e assy quantos moradores nelles ha vos encomêdo e mando que lloguo tanto que esta vos for dada mamdes huũ escrivam dessa correição quoall vos parecer que o melhor fara que vaa fazer esta dillygençia, a saber, yyra a cada huũa das çidades villas e lloguares dessa comarqua e em cada huũ delles escrepvera quantos moradores ha no corpo da çidade ou vylla e arrabaldes e quantos no termo declaramdo quantas aldeas ha no dito termo por seus nomes e quantos moradores ha em cada huũa dellas e asy quantos vyvem fora dellas em quyntas cassaes e erdades fora das ditas aldeas e asy escprevera no dito llivro quantas lleguos cada cidade e vylla tem de termo pera cada parte e com que lloguares outros partẽ.”*

Na parte correspondente à Estremadura, esta tarefa foi cumprida pelo escrivão Jorge Fernandes que no seu percurso entre Coimbra e Leiria recolheu os elementos sobre esta cidade e arredores, conforme as indicações do soberano.

Transcrevemos de Galego e Daveau (1986; 95) — Quadro II — o nome das unidades administrativas consideradas nesse percurso bem como o número de moradores ou seja, “*o total de famílias ou pessoas isoladas, habitando em casa independente*” (Gonçalves; 1976-77; 413), apurado em cada uma delas.

Relativamente a Leiria e tendo presente os elementos apresentados por Gonçalves (idem; ibidem; 414), o total de moradores era o seguinte:

- Leiria (povoação): 588, sendo: 448 homens e 140 mulheres
- Leiria (termo): 2149, sendo: 1279 homens e 282 mulheres.

**Quadro II:** Numeramento de 1527

Nome das unid. administrativas	N.º de moradores
Cidade de Coimbra	4570
Vila de Çarnache	75
Vila da Ega	126
Vila da Redynha	150
Vila de Pombal	516
Vila de Leyria	2060
Vila da Batalha	145
Vila de Porto de Mos	512
...	

Os dados relativos às principais povoações situadas entre os rios Mondego e o Lis, no percurso percorrido pelo escrivão, permitem-nos verificar a importância da Vila de Leiria comparativamente com as vilas vizinhas de Pombal, da Redinha e da Batalha. E se tomarmos em consideração a população residente em Leiria e no seu termo, à data muito superior aos dois milhares de habitantes, notamos a grandeza deste núcleo de povoamento onde residiam cerca de metade dos moradores de uma das cidades mais importantes do reino, a cidade de Coimbra.

Note-se que ao longo do litoral, entre Aveiro e os coutos de Alcobaça, apenas dois concelhos vizinhos, Buarcos e Redondos, se assumiam como os dois principais núcleos de povoamento do litoral marítimo desta área ou seja, como os seus principais centros populacionais. Foi a conclusão a que chegámos depois de consultar o estudo de Galego e Daveau (1986) já citado. Esta apreciação realça a ausência de um povoamento denso em toda a área litoral compreendida entre os rios Lis e o Mondego, facto que deverá ser entendido como uma consequência da sua natureza arenosa e dunar.

Note-se que à época, a distribuição dos principais núcleos de povoamento situava-se quer ao longo da via de circulação terrestre norte-sul, quer ao longo dos vales dos principais rios, caso do Vouga, do Mondego e mais a sul, do rio Tejo.

De acordo com as informações recolhidas por Galego e Daveau (1986; 38) grande parte dos habitantes sediados nesta área da Estremadura residiam em propriedades régias. No entanto a norte de Leiria a propriedade estava essencialmente na posse da Ordem de Cristo (com algumas, poucas, propriedades ocupadas pela Ordem do Mestrado de Santiago). A sul desta vila a propriedade pertencia essencialmente aos Coutos de Alcobaça.

Pouco poderemos dizer acerca do total dos habitantes do Reino na data do referido numeramento. Globalmente os dados recolhidos apontam para um valor global de 280.415 fogos, a que podiam corresponder cerca de 1.2 Milhões de habitantes. Para este cálculo admitimos o valor médio de 4-5 pessoas/fogo proposto por Godinho (1977; 38).

E se compararmos esta estimativa com os elementos recolhidos por V. Serrão (1975; 217) sobre a população portuguesa, dois séculos mais tarde, em 1640 — quando a população portuguesa deveria orçar os 1.3 Milhões de moradores — somos levados a acreditar nos dados do cômputo anterior. Mesmo assim, a variação positiva registada entre as duas datas, traduz os efeitos das perdas provocadas pelas epidemias e pelas fomes, ao que parece constantes nessa época bem como a acção de outros flagelos sociais. Referimo-nos em particular à constante saída de gente e ao grande êxodo de portugueses, *“sobretudo de homens, para todas as partes do mundo, ... muito intenso nesta primeira metade do século XVI”* (Gonçalves; 1976-77; 420).

Assinala a propósito o autor (idem; ibidem) a importância das saídas para a Índia, *“para onde, até 1527, teriam navegado por volta de 80 000 homens, dos quais, ... só um décimo viria a regressar a Portugal”*. Por sua vez Galego e Daveau (1986; 21) registam ainda as saídas de colonos para os Açores e para a Madeira; a emigração para Espanha; o recrutamento para as guarnições das cidades do norte de África e mesmo a *“dramática diáspora da comunidade judaica portuguesa provocada pela perseguição religiosa”* (idem; ibidem; 22).

A estes acontecimentos deveremos ainda juntar as necessidades crescentes da colonização do Brasil e o acréscimo do movimento de saídas para o continente sul americano que se verificou após a descoberta das minas de ouro e de pedras preciosas neste território, nos finais do século XVII, achado que levou à intensificação da emigração portuguesa para este destino nos séculos imediatos. Estas condições estiveram na origem de um crescimento lento da população portuguesa devido não só à importância e à extensão do movimento emigratório mas também aos factores naturais, natalidade e mortalidade, igualmente responsáveis por esta evolução.

Podemos recordar como características gerais da evolução demográfica da população durante o *“antigo regime”* (séculos XV a XVIII), a ocorrência de guerras, de fomes e de pestes frequentes, que embora contrariadas por uma natalidade elevada, não permitia um crescimento (saldo fisiológico) acentuado dos habitantes.

Quanto à realidade económica, Amado Mendes (1993; 73-74), identifica as características económicas essenciais deste *“antigo regime”* com a *“predominância do sector primário”*, acompanhada por uma indústria *“sob a forma artesanal, isto é, essencialmente manual e com níveis de produtividade bastante limitados”*. Quanto ao comércio, *“processava-se, geralmente, em feiras e mercados, em tendas e em pequenas lojas”*.



Os dados contidos nos Quadros III e IV, permitem-nos conhecer a dimensão da população de Leiria e a sua importância entre as duas cidades mais próximas. Por outro lado esclarecem-nos acerca da dimensão dos principais núcleos de povoamento localizados no termo desta cidade no início da Restauração (cf.: Serrão; 1975; 239-240 e 241).

**Quadro III:** Cidades do Reino em 1640: enquadramento da cidade de Leiria

Cidades	Vizinhos	Paróquias	Rend. das Sés	Vilas
Lisboa	67000	40	40000 ducados	—
Coimbra	5000	7	40000 ducados	19
Leiria	2000	3	18000 ducados	23
...				

**Quadro IV:** Vilas do Reino em 1640 (próximas de Leiria)

Vilas	Vizinhos	Paróquias
Soure	800	1
Ourém	400	1
Porto de Mós	200	1
Pombal	250	—
Batalha	300	—

A dimensão destas povoações confirma-nos a existência, ao longo do litoral português de uma rede de povoações intermédias, algumas delas com funções defensivas, outras mais relacionadas com a administração, mas todas elas traduzindo na sua localização e dimensão as condições naturais do relevo, a natureza do solo, o clima e a vegetação dominantes.

Estas condições naturais andam igualmente associadas à florestação dominante, com base desde o século XIII no pinheiro marítimo e no desenvolvimento da agricultura, em especial nos vales de aluvião que acompanham os principais cursos de água fomentando assim o desenvolvimento de novos casais. Estes constituíram-se fundamentalmente pelo arroteamento das áreas incultas, especialmente junto dos vales de melhor qualidade do solo, como era o vale do rio Lis, e em terrenos pertencentes ao cabido da Sé de Leiria.

Para melhor compreensão do que acabamos de referir, transcrevemos de V. Serrão (1975; 249), algumas descrições relativas às principais povoações desta área litoral, bem como as actividades dominantes.

Começemos pela descrição da cidade de Leiria:

- Leiria: *“...haziendose fertilissima de pan, generoso vino, suaue azeyte, regaladas frutas, pesca, guertas; adornala dilatado pinar de seis leguas, plantado por el Rey Don Dionis, sin elqual fuera imposible...conseruar nauegaciones deste Reyno”.*

*“Entre a villa de Santaren y la ciudad de Coimbra yaze la fuerte ciudad de Lería, cenida de muros, bañada del rio Lis que aqui se junta con el Lena que de la otra parte del fuerte castillo la circunda, tiene 2000 vezinos, com 3 parroquias, 2 Conventos de frayles y uno de monjas. Su corregimiento alcança 23 villas, la hizo Catedral Paulo III Papa, año 1545, a peticion del Rey Juan III, desmembrandola de Coimbra y Lisboa, componenla 5 dignidades, 10 canonigos, 10 medios y 8 beneficios, rentando al Obispo 18000 ducados”.*

Vejamus algumas das descrições das vilas em redor de Leiria. No seu termo sul, destacamos: Ourém, Porto de Mós e Batalha.

Acerca de Ourem, diz o referido documento (idem; ibidem; 268):

- Orem: *“...en lugar eminente, a quien por todas partes dificultosamente se sube: abundante de pan, famosos vinos, azeyte, ganados, y caças”.*

*“Cerca de Tomar y comarca suya la villa de Orem, en logar alto, con 400 vezinos, una parroquia Colegial, y castillo, y es titulo de Condado”.*

De Porto de Mós, diz o referido documento (idem; ibidem; 273):

- Porto de Mos: *“...con abundancia de pan, vino, azeyte, pesca y toda suerte de caça”.*

*“Cerca de Leiria y en so comarca esta la villa de Porto de Mos, en el recuesto de una sierra, orillas de certo rio, con fuerte castillo, 200 vezinos y una parroquia”.*

Da Batalha, diz o referido documento (idem; ibidem; 277):

- Batalha: *“...el sitio abundante de pan, vino, azeyte, ganados, caças, frutas, hortaliças, y pesca en los rios de Leria. Produce minerales de finissimo açabache, proueyendo à diversas partes, del qual labra curiosidades muy agradables”.*

*“Legua y media de Leria y comarca suya yaze la villa de la Batalla y su Convento magnifico, ordem de San Domingos, fabricole el Rey Juan I en memoria de la batalla de Aljubarrota, gañada en 14 Agosto 1385, y es dedicado a N. Señora de la Vitoria, lo perficiono el Rey Manuel, y la villa tiene 300 vezinos”.*

Na parte mais setentrional de Leiria, referem-se as vilas de Pombal e de Soure. Assim, de Pombal, lê-se no referido documento (idem; ibidem; 274):

- Pombal: *“...con buena cosecha de pan, vino, y azeyte”.*

*“Es la villa de Pombal comarca de Tomar y cercana a ella, con 250 vezinos y castillo”.*

De Soure, diz o referido documento (idem; ibidem; 273):

- Soure: “...orillas de un arroyo, con buena cosecha de pan, vino, caças, ganados, frutas, hortalizas, y pesca”.

*“En espacioso llano yaze la villa de Soure, comarca de Tomar, 6 leguas de Leria, con castillo y Palacio, 800 vezinos, una Parroquia, un convento de frayles y otro de monjas”.*

Embora tratando-se de povoações mais afastadas da nossa área de estudo as descrições acima referidas ilustram as formas dominantes do povoamento e os traços essenciais da economia rural nesta zona centro — litoral do território.

## 4.2. Retrospectiva sobre a população de Monte Redondo

Sendo difícil recuar no tempo e conhecer com exactidão o início do povoamento deste “casal” vamos tentar seguir a sua evolução tendo presente o que nos relata “O Couseiro” (1868; 194) acerca das freguesias do Bispado de Leiria.

Como recordámos quando em 1589, o Bispo de Leiria, D. Pedro Castilho, criou a paróquia de Monte Redondo, a pedido da população local e de outros lugares vizinhos, seria ainda reduzida a densidade de ocupação do solo, facto que a criação da nova diocese de Leiria e das suas paróquias veio a alterar. Com efeito como reconhece Serrão (1975; 232), a fundação de Sés catedrais “apesar de inspiradas por motivos de ordem religiosa, deram alento à vida regional do País”. De facto a “realização de feiras, a construção de igrejas, as festas litúrgicas, as necessidades comerciais e os laços da vida agrícola impunham formas de vizinhança que acabaram por beneficiar amplas zonas regionais”.

Recorde-se que a criação destas novas freguesias foi feita inicialmente a partir do desmembramento das freguesias do burgo leiriense. E as paróquias entretanto criadas permitiram reforçar as “energias vitais do organismo nacional” (idem; ibidem; 232) garantindo as actividades de subsistência da população e o desenvolvimento de novos lugares. Por isso o interesse do Bispado de Leiria na criação de novas paróquias, satisfazendo a evolução crescente dos seus habitantes e na construção de novas Igrejas, permitiu a criação de novos focos de povoamento na diocese. Com efeito, cabendo a apresentação do cura ao prelado, com ele eram compartilhados as obrigações dos fregueses que ficavam igualmente responsabilizados pelas ofertas para o sustento do cura e para a fábrica da igreja.

A criação de novas paróquias e o alargamento dos núcleos já existentes garantiu a construção de novas igrejas e de diversas ermidas e capelas. Destacamos, a título de exemplo, a construção da Capela da Ervedeira, de invocação a S. Thiago, em 1672.

Eventualmente o templo primitivo terá sido erguido em 1609 (?) e só na década de setenta desse século foi transferido para o local onde hoje se encontra afastando-o, então, da proximidade do mar onde se situava a antiga Ervedeira. Tal facto, abona a favor de uma ocupação humana mais antiga, muito próximo do mar, bem como as transformações sofridas pelos terrenos do litoral à medida que se foram drenando e consolidando as suas dunas.

Para além daquela ermida destacamos ainda a construção da capela da Bajouca, em 1712, da invocação de Santo Aleixo e a edificação, em data próxima desta, da capela da Sismaria, da invocação da N.ª Sr.ª do Amparo. Quanto aos outros pequenos templos existentes nesta freguesia, destacamos os do Casal Novo, da invocação do Sr. Jesus das Almas e da da N.ª Sr.ª da Boa Morte; o de Fonte Cova, da invocação da N.ª Sr.ª da Conceição e o do Grou, da invocação da N.ª Sr.ª da Boa Viagem, edificadas no decurso século XX.

Com já notámos, o povoamento desta área anda indissolúvelmente ligado ao arroteamento dos terrenos arenosos e alagadiços aí dominantes, bem como à exploração do solo e da sua vegetação, principalmente do “Pinhal do Rei”, fonte importante de rendimento para os moradores que se fixaram no termo de Leiria, entre esta cidade e o mar. E Leiria era conhecida, desde longa data, pela sua posição estratégica e pela natureza das suas actividades. Isso o comprova uma descrição relativa aos finais do século XVII, de 1675 (Vasconcelos; 1942.III; 701 — in: M. Silva, “Poblacion”) que refere o seguinte: *“Entre a vila de Santaren, y a ciudad de Coimbra yaze la inexpugnable, y alegre de Leiria, ceñida de fuertes muros, vistosas torres, bañada del transparente rio Lis, juntando-se aqui con el rendoso Lena, que a la otra parte del fuerte castillo la circunda...”*

Sendo este o panorama do termo norte de Leiria, vejamos alguns dados relativos à população de Monte Redondo, cujo montante não conseguimos apurar na altura do numeramento quinhentista (1527). No entanto tomando por base os dados recolhidos por Cristino (1971), os habitantes desta freguesia orçariam em 1657 (já depois do seu desmembramento e da criação da freguesia do Coimbrão, em 1636), os 800 indivíduos (cerca de 200 fogos).

Tendo em conta os dados apontados meio século depois, no início do século XVIII, pelo Pe. Carvalho da Costa, na sua *“Corografia Portuguesa e descripçam Topográfica do famoso Reyno de Portugal”* (editada em 1712), a propósito de Leiria e das freguesias limítrofes, verifica-se um decréscimo da população residente. Tal como anteriormente observámos este decréscimo estará relacionado com a primeira grande vaga da emigração portuguesa para o Brasil decorrente da descoberta das minas de ouro e de outras pedras preciosas, nos finais do século XVII.

A propósito de Leiria, descreve o Pe. Costa (1712): *“tem esta cidade no seu termo 19 paróquias, todas curados, que são as seguintes: S. Miguel do Coimbrão tem a Ermida*

*de Santiago da Ervedeyra, duzentos e vinte vizinhos, quinhentos e noventa e seis pessoas maiores e cento e quinze menores; N.ª Senhora da Piedade, de Monte Redondo, tem duzentos e dezasseis vizinhos, quinhentas e sessenta pessoas maiores e cento e sessenta menores. Há nesta freguesia a Ermida de S. Aleixo do Paço e N.ª Senhora do Amparo da Sismaria”.*

Já os dados referentes ao fim do primeiro quartel do século XVIII confirmam um aumento do número de habitantes. Assim se pode apreciar pela consulta das *“Notícias de algumas vilas e freguesias do Distrito de Leiria escritas em 1721 e enviadas à Academia Real”*. Trata-se de levantamento feito em obediência ao ordenado pelo monarca D. João V aos provedores das várias comarcas do reino para enviarem àquela instituição memórias e notícias sobre as várias povoações do reino. Assim procedeu o provedor da comarca de Leiria, Braz Raposo da Fonseca, que *“examinando os documentos existentes nas mãos dos particulares e nos arquivos das Camaras, copiando inscrições, ouvindo as tradições e descrevendo os monumentos mandou ao seu secretário Cristovam de Sá Nogueira”*, fez os relatos desta ocupação humana.

Transcrevemos alguns dos dados referentes aos lugares mais próximos (*“Manuscrito”*, do Arquivo da Universidade de Coimbra, n.º 503) — Quadro V:

- *“A vintena da Sismaria: à parte do nascente tem 27 vezinhos. A aldea das Carvalheiras setuada a norte com 15 vezinhos. Lugar da Arueira ao sul com 7 vezinhos. Lugar de Monte Redondo com 3 vezinhos. Lugar de Passos ao norte com 27 vezinhos. Lugar de Fonte Cova ao sul com 18 vezinhos. Há uma Igreja com retábulo de Monte Redondo, e uma Ermida de Santa Anna. Mais uma Igreja de N.ª Sr.ª da Piedade e nella cinco confrarias a saber: a dos Santos. A de N.ª Sr.ª da Piedade. A do Rozário. A de São Sebastião. A das Almas”.*
- *“A vintena da Ervedeira: situada ao norte, tem esta aldea 54 vezinhos. A aldea das Fontainhas a nascente com 13 vezinhos. A aldea de Porto Longo ao nascente com 7 vezinhos. Nesta avintena não há mais Igreja nem Confraria que uma ermida a de Santiago na dita aldea da Ervideira”.*
- *“A vintena da Bajouca: está esta aldea à parte do norte tem 32 vezinhos. Aldea da Bouça ao norte com 13 vezinhos, nella há uma Igreja que é da freguesia com o orago de N.ª Sr.ª da Piedade, e nela 5 freguezias digo 5 confrarias: a do Santíssimo Sacramento. A de N.ª Sr.ª da Piedade. A de N.ª Sr.ª do Rozário. A de São Sebastião. A das Almas”.*
- *“A vintena do Pinheiro: tem lugares, cazaes sete, a saber o lugar do Pinheiro à parte sul com 10 moradores. O lugar das Lavegadas em cazaes raros à mesma parte com 17 moradores. O Casal dos Matos ao norte com 4 moradores. o Casal Novo ao poente com 10 moradores. O casal da Lagem ao sul com 4 moradores. O Casal do Garaveto à mesma parte com 4 moradores. O Casal do Ribeiro da vinha entre o poente e sul com 3 moradores”.*

Fazendo fé nos elementos descritos verifica-se que o total de vizinhos (entendidos, certamente, como ‘cabeça de casal’), não deveria ultrapassar os duzentos e

setenta e oito, desigualmente repartidos pelo território adjacente. Quanto à sua distribuição verifica-se que as povoações da Bajouca e da Bouça, a nascente do pequeno lugar de Monte Redondo, aparecem como os dois centros de povoamento mais importantes, situação que parece ter continuidade para sul nos lugares de Casal Novo e das Lavegadas.

**Quadro V:** Resumo da população em 1721

A vintena da Sismaria	97	A vintena da Bajouca	45
Sismaria	27	Bajouca	32
Carvalheiras	15	Bouça	13
Aroeira	7	A vintena do Pinheiro	62
Monte Redondo	3	Pinheiro	10
Paço (Passos)	27	Lavegadas	17
Fonte Cova	18	Matos	4
A vintena da Ervedeira	74	Cazal Novo	10
Fontainhas	13	Lagem	4
Porto Longo	7	Graveto	4
Ervedeira	54	Pinheiro	10
		Casal do Ribeiro	3

Para poente destes lugares, Sismarias e Carvalheiras, conjuntamente com Fonte Cova e Fontainhas, parecem constituir dois outros centros de fixação demográfica, aos quais se junta o lugar de Ervedeira, com 54 vizinhos.

Entre estas duas manchas surge o lugar do Paço com 27 moradores. Por sua vez o lugar de Monte Redondo regista uma população reduzida de apenas três moradores. Trata-se de um valor insignificante que poderá estar relacionado: com a sua formação mais recente em local próximo das vias naturais de circulação que atravessavam o litoral e no seu cruzamento com as que se dirigiam para o interior, ou já com a estrutura social e de posse da terra. De qualquer forma a antiguidade deste lugar parece contrastar com a natureza do povoamento, mais remota, dos lugares próximos.

Por sua vez Cabral (1993.III; 54), baseado nos dados da *“Geografia Histórica”* de Caetano de Lima (vol. II; 660) assinala, para o início do século XVIII (1732) a existência de 264 fogos e de 890 habitantes para o conjunto desta paróquia.

Vejamos o que se passou nos períodos seguintes tomando como exemplo as respostas dadas pelo pároco da freguesia de Monte Redondo ao “Inquérito Nacional” promovido pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino, realizado em 1758 (ou seja, três anos depois do terramoto que afectou todo o reino) e da responsabilidade do Padre Luiz Cardoso, académico da Academia Real de História e membro da Congregação do Oratório de Lisboa. Estas informações encontram-se depositadas na Torre do Tombo, sendo conhecidas por: *“Memória Paroquial de 1758”*

Pelo seu interesse, transcreve-se parte do referido documento, subscrito em 10 de Abril de 1758, pelo Cura João da Costa e Silva.

*“Para satisfazer a informação de Sua Exa. Rev.ma de cuja parte se me ordena responder aos interrogatórios do papel quatro.*

1. *Respondo ao primeiro dos números nele conhecidos que esta terra é o lugar e freguesia de Monte redondo, que está na província da Estremadura e que é termo, Bispado e Comarca da cidade de Leiria.*
2. *Respondo, que esta terra é da Casa do Infantado e lhe pertence ao presente.*
3. *Respondo, que este dito lugar não tem mais que dois vizinhos e o Pároco desta freguesia, e nele se acham dezasseis pessoas e contando todas as pessoas do rol dos confessados, dispersas pelos lugares pertencentes a esta freguesia achei serem oitocentos e vinte e quatro pessoas.*
4. *Respondo que este lugar, e para melhor dizer, este casal está situado em charneca plana e daqui se descobre o lugar e freguesia de Carvide deste Bispado, que dista uma légua e avista-se o lugar e freguesia de S. Miguel do Coimbrão que dista uma légua e avista-se o sítio de N.ª S.ª da Guia, Bispado de Coimbra, que dista uma légua.*
5. *Respondo que não tem termo seu, mas sim é termo da cidade de Leiria e tem esta freguesia os lugares seguintes: Bajouca, Bouça, Casal Novo, Graveto, Pinheiro, Lavegadas, Matos, Sesmaria, Carvalheiras, Fontainhas, Fonte Cova, Paço, e em toda esta dita freguesia habitam duzentos e setenta e seis fregueses*
6. *Respondo, que esta freguesia está fora do povoado, distante dos vizinhos que estão no número terceiro, dois tiros de funda e compreende os lugares expressos no número quinto.*
7. *Respondo que o orago é N.ª S.ª da Piedade, não tem naves e tem cinco altares, a saber: o altar mor em que está a imagem da mesma Senhora e uma de S. João Baptista e outra de N. S. da Conceição, e fora do arco tem à mão direita o altar de S. António com a sua imagem, uma de São Sebastião e outra da Senhora da Luz, e o altar de N.S. do Rosário, com a sua imagem, e a parte esquerda o altar colateral que é do Espírito Santo com a sua imagem, e uma de S. Pedro e outra de S. Luzia e o altar das Almas com o painel das mesmas almas; não tem mais que a Irmandade do Santíssimo Sacramento.*
8. *Respondo, que o pároco é cura da apresentação do Exmo Senhor Bispo e tem de renda cento e trinta mil réis”.*

...

Completa-se esta memória com a transcrição das respostas seguintes:

*“9. Não tem coisa alguma do número décimo, undécimo e duodécimo.*

13. *Há nesta freguesia a ermida de N.ª S.ª do Amparo dentro do lugar da Sesmaria e a ermida de S.º Aleixo, sita no lugar da Bajouca e pertencem aos moradores de cada um dos ditos lugares.*
14. *Não acode às ditas ermidas Romagem.*
15. *Respondo, que os frutos que esta terra produz em maior abundância são o milho e feijão.*
16. *Respondo, que não tem Juiz ordinário, mas sim está sujeita às justiças da cidade de Leiria.*
17. *Não tem nada dos números dezassete, dezoito e dezanove.*
20. *Respondo que não tem correio, mas sim se serve do correio da cidade de Leiria, que dista três légoas.*
21. *Respondo que dista três légoas de Leiria, capital do Bispado, e vinte e cinco de Lisboa, capital do Reino.*
22. *Respondo que não tem privilégios e somente tem que notar que este Casal de Monte Redondo é foreiro dos Religiosos de S. Bernardo da Vila de Alcobaça, aos quais se paga o sétimo de todas as frutas que produz a terra.*
23. *Respondo, que não tem fonte nem lagoa célebre.*
24. *Respondo que não tem porto de mar, nem há coisa deste número, nem do número vinte e cinco, vinte e seis, nem do número vinte e sete. Só sim que junto a esta igreja, pela parte do poente está um monte muito alto e de forma redonda, chamado Monte Redondo, coberto todo de grandes pedras, de pedra tosca que para obra nenhuma servem e só descrevo pela sua grande iminência e estar situado no meio desta planície inserta no número quatro e não há aqui coisa que tome o nome de serra".*

De imediato prossegue a resposta às questões finais:

1. *Há nesta freguesia um rio chamado de Nasce Água que nascem, digo que nasce o dito rio junto do Pinhal da Universidade de Coimbra no termo de Montemor-o-Velho.*
2. *Respondo, que não nasce nem é caudaloso mas corre todo o ano com a mesma quantidade de água no verão e no inverno.*
3. *Nenhum rio entra nele.*
4. *Nem é navegável nem de curso arrebatado.*
6. *Corre do Norte para o Sul, não cria peixes, senão enguias.*
8. *É que não tenho que dizer.*
10. *Este rio se vem meter no campo, que é dos condes de Valadares e as suas margens até entrar no dito campo se cultivam.*



11. *E sempre conserva o mesmo até aos confins desta freguesia, e daí vai seguindo o dito campo com o nome de Rio de Fora, até se juntar no fim do mesmo campo com os rios Lis e Lena que correm pelo mesmo campo até se sepultarem no mar junto do lugar da Vieira.*
14. *Não tem coisa neste número.*
15. *Tem uma ponte de pedra de alvenaria junto do lugar de Aroeira*
16. *A quantidade de suas águas é somente o que basta andarem quatro mós de moinho juntas e assim se acham no dito rio do lugar de Aroeira, até ao seu nascimento catorze moendas de moinhos.*
17. *Não há notícia que em tempo algum se tirasse oiro de suas areias.*
18. *Não uzam os povos de regar com suas águas por serem as terras muito frias, que não necessitam de regagem.*
19. *Tem este rio duas léguas a saber: uma de Nasce água até à ponte de Aroeira em que corre do Norte para o Sul e outra dali até ao fim do campo, em que corre do poente, digo, em que corre do nascente para o poente e não há nesta freguesia mais coisa notável e por verdade me assino.*

Monte Redondo. 10 de Abril de 1758

O Cura: João da Costa e Silva"

Esta a descrição da freguesia de Monte Redondo, pertencente à província da Estremadura de que é termo, Bispado e Comarca da cidade de Leiria, sendo pertença da Casa do Infantado. Esta instituição patrimonial foi "*criada por D. João IV por alvará de 11.8.1654, a favor de seu filho segundo, que integrou no seu domínio boa parte da região de Leiria*" (Cabral; 1993.; 215) e, segundo Alves (1970; 20-21) "*ao longo dos 180 anos da sua existência ... foi engrandecida com sucessivas mercês dos diversos soberanos, tornando-se uma das maiores instituições Senhoriais de Portugal, com domínios vastíssimos e arrecadando enormes rendimentos, na maior parte de origem agrícola*". Acrescenta o mesmo autor que, desta forma, "*conseguiu-se assegurar uma sólida base económica para os segundos filhos dos Reis e, com isso a estabilidade interna da Casa Real*".

A sua extinção ocorreu em 1834, por decreto de D. Pedro IV de 18 de Março, "*sendo os seus bens integrados na Fazenda Nacional e passando mais tarde para a burguesia*" (idem; ibidem).

Como se pode ler na dita "*Memória Paroquial*"; a sede do lugar de Monte Redondo, apesar de estrategicamente situado próximo dos caminhos que faziam a ligação entre os maiores centros do litoral e as pequenas povoações do interior, era um lugar sem dimensão apreciável. Refere aquele documento que, "*este dito lugar não tem mais que dois vizinhos e o Pároco desta freguesia e nele se acham dezasseis pessoas*". Mais ainda, a sede do casal "*situado em charneca plana*", termo da cidade de Leiria, é constituído por diversos lugares e habitado, "*contando todas as pessoas do rol dos*

*confessados, dispersas pelos lugares pertencentes a esta freguesia achei serem oitocentos e vinte e quatro pessoas”.*

A reduzida importância da sede de freguesia de Monte Redondo é corroborada pela descrição elaborada na mesma data sobre Monte Real, que aponta como lugares mais próximos desta povoação: Lavegadas, Paço, Sismaria e o lugar da Ervideira, pertencente à freguesia do Coimbrão (cf.: Alves; 1955; 93-94), não se referindo sequer ao lugar de Monte Redondo. Como justificação para este cenário tem Arala Pinto (1938.I; 60) a seguinte interpretação: *“os lavradores preferiam cultivar as fôlhas mais produtivas e mais apropriadas às gramíneas cerealíferas, deixando em maninho as de qualidade inferior”*; pelo que devemos entender que a maior concentração humana nestes lugares deve-se, fundamentalmente, à melhor fertilidade do solo e à facilidade das colheitas, o que lhes facilitava o pagamento dos tributos

O Quadro VI dá-nos a imagem da população estimada na freguesia em diversas épocas.

**Quadro VI:** Monte Redondo: estimativas da população

Anos	N.º de fogos	N.º de habitantes	Varição
1657	200	800	
1712a)	216	720	-80
1721	264	890	+170
1732	264	890	—
1758	276	824	-36
1801	395	1759	+935
1810	462	1759	—
1811	255	878	-881
1833	305	1214	+336
1838	316	1522	+308
1849b)	463	1417	-105
1858	502	1976	+559
1862c)	486	2016	+494
1864d)	496	2174	+158
1869e)	496	—	

Fontes: Cristino (1971 (Adapt.) e

a) Pe. Carvalho (1.ª edição: 1712) — 216 fogos

b) Censo de 1849 (L. N. Espinha da Silveira)

c) Estatísticas Paroquiais (1862) — 486 fogos; 2016 habitantes

d) Estatísticas Civis (1864) — 2174 habitantes

e) Pe. Carvalho (2.ª edição: 1869) — 496 fogos

A estimativa da evolução demográfica nesta freguesia está contida na Figura 7.

Por sua vez, os dados disponíveis relativos aos recenseamentos da população de 1801-1802 trazem novas informações sobre a população residente nesta freguesia.

Contudo apesar do contexto demográfico não ser favorável devido à sucessão de “*más colheitas (1784-1793 e 1793-1804) originadas, segundo tudo leva a crer, por más condições climáticas*” (Sousa; 1996; 17) provocando um agravamento das condições de vida dos camponeses e às epidemias frequentes que conduziram a “*um crescimento da população muito lento*” e, depois, à “*estagnação, senão recuo populacional*” (idem; ibidem), a população da freguesia manteve o seu crescimento durante as décadas seguintes.

Os valores do censo de 1801 relativos ao n.º de fogos e aos habitantes recolhidos por L. N. Espinha da Silveira no âmbito do projecto “*Censos portugueses na primeira metade do século XIX*”, apontam para uma população superior a 1,7 milhares de habitantes (Quadro VII). Por serem dos valores mais elevados relativos à população residente por freguesias na Comarca de Leiria, denotam um dos crescimentos mais elevados da população nesta área bem como a sua importância relativa comparativamente às demais freguesias desta Comarca.

Nesta data a Comarca de Leiria, constituída por 29 freguesias, registava um total de 10422 fogos, sendo recenseados 18576 habitantes do sexo masculino e 20143 do século feminino.

**Quadro VII:** Censo de 1801: fogos, população e seu movimento

Freguesia	Fogos	População		Nascimentos		Óbitos	
		H	M	H	M	H	M
Coimbrão	367	636	625	21	18	18	18
Leiria	701	1111	1587	44	51	35	52
Monte Real	224	405	424	10	12	7	6
Monte Redondo	395	862	897	35	27	25	25
Souto da Carpalhosa	738	1289	1443	50	32	32	37
...							

in: L. N. Espinha da Silveira; 1999

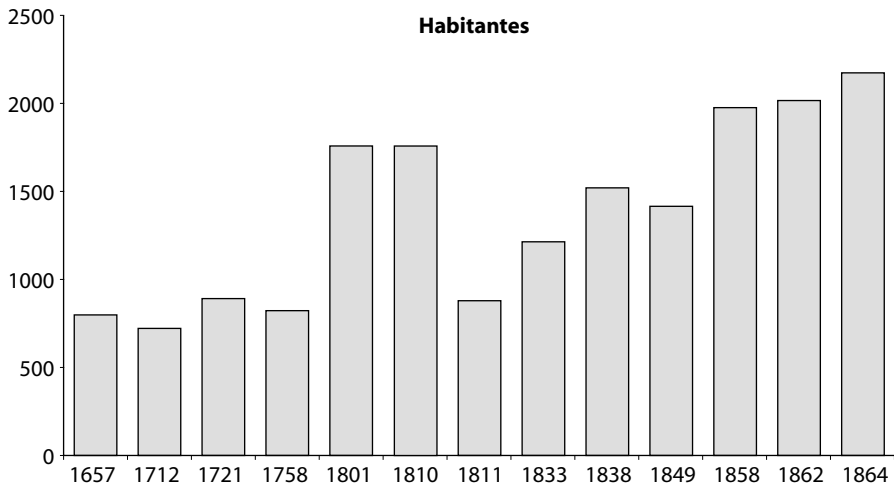
Pelo seu interesse debruçamo-nos um pouco mais sobre os dados disponíveis referentes à freguesia de Monte Redondo neste início do século XIX, em 1801. Quanto à composição da população, persistia um razoável equilíbrio entre os sexos: 862 homens e 897 mulheres, facto que pode comprovar uma eventual participação dos habitantes da freguesia na emigração transoceânica, embora sem grande predomínio da componente masculina. Este equilíbrio pode verificar-se na análise da estrutura da população, por idades, conforme se ilustra na Figura 8.

Ainda que exigindo uma análise mais aprofundada sobre a evolução demográfica no início desse século e sobre as condições de vida da população nesse período, globalmente marcado pela “*crise da ‘escassez do pão*”, como refere Sousa (1996; 17), destaca-se a grande perda de habitantes registada nesta freguesia entre

1810 e 1811, período que coincidiu com a terceira invasão francesa e com os reflexos desta ocupação.

A este respeito descreve Cristino (1971) a ocorrência de: *“assassinios, ferimentos, incêndios e outras violências que começaram, as pestes e outras doenças que se seguiram, foram acontecimentos que deixaram um rasto profundo”* não só nesta freguesia, mas ainda em diversas regiões da diocese de Leiria, cujo bispado *“tornou... a ser ocupado pelos franceses desde 3 de Outubro de 1810 até 10 de Março de 1811”*. As referidas invasões obrigaram a deslocações forçadas de muitos habitantes desta área, facto que agravou as condições de morbilidade da população que por sua vez se viu atingida pela epidemia que grassou no país entre 1810 e 1813.

Note-se que quando da chegada das tropas francesas a esta cidade, a Câmara de Leiria expressou a sua admiração pelas virtudes de *“Napoleão o Grande”*, nome *“sempre pronunciado entre nós com veneração e respeito”* (Cabral; 1993.I; 59), acrescentando: *“em toda a parte as Tropas Francesas têm sido recebidas com o acolhimento devido à sua boa conduta, e exacta disciplina”*. Mais, ainda: *“A posição de Leiria na estrada militar nos tem felizmente dado ocasiões de nos distinguirmos (como é constante) na cordealidade, com que se devem agazalhar estes nossos Irmãos primogénitos”*. Estávamos no início da ocupação...



**Figura 7:** Monte Redondo: evolução demográfica

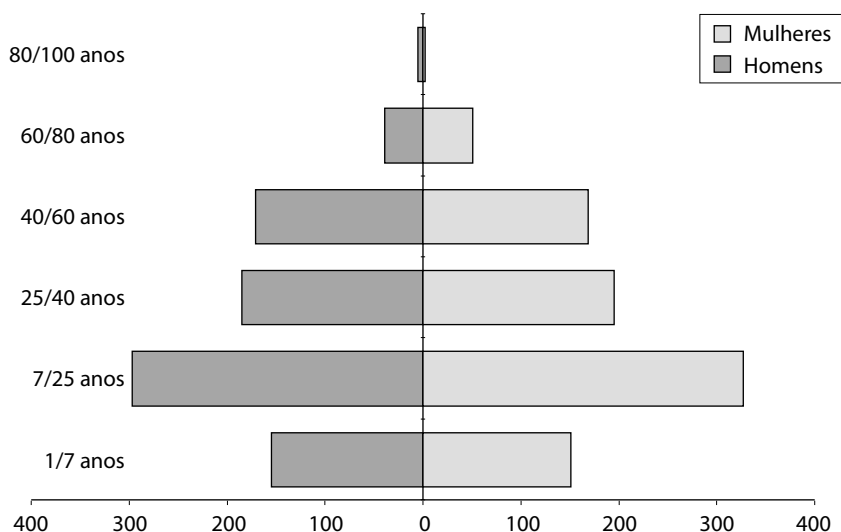
Os dados apresentados por Alves (1955; 24) baseados nos trabalhos do Professor Manuel Heleno relativos à situação vivida em Monte Real nessa época, onde se registou forte resistência dos seus habitantes, confirma a razia responsável pela redução de 93 fogos (entre os 204 existentes) e de quase 600 habitantes entre os cerca de um milhar aí residentes antes das invasões.

Recorda o mesmo autor (idem; ibidem; 30) que, quando da reconstrução da antiga Ermida de S. João Baptista, já então Igreja matriz, “foram encontradas inúmeras ossadas umas sobre as outras e carbonizadas” em resultado do incêndio provocado pelos invasores franceses.

Na ausência de outros testemunhos notamos que a violência da ocupação francesa terá sido sentida em diversos lugares mais a norte, como na Mata Mourisca e na Guia, onde os franceses “alagarão, destelharão e queimarão as madeiras das mesmas cazas a muitos habitantes e fizerão este sítio quaze inhabitavel, se não fosse estrada de passagem de Leiria p.<sup>a</sup> o Porto da Fig(uei)ra e de outras mais terras” (in: Eusébio; 1997; 156).

Reza a tradição oral que estas acções abrangeram o “casal” de Monte Redondo originando batidas às tropas francesas acampadas nas redondezas e nas quais terão participado muitos monteredondenses. Também a tradição refere que o Moinho das Freiras terá sido abandonado nesta época, fenómeno que se observou noutros pequenos casais que foram destruídos e as populações mutiladas e destroçadas com a presença do invasor.

A este respeito um testemunho recolhido junto de um antigo morador no lugar do Pinheiro refere que esta construção foi ocupada por duas irmãs que eram freiras, quando da perseguição imposta pelo Marquês de Pombal aos Jesuítas, por meados do século XVIII, aí se refugiaram na casa que lhes cabia por herança e se manteve sem grandes transformações durante largos anos.



**Figura 8:** Monte Redondo: estrutura etária da população (1801)

Embora as informações relativas ao dito lugar do Moinho das Freiras não sejam coincidentes — afirmando alguns que a sua preservação nessa altura se deve, justamente, ao apoio destas donatárias à alimentação dos cavalos do exército inimigo — não nos admira o despovoamento de muitos lugares próximos da rota dos franceses, devido às violações e às mortes, aos incêndios e às pilhagens que conduziram à desorganização da vida económica e social, o que obrigou à fuga de muitos habitantes para a zona do pinhal e para outros lugares distantes.

Relativamente à ocupação das tropas francesas, o descalabro terá sido tão intenso que, quando em 1 de Maio de 1811 a Câmara de Leiria, em face da situação desesperada vivida na cidade e perante a urgência de se tomarem *“medidas capazes de porer de pé a actividade agrícola”* (Bernardes; 1981; 14), estimou em mais de 200.000 cruzados a verba necessária para resolver essa situação, decidiu contrair um empréstimo. Assim, reconhecendo a impossibilidade de *“poder-se contrair dentro do termo desta cidade tanto pela falta de capitalistas como pela destruição geral causada pelo inimigo neste território mais que noutra qualquer”*, decide recorrer às corporações religiosas e ao industrial Diogo Stephens, para esse efeito.

Segundo nos relata o mesmo autor (Bernardes; 1981; 15), o almejado auxílio foi concedido pela Intendência Geral da Polícia, que *“atribui à Comarca de Leiria a quantia de três contos e trezentos e quarenta e seis mil e trezentos réis, provenientes do ‘Subsídio Britânico’, votado pelo Parlamento Inglês”*. Tal quantia, inferior à solicitada pela Câmara não chegou para satisfazer as necessidades reais da agricultura leiriense.

Para além das calamidades já descritas a situação demográfica da freguesia foi afectada não só por aquelas tropas, mas ainda pelas epidemias (nomeadamente a epidemia de “cólera-morbus” que grassou no país em 1833, em 1855 e 1856 e pelas “sezões” frequentes), pelas lutas liberais e pelos maus anos agrícolas que contribuíram para debilitar ainda mais estes moradores.

A agravar esta situação contamos ainda com o movimento de emigração para o Brasil que se acentuou depois dos anos cinquenta, após a abolição do tráfico negreiro entre esta colónia e a África, e se expandiu depois de 1888 com o fim da escravatura nas terras de Vera Cruz e a necessidade imediata de recrutamento de emigrantes portuguesa que vieram a substituir muita daquela mão-de-obra nos trabalhos das plantações.

Vejamos a situação demográfica na freguesia de Monte Redondo (Quadro VIII).

Se comparados com os dados referidos às demais freguesias pertencentes ao Bispado de Leiria (Quadro IX), podemos ficar com uma noção mais precisa das tormentas que assolaram esta população durante este período.

**Quadro VIII:** Situação demográfica da freguesia de Monte Redondo

	Out. 1810	Jun. 1811
Homens	834	429
Mulheres	925	449
Total	1759	878
Fogos	462	255
Pessoas mortas pelos franceses		41
Pessoas mortas pela doença		842

in: Cristino; 1971

**Quadro IX:** Estado da população do Bispado de Leiria, antes e depois das invasões francesas

Freguesia	Antes das Invasões	Depois das Invasões	Pessoas mortas	
			P/ Frances.	P/ doença
Alpedriz	768	464	31	326
Amor	876	443	10	488
Carvide	996	539	18	453
Coimbrão	1572	543	10	1043
Espite	968	563	13	425
Maceira	1806	945	74	865
Marinha	2084	1068	48	1005
Monte Real	768	330	11	553
Monte Redondo	1668	878	41	842
Pataias	1510	613	22	863
Souto	2586	1343	94	1455
Vieira	1522	715	42	744

in: O Couseiro; 1868 (Adapt.)

E a avaliar pela evolução demográfica registada nos anos seguintes, podemos concluir que a enorme perda de vidas então verificada constituiu um grande desaire em toda esta área. Não nos surpreende, por isso, que logo em 1836 a Câmara de Leiria tenha considerado a alteração dos limites das freguesias, entre as quais se incluía a de Monte Redondo que, não podendo subsistir isoladamente, fosse reunida à do Coimbrão para assim formarem em *“Círculo Paroquial ou unidade do sistema administrativo”* (Cabral; 1993.I; 101), o que não chegou a acontecer.

Até à realização do primeiro Recenseamento da população, em 1864, a população da freguesia aumentou consideravelmente orçando nesta data os 2,1 milhares de habitantes.

Por sua vez, os dados recolhidos por L. N. E. Silveira (1999) — Quadro X — permitem-nos ajuizar do total de nascimentos e dos óbitos registados nesta freguesia, em 1801 e em 1849.

**Quadro X:** Nascimentos e óbitos: 1801 e 1849

Freguesia	1801		1849	
	Nascimentos	Óbitos	Nascimentos	Óbitos
Monte Redondo	62	50	69	61
Coimbrão	39	36	44	59
Monte Real	22	13	28	32
Souto da Carpalhosa	82	69	75	98
...				

Não temos grandes referências acerca da origem desta população contrariamente ao que se verificou em lugares próximos, tais como em Monte Real e, sobretudo, nas zonas litorais e piscatórias que terão acolhido pescadores e outros residentes de lugares do centro litoral norte do território, principalmente da região da Gândara de Mira e da Ria de Aveiro.

Sobre os movimentos da população, assinala Vasconcelos (1942.III; 401) o seguinte: *“Em Monte Real, ...corre uma tradição, ...de que a estirpe dos habitantes dessa povoação, e de Carvide e Àmor, ... e bem assim da Marinha dos Vidros ou Marinha Grande, ... comparticipa de sangue de Mirões, isto é, de indivíduos oriundos de Mira (distrito de Coimbra); o que, segundo a mesma tradição... se confirma com a existência, por aí, de famílias apelidadas de Mira”*.

Do que sabemos relacionado com a evolução do litoral português entre Mira e Aveiro, estes movimentos estão relacionados com o processo de assoreamento progressivo que atingiu o rio Vouga e a sua foz no seu deslocamento para sul, arrastando consigo a laguna de Aveiro e com o declínio que atrofiou as suas actividades marítimas e piscatórias desde os finais do século XVI até ao início do século XIX. Estas migrações internas foram igualmente responsáveis pela fixação de diversas populações marítimas — Ílhavos e Murtoseiros — noutros locais da costa portuguesa, nomeadamente, nas praias vizinhas de Pedrogão, de Vieira de Leiria e, mais distante, em Lisboa e no Algarve.





## Capítulo 5.

### A evolução demográfica

*“O mundo não é outra cousa mais do que a população. É a ella que deve a sua existência, a sua felicidade, o seu progresso, a sua civilização, a sua vida emfim multiplicada em milhares de ramos. À população devem as sciencias as suas descobertas, as artes o seu brilhantismo e as nações a sua independência.”*

D. António da Costa — *Estatística do Distrito de Leiria*



## 5.1. O conhecimento da população: de 1864 aos nossos dias

Os dados referentes à evolução da população residente nesta freguesia são conhecidos de forma esporádica antes de 1864, data do primeiro recenseamento da população portuguesa, coordenado pela Repartição de Estatística Geral do Ministério das Obras Públicas. Assim se verifica em relação aos anos de 1801 e de 1849, datas dos censos estudados por L. N. E. Silveira, quando o total de habitantes desta freguesia foi estimado em 1759 e 1417 indivíduos, respectivamente. A diferença entre eles traduz uma perda de 342 indivíduos já justificada pelas invasões franceses e pelas suas nefastas consequências.

A partir de 1864 é possível conhecer com detalhe a evolução dos habitantes desta freguesia, destacando-se a existência de três períodos distintos:

- entre 1864 e 1920, regista-se um crescimento moderado de habitantes, cerca de um milhar, valor que duplicou até 1960, denotando, assim, um crescimento mais acentuado da população residente, depois de 1930;
- entre 1960 e 1991, verificam-se perdas significativas da população residente, sobretudo depois de 1970, passando esta de 5,8 milhares de habitantes em 1970 para 4,0 milhares em 1991;
- depois desta data, a população acusou um novo surto demográfico, prenunciando uma nova fase de crescimento dos seus habitantes.

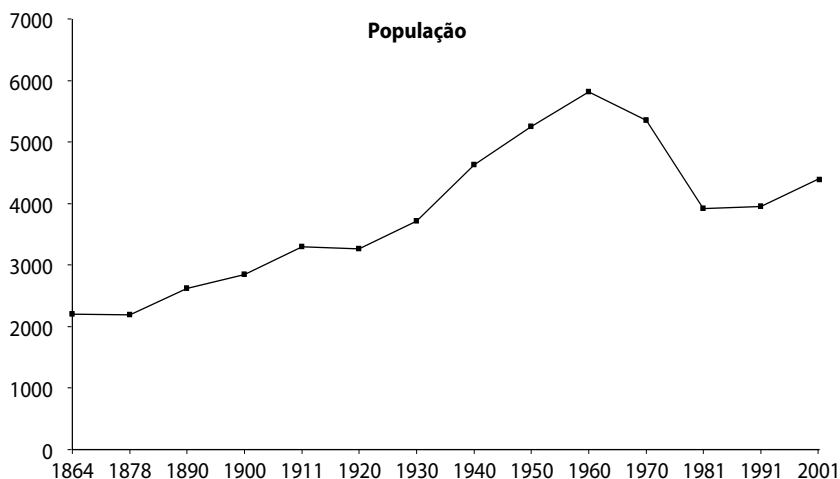
Causas distintas justificam esta variação. Assim, entre 1960 e 1970, as perdas são essencialmente devidas à emigração. E embora o mesmo fenómeno se tenha continuado a registar durante a década de setenta, a quebra maior deve-se ao desmembramento da freguesia de Monte Redondo devido à criação, em 1971 (Decreto-Lei n.º 559/71 de 17 de Dezembro), da freguesia da Bajouca.

As tendências acima referidas acompanham, globalmente, o crescimento da população no concelho de Leiria (salvo no período de 1970-1981), facto que se pode comprovar pela análise das Figuras, 9 e 10. Nas suas linhas gerais a evolução registada nesta área segue a variação demográfica sentida no continente português que experimentou um forte crescimento positivo até aos anos sessenta e um ligeiro retrocesso entre 1960 e 1970. Depois desta data e devido à variação da emigração e da natalidade este crescimento manteve-se de forma mais moderada.

Vejamos com mais detalhe alguns aspectos deste movimento.

Depois de 1864, data da realização do primeiro recenseamento da população, *“inspirando grau de confiança não menor do que em geral inspiram os modernos censos de outros países, feitos pelo mesmo método”* (in: Evangelista; 1971; 7) e entre esta data e

1878, a população da freguesia terá perdido 9 habitantes, número diminuto que confirma localmente os reflexos das epidemias de cólera e de febre amarela que entretanto atingiram o país.

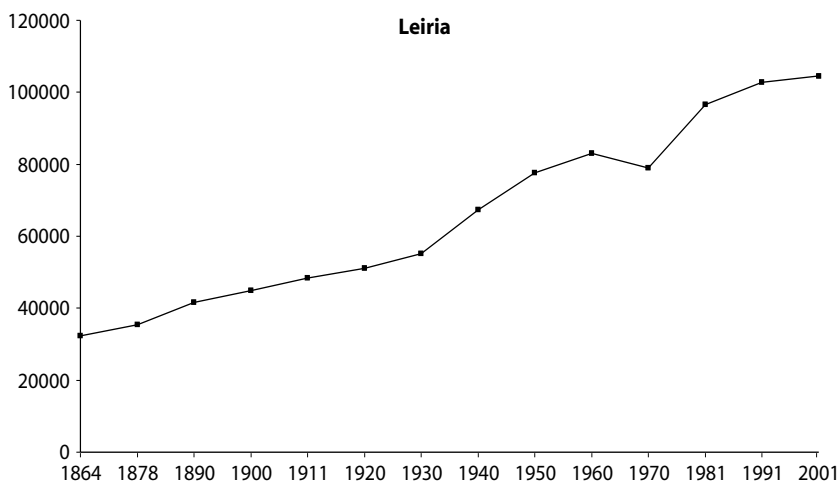


**Figura 9:** Monte Redondo: evolução demográfica (1864-2001)

A análise dos livros de *“Actas da Junta de Parochia de Monte Redondo”* levada a cabo por J. Moital (1986; 33), dá-nos conta da ameaça desta calamidade sendo que, em 19 de Outubro de 1865, esta Junta e o Regedor da freguesia reuniram-se em sessão para *“nomear uma comissão de socórros para o caso que a cholera-morbiz nos venha acometter”*. A mesma preocupação veio a ser manifestada em reunião da dita Junta, em Julho de 1884, quando pairaram sobre a região sinais evidentes de uma nova epidemia.

Independentemente desta causa e à semelhança do que se passou noutras áreas situadas junto de zonas alagadiças ocupadas pela cultura do arroz, o paludismo foi uma das causas da morbilidade e da mortalidade elevada da população de toda esta zona. Com efeito a ocorrência das ‘sezões’ entre os habitantes, determinada pela estagnação das águas e consequente desenvolvimento das larvas e dos mosquitos responsáveis pela transmissão desta doença, constituía uma ameaça constante.

É o que sugere a leitura do texto do *“Relatório do Médico Municipal”*, Dr. João Sepúlveda Teixeira (cedido pelo Rev.º Pe. David Gaspar), que em documento enviado ao Administrador do Concelho de Leiria, em 9 de Agosto de 1855 depois da visita efectuada a esta freguesia em Junho desse ano, assinala as moléstias que a afectam devido à intensidade da cultura do arroz, de que se destacam as *“febres intermitentes de tipo quotidiano e terçaõ”*.



**Figura 10:** Concelho de Leiria: evolução demográfica (1864-2001)

Escreveu o referido médico:

*"Esta freguesia tem 526 fogos, e dando a cada fogo quatro habitantes, a sua população é de 2:102 habitantes, mais de dois terços da população tem sido atacados — por conseguinte mais de 700 habitantes têm tido febres intermitentes ... Aroeira, Porto Longo, toda a ribeira de Fonte Cova com os lugares adjacentes, Paço, e Monte Redondo, localidades estas que ficam mais próximas dos arrozais. O desenvolvimento em grande escala das febres intermitentes é devido a não terem os cultivadores de arroz cumprido as condições, que se lhes inpozeram, porque conservaram nos arrozais a água senpre estagnada, de modo que cada arrozal era um verdadeiro pantano. Os excessivos calores do mez de agosto aceleraram o desenvolvimento do proto-carbuneto de idrogenio (gaz dos pantanos) que atuando sobre o organismo produziu as febres intermitentes".*

Apreciando a evolução da mortalidade na freguesia, assinala este autor:

*"Como se vê d'esta estatística, desde julho de 1854 a junho de 1855, n'um ano, ouveram obitos de maiores e menores, 86. E nascimentos, 84. Estão os obitos na razão d'um para 28,4 habitantes, e os nascimentos na razão d'um para 25 habitantes.*

...

*D'onde se deixa ver, que a mortalidade na freguesia de Monte Redondo não foi tão pequena, como era para dezejar, e que a sua população não cresceu".*

Esta constatação leva-o a propor as medidas seguintes:

*“Para minorar estes males, convem acabar com a cultura do arroz pelo sistema de estagnação de agua, o que é nocivo á saude publica — e, quando seja permitida a cultura do arroz, deve a administração publica inspeccionar ativa e constantemente semelhante cultura, para que ela não perca as condições salutaes, que lhe são proprias — enxugar os pantanos, abrir valas, para que as aguas das ribeiras tenham pronta saída, promover a cultura das batatas, afim de que o povo tenha abundancia, e boa qualidade de alimentos, promover a vacinação, construir um cemitério, porque o cemitério da freguezia é no adro da igreja que fica no centro do lugar de Monte Redondo, em fim promover todos os melhoramentos sociais.”*

Esta situação terá mesmo ocasionado, em Maio de 1861, a ocorrência de graves tumultos que levaram à destruição dos arrozais de Monte Redondo, por se achar que estes estavam na origem da grande mortalidade aqui dominante. Talvez que por esta razão e pela propagação frequente da cólera, como havia sucedido já em 1833, foram alargadas as áreas de enterramento em todo o país até então confinadas aos adros das igrejas. Recorde-se que o primeiro decreto que proíbe, entre nós, os enterros nas Igrejas data de 21/9/1835, devendo-se essa iniciativa a Rodrigo da Fonseca. Mal aceite pelos populares parece ter sido esta medida a causa principal que desencadeou, a partir do Norte, a revolta popular da “Maria da Fonte”.

Note-se a indignação que aquele documento provocou nos cristãos privando-os de terem o último descanso perto das igrejas que, para tantos deles na sua crença significava o estarem dormindo junto das portas do Céu. Com aquela medida estava dado o primeiro passo para a construção dos cemitérios, palavra que significa “*lugar de descanso, lugar de dormir, de repouso*”; lugar onde deveriam repousar até à “*ressurreição da carne*” ou seja até ao “*grande dia da ressurreição*”.

Os cemitérios como lugares comuns de enterramento, são uma instituição do cristianismo. Sendo a princípio propriedade privada, passaram no século III a ser propriedade da comunidade cristã, situando-se junto das igrejas nos chamados adros. As pessoas cristãs de alta condição como por exemplo os Bispos e outras dignidades eclesiásticas e ainda os príncipes e outras altas personalidades eram sepultadas mesmo dentro das próprias igrejas. No entanto com o rodar dos tempos criaram-se abusos e desde que houvesse espaço qualquer pessoa era sepultada no interior dos templos, o que levou as autoridades civis a pôr o problema em termos de saúde e perigo para a saúde pública, determinando por isso que fossem construídos os cemitérios longe das igrejas e até longe das povoações.

Em Portugal essa política ou campanha contra os enterros nas igrejas começa já em 1776 e teve grandes defensores. Assim aconteceu com o Bispo de Leiria, D. Manuel de Aguiar, que concordando com a medida de Rodrigo da Fonseca e face ao movimento generalizado de construção de cemitérios em todo o país, justificados pelos receios populares das epidemias de cólera frequentes na época, apressou-se a mandar construir um cemitério fora da Sé. Este foi inaugurado em 1871, no Monte de

Santo António do Carrascal (sobranceiro à cidade de Leiria), dando a entender aos párocos que deviam seguir-lhe o exemplo.

A construção do cemitério de Monte Redondo foi iniciada em 1894 em terreno cedido por D. Maria Rita do Patrocínio Costa (mãe do Doutor Luís Pereira da Costa), na margem esquerda da vala da Carrasca, à saída da povoação. Foi mandado benzer em 1897, iniciando-se então os enterramentos fora do adro da Igreja.

Relativamente a esta personalidade notamos que o Doutor Luís Pereira da Costa, nascido em Monte Redondo em 1847, licenciou-se e doutorou-se em Medicina na Universidade de Coimbra pelo ano de 1882, tendo aí exercido funções de professor de Patologia Geral e de director do Laboratório de Microbiologia. Sendo, à data, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra era, simultaneamente, um dos 40 maiores do concelho de Leiria devido à importância da décima que pagava, no valor de 13.461 Réis — cf.: Cabral; 1993.II; 27).

Quanto à natureza daquela obra, parece-nos dever destacar que esta construção integra-se num primeiro ciclo de renovação da vida local, beneficiário do “Fontismo”, de que se evidencia, igualmente:

- a criação da “Filarmónica N.ª Sr.ª da Piedade”, em 1872;
- a construção da estação de CF (1888);
- o lançamento da 1.ª pedra da Igreja de Monte Redondo, feita em 22/1/1891.

De realçar que a filarmónica de Monte Redondo (cujos estatutos subscritos por um conjunto de habitantes locais, com o fim de “*proporcionar aos sócios a instrução e recreio pela música*” datam de 1933), deve-se aos esforços do Pároco da freguesia, Pe. M. Correia da Silva ou já do Pe. José Pedrosa Gaspar (nota do Sr. Pe. David Gaspar) e a sua criação deve-se à tradição dos rapazes se reunirem por altura do Carnaval e ao toque dos instrumentos — realejos, armónios e pífaros — visitarem as pessoas ilustres da terra, entre as quais o Pároco, que decidiu reunir estes manifestantes e com eles formar um conjunto musical. Este projecto foi desenvolvido com o apoio da família Costa que terá dado os meios para a compra dos instrumentos e do fardamento, contratando o maestro Stophels então residente em Lisboa e cedendo instalações para os ensaios.

Conjuntamente com esta iniciativa também a edificação do novo templo religioso mereceu o apoio material da família Costa, cujos ascendentes directos, José Pereira e Maria de Jesus, oriundos da Ortigosa (freguesia do Souto da Carpalhosa), radicaram-se em Monte Redondo depois do casamento ocorrido durante a segunda década do século XIX.

A coincidência das lutas liberais registadas nas décadas de vinte e nos anos seguintes, responsáveis pela extinção das ordens religiosas, pela confiscação dos seus



bens (decretos de 1832 e de 1834) e de todos “*os bens do inimigo*” (Marques; 1976.II; 10), bem como a venda em hasta pública das terras que pertenciam à coroa, levam-nos a concluir da aquisição de parte das propriedades da Casa do Infantado, uma vez extinta, por parte desta família. Assim se terá tornado a principal proprietária de bens fundiários localizados na área da freguesia de Monte Redondo e mesmo nas terras vizinhas.

Recorde-se que a alienação dos bens religiosos foi defendida como uma importante medida de carácter social e político, garantindo por esta via, a consolidação da revolução que então teve lugar. Estas razões terão levado o Ministro, Silva Carvalho, a afirmar: “*não se consolidam revoluções políticas sem serem acompanhadas de alterações profundas no estado social e, entre os elementos de que este se compõe, o mais importante é a divisão e distribuição da propriedade territorial*” (Serrão; 1986.VIII; 70).

Pelo seu interesse transcrevemos dos “*Apontamentos de história local — IV*” sobre Monte Redondo, preparados pelo Rev. Dr. Luciano Cristino, publicados no semanário “*A Voz do Domingo*” (16JAN1972) a seguinte nota relativa à construção da Igreja de Monte Redondo e à acção de um dos membros da família Costa, na Paróquia:

*“No dia 30 de março de 1890 houve eleições para deputados e tão disputadas que o proposto do governo, a fim de poder vencer a sua, prometeu uma boa esmola para esta igreja; e tendo vencido, cumpriu a palavra, pois deu para ela um conto de réis! A igreja também já tinha uma grande reserva de dinheiro; e a junta de paróquia, observada ainda a boa disposição dos povos, empreendeu então a actual igreja nova, em cujos alicerces se lançou a primeira pedra no dia 22 de Janeiro de 1891, e o corpo dela e a torre nos fins de 1894 já estavam concluídos.”*

De acordo com “*O Couseiro*”, na sua 2.<sup>a</sup> edição de 1898 (232-233), relata-se o seguinte:

*“As obras de pedreiro já estão quase acabadas, e dos altares, que serão cinco, dois já estão feitos, dos outros também se não levanta mão. Os povos quer em serviços quer em donativos para com tal obra têm sido incansáveis. Toda ela, excepto na parte dispendiosa, é devida a um vizinho seu sr. Domingos Pereira da Costa, bom cristão, e tanto como se fosse dono, pois se acaso se não tem ingerido na direcção artística que confiou a pessoal habilitado, na mesma obra uma pedra sobre outra se não tem colocado nem uma tabua pregado sem a sua aprovação e consentimento e que é quem também tem apresentado todos os materiais, ainda que, como se disse, não à sua custa inteiramente (...). Foi ele também, esquecia, quem dispôs os povos a favor desse grande benfeitor, o deputado (...).”*

Mas voltemos à evolução demográfica.

Depois das quebras da população ocorridas na transição do século, o crescimento da população mantém-se fortemente positivo sendo que as primeiras quebras

registadas, devido à gripe pneumónica que assolou o país em 1918, causaram novamente um ligeiro decréscimo da população residente.

Terminada a 1.<sup>a</sup> Guerra mundial e com ela o período de crise económica que a acompanhou, a povoação de Monte Redondo valendo-se da sua posição estratégica e da sua acessibilidade em relação às duas vias de comunicação que cruzavam a parte norte do concelho de Leiria, bem como à natureza do solo e à proximidade do “Pinhal do Rei” e a exemplo do que se verificou noutras localidades próximas, começou por desenvolver algumas actividades económicas que tiveram como reflexo imediato o crescimento dos seus habitantes.

Assim aconteceu desde o início do século e praticamente entre 1930 e 1940, período em que a população da freguesia aumentou quase um milhar de indivíduos. Note-se que para além do crescimento natural proveniente da fertilidade dos habitantes já aí radicados, contamos com a afluência de novos moradores oriundos de outras áreas do país, nomeadamente do Vale do Souza que para aqui foram atraídos devido ao incremento da exploração das “Pedreiras” de Monte Redondo. Estando, por outro lado, as portas da emigração encerradas, justifica-se este surto demográfico.

Uma das notícias da época, publicada no jornal diocesano de Leiria (“A Voz do Domingo”, de 5/11/1939) descreve-nos este movimento bem como alguns traços da freguesia nos finais dos anos trinta:

*“Monte Redondo, uma das mais notáveis freguesias do concelho de Leiria é uma terra progressiva, habitada por uma população ordeira, trabalhadora e profundamente cristã.*

*Sob o ponto de vista religioso ocupa um lugar de destaque pela piedade da sua gente, e pela organização da Acção Católica.*

*Sob o ponto de vista económico encerra as primeiras fortunas do concelho sem se notar o pauperismo que envergonha outras terras.*

*Toda a gente tem pelo menos uma pequena courela de terra que cultiva para si.*

*Sob o ponto de vista comercial e industrial é um dos melhores centros de todo o campo do Liz.*

*Às suas lojas vêm abastecer-se a população desses campos: a feira dos 29 é das mais frequentadas do termo.*

*As fábricas de serração e carpintaria mecânica ocupam um grande número de operários e valorizam o revestimento florestal dos seus vastos terrenos de pinhal.*

*A industria de cerâmica da Bajouca é conhecida em toda a região.*

*Recentemente vem juntar-se-lhe com uma população de à volta de 200 operários a exploração da ofite que ali tem ricos afloramentos e de que se fabricam óptimos paralelepípedos para estradas e calçadas.*

*E como se isto não fosse suficiente enriqueceu-a ainda mais a Divina Providência com um poço de água salgada que alimenta várias salinas na Junqueira, fortes indícios de asfalto na Sismaria, já examinados e estudados...*

*Os nosso votos sinceros são de que não pare esse progresso material e económico...!”*

Registe-se que durante esta década foram mesmo tomadas diversas iniciativas que justificam o desenvolvimento local e a evolução positiva da população da freguesia, movimento que se continuou a registar até ao começo dos anos sessenta. No entanto em nenhum outro período se registou um crescimento tão intenso da população da freguesia, o que abona a favor do desenvolvimento das indústrias e do comércio, bem como da intensa actividade agrícola radicada nesta área. Este surto de crescimento local gerou, então, um movimento para a elevação da povoação a “Vila”, facto que não chegou a consumir-se.

A justificar esta fase de crescimento destacamos alguns dos melhoramentos ocorridos na sede da freguesia:

- construção do monumento aos mortos da Grande Guerra, em 1925;
- inauguração da Escola Primária, em 1931;
- os trabalhos para a criação de uma Casa do Povo, em 1935 (inaugurada em 1943);
- inauguração do telefone público, em 1937;
- inauguração da luz eléctrica na sede da freguesia, em 1938;
- construção do fontenário na sede da freguesia, em 1940, por ocasião das comemorações dos Centenários (1140-1940);
- ligação por estrada de Monte Redondo à Bajouca, em 1945.

Uma notícia publicada num semanário leiriense (*“Mensagem”, de 3/6/1937*) a propósito da instalação do telefone em Monte Redondo, por acção do *“benemérito, Exmo Sr. Dr. Luis Pereira da Costa, lente jubilado de medicina da Universidade de Coimbra”,* descreve assim a actividade económica desta freguesia:

*“...Monte Redondo, à parte Maceira, deve ser a primeira freguesia industrial do concelho. As suas fábricas de serração de madeiras, com fornos de cerâmica, as suas salinas, a sua industria de capachos e alcofas, a sua industria de paralelepípedos fazem desta freguesia uma das primeiras do concelho...”* Não se refere a mesma notícia mas outras lhe dão seguimento, das iniciativas de exploração de crude na Sismaria, desde o ano de 1947.

No decurso das décadas seguintes a evolução demográfica manteve-se ainda positiva só acusando decréscimo da sua população a partir dos anos sessenta,

período marcado não só pela emigração mas, também, pela criação da freguesia da Bajouca. Transcreve-se parte do texto oficial (Decreto-Lei n.º 559/71, de 17 de Dezembro) que criou a nova freguesia:

*“Atendendo ao que representou a maioria absoluta dos chefes de família com residência habitual nos lugares de Bajouca, Bajouca de Cima, Bajouca de Baixo, Marinha do Engenho, Bouça de Cá, Bouça de Lá, Cavadas da Bouça, Vale, Loural, Prazo, Andrezes, Outeiro, Gaspara, Lameiras, Água Formosa, Moital, Matas e Fernandes, pertencentes à freguesia de Monte Redondo, do concelho e distrito de Leiria, no sentido de ser criada a freguesia de Bajouca, com sede na povoação do mesmo nome;*

*Considerando que na área da circunscrição a criar existem escola primária e cemitério próprios e se encontra prevista a instituição da correspondente paróquia eclesiástica;*

*Considerando que tanto a freguesia a criar como a de origem ficarão a dispor de recursos suficientes para ocorrer aos seus encargos;*

...

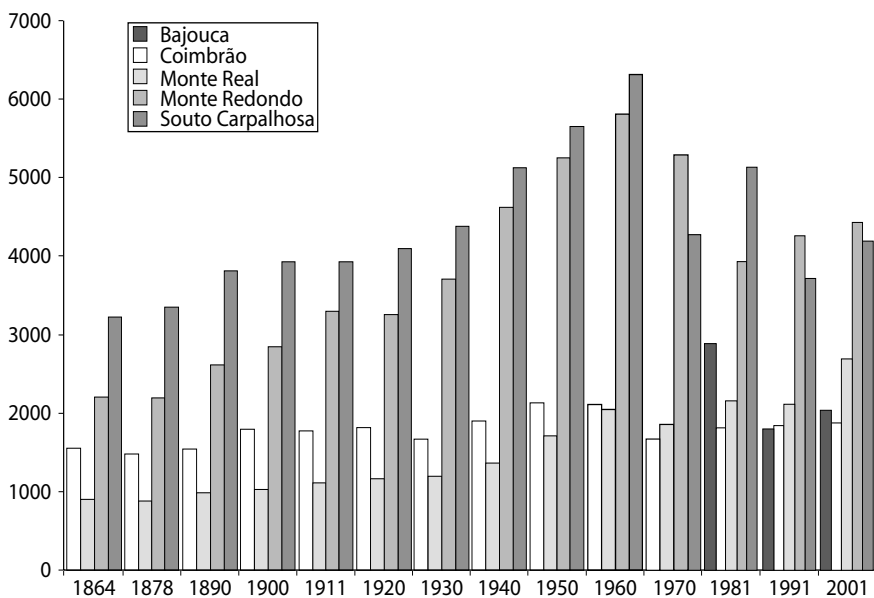
*É criada no concelho de Leiria a freguesia de Bajouca, com sede na povoação do mesmo nome...”*

Nos dias de hoje o acréscimo de actividades sediadas na freguesia e o crescimento económico registado na cidade de Leiria e globalmente em toda sua “área de influência”, proporcionando novas oportunidades de emprego, parecem justificar a inversão desta tendência. É o que se pode observar através da análise do Quadro XI que nos permite comparar a evolução dos habitantes desta freguesia e a do concelho de Leiria, este marcado pelo crescimento rápido e intenso dos seus moradores.

**Quadro XI:** Resumo da variação da população (1864-2001)

Recens.	Freg. Monte Redondo			Concelho de Leiria		
	Habit.	Var.(Abs.)	Var.%	Habit.	Var.(Abs.)	Var.%
1864	2.203	—	—	32.252	—	—
1878	2.194	-9	0,0	35.402	3.150	9,8
1890	2.620	426	19,4	41.606	6.204	17,5
1900	2.850	230	8,8	44.811	3.205	7,7
1911	3.302	452	15,9	48.447	3.636	8,1
1920	3.259	-43	-1,3	51.101	3.000	5,5
1930	3.710	451	13,8	55.234	4.133	21,9
1940	4.627	917	24,7	67.313	12.079	21,9
1950	5.253	626	13,5	77.567	10.254	15,2
1960	5.811	558	10,6	82.988	5.421	7,0
1970	5.350	-461	-7,9	78.950	-4.038	-4,9
1981	3.915	-1.435	-26,8	96.517	17.567	22,3
1991	4.051	136	3,5	102.762	6.245	6,47
2001	4.335	284	7,0	121.536	18.774	18,3

A Figura 11 permite-nos ainda enquadrar a evolução demográfica recente desta freguesia no movimento geral das freguesias vizinhas que, globalmente, registam as mesmas tendências e efeitos: uma evolução demográfica positiva até aos anos sessenta e decréscimos desde então. Este fenómeno atingiu mesmo as terras mais populosas como o Souto da Carpalhosa realçando, desta forma, a extensão e a intensidade dos movimentos emigratórios registados em todo o concelho de Leiria de que a sua parte norte, conjuntamente com os territórios vizinhos do concelho de Pombal, se individualizaram como áreas fortemente repulsivas e afectadas pela emigração.



**Figura 11:** Evolução demográfica

Antes de prosseguirmos com a análise de outros aspectos relacionados com a evolução e a estrutura da população residente, vejamos como se encontram repartidos estes habitantes no território.

Transcreve-se a distribuição da população nas últimas décadas pelos principais lugares das freguesias de Monte Redondo e da Bajouca (Quadro XII).

Com uma densidade média da ordem dos 100 hab./Km<sup>2</sup>, em 2001, a distribuição da população local está longe de atingir os índices mais elevados de concentração humana que identificam outras áreas do concelho. Na mesma data, a densidade média do concelho de Leiria era de 213,9 hab./Km<sup>2</sup> e no continente português orçava

os 112 hab./Km2. Estes dados realçam uma distribuição heterogénea dos habitantes pelos lugares principais e não esconde a antiguidade de povoamento nalguns deles nem as novas formas de ocupação, principalmente junto das principais vias de circulação, onde se estão a instalar as novas actividades económicas.

**Quadro XII:** Freguesias de Monte Redondo e da Bajouca: população por lugares

Monte Redondo					Bajouca				
Lugar	1970	1981	1991	2001	Lugar	1970	1981	1991	2001
Aroeira	168	168	184	203	Baj. Cima(4)	—	—	144	206
Casal Novo	148	152	172	156	Bouça de Cá	107	112	93	116
Graveto	58	53	45	25	Bouça de Lá	250	175	106	105
Lage	81	91	105	115	Cav.Bouça	—	—	45	34
Lavegadas (1)	447	369	279	236	Loural(4)	—	—	192	107
Monte Redondo (2)	1254	1388	335	408	Mar.Eng.º	105	151	126	141
Montijos (3)	—	53	492	523	Moital	314	309	157	172
Paço (4)	—	—	426	474	V. Baj.(6)	1080	1217	413	223
Porto Longo	89	62	69	87	Bajouca	—	—	342	530
Ribeira da Bajouca	84	84	70	121	Gaspara	—	74	83	61
Santo Aleixo	90	71	99	61	Prazo(7)	—	—	36	174
Sismaria	360	595	595	637	Á. Form.(4) (8)	—	—	108	119
Fonte Cova	293	417	385	373	Out.lug.Isol.			52	27
Grou (5)	302	407	277	275					
Matos (4)	—	—	152	199					
Paul	—	50	60	33					
Pinheiro	—	95	88	100					
Out. lug. Isolados	—	—	218	309					
<b>Total</b>			<b>4051</b>	<b>4335</b>	<b>Total</b>			<b>1897</b>	<b>2015</b>

Fonte: INE

- 1) Em 1970 e 1981, deve incluir também a população do lugar dos Matos, considerado em separado, depois de 1991.
- 2) Em 1970 e 1981, deve incluir também a população dos lugares do Paço e dos Montijos, considerados em separado, depois de 1991.
- 3) Em 1981, os 53 habitantes tidos por residentes no lugar da Bregieira, devem ser referidos a este lugar; em 2001, abarca Bregieira, Lezíria e Brenha.
- 4) Em 1970 e 1981, não é referido como lugar autónomo.
- 5) Em 1970 e em 1981, para além do Grou, é referido o Val do Grou com 58 e 52 habitantes, respectivamente. Contudo este lugar está repartido por mais do que uma freguesia. Pertence também à freguesia da Guia.
- 6) Em 1970 e 1981, deve incluir também a população dos lugares de Bajouca de Cima, da Bajouca consideradas em separado, depois de 1991.
- 7) Em 1981, os 94 habitantes tidos por residentes no lugar do Estremadouro, devem ser referidos a este lugar (?).
- 8) Pertence, também, à freguesia da Ilha.

A Figura 12 dá-nos uma noção mais precisa da dimensão dos principais lugares da freguesia de Monte Redondo, comparativamente entre si, nos anos de 1991 e de 2001.

## 5.2. Os factores naturais de variação

Tendo presente que o estado de uma população depende, em qualquer momento, da variação conjunta dos movimentos naturais (natalidade e mortalidade) e dos movimentos migratórios (emigração e imigração), importa analisar a importância de cada uma destas variáveis microdemográficas. Os dados disponíveis relacionados com o crescimento natural da população (natalidade e mortalidade) podem ser consultados nos livros de registo de nascimentos e de óbitos, disponíveis na Conservatória de Registo Civil de Leiria. No entanto o seu manuseamento torna-se algo difícil por incluírem todos os registos a nível do concelho e não descritos por freguesia. Esta razão sugeriu-nos que, correndo embora o risco de não contemplar todos os casos (pelo facto de não aceitarem o baptismo católico ou de o poderem realizar noutra local), de recorrer aos “Registos Paroquiais” de Baptismos e de Óbitos (período de 1911 a 2001), gentilmente disponibilizados pelo Rev.º Pároco da freguesia, existentes no Cartório Paroquial de Monte Redondo.

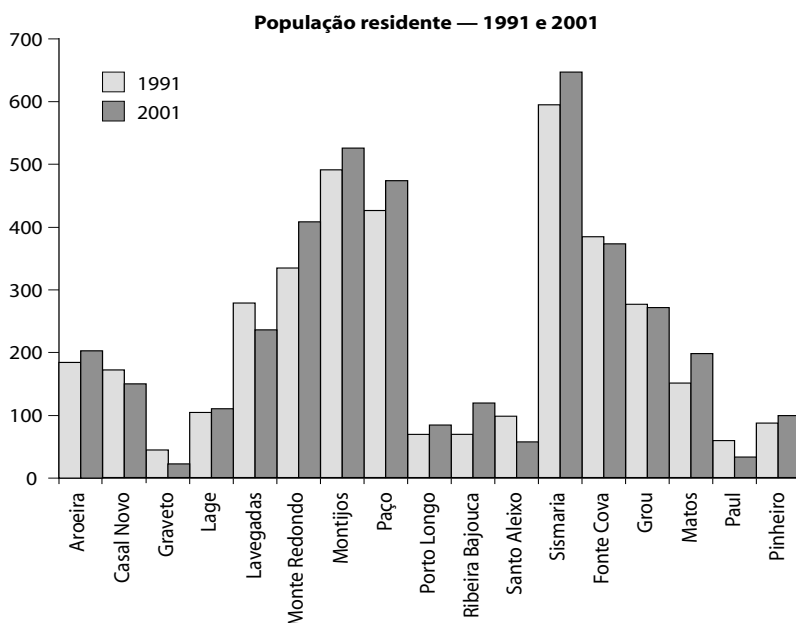


Figura 12: Monte Redondo: população por lugares

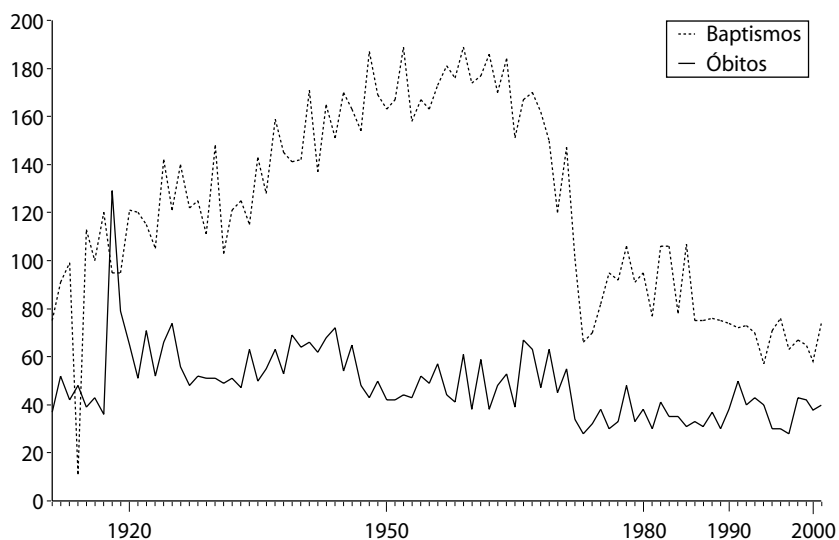
Estes elementos permitem-nos construir uma imagem mais clara do “crescimento natural” (ou “movimento natural”) desta população, obtido pela diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos registados na Paróquia. Contudo dada a ausência de outros registos relativos às saídas para o estrangeiro (emigração) ou à

fixação de novos habitantes oriundos do estrangeiro (imigração) ou de outras partes do território ("*migrações internas*") não nos é possível conhecer com detalhe o crescimento migratório, ou "*movimento migratório*" desta freguesia.

Ensaíamos, mesmo assim, uma análise dos processos de Baptismos registados durante a década de noventa na Paróquia, apreciando a naturalidade dos pais e o local de residência das famílias que aqui baptizaram os seus descendentes. Contudo por se tornar bastante moroso combinar estas informações com as datas de casamento (ou mesmo a falta de indicação precisa sobre o local e a data da sua realização), desistimos do cálculo dos referidos movimentos migratórios. É certo que tal poderia ser tentado recorrendo ao "Recenseamento eleitoral" da freguesia, mas entendemos deixar essa tarefa para novas pesquisas a realizar futuramente.

Apreciemos então a curva correspondente à variação dos baptismos e dos óbitos na Paróquia, antes de nos debruçarmos sobre a dinâmica da população residente.

A Figura 13 regista a evolução destas variáveis microdemográficas, permitindo globalmente afirmar a existência de um crescimento natural (ou saldo fisiológico) positivo, devido à ocorrência de um maior n.º de nascimentos sobre o n.º de óbitos. Este foi o comportamento natural da paróquia à excepção, apenas, do ano 1918 quando, em consequência da gripe pneumónica, o total de mortes ultrapassou o número de baptismos.



**Figura 13:** Paróquia de Monte Redondo: movimento de Baptismos e de Óbitos (1911-2001)



Outras observações permitem afirmar:

1. o total de baptismos registados na paróquia foi sempre crescentemente elevado até ao começo dos anos sessenta, decaindo gradualmente desde então. Esta foi uma primeira consequência da emigração que desde então aumentou em toda a freguesia;
2. a redução do n.º de baptismos decaiu consideravelmente até ao início dos anos setenta, facto que acompanhou não só a intensificação da emigração mas se deve, depois de 1971, ao desmembramento desta paróquia devido à criação da nova freguesia e Paróquia da Bajouca;
3. desde esta data a evolução do total de baptismos registados na paróquia de Monte Redondo parece acompanhar a tendência geral de declínio da natalidade registada nos últimos anos no nosso país. Igualmente pode comprovar variações significativas ao nível das práticas religiosas dos habitantes de Monte Redondo.

Quanto à evolução do total de óbitos, a sua redução progressiva parece igualmente acompanhar a tendência de redução da mortalidade geral registada na sociedade portuguesa e o envelhecimento progressivo que a caracteriza.

Para melhor nos situarmos quanto à situação demográfica no concelho e distrito de Leiria, o Quadro XIII, dá-nos conta de diversas taxas relacionadas com a natalidade, a mortalidade, a fecundidade geral e a mortalidade infantil registadas em Leiria e no Continente em 1970, 1981, 1990 e 2001.

**Quadro XIII:** Indicadores demográficos

	Movimento da População								Fecundidade			Mortalidade		
	Natalidade ‰ <sup>1)</sup>				Mortalid.Geral ‰ <sup>2)</sup>				Geral ‰ <sup>3)</sup>			Infantil ‰ <sup>4)</sup>		
	1970	1981	1990	2001	1970	1981	1990	2001	1970	1981	1990	2001	1990	2001
Conc. Leiria	23.5	15.7	13.5	11.1	8.9	8.3	8.3	7.7	90.5	62.2	52.8	43.5	13.0	3.9
Dist. Leiria	19.4	14.9	11.2	-	10.7	10.2	10.7	-	93.1	72.2	54.2	-	8.3	-
Continente	21.7	14.5	11.1	10.9	10.8	9.7	9.9	10.2	102.8	73.4	53.1	43.2	10.7	5.7

1) Nados Vivos — NV/1000hab.

2) Óbitos/1000hab.

3) NV/1000 Mulheres em idade fértil

4) Óbitos com <1 ano/1000NV

Fontes: Fonseca; 1991

Anuário Estatístico; 2003

Como já notámos a dinâmica populacional é determinada pela variação conjunta do crescimento natural e do crescimento migratório. Tal significa que conhecendo em detalhe cada uma destas variáveis é possível apreciar a concordância entre os diversos dados disponíveis e, assim, apreciar a qualidade dos dados demográficos referidos nos recenseamentos da população (cf.: Nazareth; 1988; 192).

Não sendo esse o objectivo desta referência o método sugerido para o cálculo da “*equação de concordância*” ( $P_{x+n}=P_x+N-O+I-E$ ) permite conhecer o crescimento da população entre os recenseamentos da população. Neste caso:

crescimento entre os recenseamentos = crescimento natural + crescimento migratório

Como preconiza Nazareth (1988; 193), “*costuma chamar-se ao segundo termo da equação... o nome de “população esperada” a qual “provém do facto de se esperar que ao se juntar à população inicial os movimentos natural e migratório, se encontre a população recenseada em  $x+n$ ”.*

É o seguinte o significado dos termos da referida equação:

$P_x + n$  = População no fim de um determinado período

$P_x$  = População no início do período

$N$  = Nascimentos

$O$  = Óbitos

$I$  = Imigração

$E$  = Emigração

O segundo termo da referida equação é conhecido pelo nome de “população esperada” ( $P_e$ ).

Embora sem considerar os valores das migrações ensaiámos o cálculo da “população esperada” tendo apenas em consideração os dados referidos nos recenseamentos do INE e o movimento natural obtido através do registo de baptismos e de óbitos durante os diversos períodos intercensitários ou seja entre os anos de 1911 e 2001.

Com as limitações que lhe reconhecemos o seu cálculo permite avaliar o significado da evolução demográfica na paróquia, valor que a simples apreciação do crescimento intercensitário não facilitaria. Neste caso comparando a variação da população entre os recenseamentos, com os dados da população esperada obtida pela simples diferença entre os óbitos e os nascimentos, adicionada à população residente na freguesia na data do primeiro recenseamento, ficamos com uma noção das perdas e dos ganhos da população na freguesia.

Globalmente pudemos assim constatar que desde 1911 e até 2001 a freguesia de Monte Redondo, apesar da variação em regra positiva da sua população residente, foi perdendo um número sucessivamente elevado dos seus habitantes. As maiores perdas registaram-se entre 1960 e 1970, período assinalado pela forte emigração portuguesa e durante o decénio seguinte, entre 1970 e 1981. Neste caso para além do movimento emigratório as perdas assinaladas correspondem também à desanexação

da freguesia da Bajouca, criada em 1971 com lugares da freguesia mãe. Já na última década, entre 1991 e 2001, as perdas foram pouco significativas, denotando uma maior fixação da população residente.

Pelo contrário, o único período em que se registou um ganho significativo de população corresponde ao período de 1930 a 1940, facto que acompanhou o dinamismo económico e social assinalado em todo o concelho de Leiria. Localmente a fixação da população residente e a atracção de novos habitantes está relacionada com o crescimento da actividade empresarial e com o conjunto de melhoramentos então inaugurados. Tal significa que, durante este período, a freguesia de Monte Redondo foi capaz não só de fixar a sua população residente mas também de atrair novos habitantes oriundos de outras áreas do território (Figura 14).

Note-se que este fenómeno ocorreu num período posterior ao da recessão económica dos anos trinta e em plena evolução do segundo conflito armado. Daí que, estando quase encerradas as portas da emigração e devido aos conflitos igualmente verificados no país vizinho as saídas para o exterior permaneciam fechadas. Assim as oportunidades de emprego geradas pela indústria local e pela agricultura de subsistência foram capazes de fixar a população autóctone e de atrair novos moradores. Este facto tem vindo a acentuar-se na última década em consonância com a diversificação do tecido económico local e o crescimento urbano de Leiria e da sua "área urbana".

### **5.3. Composição e estrutura**

A apreciação da situação demográfica da freguesia de Monte Redondo feita com base nos recenseamentos de 1991 e de 2001, permite assinalar outros aspectos relacionados com a sua composição e estrutura. Quanto à primeira, verificamos uma "masculinização" progressiva da população local traduzida no equilíbrio do "sex-ratio" ( $H/M \times 100$ ) registado nas três últimas décadas: 96,0, em 1981; 96,8, em 1991 e 1,00, em 2001. Assim, observando a estrutura por idades, nota-se, entre 1991 e 2001, uma quebra da população jovem (com menos de vinte anos de idade) decorrente da redução progressiva das taxas de natalidade e de fecundidade geral. Em 1991, os habitantes com menos de 20 anos de idade representavam mais de 1/3 da população residente e em 2001, apenas 26%.

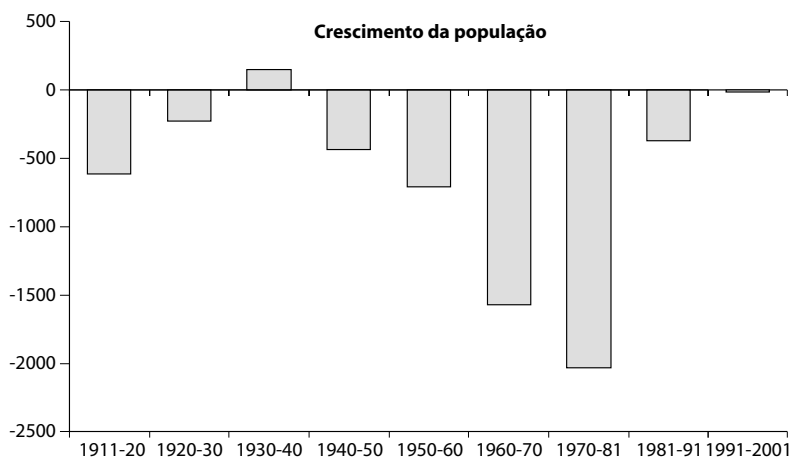
Quanto à população jovem-adulta (de idade compreendida entre os 20 e os 34 anos de idade, a percentagem manteve-se idêntica, na ordem dos 23%, enquanto que a população adulta, com idade entre 35 e 64 anos aumentou no decurso do último período intercensitário, passando de 31,5%, na primeira data, para 38,6%, na segunda, em consequência da atracção de mão-de-obra masculina e adulta registada

nesta área. Já a população mais idosa, com mais de 65 anos de idade, aumentou igualmente neste período.

O quadro XIV permite-nos comparar a estrutura da população residente nessas duas datas. Assim, entre 1991 e 2001, a par do crescimento da população adulta e senil — decorrente do envelhecimento progressivo dos habitantes desta área — a perda de população jovem constitui um sintoma de "repulsão" demográfica que continua a afectar os estratos mais novos da nossa sociedade.

**Quadro XIV:** População residente por grupos funcionais (1991e 2001)

	Pop. res. (total)	0-19 anos %	20-34 anos %	35-64 anos %	>65 anos %
Monte Red. (1991)	4.051	34.6	23.4	31.5	10.5
Monte Red. (2001).	4.335	26.0	23.3	38.6	12.1



Nota: Método da "população esperada" (adapt.)

**Figura 14:** Monte Redondo: crescimento da população (1911-2001)

A análise mais pormenorizada da estrutura etária da população residente nesta freguesia, em 1991 e em 2001 (Figura 15), mostra-nos uma pirâmide etária com a configuração do tipo de "ás de espadas", denotando um envelhecimento progressivo na base (devido à redução dos nascimentos) e do topo (devido ao acréscimo do número de idosos). Assim, verificamos:

- uma redução acentuada do número de nascimentos, expressa na redução das classes etárias mais baixas, até aos 10 anos de idade;
- uma redução acentuada de alguns grupos etários, nomeadamente na classe de adultos, onde se regista uma quebra muito acentuada de alguns desses

grupos. Tal, é observado com maior incidência no grupo dos jovens-adultos (nos grupos funcionais dos 40-44 anos e dos 45-49 anos) justificado pela intensidade dos movimentos emigratórios;

- um peso cada vez maior das classes etárias com idade superior aos cinquenta anos de idade devido, fundamentalmente, ao acréscimo da esperança de vida da população residente e ao seu envelhecimento progressivo.

Quanto à população residente economicamente activa, registou-se, entre 1991 e 2001, o seguinte:

- um aumento de população activa, que passou de 1441 indivíduos em 1991, para 2082 em 2001 (dos quais 58,7% do sexo masculino);
- um aumento global da taxa de actividade que, de 37,2% em 1991, passou para 48% em 2001. Este aumento ficou a dever-se ao acréscimo das taxas de actividade masculina e feminina, respectivamente de 56,5% nos homens e de 39,6% nas mulheres (2001);
- o registo de cerca de uma centena de desempregados em 2001 (91 indivíduos em 1991).

Comparativamente a 1981 (Quadro XV) verificamos uma variação significativa dos activos, fenómeno que acompanhou as quebras registadas no sector primário e um crescimento digno de nota nos restantes sectores de actividade. Tal facto deverá encarar-se como uma consequência do processo de industrialização e urbanização que afectou esta área do “Pinhal Litoral” e levou à transferência de contingentes de mão-de-obra, sobretudo jovens e adultos, tradicionalmente ocupados no sector primário, para outros sectores de actividade.

Estes fenómenos acompanharam o crescimento acentuado dos centros urbanos mais próximos, tais como: Leiria, Marinha Grande e Pombal, cujas taxas de crescimento orçaram, entre 1981 e 1991, respectivamente os 12.35%, os 3.28% e os 3.19% (dados da CCRC-1991).

**Quadro XV:** Monte Redondo: população residente, activa, por sectores de actividade

	Total		Primário		Secundário		Terciário	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
1981	1621	1032	580	196	688	625	353	211
1991	1414	1007	129	99	785	651	500*	257
2001	2082	1222	99	-	1000	-	879**	-

\*Serv. nat.social:100

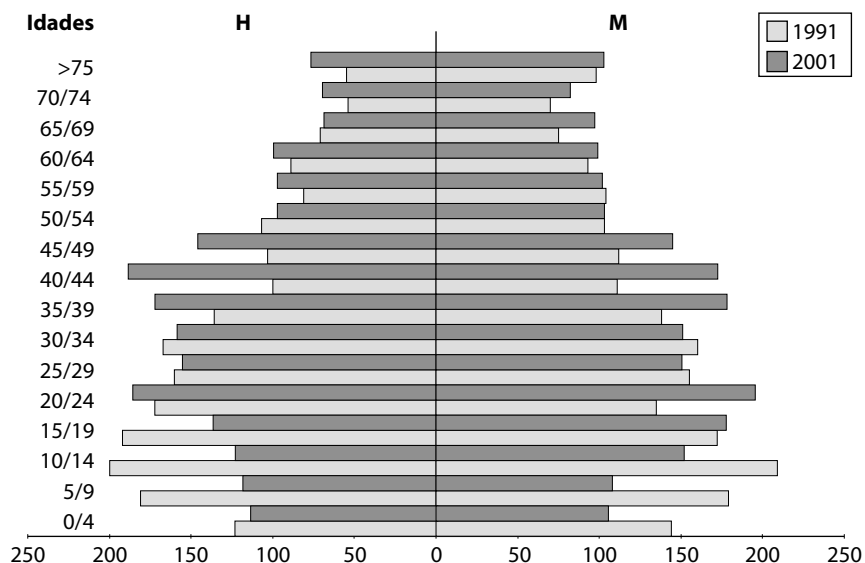
\*Serv. act. econ.: 400

\*\*Relac. c/ activ. económica: 578

Globalmente se atendermos à distribuição desta população pelos diversos sectores de actividade, verificamos que:

- em 1991, 55,5% da população activa ocupava-se em actividades relacionadas com a indústria (sector secundário) e 50,6% em 2001;

- em 1991, 35,4% ocupava-se em actividades do sector terciário, valor que subiu para 44,4% em 2001;
- em 1991, 9,1% ocupava-se em actividades do sector primário, especialmente na agricultura, valor que decresceu em 2001 para apenas 5%.



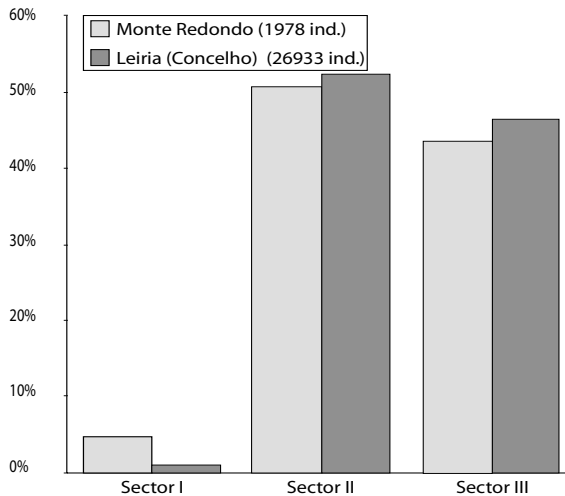
**Figura 15:** Monte Redondo: população residente segundo o sexo e grupos etários (1991 e 2001)

Uma vez mais podemos apreciar a situação da freguesia de Monte Redondo e do concelho de Leiria, em 2001 (Figura 16).

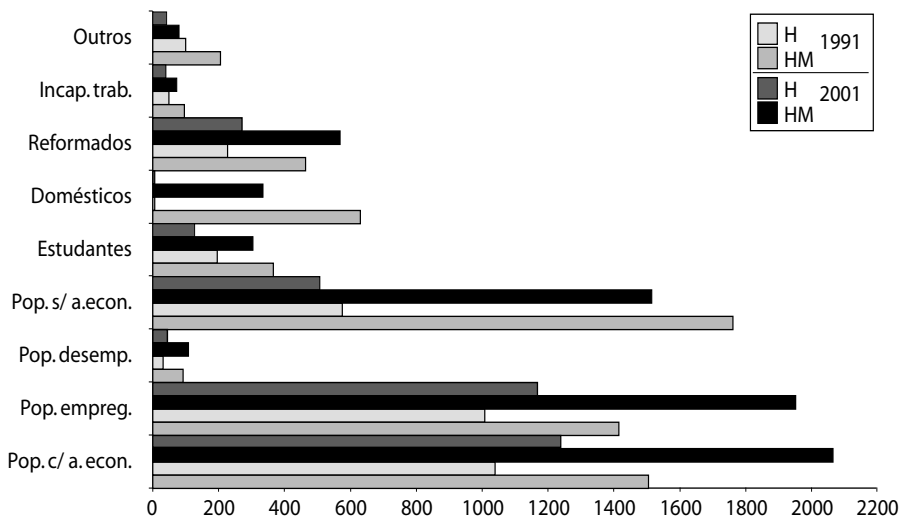
Se quisermos ainda discriminar os elementos recolhidos pelo INE quando do “XIII Recenseamento da População”, em 2001, referentes à população residente na freguesia de Monte Redondo, por condição, perante a actividade económica, notamos globalmente que dos 3266 indivíduos com mais de 12 anos de idade, exercendo uma actividade económica (dos quais, 1615 eram do sexo masculino), mais de metade (54%) eram estudantes, reformados e domésticos. Os restantes distribuíam-se por grandes categorias profissionais, como podemos observar através da análise da respectiva população activa.

Estes elementos estão de acordo com os dados que recolhemos através da consulta ao “inquérito paroquial” concluído por volta de 1995 os quais permitem comprovar, na sua globalidade, as informações recolhidas nas estatísticas do INE., nomeadamente no que diz respeito ao já elevado número de reformados residentes na freguesia e ao peso das “domésticas” residentes nos lugares da paróquia de Monte Redondo, cujo montante ultrapassava um milhar.

As notas anteriores relativas à população activa, recolhidas no “Recenseamento da População” de 1991 (e confirmadas pelo Inquérito Paroquial, de 1995) poderão ser completadas através da análise das principais actividades económicas radicadas na freguesia de Monte Redondo, em 2001. Globalmente, a situação nesta data regista um acréscimo de cerca de meio milhar de activos, mantendo-se embora relevante a população sem actividade económica, nomeadamente os reformados (Figura 17).



**Figura 16:** Monte Redondo: população residente, com 15 ou mais anos, empregada, segundo o sector de actividade económica (2001)

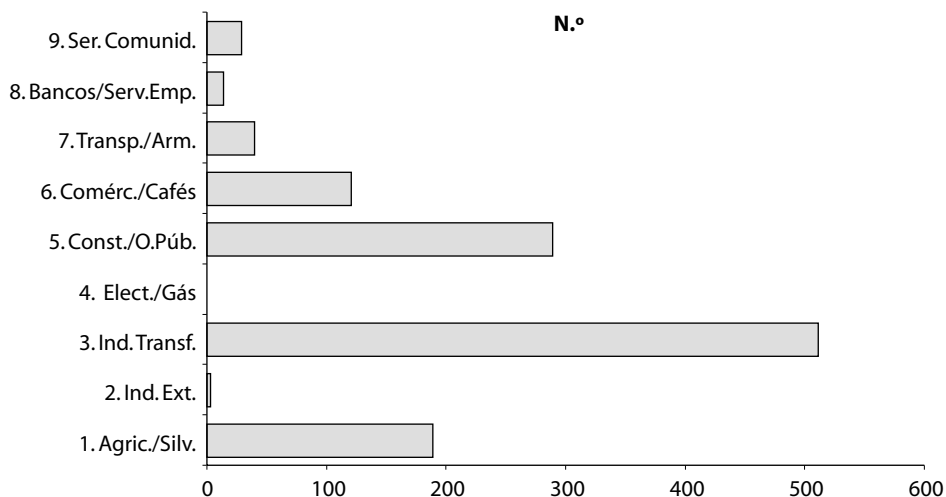


**Figura 17:** Monte Redondo: população residente, com 12 ou mais anos, por condição perante a actividade económica (2001)

Assim, tendo por base informações recolhidas junto de organismos da segurança social, verificamos que em finais de 1999 o total de activos ocupados em actividades radicadas na freguesia orçava um milhar e duzentos mil, os quais podem ser agrupados por sectores de actividade — sector primário, secundário e terciário — ou mais detalhadamente pelos grandes grupos de actividade (CAE) propostos pelo Instituto Nacional de Estatística (1973).

Quanto à primeira classificação, por sectores de actividade, observa-se:

- a importância reduzida do sector primário: agricultura, silvicultura e indústrias extractivas, que ocupavam menos de duas centenas de trabalhadores, ou seja cerca de 16% do total de activos;
- a maior dimensão do sector secundário, que emprega quase dois terços dos cerca de 1200 activos aqui residentes no final de 1999. Descriminando verificamos que os diversos tipos de indústria existente ocupavam 42,8% desses activos, contra 24,1% no sector das construção civil e obras públicas;
- o peso igualmente diminuto de activos ocupados em actividades do sector terciário que ocupava, na mesma época, cerca de duas dezenas de activos, representando 17,1% daquele todo.

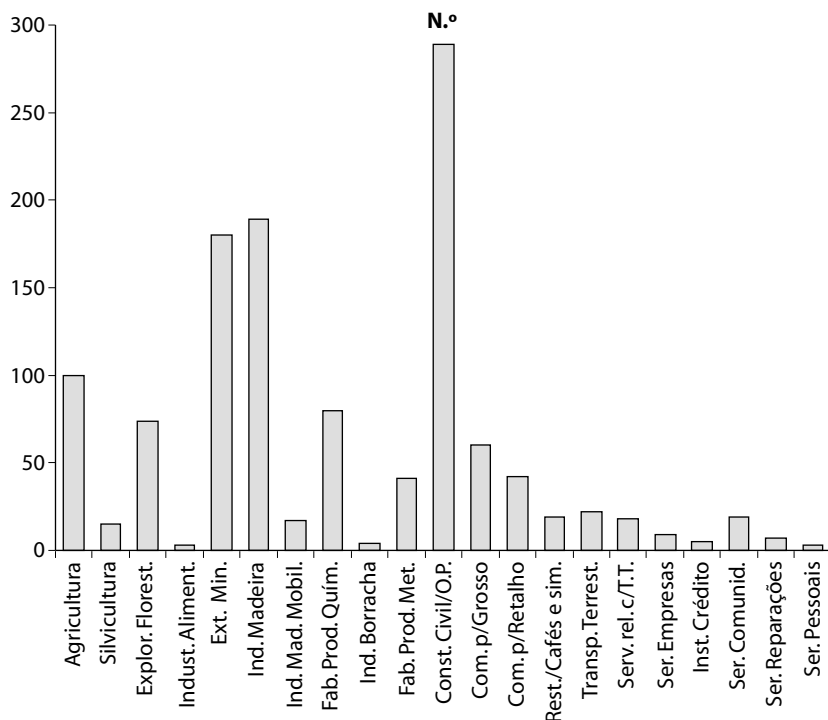


**Figura 18:** Monte Redondo: população activa (1999) por ramos de actividade (CAE-1973)

A Figura 18 permite-nos apreciar a distribuição dessa população activa descriminada pelas grandes divisões propostas na “Classificação das Actividades Económicas Portuguesas”, por ramos de actividade (CAE-1973). Embora descriminadas de forma diferente poder-se-á verificar a importância do emprego na indústria e em menor percentagem na agricultura e silvicultura, actividades que tradicionalmente ocupavam o maior número de habitantes locais.



Se quisermos ficar com uma imagem mais pormenorizada da diversidade de empresas sediadas nesta freguesia bem como das características do tecido produtivo e dos serviços existentes, a Figura 19 dá-nos a indicação da população activa por classes de actividade. Esta distribuição foi feita com base no agrupamento das empresas que laboram no mesmo ramo de actividade estando aí englobadas algumas das principais empresas locais relacionadas com as madeiras, tais como: “MTL-Madeiras Tratadas”, “Pedrosa & Irmãos, Lt.ª”, “Somalei”; com o fabrico de rações e a avicultura: “Racentro” e “Avimoital”, com a agricultura: “Germiplanta” e com a construção civil: “Isocentro”.



**Figura 19:** Monte Redondo: distribuição da população por actividades (1999)

Como anteriormente foi notado, estes dados confirmam os valores globais registados nas estatísticas oficiais, relativos ao recenseamento de 2001, relacionados com a população activa e a sua ocupação pelos diversos sectores de actividade.

## 5.4. Aspectos do fenómeno emigratório

A saída de habitantes desta freguesia conhecida desde longa data para o Brasil e para outras paragens do continente sul americano, ganhou grande alento durante os anos sessenta à semelhança, aliás, do que se verificou nas restantes áreas do nosso país. Daí que este fenómeno se tenha repercutido sobre o movimento da população residente, afectando o seu crescimento e estrutura, bem como sobre os demais aspectos de índole económica e social da freguesia marcando, ainda hoje, o ritmo da vida e a dimensão de algumas festividades.

Por esta razão a evolução demográfica desta freguesia e de todo o concelho de Leiria acusou, em diversas épocas, perdas significativas de habitantes justificadas pela emigração transoceânica e intra-europeia. Tal facto, repercutiu-se no movimento natural da população e nas suas estruturas demográficas, em particular sobre os grupos etários dos jovens-adultos e dos adultos de ambos os sexos, condicionando a evolução da população residente (Quadro XVI).

**Quadro XVI:** Movimento da população no concelho de Leiria

	1960/69	1970/81	1982/1988
Nados Vivos	21796	18109	11754
Obitos	7955	8629	6399
Saldo Fisiológico	13841	9480	5355
Saldo Migratório	- 3334	+11645	+3522
Emigração oficial	13254	4849	642

in: Estudos Prévios do PDM (Rel. n.º 2); 13

Tomando como referência o que ocorreu já durante a segunda metade do século XX no concelho de Leiria a emigração nesta freguesia foi marcada pela emigração europeia que no início da década de sessenta se generalizou em toda esta área. Anteriormente a esta data temos notícias de saídas para o Brasil, embora tal ocorrência nunca tenha gerado um movimento tão intenso como aquele que se expandiu por acção dos “passadores” (“engajadores”) que durante a segunda metade do século XX actuaram nesta freguesia. Daí que as primeiras saídas, algo temerárias, registadas logo no início da década de sessenta com destino especialmente para França tenham aumentado nos anos seguintes divulgando-se ainda mais no termo dessa década e início dos anos setenta.

Praticamente acessíveis a qualquer morador aquelas redes de passadores, sediadas nalguns casos nos concelhos limítrofes permitiam vencer, a troco de uma quantia oscilando entre os oito mil escudos e os dez mil escudos por passagem, as dificuldades económicas resultantes de um salário reduzido. Este tornara-se insuficiente para fazer face às despesas de muitas das famílias numerosas que

residiam nesta freguesia e aos poucos rendimentos rurais alicerçados na agricultura de subsistência ou através da labuta diária nas indústrias sediadas nesta área.

Em muitos casos, porém, e sempre que os rendimentos familiares eram reconhecidos oficialmente, a concessão de um passaporte de turista permitia a primeira ‘fuga’ do país e a obtenção do almejado contrato de trabalho. Por esta via surgem assim um elevado número de partidas: o chefe do casal em primeiro lugar — abrindo caminho para os filhos mais velhos, recém-chegados da guerra de Angola ou de Moçambique — e só depois a mãe e a descendência mais nova, se as obrigações militares o permitissem. Por esta razão e seguindo a tendência normal da época a partir do início dos anos sessenta as saídas para o Brasil deixaram praticamente de se verificar, sendo substituídas pela emigração para a França e a partir de 1963-64 para a Alemanha. Este fenómeno seguiu na sua vertente local as tendências registadas no movimento geral da emigração portuguesa quando, à data, a emigração transoceânica foi ultrapassada pela corrente intra-europeia.

Desta forma tendo decaído a emigração para o Brasil, um ou outro emigrante mais afortunado conseguia o “visto” para os E.U.A. ou para o Canadá. Só praticamente no início de setenta é que ocorreram as primeiras saídas para o Luxemburgo, desta vez por acção do recrutamento directo ou o mais frequente pela transferência de antigos emigrantes inicialmente recrutados em França ou idos clandestinamente já para este país. Do mesmo modo só quase uma década depois, durante os anos oitenta, encontramos referências às saídas de emigrantes temporários para a Suíça ou mesmo para alguns países do Médio Oriente.

Note-se no entanto que a grande vaga da emigração entre os anos sessenta e setenta, registou-se em direcção aos países da Europa de onde foram importados os primeiros velocípedes a pedal e a motor, os primeiros “Citroen” e Peugeot” e os vistosos agasalhos em couro e pele, que em datas festivas eram exibidos publicamente atestando o êxito deste movimento.

Com as remessas da emigração animou-se o mercado fundiário e construíram-se novas habitações passando as casas tradicionais, em adobe e tijolo, a ser substituídas por construções em alvenaria. A casa térrea e de duas águas, de modelo antigo, cedeu então lugar à nova moradia igualmente térrea ou já de dois pisos, com vários telhados, espaços e ornamentações. E os testemunhos existentes em vários pontos da freguesia comprovam a importância deste fenómeno que animou, sobretudo, o comércio local e permitiu uma alteração da paisagem tradicional e da organização social dominante. Neste caso a mulher passou a desempenhar um papel mais activo: mãe, educadora e procuradora nos negócios do marido ausente, situação que se manteve até ser arrastada pelos familiares partindo para reconstituir, noutra local, a antiga (ou recém-criada) constelação familiar.

Iniciado o processo são os contactos frequentes com a comunidade, especialmente nas férias de Verão quando têm lugar as festas tradicionais em honra de N.ª

Sr.<sup>a</sup> da Piedade e do Sagrado Coração de Jesus, em Monte Redondo; de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Almas, no Casal Novo; de St.<sup>o</sup> Aleixo, na Bajouca; pelo Natal ou noutras datas festivas que coincidem com as festas de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Encarnação, em Fonte Cova; de St.<sup>o</sup> António, na Sismaria e de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Boa Viagem, no Grou é que estas visitas se tornam mais frequentes.

Eventualmente estas podem coincidir com a data de casamento de um filho (ou do próprio emigrante). São estas visitas que vão estreitando os laços entre a sociedade local e as comunidades de emigrantes residentes no estrangeiro servindo, muitas vezes, para incentivar novas partidas.

Outras oportunidades eram muitas vezes aproveitadas pelos emigrantes mais velhos para uma estadia mais prolongada para acompanhar os trabalhos agrícolas: a vindima, a poda, a empa, a colheita de azeitona ou para a construção de algum anexo ou da própria habitação.

Certos emigrantes no início deste ciclo orgulhavam-se até do seu bom desempenho laboral e do estatuto privilegiado que por essa razão alcançavam sendo sempre aceites pelo patrão, especialmente em França, quando do seu regresso. Tendo presente as condições de trabalho, especialmente na construção civil durante os meses de inverno, não havia inconvenientes de maior no caso dessa estadia se prolongar no seu país de origem. O mesmo acontecia, embora com mais dificuldade, com o “emigrante alemão” uma vez que este, geralmente ocupado na indústria, tinha um calendário de trabalho mais rígido a cumprir.

**Quadro XVII:** Destinos da emigração oficial: concelhos de Leiria e de Pombal

Concelho	Canadá	E.U.A.	Brasil	R.F.A.	França	Total
<b>Leiria</b>						
1955/59	52	17	629	—	1079	1966
1969/64	131	22	448	—	3721	4992
1965/69	234	98	62	1138	6538	8262
1970/74	188	148	17	1639	1789	3888
1975/77	736	384	1179	2986	13332	19670
<b>Pombal</b>						
1955/59	22	2	722	—	1061	1918
1969/64	43	16	524	—	3068	4008
1965/69	67	20	110	720	7297	8367
1970/74	105	19	63	815	3677	4843
1975/77	270	70	1421	1664	15487	19662

Fonte: Arroiteia; 1985.a) — (Adapt.)

Os dados que apresentamos referentes aos concelhos de Leiria e de Pombal e apenas à emigração oficial registada no período áureo da nossa emigração, entre 1955 e 1977 (Quadro XVII), ajudam-nos a enquadrar estatisticamente, este fenómeno

localmente. Contudo nada nos dizem sobre a importância da emigração clandestina, modalidade que referenciamos como relevante no contexto geográfico e societal da área do nosso estudo.

Importará reafirmar a importância da emigração nesta freguesia e os seus reflexos sobre as actividades económicas dominantes. Em primeiro lugar sobre a agricultura, manifestando-se este movimento numa redução significativa da mão-de-obra masculina e num acréscimo da participação da mulher nos trabalhos do campo. Para além do abandono progressivo da área de cultivo, a escassez de mão-de-obra levou ao aumento progressivo de salários no sector primário com o inevitável acréscimo de custos no mercado. Circunstância idêntica condicionou os salários e os preços dos demais sectores de actividade.

Para além dos seus reflexos sobre a agricultura, a emigração foi igualmente responsável pela redução da mão-de-obra na indústria de serração de madeiras. Foi assim que durante o começo dos anos sessenta testemunhámos a emigração maciça de operários fabris, sobretudo em movimentos clandestinos que se iniciavam frequentemente durante a noite de Sábado ou às primeiras horas da madrugada de Domingo.

Ao tempo o horário laboral estendia-se da Segunda-feira a Sábado à tarde. E habitualmente a parte final desse dia era consagrada às compras semanais, na mercearia próxima, onde através de “fiado” ou pagando com a “jorna” semanal, as famílias se abasteciam dos bens para a semana. Geralmente feitas as compras iniciava-se o movimento de saída, por vezes nas “barbas” das forças da Guarda Nacional Republicana que por indicação superior e conhecendo os hábitos das redes de engajadores, eram chamadas a exercer algum controle. Geralmente, em vão.

No começo da semana de trabalho, às 8 horas da manhã de segunda-feira, o número de trabalhadores braçais, sobretudo nas serrações, decrescia regularmente: um, dois, três ou mais trabalhadores faltavam à chamada, comprovando assim o “êxodo” que ia afectando esta e as freguesias vizinhas.

Nem sempre, porém, este movimento era clandestino. Como referimos os proprietários dotados de alguns bens e sem cadastro político, podiam obter um passaporte de turista que lhes permitia sair num primeiro momento do país em situação legal, como turistas e, uma vez no estrangeiro, obter um contrato de trabalho.

De igual modo este movimento estava facilitado aos militares já na situação de “disponibilidade” que tendo cumprido o serviço militar obrigatório e ao regressarem da comissão militar em África eram confrontados com uma situação económica que apenas lhes abria as portas, quer para a indústria (de onde muitos haviam saído antes da tropa), quer para a agricultura. No entanto possuidores, em regra, de habilitações literárias que para a grande maioria não excedia o ensino primário (4.ª classe) e dada

a incapacidade dos serviços públicos e das forças militarizadas da GNR ou da PSP os absorverem de imediato, a emigração abria-se como uma das possibilidades imediatas para a regularização da sua vida financeira.

Contudo como noutras áreas do país a crise energética de 1973 e as leis de apoio ao regresso de emigrantes publicadas em França e na Alemanha logo no início dos anos setenta impediram a continuação deste movimento obrigando a um certo número de regressos. Tal facto foi largamente aproveitado para a instalação de uma pequena oficina ou comércio, para a compra de uma viatura comercial ou para o prosseguimento de trabalhos por conta de outrem ou por conta própria, na construção civil, na indústria ou na agricultura.

Foi o retomar, nalguns casos, do “fio à meada” das actividades tradicionais, só interrompida por uma ausência de vários anos no estrangeiro a qual garantiu o almejado pecúlio que a rotina do dia a dia e o nível de desenvolvimento local, jamais permitiriam aforrar.

A concluir dizemos que o intenso movimento emigratório que se verificou nesta freguesia realçou as fragilidades do sistema produtivo local e as razões de natureza económica que estiveram, largamente, na origem desse movimento. Por esta razão parece-nos oportuno transcrever os versos que Jaime Cortesão consagrou genericamente aos emigrantes:

*“Partir é quase morrer,  
Pode ser pra nunca mais:  
Dentro do peito a bater  
Um sino toca a sinais.*

*Ir no vapor, embarcar...  
Custa pouco, vai depressa;  
Mas a saudade é um Mar,  
E esse nunca se atravessa!...*

*A fome bateu-me à porta;  
Oíço os filhos!... Pedem pão!...  
Voz tão funda, que me corta,  
Me retalha o coração!”*

Apesar desta evocação pouco aliciante descrevemos uma nota, datada dos início dos anos oitenta, relativa à situação nessa freguesia, que nos dá uma imagem bastante favorável desta terra (“A nossa Voz”, Agosto/Set., 1981, n.º 65 — Boletim Informativo das Obras Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Leiria):

*Monte Redondo: “...as suas produções agrícolas são essencialmente o milho, o feijão e algum arroz. O pinhal e a resina têm também grande valor económico tal como o junco que se utiliza no fabrico de esteiras, alcofas e capachos e o bunho ou tábua de que são feitos os esteirões.*

*O seu subsolo é rico em asfalto e afloramentos de ofite usados na feitura de paralelepípedos, e minas de salgema na Junqueira.*

*Possui ainda lagares de azeite, padaria, lojas, cafés, carpintarias e oficinas mecânicas, além de importantes feiras, de gado no dia 1 de cada mês e mensalmente em cada dia 29 de gados, cereais, louças e quinquilharias, feiras que são das maiores no concelho de Leiria.*

*Dada a sua situação geográfica na estrada nacional que liga Leiria à Figueira da Foz e às regiões do norte do país tem, por tal motivo, grande movimento de camionagem, sendo ao mesmo tempo servida pela estação ferroviária instalada na via dentro desta povoação.*

*Possui estação de correios, farmácia, Casa do Povo e escola primária, além de um médico permanente, Dr. José Seabra Pinto.*

*Digna de registo era Casa de Educação e Trabalho num edifício cedido pelo benemérito Dr. Luis Pereira da Costa e onde as Irmãs de S. José de Cluny ministravam aulas às muitas crianças dos 7 aos 17 anos de idade. ....”*

A evolução da emigração nesta freguesia segue, nas suas linhas gerais, o movimento registado no país onde se tem verificado uma quebra muito significativa deste fenómeno. Assim o demonstra a média de saídas anuais que desde o início da década de noventa do século passado, baixaram de quase quatro dezenas de milhar em 1992 para cerca de duas dezenas de milhar em 2001.

Estes valores correspondem a uma média anual de 28183 portugueses que se ausentaram do país neste período.

Também como tem vindo a suceder noutras áreas do território, a entrada de mão-de-obra estrangeira, especialmente de brasileiros e imigrantes da Europa do Leste, tem vindo a verificar-se nesta freguesia. Tal facto permitiu o desenvolvimento das actividades económicas locais contribuindo igualmente, devido à importância da imigração adulta do sexo masculino, para o equilíbrio do sex-ratio da população residente, tal como ficou assinalado no recenseamento da população de 2001.

## Capítulo 6.

### Relance sobre as actividades da população

*“Quer dizer que até depois da Segunda Guerra Mundial a Península permanece fundamentalmente agrícola e com muito débil população industrial, contando em contrapartida avultado terciário que só se pode explicar, não evidentemente por modernidade económica, mas sim por persistência das camadas parasitárias tradicionais e do aparelho burocrático-repressivo”.*

Vitorino Magalhães Godinho — *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*





## 6.1. As actividades tradicionais

Como foi assinalado a evolução demográfica da freguesia de Monte Redondo acompanhou o crescimento das actividades produtivas responsáveis pela fixação dos seus habitantes, bem como a atracção de novos moradores. Tal facto andou a par com o desenvolvimento de uma economia de subsistência, dominada durante séculos pelas actividades do sector primário, especialmente a agricultura e a exploração florestal (silvicultura), bem como das indústrias extractivas.

Recordemos as actividades mais antigas.

A importância da agricultura na sociedade portuguesa parece comum a todo o território uma vez que, como descreve O. Ribeiro (1955; 149), *“desde os primeiros documentos da Reconquista, a terra aparece parcelada em glebas pouco extensas e os bens pertencentes ao Rei, aos senhores feudais e aos mosteiros ricos eram formados por parcelas dispersas”*. Tal afirmação parece adequar-se à área em estudo devido ao domínio da grande propriedade pelo Mosteiro de Alcobaça e pela Casa do Infante.

Contudo, se é certo que *“a disseminação do povoamento, as casas dispersas, o casario distante, a rareza das povoações acompanhavam a grande divisão da terra”* (idem; ibidem), também é verdade que esta fragmentação e a própria distribuição do casario anda a par com as características naturais relacionadas com a natureza dos solos e o próprio clima. E localmente o desenvolvimento da actividade agrícola e a disseminação do povoamento devem-se muito à acção dos foreiros que resgatando as propriedades que inicialmente lhes estavam destinadas para exploração, contribuíram para o enriquecimento do solo e para a valorização das propriedades agrícolas.

Situada, como referimos, numa área de transição onde, no dizer de F. Martins (1949; 9): *“é pois o clima — um clima cujas características atlânticas se atenuam enquanto que as afinidades mediterrânicas se acentuam — que é o factor explicativo das nuances observadas na paisagem”*, as próprias culturas dominantes nesta área são disso um reflexo. Daí que o arroteamento das terras de Monte Redondo e do seu termo não tenha sido tarefa fácil em virtude não só da natureza arenosa do solo, mas também dado o carácter maninho e inculto de grande parte da sua extensão.

Disso demos conta a propósito da origem dos topónimos locais que fazem luz sobre a origem, inóspita, de certos lugares e sobre a luta travada pelos primeiros colonos contra a natureza hostil dos terrenos que tiveram de desbravar. Mesmo assim percorrendo esta território é fácil encontrar vales ricos em água e solos dotados de fertilidade que assinalam, na proximidade dos lugares, uma actividade agrícola fecunda e a sua importância na subsistência dos seus moradores.

Durante séculos e embora afectados pelas inundações periódicas de inverno que se registavam na bacia do Lis antes dos trabalhos da sua regularização, o regime de rotação de culturas incluía uma alternância: cultura de inverno/cultura de verão, permitindo por isso retirar a melhor produtividade destas colheitas. Por outro lado a divulgação da cultura de arroz nos terrenos de regadio, para além de permitir uma produção bastante favorável, tinha um escoamento quase assegurado, sendo os subprodutos da colheita, em especial a palha, utilizada noutros fins. E depois da quebra do amanho arroz nos terrenos mais húmidos e alagadiços do campo verificada desde o início do nosso século, esta cultura parece vir a ganhar, nos dias de hoje, novos adeptos.

Para além das áreas irrigadas e cobertas de aluvião abundam igualmente as áreas de sequeiro, sobretudo nas encostas de fraco pendor ou nas que cobrem terrenos mais arenosos. Outrora dominadas por uma agricultura pouco rendosa mas muito exigente em trabalho humano, a maior parte destas áreas ou estão florestadas ou encontram-se em pousio social esperando melhor oportunidade para serem ocupadas.

Lembremos no entanto que o antigo “casal” de Monte Redondo, confirmado pelas doações do mosteiro alcobacense nos séculos XIV e XV e a quem se pagava “o sétimo de todas as frutas que produz a terra” (*“Memórias Paroquiais”*, de 1758) compreendia, a par de uma zona alagadiça coincidente com os paúis e os vales mais húmidos, uma área envolvente coberta de matas. Esta apreciação bastaria para justificar como a agricultura, assente na policultura intensiva de milho e feijão, foi durante séculos a base da subsistência da grande maioria dos seus habitantes.

Vivendo da exploração directa de leiras próprias, cedidas por arrendamento, ou trabalhando à jorna para outrém, foi na agricultura que se alicerçou o crescimento e a evolução dos lugares desta área, como aliás aconteceu em todo a bacia do rio Lis. Disso nos dá conta Gomes (1986; 32) que baseando-se em estudos de Iria Gonçalves relativos ao século XV comprova a grande fertilidade do solo em relação à cultura de cereais e à produção do vinho. Afirma este autor (idem; ibidem) que a produção dos campos de Leiria mostravam uma *“fertilidade singular ... dentro do espaço português”*, cabendo aos campos da Barosa e de Monte Redondo produções que *“podiam chegar às cinco, seis sementes ou até às nove”*.

Quanto ao vinho, embora com produções menores aos campos de Santarém e da Golegã, diz o autor (idem; ibidem) que *“os avaliadores hesitavam entre os trinta e um e os quarenta e quatro hectolitros por hectare”*.

Razão terá tido Gil Vicente (*“Pranto da Maria Parda”* — in: Cabral; 1993.III; 84) ao escrever:

*“E nos termos de Leirêa*

*“Dêem-lhe pão, vinho e candeia”*

Ao que parece o uso da terra assenta, desde tempos remotos nas técnicas divulgadas pelas civilizações mediterrânicas e possivelmente incrementadas por D. Dinis nos campos do Lis. Aqui, no dizer de Arala Pinto (1938.I; 63) — citando L. A. Rebelo da Silva (*“Memória sobre a população e a agricultura de Portugal”*): *“no fabrico dos campos seguiam-se em geral os métodos recomendados pela tradição dos agrónomos romanos e árabes, dando às terras as lavras e adubos necessários, e introduzindo a pouco e pouco os processos de rotação bienal”*. Daí que no “Foral Manuelino” concedido por D. Manuel, em 1510, a Leiria, se dê particular relevância aos impostos pagos na sua área onde se incluem muitas das actividades que dizem respeito aos campos de Ulmar e, por extensão, a lugares do termo de Monte Redondo.

Entre esses produtos destacamos: linho, sal, pescado, madeira, carvão, telha, tijolo, navios, vidro, cera, mel, azeite, sumagre, sebo, unto, queijos, pez, resina, alcatrão, frutas, hortaliça, palma, esparto, louça, mós, barro e pedra (cf: Arala Pinto; 1938.I, 209-210).

Citam-se igualmente outros produtos agrícolas cultivados localmente, a saber: arroz, azeite, cereais (aveia, centeio, cevada, milho), batatas, fava, feijão, frutas, grão, hortaliças, legumes, mel, tremoço, vinhos, árvores de fruto.

Complementar da actividade agrícola, a criação de gado, particularmente o gado bovino (nalguns casos o bovino leiteiro) e o gado suíno constituiu-se, durante séculos, como uma fonte de riqueza subsidiária. Os rendimentos obtidos com a sua criação serviam de alimento e de subsistência às famílias, pelo que podiam render nas feiras da região. De menor importância referimos a criação de gado caprino e ovino, geralmente comprado nas feiras e oriundo de outras regiões, bem como a criação de animais domésticos: coelhos e animais de capoeira, utilizados ainda hoje como alimento e fonte de rendimento familiar.

Estas actividades estão na origem do desenvolvimento de uma estrutura social onde surgiam como ocupações dominantes relacionadas com a agricultura e de maior prestígio social, os agricultores e os proprietários, donos de terras em que trabalhavam por vezes os membros do mesmo agregado familiar. No outro extremo encontramos os jornaleiros, os cavadores e os criados. E entre as actividades artesanais relacionadas com a agricultura, destacamos os ferreiros, os tanoeiros e os ferradores. O trabalho destes últimos na colocação das ferraduras nos cascos dos animais de carga, nos dias de feira e aos Domingos, ainda hoje perdura na memória dos habitantes mais idosos.

Paralelamente à actividade agrícola e dada a existência de uma vasta área florestal (sobretudo pinheiro, carvalhos e depois dos anos sessenta, acompanhando o desenvolvimento da indústria de celulose, o eucalipto), a silvicultura tem funcionado desde longa data como uma importante fonte de rendimento complementar da agricultura e das actividades de subsistência da população. Assim, trabalhando desde

a Primavera ao Outono no campo, alterando algumas lides no pinhal (ou reservando mais estas actividades noutros meses do ano), o pinhal foi sempre considerado como uma fonte complementar de rendimento das actividades agrícolas.

Da mata eram retiradas: a “manta morta” utilizada directamente para fertilizar as terras e a caruma utilizada nas camas dos animais, posteriormente utilizada para o mesmo efeito; o mato e a lenha, para uso doméstico; o pez e o carvão, para venda; a resina, utilizada geralmente na laboração da aguarrás, das colas e doutros produtos químicos, era uma fonte de rendimento que oferecia alguma segurança aos proprietários locais.

Durante muitas décadas a própria recolha e exploração das pinhas, que uma vez secas e retirado o penisco era vendido para as sementeiras e florestação, constituiu-se igualmente como uma fonte de algum rendimento para os pequenos proprietários desta região. Utilização diversa tinham ainda a carrasca, o carvão de madeira e os restos dos desbastes. Utilização bem mais rendosa era a madeira dos postes, dos toros e das varas, cuja utilização hoje em dia tem sido substituída por materiais de cimento.

Note-se que para além da utilização industrial que esteve na origem do desenvolvimento de diversas indústrias de serração em toda a área da “mata nacional” (também conhecida na sua parte norte por Mata do Urso) e nesta localidade de Monte Redondo, a madeira dali retirada contribuiu largamente para o movimento da construção naval da armada nacional que eventualmente se aproveitou de outras espécies, nomeadamente da madeira vinda do Brasil. Como regista Eusébio (1997; 168) o Pinhal do Urso, correspondente à parte norte do “Pinhal do Rei”, entre a margem direita do rio Lis e o rio Mondego, *“fez parte do Couto do Lourçal que pertencia ao mosteiro de Santa Cruz, passando para a Universidade de Coimbra, por doação de D. João III e para o Estado em 1837, ficando desde então considerada como mata nacional”*.

Pela sua diversidade, a exploração florestal deu origem a diversas profissões ligadas ao pinhal de que se recordam as de: madeireiro, serrador, carreiro, resineiro, serralheiro e os pezeiros.

Num interessante trabalho sobre *“Os pezeiros do Grou”*, F. Moreira (Moreira et al.; 1986; 11), realça a antiguidade e a importância da exploração do pez na área do “Pinhal do Rei” chamando a atenção para o facto de, já no século XVI, *“o pinhal de Leiria forneceria só por si quase a totalidade da produção nacional de alcatrão e pixe”*, produtos utilizados na calafetamento e breagem das embarcações e das talhas de madeira. Recentemente esta actividade sofreu drasticamente dos efeitos da revolução tecnológica que levou não só à supressão da madeira na construção das grandes embarcações, onde o pez era utilizado, mas também à utilização dos produtos sintéticos *“derivados dos hidrocarbonetos fósseis: gás, betumes e alcatrões minerais, fibras sintéticas...”* (idem; ibidem; 14).

Ainda segundo o mesmo autor (idem; ibidem; 17) a produção do pez na área de Monte Redondo esteve relacionada, no seu início, a iniciativas de empresários oriundos da Tocha, ou com ligações familiares a esta localidade, sendo que a laboração desta actividade foi determinada quer pela abundância de matéria prima e de água, que pela facilidade de escoamento do carvão para o mercado local e para outras áreas do país, nomeadamente para o sul. Daí que, como descrevem estes autores, *“as camionetas do Algarve, traziam conservas de peixe para o Norte e carregavam para o Sul pez em Monte Redondo”* (idem; ibidem; 20).

Note-se que a cobertura florestal primitiva, como escreve Arala Pinto (1935.;116) com base nas observações que fez da lenhite existente no pinhal, deveria ter sido formada por *“por uma única essência resinosa: o pinheiro manso”* (*Pinus Pinea*), bem como por lenhos *“de medronheiro e do aderno”*, arbustos espontâneos do pinhal e ainda visíveis em alguns locais. Como justificação para a divulgação da espécie actual, o *‘Pinus Pinaster’*, relata-nos o mesmo autor (idem; ibidem; 119-121):

*“Uma embarcação portuguesa, vinda do Golfo da Gasconha, teria metido como combustível as pinhas, as braças e o lenho dalguns pinheiros bravos autóctones’ dessa região. As pinhas ter-se-iam aberto com o calor e os mareantes, habituados a comer os pinhões do nosso pinheiro manso, teriam extranhado a semente muito mais pequena e com uma amêndoa insignificante para servir de alimento ao homem. Uma vez entrados no surgidouro das Paredes ou do Rio Lis contaram o sucedido à Rainha, mostrando-lhe as sementes e dizendo-lhe que os pinheiros em França vegetavam igualmente em terreno arenoso e se desenvolviam bem.*

*Foi então deliberado lançar a semente à terra, e a Rainha teria sido quem transportou “a arregaça de penisco” até qualquer clareira existente no pinhal. ... Passaram-se meses, a sementeira vingou mostrava-se linda e prometedor, e quando D. Denis voltou a aparecer em Monte Real foi-lhe a própria Rainha mostrar não só os trabalhos levados cabo no reguengo que lhe tinha dado, como igualmente a sementeira que no Pinhal tinha feito por suas mãos. D. Denis entusiasmado com o lindo desenvolvimento do nascedio, e desejoso de ter em abundância material lenhoso para a construção naval, diz aos mareantes que para a outra viagem lhe tragam mais semente daquela”.*

Este acontecimento levou à exploração de uma intensa vida silvícola tida não só como um factor preponderante da paisagem rural mas também da vida económica local. Em vão não foi, portanto, o esforço desenvolvido para esta florestação por D. Dinis; por D. Fernando, no arranque da actividade industrial e mais tarde por D. João I, quando autorizou a construção, em 1411, da primeira fábrica de papel na cidade de Leiria. Também em Leiria foi impresso o primeiro livro português, em oficinas hebraicas, por volta de 1465.

A importância da mancha de pinhal que cobre esta área litoral resulta quer da sua extensão, quer das diversas medidas que ao longo do tempo foram tomadas para

a sua conservação. Da intervenção dos diferentes monarcas em benefício desta exploração florestal transcrevemos, de Arala Pinto (1938.I; 174-175), o seguinte:

*“Se no tempo de D. Fernando se dão gratuitamente as madeiras do referido pinhal para a construção naval, se as Ordenações Manuelinas comunicam os fogos e o corte das árvores de fruto, se os Filipes promulgam o ‘Regimento Do Monteiro Mor do Reino de Portugal’ em que só se concedem madeiras mediante requerimentos dirigidos ao Monteiro-Mor da terra e se as ‘Ordenações E Leys do Reyno de Portugal’ (D. João IV e D. João V) ordenam a plantação e enxertia de árvores frutíferas e florestais e a sementeira de pinhais o Marquez de Pombal, promulga o ‘Regimento Para O Guarda Mor dos Pinhaes De Leiria’... é o germe fecundo do desenvolvimento das povoações limítrofes do Pinhal”, em especial da Marinha Grande.*

Entre outras atribulações, nomeadamente as grandes queimadas que atingiram esta mancha florestal em 1806 e 1814 e a desorganização social que atingiu o país durante as invasões francesas levaram a que a actividade económica em torno do “Pinhal do Rei” tenha decaído consideravelmente. E só em 1824, com a elaboração de novo regulamento, *“tendo em vista fomentar o seu desenvolvimento e aproveitamento”* (Serrão; 1989.V; 84), a sua exploração foi intensificada.

Tendo presente a importância local da exploração florestal em toda a mata nacional e nos terrenos limítrofes e a intensa actividade agrícola que temos vindo a considerar devemos ainda realçar a importância de outras actividades incluídas, tradicionalmente, no sector primário. É o caso das indústrias extractivas. Entre estas, contam-se, a exploração do sal-gema na Junqueira, do barro, das areias, do asfalto e a exploração das pedreiras (iniciada por volta dos anos vinte), de gabros e dioritos para a construção e especialmente para a exportação, bem como da existência de fornos de cal.

Como foi notado a propósito da história geológica local, o subsolo desta terra encerra um conjunto de riquezas minerais que deram origem a diversas indústrias ou mesmo a pequenas explorações mineiras mas cuja actividade caiu hoje em dia no esquecimento. Disso nos dá prova o inventário de minas registadas na freguesia de Monte Redondo (Cabral; 1933.III; 89-112), desde os finais do século passado, às décadas mais recentes. Ao que parece, porém, muitas das minas indicadas não foram sujeitas a qualquer exploração o que nos leva a entender que, dada a crença (ou a eventualidade) de existência de riquezas minerais na área e não existindo ainda um levantamento geológico aprofundado sobre a natureza dessas jazidas, alguns proprietários tenham registado provavelmente o que pretendiam que viesse a ser explorado (por ser mais rendoso, por ter maior procura, por que noutros locais era explorado...), do que o que efectivamente jazia no local do cadastro.

Pelo seu interesse transcrevemos, de Cabral (1933.III; 89-112), o inventário de minas existentes em Monte Redondo e nos lugares mais próximos desde o ano de 1855 — Quadro XVIII.

**Quadro XVIII:** Monte Redondo: inventário de minas

Data	Prod. Explorado	Localização	Proprietário
1885	ouro, prata e estanho	Cabeças	Joaquim da Silva e outros;
1904	petróleo <sup>(1)</sup>	Bragal	J.J. Enes Gonçalves & C. <sup>a</sup> ;
"	"	Aroeira	J.J. Enes Gonçalves & C. <sup>a</sup> ;
1906	petróleo	Barreiro(Sism.)	Alberto Brito e Borges de Castro e J.J. Enes Gonçalves & C. <sup>a</sup> ;
1906	petróleo	Brejo	J.J. Enes Gonçalves & C. <sup>a</sup> ;
1907	petróleo	Carvalheiras e Barreiro(Sism.)	Sociedade Portuguesa de Terrenos Petrolíferos
"	petróleo	Porto Longo	J.J. Enes Gonçalves & C. <sup>a</sup>
"	petróleo	Porto Longo	J.J. Enes Gonçalves & C. <sup>a</sup>
"	petróleo	Casas	Sociedade de Zonas de Petróleo em Portugal
1910	petróleo	Monte Redondo	John Taylor Gilchrist
"	petróleo	Cariças	Soc. Port. Terrenos Petrolíferos
1911	petróleo	Cab.º do Esteireiro e Porto Longo	Domingos Pinto Pimenta Rodrigues
1914	petróleo	Cariças	Soc. Port. Terrenos Petrolíferos
1915	petróleo	Cab.º do Esteireiro e Porto Longo	José Joaquim Enes Gonçalves
1917	betuminosos	Serrada da Sen. <sup>a</sup>	José Duarte Rolo Júnior
1919	petróleo	Cariças	Soc. Port. Terrenos Petrolíferos
"	petróleo	Cab.º do Esteireiro	"
1920	petróleo	Casas	Francisco Xavier Esteves
"	petróleo	Porto Longo	"
"	linhite	Ilhalvas	João Rodrigues Lobo
"	betumes	Aroeira	Soc. Minas da Borralha
1921	betumes	Monte Redondo	"
"	turfa (2 minas)	Junq. <sup>a</sup> do Povo	João Rodrigues Lobo
"	sal-gema	Junqueira	José Duarte Rolo Júnior
"	água cloretada	Junq. <sup>a</sup> do Povo	José Duarte Rolo Junior
"	turfa	Junqueira	"
1922	água cloretada	Porto Junco	António Farto
1923	hidrocarbonetos	Aroeira	Soc. Port. Terrenos Petrolíferos
1923	petróleo	Porto Longo	António Ferreira Antunes
"	petróleo	Sarreira	"
"	petróleo	Casas	"
"	petróleo	Cab.º do Esteireiro	"
"	hidrocarbonetos	Porto Junco	Manuel Pinto de Azevedo
"	hidrocarbonetos	Aroeira	"
"	hidrocarbonetos	Porto Longo	Manuela Martins Rocha
"	salgema	Monte Redondo	Ant. Alves Moreira Azevedo
"	salgema	Mar. <sup>a</sup> do Engenho	"
"	salgema (4 minas)	Monte Redondo	"
"	salgema	Sismaria	"
"	sais de potássio	Monte Redondo	"
"	turfa	Junqueira	José Duarte Rolo Júnior
1924	turfa	Sobral	"
"	petróleo (3 minas)	Porto Longo	Keneth Sinclair
1925	turfa	Sobral	Mariana Pedrosa Rolo



Data	Prod. Explorado	Localização	Proprietário
1926	sais de potássio	Monte Redondo	Ant. Alves Moreira Azevedo
1927	hidrocarbonetos	Sismarias	Alfredo Artur Carvalho
"	hidrocarbonetos	Aroeira	"
"	hidrocarbonetos	Porto Junco	"
1928	petróleo	Cerrada da Sen. <sup>a</sup>	Albano Eduardo Costa Lobo
"	petróleo	Sismaria	Júlia P. Quintanilha Mendonça
"	petróleo	Porto Junco	"
"	petróleo	Porto Longo	"
"	petróleo (2 minas)	Casas	Ant. Oliveira Manarte
1928	petróleo	Cab. <sup>a</sup> Esteireiro	José Carlos Amador Rebelo
"	petróleo	Porto Longo	"
1928	petróleo	Cariças	"
"	sais de potássio	Monte Redondo	Ant. Alves Mor. Azevedo
"	betuminosos	Sismaria	Manuel Marques Costa Pacheco
1932	sais de potássio (3 minas)	M. Redondo	Manuela Alves Moreira
"	sais de potássio	Porto Junco	"
"	ferro	Monte Redondo	João Borges Bajouco
1936	ferro (2 minas)	Monte Redondo	Soc. Paralelipipedos do Sul L. <sup>a</sup>
"	sais de potássio	Monte Redondo	Ant. Alves Mor. Azevedo
1937	sais de potássio (2 minas)	Monte Redondo	"
1938	ferro(3 minas)	Monte Redondo	Soc. Paralelipipedos do Sul L. <sup>a</sup>
1940	águas medicinais	Mantigas	"
1941	sais de potássio	Monte Redondo	Francisco Fernandes Camelo
"	estanho e cobre	Monte Redondo	Domingos Pereira
1942	ferro	Monte Redondo	Minas L. <sup>a</sup>
"	turfa	Sismaria	Jean Demonstier
1943	sais de potássio (3 minas)	Monte Redondo	Francisco Fernandes Camelo
1944	ferro	Montijos	Soc. Paralelipipedos do Sul L. <sup>a</sup>
"	água medicinais	Montijos	Ernesto Camilo Korrodi
1945	caulino (2 minas)	Laveg. <sup>as</sup> do Meio	José Cruel Amado
"	caulino	Pinheiro	Luis António Neves
"	caulino	Monte Redondo	"
1945	caulino	Loural	Manuel Joaquim da Silva
1963	petróleo	Grou de Baixo	Comp. Petróleos de Portugal
1963	petróleo	Paço	"
"	petróleo	Cavadas	"
"	petróleo	Porto Longo	"
"	petróleo	Paúl de Baixo	"
"	petróleo	Lezíria	"

(1) Tendo em conta a natureza geológica do terreno, deverá tratar-se de "Crude" ou "Asfalto betuminoso", como mais tarde veio a verificar-se com a exploração experimental deste produto nos furos efectuados para a exploração de petróleo.

Para além das indústrias extractivas outras actividades podem ser referenciadas como fazendo parte da base de crescimento económico e de bem estar da população desta área. É o caso das ocupações consideradas como artesanato relacionadas com os trabalhos de junco, no fabrico de capachos, de alcofas e de esteiras e do bunho, utilizado no fabrico dos esteirões.

Por sua vez os teares e as actividades de tecelagem, prolongam uma actividade antiga ligada à cultura do linho cuja existência ficou assinalada na relação de fábricas e oficinas — teares de tecidos de linho, existentes no concelho de Leiria, em 1841 (V: Arquivo do Governo Civil) com a existência de três teares localizados nesta freguesia. Por esta razão o artesanato local é rico em trabalhos de tecelagem realizados nos teares manuais e na produção de mantas coloridas, feitas especialmente em trapos, usadas na ornamentação das casas e no aconchego diário do leito. Esta actividade foi continuada pelos bordados, e pela costura.

Quase extintas mas testemunhando uma actividade muito rica nesta área atravessada por diversos cursos de água, encontramos actividades ligadas à moagem de cereais — moinhos de água e azenhas — cujos vestígios ainda se encontram ao longo dos rios que atravessam os lugares de Fonte Cova, do Paço e do Paúl. Aqui residiam os moleiros mais conhecidos desta zona que percorriam as terras vizinhas permutando, a troco de uma pequena “maquia”, o milho cultivado por quase todos os lares, pela farinha que era a base de sustento das famílias e dos animais domésticos.

Imagens mais antigas retratam-nos a existência de diversos moinhos (lagares) de azeite, movidos a água ou já a energia eléctrica, hoje desaparecidos.

## **6.2. A indústria e os factores de industrialização**

Como observou D. António da Costa Macedo (1855; 91-92), *“o districto de Leiria não é um districto fabril. As fábricas são, para assim dizer, um acessório n’elle, exceptuando a da Marinha Grande. Entretanto o districto nem por isso deixa de contar algumas officinas, que sustentam uma parte da população.”* Segundo o mesmo autor (idem; ibidem), tal facto poderia resultar *“da falta de comunicações e do atrazo da viação do districto.”* Esta constatação parece justificar a ausência de uma industrialização antiga, nomeadamente nesta parte norte do concelho de Leiria, sendo certo que só por volta dos anos trinta do século XX é que ela começa a registar um maior impulso apesar da construção, já concluída, dos principais eixos de circulação rodoviária. Por isso instalada também a rede ferroviária e ultrapassadas as dificuldades de utilização dos combustíveis líquidos, em detrimento dos combustíveis sólidos, tais como o carvão e o “carbureto” nos veículos de transporte, é que a indústria se anima.

A utilização posterior da energia eléctrica, como principal fonte motriz, durante a primeira metade desse século, contribuiu largamente para o arranque do processo de industrialização do país. Daí que o concelho de Leiria apresente entre as suas actividades mais antigas, as indústrias de cerâmica, serração de madeiras e produtos resinosos, a indústria de mobiliário, o fabrico de produtos alimentares, a indústria de moagem e o fabrico do vidro e dos moldes.

Contudo a industrialização de Monte Redondo foi beneficiária da construção dos caminhos de ferro que promoveram a indústria de paralelepípedos, criada localmente por volta dos anos vinte a partir das exploração das Pedreiras dos Montijos. Das empresas que se dedicaram a esta exploração (destinada quer para as linhas de CF, quer para a exportação) contamos, no seu início, com as firmas: “Pedreiras de Monte Redondo”, explorada por industriais locais e a “Sociedade de Paralelepípedos do Sul, Lt.ª”, propriedade de uma família de Leiria.

A exploração das jazidas naturais esteve ainda na origem das tentativas de exploração de petróleo, próximo da Sismaria e no Grou, facto que se registou desde os finais da década de quarenta (provavelmente a partir de 1947). Estas pesquisas foram intensificadas na década seguinte não tendo, no entanto, seguimento posterior.

Convirá no entanto recordar que, a confirmar-se a abundância e diversidade dos recursos naturais acima descritos, estaríamos perante um cenário propício ao desenvolvimento industrial. No entanto este fenómeno não se verificou devendo-se, tal como assinala Evangelista (1971; 242), às carências *“de ordem humana, ligadas a uma sociedade rural, donde apenas emergiram dois conjuntos urbanos aptos a criar o ambiente propício ao espírito de empreendimento gerador de novas formas de riqueza”*.

Note-se que a falta de operários especializados para trabalharem na indústria extractiva levou ao recrutamento de mão-de-obra estranha. Assim aconteceu em relação à exploração das “ofites” de Monte Redondo que, devido à sua dureza e à falta de canteiros nesta área foi necessário recorrer ao recrutamento de artistas conhecedores dessa arte o que veio a acontecer recorrendo a artífices oriundos do concelho de Penafiel (freguesia de Boelhe). Este facto, esteve na origem da fixação de diversos canteiros e das suas famílias que se radicaram nos Montijos.

Para além destas industrias extractivas encontramos diversos exemplos locais de uma actividade industrial relacionada com a extracção local de matérias primas. Foi o caso dos fornos de cal hidráulica que se justificam tendo em conta a disponibilidade das margas calcárias e o material lenhoso facilmente disponível em toda esta área, bem como a indústria cerâmica.

Nesta actividade podemos incluir a fabrica de tijolos da família Costa, que terá laborado no início deste século junto dos Barreiros de Monte Redondo e de onde saíram os tijolos para a construção da Igreja matriz. Já durante a primeira década do século XX, por volta de 1910, foi instalado um forno de cal próximo da estação. Uma vez desaparecida localmente esta indústria perdeu o seu espaço para outros lugares vizinhos nomeadamente para o Paço, onde por meados do nosso século se fabricava tijolo maciço ou tijolo de burro (propriedade do Sr. Manuel Duarte).

Contudo foi o fabrico de louças, tradicionais e artísticas, que mais se evidenciou pela sua tradição e modo de produção. Estão neste caso os artífices e oleiros da

Bajouca, que se distinguem pelo seu trabalho e mestria com que laboram o barro e lhe dão forma. Utilizando técnicas de cozadura ancestrais conseguem vidrados típicos, verde ou acastanhado sobre o fundo de barro e com ornamentações dignas de nota. Estas peças contrastam com as cores mais suaves da cerâmica tradicional, representada no fabrico de cântaros, de vasos, de potes e de outros objectos, ainda hoje vendidos nas feiras da região.

Outrora destinavam-se às feiras das regiões montanhosas do maciço calcáreo estremenho e a outros mercados mais distantes que se constituíam como principais mercados da indústria cerâmica da Bajouca.

Relacionada, ainda, com a extracção de matérias primas locais citamos a tentativa de implantação da indústria do vidro, cuja criação em Monte Redondo foi tentada no início do século XX, entre 1917 e 1920, pelo industrial José Soares da Silva que entre outras iniciativas fez instalar uma unidade de produção vidro e outra de pirolitos, por meados da década de dez do século XX, nos terrenos próximos de sua casa junto da Estação de CF. Anteriormente a esta iniciativa este industrial abalçou-se ainda na produção de gesso, actividade que não teve seguimento posterior.

Para além destas iniciativas este industrial, que pode ser considerado como o “pai” da industrialização de Monte Redondo, distinguiu-se ainda na produção de adubos e na criação de uma serração de madeiras, a “Empresa Fabril de Madeiras”, criada por volta de 1920 no local acima referido e mais tarde integrada na firma “Manuel Gomes de Carvalho”. De realçar que foi nestes terrenos, próximos da estação de CF., que vieram a instalar-se novas unidades fabris de serração de madeiras, dando origem a uma incipiente zona industrial, ainda hoje em laboração. Ao que conseguimos apurar a primeira serração de madeiras existente no local data do princípio do século XX sendo propriedade da “Companhia Nacional de Fósforos”.

Como exemplo de outras tentativas de industrialização realizadas por aquele industrial registamos o funcionamento de dois fornos de tijolo, um no Paço e outro no Paúl, para além de um lagar de azeite situado no lugar do Paço que foi construído por volta de 1910 e mais tarde transferido para Monte Redondo.

Estes exemplos de industrialização local foram acompanhados por outras iniciativas, nomeadamente a construção de loteamentos fabris, os “casinos”, ocupados por pequenas habitações destinadas aos empregados das fábricas de serração e localizadas junto dessas unidades. Estas construções sociais evidenciam a transferência para esta localidade do modelo seguido noutros centros industriais com a fixação dos operários junto das respectivas fábricas e as preocupações laborais dos empresários locais animados pelo espírito da revolução industrial.

Como demos a entender as indústrias acima referidas não tiveram grande desenvolvimento, nomeadamente a indústria vidreira, que não se chegou a implantar

localmente como sucedeu na povoação próxima de Vieira de Leiria. Aqui beneficiou da facilidade combustíveis sólidos fornecidos pela mata e da matéria prima, a areia fina, recolhida em determinados locais do “Pinhal do Rei”.

Pelos exemplos de indústrias que mais tarde vieram a surgir na freguesia, nomeadamente durante os anos vinte do século XX, verificamos que o parque industrial da freguesia de Monte Redondo anda associado à exploração florestal, processo que se pode articular com o movimento de industrialização registado no continente português. Recorde-se, que o fenómeno da revolução industrial desencadeado nos países da Europa Ocidental por finais do século XVIII ou já na centúria seguinte, embora chegando a Portugal com algum atraso, repercutiu-se nos modos de produção e de vida da população portuguesa. Disso nos dá conta o movimento global de industrialização do país desencadeado nos finais do século XIX e responsável pela implantação das principais unidades industriais na zona industrial de Lisboa, sediada especialmente na margem sul do rio Tejo.

Como se disse as indústrias mais importantes da área foram as serrações de madeira, que se instalaram localmente beneficiando da utilização dos produtos florestais e da facilidade de vias para escoamento dos produtos desta indústria. No entanto, a ausência de novos investimentos não permitiu que o pequeno parque industrial se diversificasse como sucedeu noutros lugares próximos mais bafejados quer por uma maior tradição industrial, quer pela aplicação de capitais em novas unidades.

A propósito deste assunto Arala Pinto (1938.I; 385 e segs.) fez um inventário das tentativas de industrialização que foram polarizadas pela indústria vidreira na Marinha Grande e de Vieira de Leiria, a que se juntaram outras iniciativas, tais como a indústria de resinas no Engenho e o corte e transformação de madeira. Dentro destas iniciativas destacam-se a instalação de engenhos de serrar madeiras movidos a vapor, a instalação de fábricas de potassa (alimentada por arbustos e plantas do pinhal) e ainda o fabrico de louças, de cerâmica e de cimento.

Note-se que uma das principais utilizações dos produtos lenhíferos desta área florestal acabou por ser o fornecimento de travessas para a instalação dos carris do C.F. e de postes para os telégrafos e telefones. Outro exemplo está na produção de carvão de lenha, através da carbonização da lenha, em fornos próprios, substituindo o carvão vegetal. Daí que a intensificação da utilização de madeira e a necessidade de aproveitamento de lenha, requerida pelo processo de industrialização do país, parece ter incrementado a arborização do litoral português. Esta tarefa foi iniciada na Costa de Lavos, em 1805, por José Bonifácio Andrade e Silva (cf.: Arala Pinto; 1938.I; 397) alastrando progressivamente a outras áreas limítrofes. Destaca este autor (idem; ibidem; 399 e 402) que posteriormente a esta data terão sido florestados cerca de “21.400 braças” entre o Furadouro (Ovar) e o extremo sul do Pinhal do Rei, em Água de Madeiros (S. Pedro de Muel), “*tarefa que foi interrompida, por falta de fundos, quando das invasões francesas.*”

Voltemos à indústria e ao fenómeno de industrialização.

As transformações originadas pela industrialização acelerada do país repercutiram-se na vida da população residente na área próxima do pinhal através da introdução das novas tecnologias e técnicas de fabrico. Assim (Arala Pinto; 1938.I; 357) *“a serração de madeiras toma tão grande vulto que em 1826 já se indaga da vantagem de se montar uma máquina de serrar...”*; sendo que, dos meados do século XIX em diante, *“deverá datar o início da emigração dos serradores desta região para Espanha, França, Cuba, América do Norte, Brasil e Argentina”* (idem; ibidem). A expansão desta indústria surge como justificação para o aparecimento de algumas indústrias, nomeadamente da indústria das limas na Vieira, dado o *“grande número de serras empregadas e a necessidade de andarem bem afiadas...”* (idem; ibidem).

Constituindo, assim, a exploração florestal uma das riquezas desta região litoral não admira que o seu comércio tenha favorecido o desenvolvimento de outras actividades conexas. Tal facto foi observado em toda a área de produção florestal ou mesmo em lugares mais distantes, junto dos portos de exportação. Note-se no entanto que estas exportações nem sempre se fizeram por um único local. E se os portos de Paredes e mesmo da foz do Lis (Vieira de Leiria) depois da sua regularização no século passado, tenham servido para esse efeito, o certo é que esta exploração foi igualmente feita através do esteiro de Lavos (Figueira da Foz) — (idem; ibidem; 248) tendo este porto beneficiado de estacaria diversa para as suas obras (idem; ibidem; 311). Contudo no decurso do século passado este movimento passou a realizar-se por Lisboa.

Acrescenta ainda o referido autor (Arala Pinto; 1938.I; 301-302) que *“o movimento no Porto de Lisboa, motivado pelos produtos florestais idos principalmente do pinhal de Leiria tinham tanta importância, que por meio de edital se regulamentou a estiva”*. Estas circunstâncias fizeram com que diversos habitantes destas áreas se tenham radicado nesta cidade, onde construíram “estâncias” de madeiras, junto do Cais de Xabregas e no Poço do Bispo, para onde eram exportadas as madeiras da região. Este movimento teve as suas incidências na economia local uma vez que, sendo muitas das encomendas feitas de madeira do “Pinhal do Rei” e não havendo disponibilidade material de as satisfazer, esta era substituída por madeira dos pinhais próximos desde que reunisse as mesmas características. Mais uma razão para incentivar a florestação das áreas envolventes e alimentar a laboração das serrações de madeira próximo dos locais de extracção, como aconteceu em Monte Redondo.

Como já foi notado, em Monte Redondo a fábrica mais antiga deve-se à iniciativa do Sr. José Soares da Silva e foi construída logo depois do termo da primeira grande guerra, junto da estação de CF. A esta unidade fabril sucedeu-se a construção de novas fábricas na sua periferia que evoluíram para sociedades de tipo comercial. Entre estas destacamos as firmas: “Manuel Gomes de Carvalho Lt.<sup>a</sup>” (empresa constituída em 1940, mas que deu seguimento à firma em nome individual, constituída em 1920) e a firma “Ramos, Leal, Crespo & C.<sup>a</sup> Lt.<sup>a</sup>”, igualmente constituída

por meados dos anos vinte e que por volta de 1950, devido ao processo de falência, foi adquirida por aquela primeira firma que na sua laboração chegou a contar, pelos finais dos anos sessenta, com mais de trezentos trabalhadores.

Ainda durante os anos vinte, por iniciativa do M.G.Carvalho foram criadas duas novas unidades: uma fábrica de descasque de arroz e a “Empresa de Serração de Monte Redondo”, posteriormente transferida para os terrenos da estação.

Em 1947 foi fundada a firma “A Mecânica de Madeiras de Monte Redondo” que se transformou mais tarde em “Alfaiate & Pedrosa” e hoje na “Somalei”. Já por meados de cinquenta, o movimento de industrialização prossegue com a constituição de uma nova unidade fabril: “Francisco António Júnior e Filhos, Lt.<sup>a</sup>”.

A “M.T.L.- Madeiras Tratadas, Lt.<sup>a</sup>” ocupa hoje os terrenos do primeira zona industrial anexos à estação ferroviária, da antiga firma “M. G. Carvalho, Lt.<sup>a</sup>”. Entre outras unidades fabris constituídas mais recentemente destacamos as firmas: “Manuel Pedrosa Ferreira & Filhos” e a “Serração de Madeiras Progresso, Lt.<sup>a</sup>”.

Desenvolvida especialmente a partir dos anos vinte a indústria de serração, movida inicialmente a vapor, constituiu-se como uma importante base de crescimento da sede da freguesia e de sustento da sua população. No entanto não deixou de sofrer ciclicamente de algumas contrariedades, entre as quais destacamos as que ocorreram depois de 15 de Fevereiro de 1941 quando um ciclone de grande violência devastou parte da área florestal e afectou grandemente as unidades de fabrico existentes.

Para além das calamidades naturais e dos incêndios, como o que no início dos anos trinta destruiu a primeira fábrica do Sr. Manuel Gomes de Carvalho, a crise que posteriormente afectou a exportação das madeiras, aparelhadas e em obra de carpintaria, bem como a introdução do plástico no fabrico de estores, causaram profundas alterações nas unidades fabris existentes. Para além destas a iniciativa particular foi igualmente afectada pela “Lei do Condicionamento Industrial” que regulava a instalação de novas unidades fabris e impediu mesmo a construção, por iniciativa daquele industrial, de uma nova fábrica de aglomerados de madeira (contraplacados). Estas circunstâncias conduziram a alterações significativas nos processos de produção nomeadamente devido à mecanização acelerada provocada pelas quebras de mão-de-obra, e à re-estruturação das unidades fabris bem como à criação e diversas industrias de carpintaria.

Note-se que à semelhança do que sucedeu noutros lugares também aqui o processo de industrialização foi responsável por profundas alterações do mundo tradicional. No dizer de Paul Claval (1987; 137) estas conduziram ao seu desaparecimento *“em consequência de toda uma série de transformações”* resultantes *“originariamente do progresso das actividades secundárias é a revolução industrial —*

*mas apenas têm efeito durável na medida em que a produtividade do trabalho aumenta igualmente no sector agrícola.* Daí que se possam encontrar nos modos de vida das populações locais traços idênticos aos que se registaram noutros lugares do concelho de Leiria, onde a indústria coexiste com a agricultura tradicional.

O estudo de Lourenço (1991; 11) referente a esta área de pequena agricultura familiar, permitiu-lhe descrever os traços seguintes: *“a pluriactividade, resultante da semiproletarização de pelo menos um dos membros do grupo doméstico”* garantiu *“a continuidade da participação da família na vida da aldeia, evitando, assim, uma separação que poderia conduzir a um desenraizamento, mais ou menos profundo, relativamente à comunidade”*. É o que em grande extensão encontramos em Monte Redondo, onde existem traços de actividades diversas relacionadas quer com essa industrialização quer com as actividades agrícolas dominantes.

Se quiséssemos, em suma, fazer a síntese dos factores que pesaram no arranque da industrialização local poderíamos destacar: a par da iniciativa privada e da disponibilidade de aplicação de capitais próprios, a existência de matérias primas (madeiras e materiais rochosos); o seu abastecimento rápido e a facilidade de escoamento destes produtos para os mercados. Pesou ainda a facilidade de fornecimento de energia eléctrica, o que aconteceu por volta dos anos quarenta, tendo até lá esta sido garantida, no caso das indústrias ligadas à exploração de madeiras, pelas caldeiras a vapor.

Recorde-se que antes da electrificação da sede de freguesia uma das fontes de energia (para iluminação e mesmo para os veículos a motor) utilizadas foi o gás acetileno obtido através do recurso a gasómetros, alimentados pelo carboneto de cálcio.

Dos outros condicionalismos responsáveis pela industrialização, salientamos a acessibilidade conferida a este lugar depois da construção da linha de Caminho de Ferro do Oeste e da instalação de uma estação na sede da freguesia de Monte Redondo. Importante será recordar que, de acordo com Cabral (1993.l; 171), a petição enviada pela Câmara de Leiria a Sua Magestade, *“pedindo que o traçado do caminho de ferro que se projecta fazer abranja esta cidade passando por Caldas da Rainha e Alcobaça”*, em 1857, depois de diversas diligências feitas pela edilidade, permitiu a construção da linha férrea de Leiria à Figueira da Foz.

A inauguração da estação de Leiria foi feita em 23/7/1887 e a linha férrea, neste percurso, foi aberta à exploração em 17/7/1888, melhoramentos que facilitaram não só a criação de um parque industrial, como a instalação de outras indústrias congéneres quer na freguesia do Coimbrão quer mesmo noutros lugares vizinhos, como no caso da Bajouca.

A melhoria das condições de acessibilidade foram igualmente registadas depois da construção da estrada de ligação entre Leiria à Figueira da Foz, no início dos anos



setenta do século XIX. Embora numa primeira fase construída em “mac-Adam”, a Estrada Real n.º 58 (actual estrada nacional n.º 109) foi posteriormente alcatroada e integrada no sistema rodoviário nacional. Este eixo de circulação desempenhou um importante papel no escoamento, por via terrestre, dos produtos da indústria local, facto que acabou por beneficiar da intensificação dos transportes rodoviários, que no termo da segunda guerra mundial começaram a concorrer com o C.F. no transporte das madeiras, aparelhadas, serradas, em caixilharia e em bruto, especialmente para o porto de Lisboa. Convirá destacar que somente em caso excepcionais e já depois das obras realizadas durante a década de sessenta e seguintes nos portos da Figueira da Foz e de Matosinhos, é que algum deste transporte foi para aí pontualmente desviado. Contudo o grosso desta mercadoria era exportada através do porto de Lisboa.

Por sua vez a construção da estrada do Coimbrão a Monte Redondo, foi decidida pela Câmara de Leiria no longínquo ano de 1881 (cf.: Cabral; 1993.l; 164), sendo mais uma consequência do “Fontismo” que por essa época se manifestou através da construção de diversas vias de comunicação: estradas e caminhos de ferro. Note-se que a melhoria das condições de circulação através desta freguesia facilitou a actividade industrial ligada à serração e à exportação de madeiras destes locais mais afastados do centro de exploração do “Pinhal do Rei”, constituídos pelas povoações de Vieira de Leiria e da Marinha Grande. Este comércio, foi facilitado com a chegada do CF a Monte Redondo, com a melhoria da circulação entre Figueira da Foz e Leiria e a sua ligação à Estrada Nacional n.º 1, nesta cidade.

A acessibilidade conferida por estas duas vias, a rodoviária e ferroviária, contribuiu com o seu tráfego de camionagem entre Leiria e a Figueira da Foz e a circulação de comboios na estação local, para um significativo movimento de passageiros e para a animação da vida económica de Monte Redondo. Para tanto, terão contribuído as ligações diárias entre esta localidade e sobretudo Leiria, asseguradas desde os finais dos anos quarenta por um combóio a vapor conhecido por “Flecha de Prata”.

Este meio locomotor permitia a deslocação de ida e volta a Lisboa, num só dia o que se constituiu, pela sua rapidez, como um importante factor de sucesso do sector dos transportes. Assim, para além dos passageiros percorriam a linha do Oeste diversas composições de mercadorias que carregavam localmente toros, serradura, casca e carrasca de pinheiro e madeira aparelhada, que eram despachadas por combóio para diversas estações do país. Conjuntamente com este movimento e durante a época balnear a estação de CF era ainda o terminal das carreiras regulares que ligavam, desde 1937, Monte Redondo e o Coimbrão, à Praia do Pedrógão.

Recordam-se, assim, os traços dominantes da circulação ferroviária responsável, como noutros locais do território, pela animação dos circuitos económicos locais e regionais e pela expansão do povoado. Razão temos para concluir transcrevendo os

versos de Guilherme Braga (*"Heras e violetas"*; 1869. in: Serrão; 1989.I; 450) onde se evoca a importância deste transporte:

*"E tudo vai seguindo o misterioso rumo  
À formidável luz de mil inovações  
Ao ruído dos combóios que, entre nuvens de fumo  
Conduzem o progresso através das nações".*

### **6.3. A caminho da terciarização**

Para além da agricultura e das actividades anteriormente descritas pertencentes ao sector primário e ao sector secundário, destacamos ainda o sector terciário, representado especialmente pelo comércio e pelos serviços, como um dos pilares económicos da população local. Note-se que a terciarização surge como um processo inevitável da própria industrialização e mesmo que esta não se tenha aprofundado, tem vindo a entrar decisivamente na vida da população.

Assente inicialmente no pequeno comércio misto, onde a mercearia se confundia com a retrosaria, a taberna e nalguns casos até com a casa de pasto, a actividade comercial evoluiu para formas mais adequadas onde ponteiavam os mini-mercados e os cafés. Herdeiro, nalguns casos, da pequena loja de comércio tradicional, representado em todos os lugares, o pequeno comércio existente era muitas vezes complementar da actividade realizada nas feiras que tinham lugar quer em Monte Redondo (dia 29), na Bajouca (dia 13) e na Guia (dia 10), ou mesmo do mercado semanal (em regra, ao Domingo, mas que em 1953 passou a realizar-se, igualmente, às 4.ªs feiras).

Este pequeno comércio, sobretudo o existente na sede da freguesia, complementava o movimento comercial realizado pela centenária "Feira dos 29" cuja criação foi feita pela Junta de Freguesia no terreno junto da igreja matriz. Esta solicitação foi apresentada em 20/4/1854 à Câmara Municipal de Leiria, em detrimento da "feira franca" da Vieira, criada no início da década (cf.: Cabral; 1993.I; 205).

Recorda o mesmo autor que a feira de gados foi criada em 1886 e a feira de gado mensal dos 13, na Bajouca, surgiu em 1905.

Pelo seu interesse publica-se a "Acta da reunião da Junta de Parochia" de 1 de Dezembro de 1886 (Moital; 1986; 58) onde se lê: pelo Presidente da mesma, "foi dito que costumando-se effectuar em todos os primeiros mezes do anno bastantes transacções de gados e que não obstante haver na sede d'esta freguezia uma feira mensal, que lhe parecia de grande conveniência publica, attendendo ao bom local que há para uma feira com boas comunicações que há não só por viação ordinaria que já se esta

*effectuando, mas também por caminho de ferro que em breve será aberto à circulação, proponha que se pedisse à camara a criação de uma feira annual que se pode verificar nos dias 16 e 17 de Janeiro de cada anno”.*

*De imediato, “a Junta deliberou aprovar a proposta do Senhor Presidente, concordou no mais em se requerer immediatamente à camara tão grande melhoramento afim de ver se já poderia ter logar a primeira feira no primeiro mez de Janeiro de 1887”.*

Pelo seu interesse, histórico e etnográfico, transcrevemos do semanário “O Mensageiro”, o texto assinado pelo seu Director, Pe. José Ferreira Lacerda, publicado naquele jornal em 27 de Fevereiro de 1954, que nos retrata essa ocorrência e nos dá conta da diversidade de produtos e das tradições de então.

*“Há um século, a completar em 29 de Julho de 1954, que se realiza em Monte Redondo, freguesia e concelho de Leiria, a ‘Feira dos 29’.*

*Nesse recuado tempo de cem anos, sem estradas, sem caminhos de ferro, as feiras representavam um papel importante na vida das populações rurais.*

*Às feiras acorriam os produtos não só da região ou cercanias, onde se realizavam, mas ainda produtos manufacturados em regiões distantes, como eram as catrapianhas, os surrubecos, as estamenhas, os chapéus, os barretes, as louças de cobre e outros produtos que não se fabricavam na nossa região.*

*Há um século a vida das nossas aldeias era muito diferente da actual. Quase se vivia unicamente dos produtos caseiros.*

*Em casa fiava-se o linho e com ele se teciam os panos para os lençóis, para as toalhas de rosto, da mesa e panos comuns a que todos limpavam os beiços engordurados pela sopa de hortaliça com feijão, adubada com a gordura dos suínos engordados em casa. Não havia macarrão, as diversas qualidades de massas, que hoje se consomem e fabricam. O arroz era criado em certas várzeas, pilado ou descascado nos moinhos, cujas pedras eram cobertas de cortiça ou até simplesmente tirada a casca pelo esfregar do bago entre cortiças. Mas esse próprio arroz só era utilizado nas doenças, como o açúcar.*

...

*Ora bem! Há cem anos, à primeira feira realizada em Monte Redondo deviam ter ocorrido esses panos fabricados nas casas, as mantas retalheiras, saídas dos teares, mantas que então cobriam os corpos e hoje servem de passadeiras, de tapetes nos corredores e ‘casas de fora’. O contrário em 1854. Essas mantas agasalhavam, cobriam os corpos, hoje são pisadas pelo calçado, tidas em menos apreço que as tábuas dum sobrado que uma escova e uma serapilheira lavam e limpam.*

*Nessa feira apareceriam as caldeiras de cobre e as panelas de barro da Bajouca, tão típicas, tão regionais. As panelas de alumínio, as louças esmaltadas só deviam aparecer meio século ou mais anos decorridos depois da primeira ‘Feira dos 29’.*

*Ali deviam ter aparecido os molhos de achas de cerne, as candeias de lata e de barro, os candeeiros de cobre e estanho, as trempes de rabo, os espetos para assar carne, as tenazes, as mantas mindericas, os alforjes, as arcas e cadeiras de pinho, as tripeças barreleiras, as maceiras, as esteiras de bunho e palha, as rocas, os fusos, os cestos de vime e as poceiras branquinhas com bandas entrelaçadas que pareciam bordados.*

*Ali se veriam bem alinhados ao lado das panelas, dos tachos, das rabeiras para fritar ovos com chouriça, alguidares, cântaros, asados de boca larga, com testo e pucarinho tão elegante que nem os de Suas Magestades os Reis de Portugal, por onde bebiam, eram iguais.*

*Ali, por se realizar no verão, apareceriam as melancias verdes na casca, mas vermelhas como o sangue estuante das raparigas que dos campos as conduziam em ceirões de verga, de bracejo e de junco sobre burros, o melão amarelo no exterior, verde no interior ou de casca rugosa, como se fosse de carvalho! As peras baguinhas e pardas das que as cantigas diziam que 'lá virá o mes d'Agosto em que me quererás comer', as ameixas, as maçãs azedas, tão saborosas, os camoeses, hoje substituído por castas mais bonitas na aparência mas nunca igualadas no sabor.*

...

*Ali, nessa primeira feira em 29 de Julho de 1854, feira que fora transferida da Vieira para Monte Redondo, deviam ter aparecido as vacas mais gordas, as vitelas mais nédias, os bois mais bem possantes, as poldras e éguas, as jumentas com suas crias, os suínos, os leitões, as aves de capoeira e os ovos.*

*Não havia estrada, pois a de Leiria à Figueira só foi construída 68 anos depois, não havia caminho de ferro, construído quase 69 anos depois da criação da feira, não havia camionetas, nem carros de passageiros, mas o recinto da feira, oferecido pelas famílias mais ricas de Monte Redondo, devia conter milhares de pessoas idas das freguesias de 4 e 5 léguas em redor.*

*As sardinhas assadas e fritas no recinto da feira, o pão manipulado sem os fermentos holandês ou francês, mas com o nosso, aquele que era retirado da própria massa depois de lêveda, pão manipulado e cozido pelas afamadas padeiras da Granja, do Coimbrão, da Mata Mourisca; as enguias — as enguias!... miúdas, quase torradas, estalando na boca, feitas em sartãs de barro, com azeite que os almocreves da Ranha e de Torres Novas vinham vender às freguesias do concelho de Leiria, transportado no dorso das mulas, em odres cabeludos; os pipos de vinho, que então se vendia às canadas e meias canadas, aos quartilhos — o litro, a chineta, o decilitro só vieram quando a Feira dos 29 já tinha cabelos brancos; a algazarra da multidão, os pregões dos vendedores de água fresca vendida e bebida por pucarinhos, tudo, tudo isto deve ter havido na primeira 'Feira dos 29', realizada naquele dia do mês de Julho de 1854" — Há um século!*

*Mais antiga que a Feira dos 29, só a de Monte Real, pois já no tempo do Senhor Rei D. Miguel existia.*

*Hoje a Feira de Monte Redondo actualizou-se. Come-se em barracas com mesas e estas com toalhas, copos e talheres. Os garfos naquela época eram os dedos das mãos. As enguias tostadas, amarelas torradas, fazendo um quase círculo, pegava-se-lhe com os dedos pelo rabo e comia-se a carne e a espinha!*

*Basta! E se a Junta e Freguesia e os Homens de Monte Redondo de hoje festejassem o centenário da 'Feira dos 29' que os homens de 1854 criaram? Sonho? Não! Estou acordado! O que não sei é se os Homens de Monte Redondo me ouvem".*

Recorde-se que durante décadas a "Feira dos 29" foi uma das mais reputadas do concelho atraindo feirantes de diversos pontos do país. Aí se ofereciam produtos de natureza diversa, desde os cereais, ao gado (especialmente do gado bovino), bem como todo um conjunto de produtos da região e de fora dela, com particular destaque para a cerâmica da Bajouca, o peixe, os vidros da Marinha Grande, a alfaiataria e as roupas diversas, o ouro, os produtos alimentares, especialmente bolos e folares de farinha de pão de trigo, e as quinquilharias. Tratava-se de uma feira tradicional que polarizava, durante o seu dia, a atenção das populações dos lugares mais próximos que aqui acorriam atraídos pelas oportunidades de comércio e de diversão.

Compreende-se assim que numa povoação com uma base rural e agrícola, embora com iniciativas de industrialização, os serviços tenham vindo a crescer albergando uma pequena parcela da população activa. Mesmo assim o comércio constitui-se hoje em dia como uma actividade com bastante significado na animação dos circuitos económicos locais, não obstante a concorrência que tem sofrido em virtude da instalação das grandes superfícies comerciais nos centros urbanos mais próximos. Tal facto tem vindo a manifestar-se no declínio do movimento comercial mais tradicional.

Dadas as características das empresas que se dedicam a este ramo, predominantemente de tipo familiar, apesar daquela concorrência vão-se mantendo as portas abertas e abrindo até novas unidades, destes estabelecimentos. Contudo, o comércio tradicional parece seriamente afectado no seu futuro depois da implantação das grandes superfícies comerciais nos centros urbanos mais próximos e o acréscimo da acessibilidade entre a população residente. Trata-se de um fenómeno que segue as transformações registadas em toda a área do concelho de Leiria devido ao incremento do fenómeno de urbanização e ao alargamento da cidade de Leiria e da sua "área urbana".

## Capítulo 7.

### **A “centralidade” de Monte Redondo e os factores de crescimento da “vila”**

*“As actividades humanas têm um suporte territorial. A distância trava a interacção. O espaço tem uma significação profunda para os indivíduos e para as sociedades.”*

Paul Claval — *Geografia do Homem*



## 7.1. Povoamento e acessibilidades

Como refere Vidal de la Blache (1954; 258), *“os estabelecimentos humanos não encontraram por toda a parte as mesmas solicitações de agrupamento. A difusão das águas, a diversidade das orientações, a fragmentação da terra arável, fornecem espontaneamente em diversos pontos a soma de condições necessárias para uma existência fixa. Agrupamentos elementares, tais como os que podem formar os membros de uma família pouco menos do que acompanhados por alguns vizinhos, bastam. Nenhuma condição impõe as diversas servidões que implica uma comunidade aldeã. O ‘habitat’ dispersa-se.”* Esta a tendência da distribuição da população na área de estudo em que se verifica uma grande proximidade entre os principais núcleos de povoamento e uma grande proliferação dos bens e serviços que servem estes lugares.

A análise precedente sugere-nos um outro tipo de apreciação feita a partir da identificação das unidades estatísticas sobre as quais deve incidir a análise dos serviços públicos e de apoio à população e das actividades económicas aqui sediadas, ou seja, das suas *“unidades funcionais”* (INE; 1973; 99). Tal facto obriga-nos a recordar, de J. Gaspar (1972), alguns conceitos e metodologia, que nos permitem avaliar a importância relativa dos principais núcleos de povoamento onde se situam aquelas *“unidades económicas”*.

Consideramos em primeiro lugar os *“bens centrais”*, entendidos como produtos ou serviços obtidos *“a partir de um ponto que ocupa uma posição central em relação ao mercado que serve”* (Gaspar; 1972; 50). Este lugar tanto pode ser a sede da freguesia como os demais lugares desta freguesia (e eventualmente nas freguesias vizinhas). Exemplo mais comum de um *“bem central”* é o comércio fixo mas podemos igualmente incluir neste exemplo o *“fornecimento fixo de bens centrais”* (idem; ibidem; 51) a partir de uma feira, facto que não altera a essência deste *“benefício”*, ou *“bem”*, adquirido num determinado lugar do espaço, ou *“ponto central”* que serve uma determinada *“área”*.

Com se referiu anteriormente um *“bem central”* pode ser exemplificado através de um serviço, como o serviço bancário que na actualidade se exerce em locais fixos mas que ainda recentemente se podia efectuar através de funcionários bancários que asseguravam os serviços elementares de depósitos e mesmo de alguns pagamentos.

Os exemplos acima referidos ajudam-nos a compreender a importância assumida pelos diversos lugares ou povoações que dispõem destes produtos e serviços, com carácter fixo e permanente, de apoio às populações. E quanto maior for o número e a diversificação destes *“bens”*, tanto maior será a capacidade de atracção do lugar do território onde estes se concentram.

Recorda-nos o mesmo autor (idem; ibidem; 52) que existe uma distância limite a que as populações se deslocam para obter um determinado bem central, ou seja, uma



*“distância para além da qual existem poucas probabilidades de que alguém se desloque para adquirir esse bem”.* Tal facto determina que os moradores numa determinada povoação se possam deslocar alguns metros, apenas, para se abastecerem na mercearia ou padarias próximas, enquanto que se deslocam vários km. para se deslocarem a lojas de comércio especializado e a grandes superfícies comerciais, a médicos especialistas ou mesmo para obterem determinados serviços de natureza pública, tais como: Notário, Conservatória de Registo Predial ou Civil, Finanças, etc.

Como notámos anteriormente a importância relativa de uma determinada povoação e lugar está assim relacionada com a natureza e a diversidade dos “benefícios” ou “bens” de que dispõe. E a sua maior ou menor relevância e capacidade de atracção, no espaço, leva-nos a concluir da “centralidade” de um lugar que podemos exemplificar com a própria sede da freguesia de Monte Redondo. Assim a “centralidade” deste lugar, entendida como a *“importância relativa de um lugar em relação à região que o envolve”* (Christaller. in: Gaspar; 1972; 53), deverá resultar não só do n.º das *“funções centrais do lugar na área que serve”*, mas também da acessibilidade do lugar de Monte Redondo em relação aos demais *“lugares centrais”* desta área (idem; ibidem; 52).

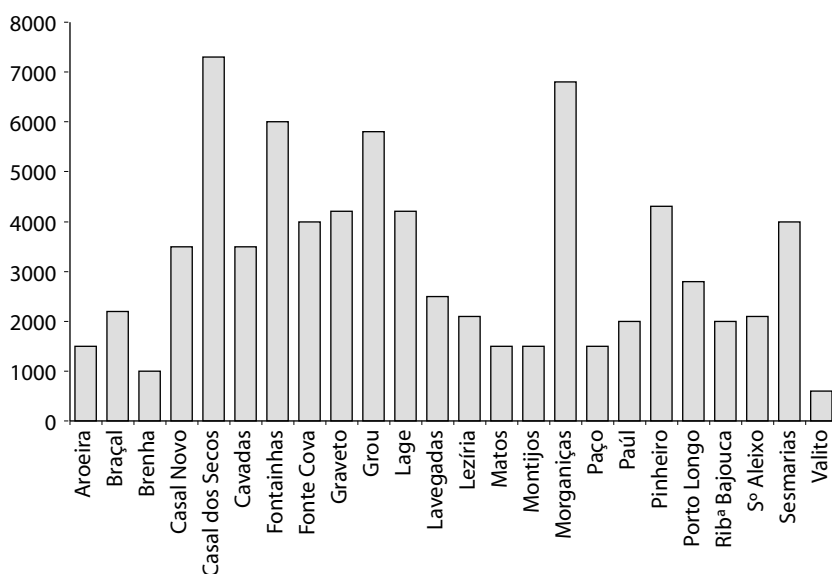
Por *“função central”* entende-se qualquer *“actividade realizada pelo indivíduo, ou pela unidade empresarial, que fornece bens centrais”* (idem; ibidem). Uma mercearia, uma farmácia, uma loja de ferragens, uma agência bancária são exemplos de *“funções centrais”* disponíveis no lugar de Monte Redondo.

E de acordo com o que temos vindo a descrever, a povoação de Monte Redondo apresenta-se como um *“lugar central”* (*“ponto do espaço geográfico onde se exercem funções centrais, isto é, um ponto central...relativamente à população que recebe os bens centrais”* — in: Gaspar; 1972; 52) com alguma relevância. Este facto resulta não só das *“funções centrais”* que estão aí localizadas, mas também da sua localização estratégica na confluência das principais vias de comunicação: Estrada Nacional n.º 109 e sua ramificação E.N.109-9 em direcção à Praia do Pedrógão, bem como com as estradas que daqui se dirigem em direcção à Bajouca e ao Casal Novo, a Fonte Cova e às Lavegadas. Tratam-se de vias de circulação que recobrem caminhos mais antigos, certamente conhecidos dos almocreves que percorriam os principais eixos de circulação: norte sul, entre Leiria e Figueira da Foz e este-oeste, entre as terras do interior e o pinhal litoral.

Estes os eixos estruturantes de um tipo de povoamento comum às *“aldeias da Estremadura”*, em cujo padrão se integra Monte Redondo e cujos traços fundamentais foram anteriormente descritos. Por estas razões a acessibilidade — traduzida na distância, na duração dos percursos e na facilidade de deslocação em relação entre os diversos centros (lugares) que fazem parte da rede de *“lugares centrais”* — é elevada, facilitando os contactos e a acessibilidade entre os seus habitantes.

É o que se pode observar através da Figura 20 que indica as distâncias aproximadas, por estrada, dos lugares principais da freguesia à respectiva sede.

Em relação às facilidades de circulação existentes notamos que dado o seu afastamento à sede de concelho (cerca de 20 Km.) e à facilidade de transportes, sobretudo rodoviários, Monte Redondo encontra-se dentro da área de influência directa de Leiria, com um tempo aproximado de duração do percurso rodoviário entre as duas localidades de cerca de 30 minutos (cf.: CEP; 1974; 63). Não se considera o exemplo do CF dadas as condições de circulação na linha do Oeste e ao facto da antiga estação local ter passado à categoria de apeadeiro, circunstância que reduz consideravelmente o n.º de paragens das composições ferroviárias.



**Figura 20:** Distâncias aproximadas dos lugares à sede da freguesia de Monte Redondo

Contudo a importância da estação de CF na vida da povoação foi relevante para o seu desenvolvimento e mesma para a expansão do povoado, condicionando a localização do seu primeiro 'parque industrial'. E como se disse, a construção da estação ferroviária foi determinante por ter facilitado o escoamento dos produtos florestais da região para o grande mercado de Lisboa e ainda devido ao importante movimento de passageiros que animou, até praticamente ao início dos anos sessenta (quando do incremento dos transportes rodoviários no eixo Leiria-Figueira da Foz), esta estação.

A título exemplificativo transcreve-se parte da acta da "Junta da Paróchia", reunida em 16 de Novembro de 1885, com a proposta do Presidente relativa à localização da mesma (Moital; 1986; 54-55):

*“...Que tendo a Companhia Real Portuguesa dos caminhos de Ferro, feito os estudos da linha de Torres à Figueira e Alfarellos e tendo projectado a construção de uma estação nas proximidades d’esta localidade o que era de grande importância não só para esta freguesia mas também para a freguesia do Coimbrão, mas que no sítio aonde estava projectado não satisfazia cabalmente aos interesses geraes d’estas freguezias, propounha que esta Junta de commum acordo com a da freguesia do Coimbrão representassem ao Governo de Sua Magestade, pedindo que a referida estação fosse construida entre os Kilometros 112,200 e 112,600 local este aonde há uma planície mais vasta e mais extença, que além disto aquelle local junto ao local aonde se costuma fazer um mercado mensal e aonde affluem os caminhos mais importantes d’esta freguesia, ficando assim também a uma distancia de 200 metros da estrada municipal em construção que deve ligar Coimbrão a esta freguesia, e aproximadamente a igual distancia da estrada real de Leiria à Figueira. Que estava certo que para os povos não só d’esta freguesia mas também do Coimbrão grandes vantagens com a estação no referido sítio...”*

Ao que a Junta, compreendendo que *“a proposta do Senhor Presidente era de incontestavel vantagem para os povos d’esta freguesia e da do Coimbrão, aprovou-a unanimemente rezolvendo mais officiar à Junta de Parochia do Coimbrão n’este sentido para adherir”*.

Realizada esta obra e garantido o tráfego ferroviário da linha do Oeste, Monte Redondo beneficiou, no auge da actividade industrial madeireira dos anos sessenta, das vantagens competitivas desta localização. Transformou-se num importante centro de carga e descarga de madeiras e ponto de encontro para os passageiros que procuravam a estação local quer para as suas deslocações à sede do concelho, quer para o veraneio na Praia do Pedrógão. No entanto o incremento progressivo do tráfego rodoviário e o esquecimento que vitimou o desenvolvimento da linha férrea do Oeste afastou cada vez mais os seus frequentadores tendo caído no esquecimento de um mero apeadeiro ferroviário.

## **7.2. Os bens e os serviços**

A apreciação das “funções centrais” (f.c.) existentes na sede da freguesia deve ser completado com o levantamento das “unidades funcionais” (u.f.) ou seja, “cada unidade de uma função central” (Gaspar; 1972; 52) disponíveis. Tomando como exemplo a “função central”, mercearia ou restaurante, devemos verificar o número de estabelecimentos de cada uma destas categorias que nos dão o total de “unidades funcionais” de cada uma das funções anteriormente referidas.

Nestas circunstâncias a apreciação das f.c. e u.f. existentes na povoação de Monte Redondo se comparadas com o das povoações vizinhas, realça a “nodalidade”

(entendida como a *“capacidade que um centro tem em oferecer às populações uma grande gama de relações económicas e sociais”* — cf.: CEP; 1974; 11) deste lugar. E a capacidade de atracção destes “bens” perante os moradores das povoações vizinhas permite definir o traçado de uma “área de influência” (ou área de atracção) cujos limites ultrapassam os limites naturais desta freguesia. Assim acontece não só com as “funções centrais” relacionadas com o ensino básico e secundário (colégio), a saúde (médicos, farmácia, análise clínicas), a actividade bancária (agência da CGD), segurança (GNR), os transportes (táxi), os Bombeiros, mas ainda com outros serviços de utilização menos frequente, tais como: restaurantes; drogeries e ferragens, seguros, papelarias, fotógrafo, etc.

No seu conjunto estes “bens” exercem uma determinada “função de atracção” sobre as populações vizinhas a partir do núcleo central onde se localizam, ou seja o lugar de Monte Redondo. Por este facto geram *“relações de dependência recíproca”* (CEP; 1974; 7) e de extensão variável tanto mais vasta quanto maior for a *“capacidade de oferta de bens e serviços do centro urbano principal”* (idem; ibidem).

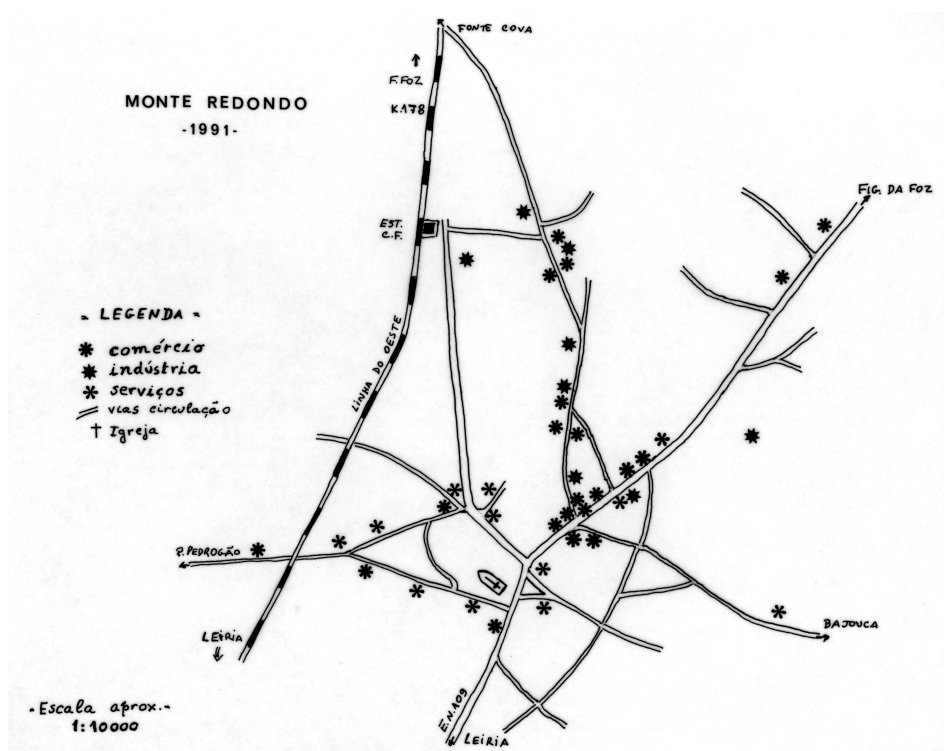
Esta reflexão poderia levar-nos a analisar a distribuição dos diferentes “bens centrais” disponíveis na sede e nos diversos lugares da freguesia de Monte Redondo, com o intuito de apreciar a relação hierárquica e funcional existente eles. Tal relação anda associada às distâncias, às facilidades de circulação ou acessibilidades desses lugares entre si bem como ao potencial demográfico dos referidos lugares, expresso pelo número total de habitantes aí residentes.

Dadas as características do povoamento e ao traçado dos eixos de circulação, a capacidade de atracção destes lugares não está naturalmente concentrada num único ponto do espaço geográfico, mas distribui-se ao longo dos principais eixos de circulação. No entanto a sua maior concentração dentro do ‘perímetro urbano’ do lugar de Monte Redondo, reforça a importância deste lugar como um *“centro nodal”*, isto é, *“como um lugar, onde sem deslocações além da inicialmente feita, as populações poderão encontrar um número elevado de oportunidades de escolha, de serviços, de mercadorias, de informações, de contactos, etc.”* (CEP; 1974; 11).

Esta situação poderá ser realçada através da análise da distribuição espacial desses bens e serviços que seguem o alargamento progressivo dos perímetros urbanos dos lugares mais importantes da freguesia com sacrifício das áreas rurais circundantes. É o que se pode observar através do levantamento directo dessas funções na sede da freguesia e da sua localização no espaço. Para tanto podemos recorrer a dois momentos diferentes: ao levantamento funcional por nós efectuado em 1967 (Figura 2) e ao cadastro das actividades económicas realizado no início dos anos noventa por João Moital (no âmbito das actividades de investigação levadas a cabo pelo “Museu do Casal de Monte Redondo” (Figura 21).

Embora seguindo critérios algo distintos, a apreciação das duas figuras, correndo a períodos diferenciados da vida e da evolução da povoação permite-nos constatar:

- o alargamento progressivo da superfície construída principalmente ao longo dos principais eixos de circulação interna e, sobretudo, na periferia deste lugar. Tal facto tem a ver com a posse da terra na sede do lugar e à persistência de estruturas fundiárias mais antigas que determinaram o seu usufruto e propriedade;
- o aumento progressivo do n.º de funções e de bens centrais, particularmente de serviços que se estão a fixar na sede da freguesia. Tal facto decorre não só do acréscimo dos seus habitantes (e do aumento do seu potencial demográfico), mas também do reforço da centralidade deste lugar, por via da melhoria das condições de circulação.



**Figura 21:** Levantamento das actividades económicas na sede da freguesia de Monte Redondo (1991)

O levantamento das actividades económicas elaborado por J. Moital na área do referido Museu permite-nos apreciar a discriminação destas actividades por sectores de actividade: sectores, primário, secundário e terciário, bem como a sua localização no espaço.

Quanto à primeira, verificamos que das 257 unidades de produção (agricultura, silvicultura, pecuária e indústrias), de comércio e de serviços inventariadas, cerca de 21 representavam o sector primário; 58 o sector secundário e 178 o sector terciário (Quadro XIX). Embora sem se atender à repartição da respectiva população activa estes valores comprovam a terciarização crescente da sociedade local como reflexo das mudanças sociais operadas em toda a sociedade portuguesa na actualidade.

**Quadro XIX:** Distribuição sectorial das actividades económicas (área do “Museu do Casal de Monte Redondo” — 1991)

Sectores		Mad.	C. Civil	Agric.	Turismo	Transp.	Outros	Total	
I	Silvicultura	6	—	(n)	—	—	—	(n)6	
	Agricult.	—	—	1	—	—	—	(n)1	
	Pecuária	—	—	14	—	—	—	14	(n)21
II	I. Extact.	6	2	—	—	—	—	8	
	I. Transf.	13	31	2	—	—	4	50	58
III	Comércio	2	6	2	—	7	*57	74	
	Serviços	—	14	—	15	22	53	104	178
	Total	27	53	(n)19	15	29	**114	—	257

(n) Levantamento incompleto

\* Incluem os ‘lugares’ da Feira dos 29

\*\* Outros: Comércio

Alimentação ..... 39

Roupas, Calçado ..... 7

Lar ..... 6

Diversos ..... 5

Serviços

Cost., Cabel., Sapat ..... 12

Saúde ..... 7

Educação ..... 8

Cult., Desport., Relig. .... 9

Contab., Seguros, Outros .... 5

Serv. Públicos ..... 5

Diversos ..... 7

(Fonte: J. Moital — “Museu do Casal de Monte Redondo”)

Quanto à distribuição geográfica destas actividades económicas, verifica-se que as mesmas privilegiam o núcleo urbano de Monte Redondo (82 unidades) e os eixos de circulação rodoviária que divergem da Estrada nacional n.º 109. Nesta distribuição referem-se as constelações de lugares:

- Brenha/Lezíria/Montijos: 54 unidades
- Paço/Sto Aleixo/Rib.Baj.ª/Braçal: 37 “
- Aroeira/Sismaria: 31 “
- Paul/F.Cova/Grou: 29 “
- Matos/Lavegadas/Pinheiro: 11 “
- C.Novo/Lage/Graveto: 13 “

Na ausência de dados obtidos por levantamento directo, relativo aos nossos dias, a análise funcional que temos vindo a referir pode ser completada utilizando outra

metodologia, recorrendo a Listas de anunciantes do tipo “Páginas Amarelas,” “Anuário Comercial” ou outras. Entre nós podemos dispor da “*Lista Telefónica*” (2001) que contém os telefones da rede de Monte Redondo, Bajouca e Coimbra, bem como anúncios de empresas sediadas nestes lugares. A sua análise permite comparar, embora por defeito, esses dados com o levantamento anterior e tirar algumas ilações relacionadas com a importância das “funções centrais” existentes no lugar de Monte Redondo e nos lugares próximos.

O Quadro XX sintetiza esta informação indicando a população residente em 2001, bem como as “funções centrais” de natureza pública e as relacionadas com as actividades económicas (produção de bens) e com os serviços (prestação de serviços, excluindo os de natureza pública), disponíveis nos “lugares centrais” (l.c.) considerados isoladamente e em constelações de l.c., abaixo discriminados.

**Quadro XX:** População residente e “funções centrais” representadas nos “lugares centrais”

l.c. (ou “constelação” de l.c.)	População (2001)	Funções centrais- f.c. (2001)		
		públicas	act. econ.	serviços
M. Redondo	358	13	23	75
Brenha/Montijos/Lezíria	479	—	9	15
Paço (S. Aleixo/Rib.Baj.)	656	—	10	13
Areira/Porto Longo	290	—	7	7
Paúl/F.Cova/Grou	681	4	22	3
Lavegadas/Matos	435	1	6	2
Casal Novo/Lage	271	2	7	7
Sismaria	637	3	4	4

Fonte:

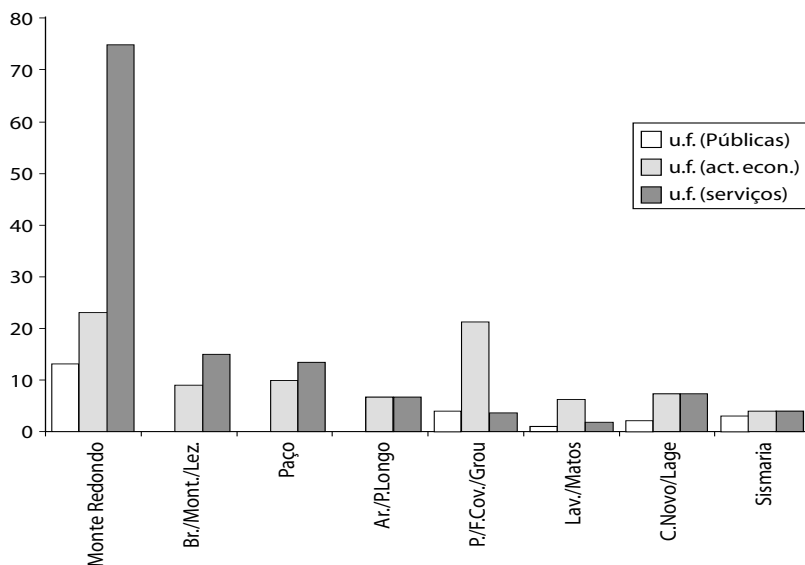
“Lista telefónica de Monte Redondo, Bajouca e Coimbra-2001” (comp. por Manuel P. G. Ferreira)

Os dados referentes a 2001, embora constantemente alterados, permitem-nos apreciar, para cada um dos l.c. (ou constelações de l.c.), o n.º de “unidades funcionais” (u.f.) arroladas. É o que se pode apreciar através da Figura 22.

Interessante será comparar estes elementos com outros dados bem mais antigos relativos às “funções centrais” existentes em cada um dos diferentes lugares da freguesia de Monte Redondo, resultantes do levantamento levado a cabo pelo Rev. Pe. David Pedrosa Gaspar, em 1950. Como se pode verificar nesta data (Quadro XXI), para além das escolas, das tabernas e de um ou outro posto público de telefone (não considerado neste levantamento), não existiam outras “funções centrais” dignas de realce localizadas em lugares da freguesia. Facto que comprova o nível de desenvolvimento sócio-económico que identificava esta terra bem como muitas das povoações mais próximas situadas na mesma região.

A apreciação desta realidade permite apreciar o conjunto de transformações demográficas, sociais e económicas registadas no decurso das últimas décadas em

toda esta área e que contribuíram para o desenvolvimento desta comunidade. E na linha do que observa S. Lopes (1987; 23), devemos encontrar no espaço geográfico os sinais evidentes dessa mudança uma vez que *“o espaço tem uma definição geográfica, tem uma definição histórica, tem uma definição económica, tem uma definição social”*. Nesta perspectiva e de acordo com o que escreve o mesmo autor (idem; ibidem; 19), a organização espacial expressa um determinado desenvolvimento económico e social, sendo que este *“pressupõe justiça, harmonia, equilíbrio, numa dupla perspectiva: espacial e temporal”*.



Fonte:

“Lista telefónica de Monte Redondo, Bajouca e Coimbra-2001” (comp. por Manuel P. G. Ferreira)

**Figura 22:** Levantamento das “unidades funcionais” existentes nos “lugares centrais” (e constelações de l.c.) — 2001

Sendo certo que, *“a forma como se distribuem no espaço os homens e as actividades não provém do acaso e a afirmação de que os processos sociais que estruturam o espaço urbano exprimem os determinismos de cada tipo e de cada período de organização social...”* (idem; ibidem; 24), notamos localmente a existência de um conjunto de infra-estruturas, sobretudo de natureza física, económica e cultural que contrastam com a realidade de há duas ou três décadas atrás, quando a base da economia local assentava quer nas actividades agrícolas de subsistência, quer na industrialização primária. Essa imagem constituía o traço dominante da sociedade portuguesa que nos últimos anos registou uma queda das actividades produtivas de cariz agrícola e um aumento do comércio e dos serviços.



**Quadro XXI:** Lugares da freguesia de Monte Redondo: fogos e “funções centrais” (1950)

	Fogos	Tabernas	Escolas	Aulas diurnas	C/ adultos
1. Água Formosa	25	2	—	—	—
2. Andrezes	17	1	—	—	—
3. Aroeira	43	2	—	—	—
4. Bajouca de Baixo	25	—	—	—	—
5. Bajouca de Cima	20	1	—	—	—
6. Bouça de Cá	31	1	—	—	—
7. Bouça de Lá	28	—	—	—	—
8. Braçal	12	—	—	—	—
9. Brenha	11	2	—	—	—
10. Cabeço	6	—	—	—	—
11. Capela	21	2	2	4	—
12. Carvalheiras	22	—	—	—	—
13. Casal Novo	36	2	1	2	1
14. Casal dos Claros	1	—	—	—	—
15. Casas	45	1	—	—	—
16. Cavadas da Bouça	23	—	—	—	—
17. Cavadas de Fonte Cova	13	—	—	—	—
18. Fernandes	1	—	—	—	—
19. Fontáíñas	12	—	—	—	—
20. Fonte Cova	49	2	1	2	—
21. Gaspara	25	—	—	—	—
22. Graveto	12	—	—	—	—
23. Grou	50	1	—	—	—
24. Lage	17	—	—	—	—
25. Lagoeiros	2	—	—	—	—
26. Lameiras	24	—	—	—	—
27. Lavegadas	58	1	1	1	—
28. Lezíria	33	—	—	—	—
29. Loural	26	1	—	—	1
30. Marinha do Engenho	20	1	—	—	—
31. Matas	4	—	—	—	—
32. Matos	32	—	—	—	—
33. Moital	25	1	—	—	—
34. Monte Redondo	98	10	3	5	3
35. Oiteiro	8	—	—	—	—
36. Montijos	36	2	—	—	—
37. Paço	96	3	—	—	—
38. Paúl	10	—	—	—	—
39. Pinheiro	15	—	—	—	—
40. Porto Junco	19	—	—	—	—
41. Porto Longo	28	—	—	—	—
42. Prazo	13	—	—	—	—
43. Ribeira da Bajouca	20	—	—	—	—
44. Santo Aleixo	12	—	—	—	—
45. Sismaria	81	3	1	2	1
46. Termos	21	—	—	—	—
47. Vale	64	1	—	—	—
<b>Total</b>	<b>1290</b>	<b>40</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>6</b>

Fonte: levantamento directo (Pe. David Gaspar)

Em simultâneo verificamos que a sociedade local sofreu dos efeitos da industrialização — urbanização, responsáveis pela criação de novas actividades e serviços relacionados com o sector terciário. Daí resultou a melhoria das infra-estruturas de natureza física que facilitaram as condições de acessibilidade das povoações rurais aos centros urbanos, facto que acelerou o processo de transformação, social e cultural, a que anteriormente aludimos.

Acompanhando a mudança social operada localmente temos a realização de um conjunto de manifestações lúdicas, relacionadas com a música, o teatro, o desporto, o folclore e outras iniciativas de carácter cultural coordenadas quer pela Paróquia e pela Casa do Povo, quer ainda pelas associações, de natureza cultural, desportivo e recreativo, sediadas na sede da freguesia.

Embora algumas estejam já extintas e sem pretendermos ser exaustivos recordamos, mesmo assim, a centenária “Filarmónica de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade (e a sua Escola de Música), a “Tuna de Monte Redondo”, os “Galitos”, o “Agrupamento Artístico Académico”, o “Motor Clube”, o “Museu do Casal de Monte Redondo”, o grupo “Ousar” e o grupo de jovens que constituem o “Agrupamento de Escuteiros”.

A nível da freguesia contamos ainda com outras associações, tais como: “Grupo Cultural e Recreativo ‘Os Magníficos’” (Matos); “Associação Recreativa e Cultural da Sismaria” e “Grupo Unidos do Casal Novo” que através de realizações de índole variada vão contribuindo para o fortalecimento dos laços de solidariedade que unem as respectivas comunidades.

Não sendo objectivo deste trabalho analisar a actividade associativa nem a natureza das manifestações levadas a cabo por estas instituições quedamo-nos, finalmente, sobre os aspectos relacionados com a vida escolar da população. Globalmente podemos constatar que o processo de democratização do ensino encetado em Portugal pelos finais dos anos sessenta levou ao alargamento da rede escolar e à construção de novos estabelecimentos de ensino. Tal facto contribuiu para o aumento da escolarização da população, sobretudo da população jovem, fenómeno que pode ser considerado como factor de desenvolvimento local, em consequência da valorização dos seus recursos humanos.

O conjunto destas acções são da responsabilidade do ensino público, com larga tradição nesta terra. Assim, localmente, é conhecida a actividade do primeiros “Mestres” de escola cujas referências nos chegam desde 1862. E no ano de 1882 já existia na sede da freguesia uma escola para alunos do sexo masculino. A construção da “Escola Velha” na sede da povoação data de 1928, em terreno cedido por D. Mariana Costa e seu marido, Fernando Rego. Posteriormente foram construídas novas salas de aula acompanhando o aumento da procura da população escolar.

Note-se que o parque escolar desta freguesia contava em 1882 já com uma escola para o sexo masculino sediada na sede da freguesia (cf.: Cabral; 1993.I; 276). Na

actualidade é constituído por mais 5 Escolas localizadas na Sismaria (construída em 1963), no Casal Novo (1967), nas Lavegadas (1956), em Fonte Cova (1958) e no Grou (1961). Anteriormente à construção dos edifícios escolares em todas estas localidades funcionaram “Postos Escolares”, sob a responsabilidade de “Regentes Escolares”, cujo início de actividade terá ocorrido na Sismaria, em 1938; no Casal Novo, em 1941; nas Lavegadas, em 1951; em Fonte Cova, em 1953 e no Grou, em 1951.

A situação actual configura-se, assim, com a existência de uma rede escolar diversificada que cobre toda a freguesia e que tem como polo principal a sua sede. A carta escolar local regista não só a localização de dois jardins de infância e de cinco escolas públicas nestes lugares, mas ainda a existência de um estabelecimento de ensino básico e secundário, o Colégio Dr. Luís Pereira da Costa — estabelecimento privado que iniciou a sua actividade no ano lectivo de 1993/94 — sediado na sede da freguesia.

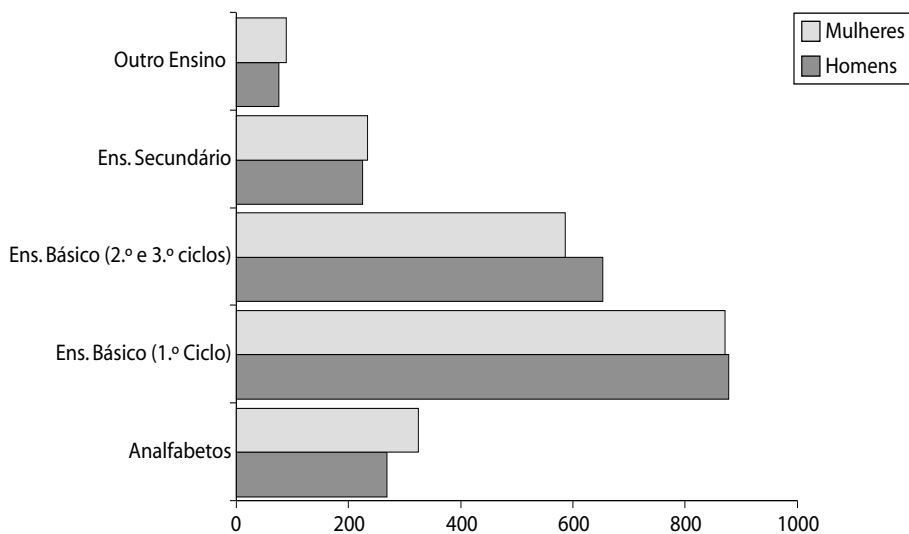
Para além deste estabelecimento de ensino as povoações limítrofes da Guia e da Carreira possuem, igualmente, estabelecimentos congéneres de natureza oficial que servem a população estudantil desta área.

São, em suma, estes os principais equipamentos ao nível da escolaridade básica e secundária que garantem a escolarização das novas gerações e fomentam a formação mais aprofundada dos recursos humanos e do “capital humano”, tido como indispensável para o seu desenvolvimento económico e social, cultural e científico, de que poderá beneficiar não só esta povoação mas também a sua área circundante.

Em relação aos demais níveis de ensino a proximidade do centro de ensino superior de Leiria com as suas instalações de ensino politécnico e de cariz universitário, bem como as acessibilidades em relação a outros centros urbanos e de ensino superior localizados na zona centro do país, parecem constituir-se como bastante favoráveis ao processo de desenvolvimento regional, de que o desenvolvimento local é um dos seus primeiros expoentes e beneficiários.

Apesar da rede destes estabelecimentos de ensino os dados relativos aos recenseamentos de 2001 mostram que a escolarização pós-obrigatória na freguesia é ainda reduzida, uma vez que a maioria da população residente tem como habilitações escolares, o ensino básico (Figura 23).

Recorde-se que anteriormente a 1975 desempenhou nesta freguesia papel de relevo na educação de raparigas, dos 7 aos 17 anos, a “Casa de Educação e Trabalho”, do “Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa”, criado pelo Doutor Luís Pereira da Costa em homenagem a sua mãe. Este estabelecimento foi dirigido pelas religiosas da congregação de S. José de Cluny. Hoje em dia a sede desta instituição deu lugar à “Casa da Criança” e faz parte da Fundação Bissaia Barreto com sede em Coimbra.



**Figura 23:** Monte Redondo: população residente, segundo o nível de instrução e sexo (2001)

Estes os aspectos mais relevantes que hoje em dia contribuem para o crescimento e animação de um conjunto de lugares situados próximos ou na periferia do antigo “casal” de Monte Redondo e que conferem à sua sede um certo dinamismo e centralidade. Daí que, tendo em atenção as características demográficas, económicas, culturais e administrativas desempenhadas por esta povoação, o seu passado histórico, o desempenho funcional e o contributo na organização do espaço circundante este centro ocupa uma posição de charneira em relação aos territórios vizinhos.

Por todas estas razões considerarmos que a “Vila” de Monte Redondo, com todos os seus equipamentos e funções, tem uma palavra a dizer no processo de “competitividade regional” e na melhoria das condições de vida da sua população, circunstâncias fundamentais para o crescimento desta terra e para a valorização dos seus habitantes e dos seus recursos.



## **Nota final**

*“São os homens que fazem a história das sociedades”*

Guy Rocher — *Sociologia geral*



As notas que anteriormente elaborámos, referentes ao “casal” de Monte Redondo e ao seu termo, ajudam-nos a compreender a história e a importância desta povoação na constelação de lugares que se situam na sua periferia. Com efeito embora com outras características na actualidade, a vida de relação desta freguesia é ainda hoje dominada, nos seus aspectos comerciais, administrativos, de serviços e religiosos pela centralidade da sua sede que se constitui como o “nó” de relações de um território mais vasto que ultrapassa os limites da própria freguesia.

Globalmente este território apresenta os traços de uma ocupação humana remota, marcada pela luta constante entre o homem e a natureza. Em causa esteve em toda esta área não a conquista de novos terrenos ao mar mas sim o seu enxugo e drenagem, conseguida depois da florestação e da fixação das dunas, bem como o arroteamento e a fertilização das areias siliciosas e estéreis carregadas pelas correntes e pelos ventos marinhos.

Como primeiros agentes desta transformação contam-se os colonos mais antigos, vindos eventualmente por mar e já por terra, que tiveram o ensejo de desbravar este solo pouco fértil, construído sobre as areias, muitas elas de duna, que cobrem a maior parte do litoral português. E contrariamente ao que se verificou noutras terras próximas do oceano, esta fertilização foi conseguida a partir da utilização de materiais orgânicos provenientes da própria cobertura vegetal, misturados com os detritos fornecidos pelos animais domésticos.

São traços dominantes desta paisagem a cobertura vegetal, dominada fundamentalmente pelo pinheiro marítimo — outrora pelo pinheiro manso — em associação com outras espécies sub-arbustivas que encontraram nestes terrenos siliciosos as melhores condições para a fixação e desenvolvimento.

Cortada por diversas linhas de água, que se orientam sobretudo para o “meio dia”, esta cobertura vegetal tem sido há muito explorada quer directamente para a construção civil, quer para a indústria e para exploração da resina, sendo o mato aproveitado, fundamentalmente, para o fabrico de estrume e fertilização dos solos. Antes da divulgação do gás natural e da electricidade, os subprodutos da floresta foram largamente utilizados na vida doméstica, sendo aproveitados como fontes de combustível.

Foi esta cobertura vegetal que se assumiu, durante séculos, como uma das principais fontes de riqueza e suporte da fixação dos novos habitantes, estando na origem do aparecimento de indústrias, sobretudo de madeiras, responsáveis pelo crescimento económico desta sub-região litoral.

Para além da exploração florestal mencionámos como actividades dominantes a criação de gado e a agricultura intensiva de regadio, que juntamente com algumas áreas de cultura de sequeiro, permitem desenhar manchas agrícolas de certa



extensão. Embora rareando em extensão os cereais dominantes, especialmente o milho (outrora o arroz), associam-se em parcelas marcadas por uma policultura intensiva, a outras culturas de natureza atlântica, de que se destacavam o feijão e a abóbora. Por sua vez a existência de alguns primores e de certas espécies de frutos, nomeadamente a vinha, as oliveiras e os citrinos, dão-lhes uma feição mediterrânica, que se acentua nas terras mais para sul.

Ocupando parte desta área litoral que vai das Gândaras do Lis à Charneca do Linho encontram-se as terras do “casal” de Monte Redondo cujas raízes históricas emergem, como unidade administrativa autónoma da freguesia vizinha do Souto da Carpalhosa, aos finais do século XVI. Este acontecimento é indissociável do processo encetado por D. João III que, nos finais do segundo quartel do século XVI, “*obteve do papa a criação de uma sede episcopal em Leiria e elevou-a à categoria de cidade*” (F. Martins; 1949; 88).

No começo do século seguinte e em consequência da criação do Bispado novo de Leiria e das novas paróquias, este território foi aproveitado para a constituição da freguesia do Coimbrão, facto que se repetiu durante a segunda metade do nosso século quando a freguesia de Monte Redondo de novo se desmembrou para dar lugar à criação da freguesia da Bajouca.

Constituem espinhas dorsais da sua acessibilidade e desenvolvimento a linha de Caminho de Ferro do Oeste e a Estrada Nacional n.º 109, com a sua rede de vias conexas. Estas condições mostram como a vida de relação e a história locais são indissociáveis do processo de desenvolvimento de toda a área circundante, dominada pelas actividades de natureza agrícola e florestal, pelas actividades industriais e pela relação próxima com outros centros, nomeadamente a cidade de Leiria.

Note-se que globalmente toda a grande área centro-litoral ocupada pelo concelho de Leiria e concelhos limítrofes enquadra-se na mesma área geográfica homogénea referindo por isso, não só a mesma identidade de aspectos, de natureza física e humana mas também aspectos similares no que concerne às perspectivas e à dinâmica do seu crescimento. Daí o entendermos, no âmbito das políticas sociais e sectoriais de desenvolvimento do território, os esforços desencadeados pelo poder central e, sobretudo, pelas autarquias de forma a garantirem os mesmos níveis de desenvolvimento e de bem estar sócio-económico e cultural às populações desta área, com reflexos evidentes sobre a qualidade e o nível vida da população aqui residente.

Foi anteriormente realçado o esforço destas gentes na luta adversa contra a natureza mas faltou assinalar as questões de natureza social relacionadas quer com a evolução da sociedade rural tradicional e a perpetuação do seu “*equilíbrio estrutural*” (Mendras; 1977.I; 440), quer com a posse e a transmissão da terra, quer ainda com a convivência entre os diferentes grupos sociais — dominados e dominadores — que

aqui residiram e se estabeleceram. Faltou, no entanto, uma referência às “élites” locais entendidas, como assinala Rocher (1981.V; 19), como *“as pessoas e os grupos que, graças ao poder que detêm ou à influência que exercem, contribuem para a acção histórica duma colectividade, seja pelas decisões tomadas, seja pelas ideias, sentimentos ou emoções que exprimem ou simbolizam”*. cremos que localmente se fizeram sentir a par da acção das *“elites tradicionais”*, cuja influência *“decorre de ideias, de crenças ou de estruturas sociais cujas raízes remontam a um passado longínquo”* (cf.: Rocher; 1981.V; 21), as *“elites de propriedade”*, investidas *“de autoridade ou poder em consequência dos bens que possuem, dos capitais que detêm”* (idem; ibidem; 23).

Dadas as características da sociedade local não nos parece ter havido representação de outros tipos de “élites” embora se tenha verificado a acção de indivíduos, ou mesmo de grupos sociais mais reduzidos, que exerceram autoridade e influência sobre os demais. Um estudo detalhado sobre esta realidade poderia demonstrá-lo. É nosso entender que a acção e a influência destas pessoas ou grupos sociais foi determinante em diversos momentos do percurso da evolução histórica da sociedade local associando-se à *“pluralidade de factores”* (cf.: Rocher; 1981.IV; 115) que actuaram simultaneamente e em interacção recíproca, alterando as condições locais de desenvolvimento sócio-económico.

Como se verificou através dos exemplos mencionados no texto, também os recursos demográficos pesaram favoravelmente determinando o sentido da evolução material, económica e social, da população. É que, como assinala Rocher (idem; ibidem; 123), o *“crescimento demográfico”* foi um *“factor favorável ao desenvolvimento económico e social”* porque se conjugou com a acção de outros factores, nomeadamente do *“factor económico”*, marcado pela *“presença de certos recursos potenciais; e, por outro, com um factor cultural: a capacidade de desenvolver as técnicas necessárias”*.

A conjugação e as sinergias destes factores permitiram, em nosso entender, o equilíbrio e a mudança que garantiram a interacção e as relações de dependência mútua necessárias à evolução e ao desenvolvimento deste “sistema social”.

Estes os aspectos fundamentais que nos preocuparam neste estudo. Outros não foram desenvolvidos ou ficaram mesmo sem resposta. Mesmo assim, desejamos que muitas das questões não respondidas possam ser aprofundadas por outros autores e que as respostas por nós encontradas venham a servir de consulta a todos os que se preocupam com o passado, o presente e o futuro desta terra e comunidade e, acima de tudo, com o seu bem-estar e desenvolvimento humano e cultural, integral e sustentado.

É este o contributo que, com muito agrado, deixamos às gerações vindouras.



## **Bibliografia**



## I. Geral

- ARON, Raymond (1982) — *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo; Livraria Martins Fontes Editora, Lt.<sup>a</sup>
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983) — *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Livraria Bertrand (Biblioteca Breve, n.º 79)
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1984) — *Portugal: perfil geográfico e social*. Lisboa; Livros Horizonte
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985.a) — *Atlas da emigração portuguesa*. Porto; Secretaria de Estado da Emigração — Centro de Estudos
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985.b) — *Figueira da Foz: a cidade e o mar*. Coimbra; Comissão de Coordenação da Região Centro
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1998) — *Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano*. Aveiro; Universidade de Aveiro
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (2002) — *Leirena: ensaio sobre a terra e o homem no concelho de Leiria*. Leiria; I.P.L. – Instituto Politécnico de Leiria
- BAUD, Pascal; BOURGEAT, Serge & BRAS, Catherine (1997) — *Dictionnaire de Géographie*. Paris; Hatier
- CLAVAL, Paul (1987) — *Geografia do homem: cultura, economia e sociedade*. Coimbra; Livraria Almedina
- DURKHEIM, Emile (1977) — *A divisão do trabalho Social*. Lisboa; Editorial Presença (II volumes)
- EVANGELISTA, João (1971) — *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa; Instituto Nacional de Estatística — Centro de Estudos Demográficos
- GASPAR, Jorge (1972) — *A área de influência de Évora: sistema de funções e lugares centrais*. Lisboa; Centro de Estudos Geográficos — Universidade de Lisboa (Memórias do Centro de Estudos Geográficos)
- GAZENEUVE, Jean & VICTOROFF, David (1982) — *Dicionário de Sociologia*. Lisboa; Verbo
- GIRÃO, A. de Amorim (1941) — *Geografia de Portugal*. Porto; Portucalense Editora
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1977) — *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa; Arcádia (3.ª edição)
- GURVITCH, Georges — dir. (1977) — *Tratado de Sociologia*. São Paulo; Livraria Martins Fontes Editora, Lt.<sup>a</sup> (II volumes)
- GURVITCH, Georges (1979) — *A vocação actual da Sociologia*. Lisboa; Edições Cosmos
- HORTON, Paul B. & HUNT, Chester, L. (1981) — *Sociologia*. São Paulo; McGraw-Hill

- LA BLACHE, Vidal (1954) — *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa; Edições Cosmos
- LOPES, A. Simões (1987) — *Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos*. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian
- LOURENÇO, Nelson (1991) — *Família rural e indústria*. Lisboa; Editorial Fragmentos
- MACHADO, José Pedro (1967) — *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa; Editorial Confluência — Livros Horizonte (2.ª edição)
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1976) — *História de Portugal*. Lisboa; Palas Editores (II volumes)
- MARTINS, Alfredo Fernandes (1949) — *Le centre littoral et le massif calcaire d'Estremadura*. Lisboa; Union Géographique Internationale/ Congrès International de Géographie (Livro-Guia do Congresso)
- MARTINS, Fernandes (1954) — “Geografia e História” (Prefácio). in: La Blache; 1954
- MENDES, José M. Amado (1989) — *A História como ciência*. Coimbra; Coimbra Editora
- MENDES, J. M. Amado (1993) — *História económica e social dos séculos XV a XX*. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian (2.ª edição)
- MENDRAS, Henri (1977) — “Sociologia do meio rural”. in: Gurvitch; 1977; pp. 429-450
- MOUTINHO, Mário (1979) — *A arquitectura popular portuguesa*. Lisboa; Editorial Estampa
- NAZARETH, J. Manuel (1988) — *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa; Editorial Presença
- NEMÉSIO, Vitorino (1978) — *Portugal, a terra e o homem*. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian
- RIBEIRO, Orlando (1955) — “Portugal” (Tomo V de: *Geografía de España y Portugal*). Barcelona; Montaner y Simon
- RIBEIRO, Orlando (1967) — *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa; Liv. Sá da Costa
- RIBEIRO, Orlando (1968) — *Mediterrâneo: ambiente e tradição*. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian
- RIBEIRO, Orlando (1970) — *Ensaios de Geografia Humana e Regional*. Lisboa; Livraria Sá da Costa Editora
- RIBEIRO, Orlando (1995) — *Opúsculos geográficos — Vol. VI: Estudos Regionais*. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian
- RIESMAN, David (1964) — *La foule solitaire: anatomie de la société moderne*. Paris; Arthaud
- RIVIÈRE, Claude (1982) — “A mudança social”. in: Gazeneuve J. & Victoroff D.; 1982; pp. 421-439
- ROCHER, Guy (1981) — *Sociologia geral*. Lisboa; Editorial Presença (V volumes)

- SANTA-RITA, Gonçalo (1982) — *Portugal: a expressão da paisagem*. Lisboa; Terra Livre/ Direcção-Geral da Divulgação
- SANTO, Moisés Espírito (1988) — *Origens orientais da religião popular portuguesa*. Lisboa; Assírio e Alvim
- SARAIVA; José Hermano (1978) — *História concisa de Portugal*. Lisboa; Publicações Europa-América
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1975) — “Uma estimativa da população portuguesa em 1640”: in: *Memórias da Academia das Ciências*. vol. XVI; pp. 213-303
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1979-1993) — *História de Portugal*. Lisboa; Verbo (XII volumes)
- SERRÃO, Joel (1976) — *Cronologia geral da História de Portugal*. Lisboa; Livros Horizonte
- SERRÃO, Joel (Dir.) (1989) — *Dicionário de História de Portugal*. Porto; Livraria Figueirinhas (VI volumes)
- SILVA, António de Morais (1949-1959) — *Grande Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa; Editorial Confluência (XII volumes)
- SILVA, F. Marques (1970) — *O povoamento da metrópole observado através dos censos*. Lisboa; Instituto Nacional de Estatística (Pub. do Centro de Estudos Demográficos)
- SILVEIRA, L. N. Espinha da (1999) — “*Censos portugueses da primeira metade do século XIX*” (Projecto Praxis). Lisboa; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa (Policopiado)
- SOUSA, Fernando de (1996) — “A população portuguesa nos inícios de século XIX”: in: *População e Sociedade*. Porto; Centro de Estudos da População e Família/Universidade do Porto; 2; pp. 7-75
- TEIXEIRA, Carlos (1966) — “A evolução do território português no decurso dos tempos geológicos”: in: “Lições de Geologia”- Separata de: *Palestra*; vol. 28; pp. 111-157
- VASCONCELOS, José Leite de (1942) — *Etnografia portuguesa*. Lisboa; Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Vol. III).
- VASCONCELOS, José Leite de (1980) — *Etnografia portuguesa*. Lisboa; Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Vol. II).
- VIEIRA, Afonso Lopes (1966) — *Antologia poética*. Lisboa; Guimarães Editores
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1865) — *Elucidário (das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram)*. Lisboa; Editor A. J. Fernandes Lopes





## II. Relacionada com o tema em estudo

- ALVES, Olympio Duarte (1955) — *Monte Real: no passado e no presente*. Monte Real; Edição da Junta de Turismo de Monte Real
- ALVES, Olympio Duarte (1970) — *Os morgados de Ulmar*. Monte Real; Edição da Junta de Turismo de Monte Real
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1998.b) — *Emigração — A segunda geração de emigrantes: perspectivas de integração e de mobilidade social numa comunidade rural*. Monte Redondo; Museu do Casal de Monte Redondo (Cadernos Património, n.º 6)
- BAPTISTA, João Maria (1876) — *Chorografia moderna do Reino de Portugal*. Lisboa; Typographia da Academia Real das Ciências
- BERNARDES, Joaquim de Oliveira da Silva (1981) — *Leiria no século XIX: aspectos económicos*. Leiria; Edição da Assembleia Distrital
- CEP (1974) — *Área de influência de Leiria*. Lisboa; Centro de Estudos de Planeamento (Estudos Urbanos e Regionais, n.º 3).
- C.M.L. (s/d) — *Estudos Prévios do PDM — Estudos Demográficos* (Relatório 2). Leiria; C.M.L./Plano Director Municipal/Gabinete MERIC
- C.M.L. (s/d) — *Estudos Prévios do PDM — Rede Urbana, hierarquia dos aglomerados e est. do povoamento* (Relatório 8). Leiria; C.M.L./Plano Director Municipal/ Gabinete MERIC
- CABRAL, João (1993) — *Anais do Município de Leiria*. Leiria; Câmara Municipal (III volumes)
- COSTA, Américo (1943) — *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Lisboa; Diccionario Chorográfico (XII volumes)
- COSTA, Pe. Carvalho (1712) — *Corographia portugueza e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa; Officina de Valentim da Costa
- CRISTINO, Luciano (1971) — “Apontamentos de história local — Monte Redondo”. in: *A Voz do Domingo* (1971-1972)
- CRISTINO, Luciano (1989) — “*Conferência sobre Monte Redondo nas comemorações solenes dos 400 anos da criação da paróquia (1589-1989)*”. (Policopiado)
- CUSTÓDIO de Moraes, J. (1936) — “Geologia e geografia da região do Pinhal de Leiria”. In: *Memórias e Notícias — Publicações do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra*. n.º 9
- DINIS, P.A. (1999) — “Síntese de evolução geomorfológica da área vestibular do Rio Lis”. in: *Cadernos de Geografia*; 18; Coimbra; F.L.U.C.; pp. 151-158
- EUSÉBIO, Joaquim (1997) — *Pombal: 8 séculos de história*. Pombal; Câmara Municipal de Pombal

- FEREIRA, Sertório Hingá (1997) — *Falar de Monte Redondo (figuras e factos do passado)*. Monte Redondo; Edição do autor (Policopiado)
- FONSECA, Rui Manuel Passadouro (1991) — *Diagnóstico da situação de saúde do concelho de Leiria-1991*. Leiria; Administração Regional de Saúde-Centro de Saúde Dr. Arnaldo Sampaio (Policopiado)
- GALEGO, Júlia & DAVEAU, Susanne (1986) — *O numeramento de 1527-1532 — Tratamento cartográfico*. Lisboa; Centro de Estudos Geográficos (Memórias do Centro de Estudos Geográficos)
- GOMES, Saul António (1986) — *Documentos medievais sobre Monte Redondo*. Monte Redondo; Museu Etnológico (Cadernos do Património; n.º 2)
- GONÇALVES, Iria (1976-1977) — “Notas de demografia regional: a Comarca de Leiria em 1537”. in: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. 2.ª série; pp. 405-454
- HELENO, Manuel (1921) — “Antiguidades de Monte Real”. in: *Arqueólogo Português*. Vol. XXV(1922, pp.11-98) e XXVI (1924; pp.331-345)
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa Pinho (1874) — *Portugal antigo e moderno. Dicionário geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeológico, histórico, biographico e etymológico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*. Lisboa; Livraria de Mattos Moreira e Companhia (XII volumes)
- MACEDO, D. António da Costa de Souza (1855) — *Estatística do Districto Administrativo de Leiria*. Leiria; Ed. Typographia Leiriense
- MANUPPELLA, G.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1978) — *Carta Geológica de Portugal (Notícia explicativa da folha 23-A — Pombal)*. Lisboa; Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos/Serviços Geológicos de Portugal
- MOITAL, João P. (1986) — *As actas da Junta de Parochia de Monte Redondo*. Monte Redondo; Museu Etnológico de Monte Redondo (Cadernos Património, n.º 3)
- MOREIRA, Fernando J., FÉLIX, Júlio & RAMOS, Luísa (1986) — *Os pezeiros do Grou*. Monte Redondo; Edição do Museu de Monte Redondo (Cadernos Património, n.º 1)
- PINTO, A. Arala (1938-1939) — *O Pinhal do Rei-subsídios*. Marinha Grande; Edição do Autor (II Volumes)
- SAA, Mário (1944) — “A estrada romana de Lisboa a Braga: passagem por Leiria e qual então o nome da cidade: o ópido e o rio de Emínio?”. in: *Livro do 1.º Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*. pp. 49-57)
- SERVIÇO METEOROLÓGICO NACIONAL (1970) — *O clima de Portugal* (Fascículo XIII). Lisboa; Serviço Meteorológico Nacional
- ZÚQUETE, Afonso (1943) — *Leiria: subsídios para a história da sua Diocese*. Leiria; Gráfica de Leiria

## Outros

*O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*. Braga; Typographia Lusitana (1868)

*Lista telefónica de Monte Redondo, Bajouca e Coimbra — 2001*. (Compilada por: Manuel Pedrosa Gaspar Ferreira)

*Livro do 1.º Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*. Leiria; 1944

*Memória Paroquial de 1758*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Arquivo Distrital de Leiria.

*Notícias de algumas vilas e freguesias do Distrito de Leiria escritas em 1721 e enviadas à Academia Real*. (Manuscrito do Arquivo da Universidade de Coimbra; n.º 503)

*Souto* — Suplemento especial sobre: “Monte Redondo-400 anos” (Coord.: Pe. Joaquim Jesus João, Pe. David Pedrosa Gaspar & Álvaro Pereira Jerónimo); Julho de 1989

*Recenseamentos da População* (X, XI e XIII). Lisboa; Instituto Nacional Estatística

*Museu do Casal de Monte Redondo*.

A.

Cadernos Património:

1. *Pezeiros do Grou* (Fernando Moreira et al.)
2. *Documentos Medievais sobre Monte Redondo* (Saul Gomes)
3. *Actas da Junta da Paróchia* (João Moital)
4. *4 jovens oleiros* (Simão Vieira)
5. *Museu e Sociedade* (Mário Moutinho)
6. *Emigração — a segunda geração de emigrantes: perspectivas de integração e de mobilidade social numa comunidade rural* (Jorge Arroiteia)

B.

*Meridies: Revista de Antropologia e de Sociologia Rural da Europa do Sul*. (22 números publicados)

C.

*Estudos inéditos*:

(1982) Elsa Pires — “Resinagem: estudo de um processo de produção”

(1982) (Vários) — “Casa do emigrante: Casal Novo e Monte Redondo”

(1982) (Vários) — “As casas tradicionais com alpendre na área de Monte Redondo”

(1983) A. J. Xavier, J. Daniel e M. Gomes — “O serrador braçal”

(1983) (Vários) — “Levantamento da ‘Feira do 29’ no Pinhal da Feira”

(1983) César Lopes — “Moinhos d’água e Ribeira de Porto Longo”

(1990) J. Fernandes e L. Ramos — “A serração Ramos, Leal & Crespo, Lt.<sup>a</sup>”

(1990) A. I. Malta, M. Mascarenhas, S. Serrano e S. D. Jesus — “Levantamento das construções do lugar de Monte Redondo”

D.

*Fundo de documentação local*: Serração Ramos, Leal, Crespo e C.<sup>a</sup> Ltd.<sup>a</sup>; Actividades económicas; Folclore; Etnomusicologia; As salinas da Junqueira

#### Cartografia

- *Carta Militar de Portugal* — Serviço Cartográfico do Exército (Escala: 1/25.000) — Folha n.º 273: Monte Redondo
- *Carta Corográfica de Portugal* — Instituto Geográfico e Cadastral (Escala: 1/50.000) — Folha 23-A: Pombal
- *Carta de Portugal* — Instituto Geográfico e Cadastral (Escala: 1/100.000) — Folha n.º 23: Leiria
- *Carta Geológica de Portugal* — Serviços Geológicos de Portugal/Dir. Geral de Minas e Serv. Geológicos (Escala: 1/50.000) — Folha 23-A: Pombal

#### Estatísticas

INE — *Recenseamentos da população*. Lisboa; Instituto Nacional de Estatística

INE — *Estatísticas demográficas*. Lisboa; Instituto Nacional de Estatística

INE (1973) — *Classificação das actividades económicas portuguesas por ramos de actividade (CAE) — revisão 1*. Lisboa; Instituto Nacional de Estatística (série: Normas, n.º 6)

INE (2003) — *Anuário estatístico da Região Centro — 2002*. Coimbra; Instituto Nacional de Estatística — Direcção Regional do Centro

# Índices



## Índice de Figuras

1. Monte Redondo: carta militar (folha n.º 273)
2. Monte Redondo: planta funcional (1967)
3. Esboço geológico
4. Monte Redondo: rede hidrográfica e níveis de erosão
5. Província da Estremadura
6. O Casal de Monte Redondo: sécs. XIII-XV
7. Monte Redondo: evolução demográfica
8. Monte Redondo: estrutura etária da população (1801)
9. Monte Redondo: evolução demográfica (1864-2001)
10. Concelho de Leiria: evolução demográfica (1864-2001)
11. Evolução demográfica
12. Monte Redondo: população por lugares
13. Paróquia de Monte Redondo: movimento de Baptismos e de Óbitos (1911-2001)
14. Monte Redondo: crescimento da população (1911-2001)
15. Monte Redondo: população residente segundo o sexo e grupos etários (1991 e 2001)
16. Monte Redondo: população residente, com 12 ou mais anos, empregada, segundo o sector de actividade económica (2001)
17. Monte Redondo: população residente, com 12 ou mais anos, por condição perante a actividade económica (2001)
18. Monte Redondo: população activa (1999) por ramos de actividade (CAE-1973)
19. Monte Redondo: distribuição da população por actividades (1999)
20. Distâncias aproximadas dos lugares à sede da freguesia de Monte Redondo
21. Levantamento das actividades económicas na sede da freguesia de Monte Redondo (1991)
22. Levantamento das “unidades funcionais” existentes nos “lugares centrais” (e constelações de l.c.) — 2001
23. Monte Redondo: população residente, segundo o nível de instrução e sexo (2001)





## **Origem das Figuras:**

1. Carta Militar de Portugal (Folha n.º 273);
3. Carta Geológica de Portugal (Folha n.º 23-A — Pombal);
5. L. de Vasconcelos — “Etnografia portuguesa” (V. II);
6. S. P. Gomes — “Documentos medievais sobre Monte Redondo”

## **Índice de Quadros**

- I. Características geológicas
- II. Numeramento de 1527
- III. Cidades do Reino em 1640: enquadramento da cidade de Leiria
- IV. Vilas do reino em 1640 (próximas de Leiria)
- V. Resumo da população em 1721
- VI. Monte Redondo: estimativas da população
- VII. Censo de 1801: fogos, população e seu movimento
- VIII. Situação demográfica da freguesia de Monte Redondo
- IX. Estado da população do Bispado de Leiria, antes e depois das invasões francesas
- X. Nascimentos e óbitos: 1801 e 1849
- XI. Resumo da variação da população (1864-2001)
- XII. Freguesias de Monte Redondo e da Bajouca: população por lugares
- XIII. Indicadores demográficos
- XIV. População residente por grupos funcionais (1991 e 2001)
- XV. Monte Redondo: população residente, activa, por sectores de actividade
- XVI. Movimento da população no concelho de Leiria
- XVII. Destinos da emigração oficial: concelhos de Leiria e de Pombal
- XVIII. Monte Redondo: inventário de minas
- XIX. Distribuição sectorial das actividades económicas
- XX. População residente e “funções centrais” representadas nos “lugares centrais”
- XXI. Lugares da freguesia de Monte Redondo: fogos e “funções centrais” (1950)



# **Anexos**



### 1. População residente nas freguesias de Monte Redondo e da Bajouca (1864-1991)

Recenseamento (Data)	Monte Redondo Habitantes	Bajouca Habitantes
1864	2203	—
1878	2194	—
1890	2620	—
1900	2850	—
1911	3302	—
1920	3259	—
1930	3710	—
1940	4627	—
1950	5253	—
1960	5811	—
1970	5350	—
1981	3915	2038
1991	4051	1897
2001	4335	2015

Fonte: INE

**2.a. Freguesia de Monte Redondo: população presente, famílias e alojamentos (1991)**

Lugar	Pop. presente		Famílias	Alojamentos
	Total	H		
Aroeira	184	90	56	68
Casal Novo	172	87	50	60
Graveto	45	21	15	20
Lage	105	50	31	39
Lavegadas	279	136	86	109
Monte Redondo	335	159	114	144
Montijos	492	236	142	203
Paço	426	207	127	160
Porto Longo	69	32	21	29
Ribeira da Bajouca	70	31	22	36
Santo Aleixo	99	53	26	32
Sismaria	595	305	182	255
Fonte Cova	385	184	122	157
Grou	277	134	82	95
Matos	152	70	45	53
Paul	60	31	19	20
Pinheiro	88	48	23	24
Isolados	121	63	34	42

Fonte: INE

**2.b. Freguesia de Monte Redondo: população presente, famílias e alojamentos (2001)**

Lugar	Pop. presente		Famílias	Alojamentos
	Total	H		
Aroeira	203	107	67	75
Bregieira	44	22	15	20
Brenha	51	25	17	27
Casal Novo	156	80	49	61
Fonte Cova	373	177	130	168
Graveto	25	11	10	14
Grou	275	130	85	108
Lage	115	62	35	45
Lavegadas	236	122	79	100
Lezíria	109	56	36	50
Matos	199	97	63	72
Monte Redondo	358	171	135	171
Montijos	319	156	107	143
Paço	474	233	157	197
Paul	33	15	10	12
Pinheiro	100	54	28	28
Porto Longo	87	44	28	44
Ribeira da Bajouca	121	61	34	43
Santo Aleixo	61	35	16	21
Sismaria	637	326	205	259
Valito	50	21	16	17

Fonte: INE

**3. Freguesia de Monte Redondo: população residente, com 12 ou mais anos, por condição perante a actividade económica e sexo (1991 e 2001\*)**

		1991	2001
Total	HM	3266	4335
	H	1615	2162
Pop. c/ actividade económica	HM	1505	2082
	H	1039	1222
Pop. empregada	HM	1414	1978
	H	1007	1193
Pop. desempregada	HM	91	104
	H	32	29
Pop. s/ actividade económica	HM	1761	1469
	H	576	530
Estudantes	HM	366	305
	H	195	137
Domésticos	HM	630	364
	H	6	7
Reformados	HM	464	582
	H	227	282
Incapacitados perm. p/ trabalho	HM	95	112
	H	49	60
Outros	HM	206	106
	H	99	44

\* população residente, com 15 ou mais anos

Fonte: INE



**4. Freguesia de Monte Redondo: população residente e economicamente activa, segundo a condição perante o trabalho e sexo, taxa de actividade e desemprego (1991 e 2001)**

		1991	2001
Pop. empregada	HM	1414	1978
	H	1007	1193
Pop. Desempregada/Total	HM	91	104
	H	32	29
Procura 1.º emprego	HM	13	23
	H	3	4
Procura novo emprego	HM	78	81
	H	29	25
Taxa de actividade	HM	37.2	37.2
	H	52.1	52.1
	M	22.6	22.6
Taxa de desemprego	HM	6.0	5.0
	H	3.1	2.4
	M	12.7	8.7

Fonte: INE

**5. Freguesia de Monte Redondo: população residente, segundo a instrução e sexo e taxa de analfabetismo (1991 e 2001)**

		1991	2001
Pop. residente (1991)	HM	4051	4335
	H	1993	2162
Pop. seg. nível inst. (1991)			
Analfab. (>10 anos)	HM	487	616
	H	141	273
Ens. Primário	HM	2004	3001
	H	1042	1542
Ens. Preparatório	HM	642	-
	H	346	-
Ens. Secundário	HM	450	459
	H	240	227
Outro Ensino	HM	60	194
	H	24	86
Taxa de Analfabetismo		14.2	-

Fonte: INE

**6. Freguesia de Monte Redondo: população residente segundo o sexo,  
por grupos etários (1991 e 2001)**

	1991		2001	
	HM	H	HM	H
Monte Redondo	4051	1993		
0-4 anos	269	125	232	124
5-9 anos	360	181	250	137
10-14 anos	409	200	302	149
15-19 anos	364	192	345	175
20-24 anos	307	172	375	183
25-29 anos	315	160	312	159
30-34 anos	327	167	322	167
35-39 anos	274	136	351	174
40-44 anos	211	100	352	188
45-49 anos	215	103	282	141
50-54 anos	210	107	235	109
55-59 anos	185	81	228	109
60-64 anos	182	89	224	114
65-69 anos	146	71	176	72
70-74 anos	124	54	152	74
75-79 anos	87	29	106	50
80-84 anos	43	16	56	24
> 85 anos	23	10	35	13

Fonte: INE

**Anexo 7. O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria. Braga;  
Typographia Lusitana; 1868 (pp. 157-158)**

**Capitulo 102.º**

**Das freguezias da jurisdicção do Prior Mór e do que se chama Bispado Velho**

Ao tempo que se creou este bispado havia sómente na jurisdicção do prior mór as freguezias seguintes: N. Senhora da Pena, S. Pedro, S. Thiago do Arrabalde, Santo Estevão, S. Martinho, Monte Real, Maceira, Batalha, Reguengo, Pataias, das quaes algumas se extinguiram, e das outras se desmembraram as que de novo ha, pelo tempo adiante, como em seus logares se dirá.

Chama-se bispado velho a cidade, as freguezias de S. Pedro, S. Thiago, S. João de Monte Real, S. Lourenço de Cravide, S. Paulo d'Amor, N. Senhora do Rosario da Marinha, N. Senhora da Esperança de Pataias, N. Senhora da Luz da Maceira, Santa Cruz da villa da Batalha, S. José d'Alquidão da Serra, no termo de Leiria, N. Senhora dos Remedios do Reguengo, N. Senhora da Gaoila das Córtes, Santa Margarida do Arrabal, Santa Catharina da Serra, no que é termo de Leiria, S. Christovão da Caranguejeira; e tambem se incluem no bispado velho as freguezias de S. João d'Espite, S. Simão da ribeira de Litem, N. Senhora da Conceição de Vermoil, S. Miguel das Colmêas, S. Salvador do Souto da Carpalhoza, N. Senhora da Piedade de Monte Redondo e S. Miguel dos Coimbrões; posto que n'ellas não tinha jurisdicção o prior mór, mas sómente uma terça dos dizimos, e a jurisdicção era do bispo de Coimbras; e em todas estas freguezias não toma conta das confrarias, nem dos hospitaes, nem das albergarias que n'ellas houver, o provedor da comarca, senão o ecclesiastico privativamente, em razão dos privilegios que tinha o prior mór e convento de Santa Cruz, que com a renda e jurisdicção passaram ao bispado e seu prelado, como tambem a Gafaria.

Nos testamentos tem alternativa com o ecclesiastico, na fórmula de concordata, de modo que o provedor toma conta nos testamentos das pessoas que falleceram nos mezes de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro, dezembro, e o ecclesiastico dos que falleceram nos mezes de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro.

**Anexo 8. O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria. Braga;  
Typographia Lusitana; 1868 (pp. 194-195)**

**Capitulo 134.º**  
**Da freguezia de Monte-Redondo**

O mesmo bispo D. Pedro de Castilho, desmembrou da freguezia do Souto os logares de Monte-Redondo, Coimbrão, Ervedeira e uns casaes e moinhos, do mesmo districto, e levantou freguezia em Monte-Redondo, a petição dos moradores dos dictos logares, da invocação de N. Senhora da Piedade, no anno de 1589; e já, em visitas, se tinha pedido esta desmembração e criação da freguezia, e no anno de 1574, se lhes mandou que a pedissem ao bispo, que ordenaria o que fosse mais do serviço de Deus; consta do livro da visita geral d'aquelle tempo, no titulo do Souto.

A igreja foi feita em terra que era prazo, da commenda d'Alcobaça, por ahi estar, n'ella, uma ermida de N. Senhora da Piedade, e o commendatario deu licença, e, por sua commissão, a demarcou o licenciado Jeronymo do Souto; e um Antonio Fernandes e sua mulher, Lucrecia Cordeira, traziam a dicta terra, emprazada, e fizeram doação, livremente, do dicto chão, com a dicta licença do commendatario, e disistiram do direito que tinham, ou podiam ter, para apresentar cura por se fazer a igreja no seu chão. Os freguezes ficaram obrigados á fabrica da igreja, capella, sacristia, casas do cura e á paga do mesmo cura, que é um alqueire de trigo cada freguez e 25 reis, por um quartão de vinho, e as viuvas meio alqueire de trigo e 12 reis, pelo vinho, e o prelado lhe dá sómente 3\$000 reis, em dinheiro, e é sua a apresentação: tudo o sobre-dicto consta da escriptura, commissão, desistencia, provisão da criação e contracto; o que tudo está na meza episcopal d'este bispado.

Tem cura as offertas da ermida parochial e annexas a ella, mais de vinte amentas perpetuas e quasi outras tantas voluntarias, todas de alqueire de trigo, cada uma, e tem as falhas da mesma freguezia, e casas por conta dos freguezes; passa de duzentos fogos.

A capella mór é forrada; no altar está um nicho de pedra, dourado e pintado, N. Senhora, com Christo, morto, nos braços, de vulto, e n'elle, esculpidas, as insignias da Paixão, e uma cruz. Tem dous altares collateraes; o da parte do evangelho tem um nicho, de pedra, dourado, e no meio, pintada, uma pomba, e ao pé do nicho, este letreiro: = **Spiritus Domini replebit orlem** =; no nicho S. Pedro, e Santo Antonio, de vulto. Abaixo d'este, outro altar, mettido na parede; arco e nicho de pedra, tudo dourado e pintado, e n'elle S. João Baptista, de vulto. O collateral, da parte da epistola tem tres nichos, de pedra, dourados e pintados e n'elles N. Senhora da Luz, S. Sebastião e Santa Luzia, todos de vulto. Abaixo d'este, outro, com arco e nicho, de pedra, com columnas, tudo dourado e pintado, e N. Senhora do Rosario, de vulto. Tem sacristia, um sino, pia de baptisar, juncto á porta travessa da parte do evangelho, com grades de pau, ao redor.

**Ermidas.** = Há no districto d'esta freguezia sómente estas ermidas: Uma da invocação de Santo Aleixo, que está n'uma matinha, ao Paço, muito pequena; sem fabrica, e por isso n'ella se não diz missa; outra na quinta de D. Diogo Pimentel, da invocação de N. Senhora das Mercês, tambem sem fabrica, nem é benta, nem se diz n'ella missa.



# Fotografias



Origem das Fotos:

**2, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 25.** Museu do Casal de Monte Redondo; **9, 10.** "Jornal de Leiria"; **31.** Pe. David Gaspar



1. 'Cabeço' de Monte Redondo: aspecto geral



2. Marco geodésico de 1.ª ordem: M. Redondo



3. Pedreiras dos Montijos (abandonadas)



4. Monumento megalítico: 'Cabeço' de M. Redondo



5. Bancadas calcáreas e solos ferruginosos (Pisão)



6. Moinho recuperado (Pisão)



7. Lezíria: vista geral sobre os campos do Lis (ao fundo: Monte Real)



8. Rio da Aroeira



9. Moinho tradicional de milho (Exp. do Museu do Casal de M. Redondo)



10. O pinhal e os seus utensílios (Exp. do Museu do Casal de M. Redondo)



11. Forno de pez (Exp. do Museu do Casal de M. Redondo)



12. Forno cerâmico (antigo)



**13.** Forno industrial (antigo)



**14.** Antigas instalações da firma: Manuel Gomes de Carvalho Lt.<sup>a</sup>





15. Vestígios da vida rural (casa, anexos e carro de bois)



16. Utensílios da casa rural



17. Depósito de madeiras em antigas instalações industriais



18. Estação ferroviária



19. 'Feira dos 29' (antigo recinto)



20. 'Feira dos 29' (antigo recinto)



21. 'Feira dos 29' (antigo recinto)



22. Vista geral do 'Pinhal da feira'



**23.** Centro da povoação (M. Redondo)



**24.** Rua Albano Alves Pereira (vista da porta Oeste da Igreja Matriz)



25. Fontenário e Casa da Criança (antiga)



26. Fontenário e Casa da Criança (actual)



27. Monumento aos mortos da grande guerra



28. Museu do Casal de Monte Redondo



29. Residência paroquial e Largo D. Pedro Castilho



30. Igreja Matriz





**31.** Monte Redondo: vista geral da povoação — Sul (antiga)



**32.** Monte Redondo: vista geral da povoação — Sul (actual)





